



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**JANÉRIO MANOEL JACINTO**

**O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO**  
**GEOECONÔMICO DA CIDADE DE MEDIANEIRA-PR**

**MARINGÁ-PR**

**2013**

JANÉRIO MANOEL JACINTO

**O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO  
GEOECONÔMICO DA CIDADE DE MEDIANEIRA-PR**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Geografia, área de concentração: Análise Regional, linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

ORIENTADOR: Prof. Dr. CESAR MIRANDA MENDES

**MARINGÁ**

**2013**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

J12p Jacinto, Janério Manoel  
O processo de urbanização e o desenvolvimento  
geoeconômico da cidade de Medianeira-PR / Janério  
Manoel Jacinto. -- Maringá, 2013.  
252 f. : il. color., figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Miranda Mendes.  
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de  
Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,  
Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013.

1. Cidades - Urbanização e desenvolvimento,  
geoeconômico. 2. Urbanização - Medianeira, PR. 3.  
Rede urbana - Oeste paranaense. 4. Espaço urbano -  
Medianeira, PR. 5. Espaço urbano - Uso e ocupação do  
solo - Medianeira, PR. 6. Pequenas cidades. 7.  
Pequenas cidades - Desenvolvimento geoeconômico. I.  
Mendes, Cesar Miranda, orient. II. Universidade  
Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas,  
Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em  
Geografia. III. Título.

CDD 21.ed.


GVS-000708


O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO GEOECONÔMICO DA  
CIDADE DE MEDIANEIRA-PR

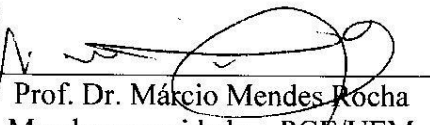
Tese de Doutorado apresentada a Universidade Estadual de  
Maringá, para obtenção do grau de Doutor em Geografia,  
área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha  
de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

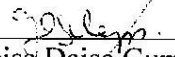
Aprovada em 13 de dezembro de 2013


BANCA EXAMINADORA

  
Prof. Dr. César Miranda Mendes  
Orientador – PGE/UEM

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Lúcia Rodrigues  
Membro convidado – PGE/UEM

  
Prof. Dr. Márcio Mendes Rocha  
Membro convidado – PGE/UEM

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Geisa Daise Gumiero Cleps  
Membro convidado – UFU

  
Prof. Dr. Márcio Roberto Ghizzo  
Membro convidado – UTFPR

Dedico este trabalho

À todos que torceram por mim,  
de modo especial a minha família:  
à Rita, minha esposa,  
às minhas filhas Thayanne e Thaynná,  
pedacinhos de mim, amo vocês.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é preciso...

Durante o percurso caminhado, muitas leituras, muito trabalho e muitos obstáculos, mas quanto mais eu mergulhava na ciência geográfica, mais entendia e me aproximava do meu Deus Supremo. Parafraseando Louis Pasteur, um pouco de ciência nos afasta de Deus, muito nos aproxima. É ELE minha fonte de luz, meu ancoradouro, meu porto seguro, que me inspira e me dá força para continuar. Nos momentos de solidão, sempre pude contar contigo. Oh meu Deus! Muito obrigado por atender as minhas preces!

Ao meu orientador (Cesar Miranda Mendes), agradeço pela compreensão, amizade, cumplicidade, agindo sempre com ética e respeito (como amigo e profissional competente), sempre me atendendo nos momentos em que precisava e me auxiliando na tarefa da produção do conhecimento. Mais que orientar, incentivou e buscou condições para que este doutorado se tornasse possível, além de ter discutido atentamente as ideias que perpassaram a pesquisa. Espero sinceramente que esta tese seja apenas uma parte de tudo aquilo que ainda pretendo compartilhar com você.

Aos professores cujas aulas tive a oportunidade de assistir no doutorado, participando das discussões teóricas, dos trabalhos de campo, das orientações e considerações na banca de qualificação, do aprendizado que me proporcionaram de forma geral: Dr. Elpídio Serra, Dr. Cesar Miranda Mendes, Dr<sup>a</sup>. Celene Tonella, Dr<sup>a</sup>. Márcia da Silva e Dr<sup>a</sup>. Angela Maria Endlich.

A todos os colegas das turmas 2008/2009, que compartilharam conhecimentos, preocupações, ansiedades, alegrias, e deram-me o privilégio da companhia por vários momentos, em especial Márcio, Valéria, Nestor, Dalésio, Jaqueline, Najla, Fábio e Maria Cristina.

À secretária Mirian, pelo profissionalismo, amizade e compreensão, por sempre atender minhas solicitações e entender as dificuldades da distância de São Miguel do Iguazu a Maringá.

À Universidade Estadual de Maringá, que me proporcionou a oportunidade de cursar o doutorado, pelo apoio financeiro na participação dos eventos, simpósios, congressos, seminários nacionais e internacionais, e também aos profissionais da Biblioteca Central, pelo carinho e dedicação, sempre prontos para atender e orientar com relação ao material solicitado.

À Secretaria de Educação do Estado do Paraná, pela licença de afastamento da minha função de professor, quando ainda não existia a Resolução nº 7282-GS/SEED – que atualmente regulamenta o processo –, pelo entendimento e consciência de que o professor que atua no ensino da educação básica deve ter a condição de estudar e se aperfeiçoar tanto quanto os outros profissionais do nível de ensino superior, sempre prezando pelo compromisso com o ensino de qualidade.

À amiga Léia Veiga, que está junto nesta caminhada e indicou alguns caminhos a serem percorridos. Obrigado pela ajuda desde os tempos de colóquios, quando o pré-projeto ainda não tinha a forma definida.

Às ex-alunas, duas amigas de profissão: Janice, que sempre torceu por mim e me ajudou quando precisei. E Marilucia, por compartilhar dos meus objetivos, angústias e alegrias, pelo trabalho de mapas, gráficos, tabelas e quadros, por proporcionar profícuos debates sobre o conhecimento científico, mais especificamente os relacionados à Geografia.

Ao Alan Alievi, que se debruçou sobre a parte cartográfica, gráficos, tabelas e quadros, sempre sugerindo a melhor opção para que o trabalho ficasse completo. Apesar de todos os contratempos, sempre paciente e pronto para me auxiliar.

Ao Roberto Marin (Cooperativa Lar), Paulo Frandolosa (Cooperativa Frimesa), Hugo Zadinello (Ninfa-Indústria de alimentos), José Roberto Mazzarella (Imobiliária Espaço III), e todos os empresários de Medianeira, que contribuíram com as entrevistas e os questionários.

À Prefeitura municipal de Medianeira, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR-Campus de Medianeira), União Dinâmica de Faculdades Cataratas (UDC-Campus de Medianeira), Associação Empresarial de Medianeira (ACIME), instituições de ensino municipal e estadual e Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR).

À Pamela (paraibana), mais recente colega. Mesmo tão longe, nos momentos finais da composição da tese, através das redes sociais, pude contar com o seu profissionalismo, presteza e dedicação na elaboração e correção dos mapas.

A todas as pessoas de Medianeira e região que dedicaram parte do seu tempo para responder os questionários, para falar sobre Medianeira, e que contribuíram de forma direta ou indireta para a pesquisa.

Ao Capitão Damião (Policia Militar de Medianeira), pelos empréstimos dos livros, pela companhia durante as visitas nas áreas de ocupação irregular, pela troca de ideias e pela amizade.

Aos meus colegas de trabalho (Colégio Estadual Nestor Victor dos Santos), principalmente aqueles que regularmente perguntavam por mim e, quando me encontravam, proferiam a mesma pergunta de todos: e a tese? Como está? Quando termina? Quando é a defesa? Quando você vai voltar? Mesmo eu estando ausente, todos sempre torceram por mim.

Ao Willian, pelo trabalho de revisão e sugestões. Mesmo com pouco tempo, foi criterioso e exímio em suas correções.

Por fim, agradeço àquelas que me acompanharam desde o início e compartilharam as minhas alegrias nessa caminhada, mas também sofreram com as minhas ausências e com a neurose da tese. “A grande família”: a esposa Rita e as filhas Thayanne e Thayanná, pela compreensão, quando eu precisava ficar só, e pela ajuda, quando eu precisava de companhia (nesta casa, todos fizeram a tese). Ao meu pai Abílio (in memoriam), semianalfabeto, que sempre me dispensava dos afazeres no sítio (quando criança) para estudar, pois sabia da importância dos estudos e da minha formação. À minha mãe Olindina (Lindoca, como é chamada), que sempre torceu por mim e em cujas orações sempre estive presente. Tão preocupada, sempre me perguntava: quando tu terminas? É preciso estudar tanto assim? Aos meus irmãos Jair, Joel, Jaimor, Valdete e Mariléia. Aos meus cunhados, cunhadas, sobrinhos e sobrinhas.

Por mais que se diga o que se vê, o que se vê jamais se aloja no  
que diz, e por mais que se faça ver o que se está dizendo  
por metáforas, comparações, o lugar onde estas  
resplandecem não é aquele que os olhos  
descortinam, mas aquele que a sucessão  
da sintaxe definem.

Michel Foucault

[...] talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor, mas  
lutamos para que o melhor fosse feito [...]. Não  
somos o que deveríamos ser, mas somos o  
que iremos ser. Mas graças à Deus,  
não somos o que éramos.

Martin Luther King



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ACIME	Associação Industrial de Medianeira
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
AMOP	Associação dos Municípios do Oeste do Paraná
APAM	Associação dos Professores Aposentados de Medianeira
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAIS	Complexos Agroindustriais
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CENAP	Centro de Educação Profissional
CEPSC	Centro de Educação Profissional de São Carlos
CESUFOZ	Centro de Ensino Superior de Foz do Iguaçu
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FAG	Faculdade Assis Gurgacz
FIDENE	Fundação de Integração Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano/Município
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul

MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MWH	Megawatt-hora
NBR	Normas Brasileiras
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCEPAR	Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
PEHIS	Política Estadual de Habitação de Interesse Social
PIB	Produto Interno Bruto
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PINTEC	Pesquisa de Inovação Tecnológica
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
REGIC	Região de Influência das Cidades
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem
SUS	Sistema Único de Saúde
UDC	União Dinâmica de Faculdades Cataratas
UIV	Unidade Industrial de Vegetais
UNIAMÉRICA	Faculdade União das Américas
UNIFOZ	Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIPAR	Universidade Paranaense
UNIVEL	Universidade de Cascavel
VAF	Valor Adicional Fiscal

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01-	Diagrama - Conceito de cidade: possibilidades e variações.....	30
Figura 02-	Pesque e Prosa – Medianeira – 2012.....	66
Figura 03-	Paraíso das Orquídeas – Distrito Maralúcia – Medianeira – 2013.....	67
Figura 04-	Relação dos municípios emancipados inseridos na Mesorregião geográfica do Oeste do Paraná 1914 1997.....	85
Figura 05-	Filiais de venda da Cooperativa Frimesa.....	109
Figura 06-	Empresas na margem da BR 277. Avenida 24 de Outubro – Medianeira.....	155
Figura 07-	Avenida Brasília – Centro – Medianeira.....	156
Figura 08-	Condomínio residencial Jardim Universidade - Rua Goiás-Medianeira.....	161
Figura 09-	Condomínio Parque das Águas -Rua Barcelona-Medianeira.....	162
Figura 10-	Condomínio Natura Ville - Rua Minas Gerais-Medianeira.....	162
Figura 11-	Edifício Galeria Melissa - Avenida Brasília-Medianeira.....	169
Figura 12-	Comércio/Centro – Rua Travessa Carol Wojtila-Medianeira.....	169
Figura 13-	Avenida Brasil cruzamento com a Rua Argentina-Medianeira.....	170
Figura 14-	Avenida José Calegari cruzamento com a Rua Minas Gerais-Medianeira.....	171
Figura 15-	Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Medianeira. Avenida Brasil-Parque Independência.....	171
Figura 16-	Edifício Campos Dourados. Avenida José Calegari cruzamento com a Rua Argentina- Medianeira.....	179
Figura 17-	Edifício Morada do Sol. Ao lado Casa de Madeira. Avenida Rio Grande do Sul- Medianeira.....	179
Figura 18-	Edificações -Avenida Brasil-Medianeira.....	180
Figura 19-	Shopping Medianeira – Avenida Brasília.....	181
Figura 20-	Bairro Ipê - Favela próximo ao Rio Alegria-Medianeira.....	198
Figura 21-	Favela Vila Alegria-Medianeira.....	201
Figura 22-	Favela Vila Alegria-Medianeira.....	202
Figura 23-	Favela Jardim Panorâmico – Medianeira.....	202
Figura 24-	Favela na margem da BR 227 – Medianeira.....	203

## LISTA DOS GRÁFICOS

Gráfico 01-	Gráfico 01– Evolução da População Urbana e o Declínio da População Rural de Medianeira entre os anos de 1970 a 2010.....	95
Gráfico 02-	Gráfico 02-Recolhimento Anual de Impostos e Taxas pela Cooperativa Lar entre 2004 e 2010.....	104
Gráfico 03-	Recolhimento Anual de Impostos ( ICMS – PIS – CONFINS ) pela Cooperativa Frimesa entre 2006 e 2010.....	107
Gráfico 04-	Procedência dos entrevistados residentes em Medianeira.....	152
Gráfico 05-	O que você mais gosta na cidade de Medianeira?.....	165
Gráfico 06-	O que falta na cidade de Medianeira?.....	183
Gráfico 07-	Tem intenção de mudar de Medianeira para outra cidade?.....	183
Gráfico 08-	Motivos que levam as pessoas de outras cidades virem para Medianeira em busca de mercadoria ou prestação de serviços.....	187
Gráfico 09-	Nível de Escolaridade e Renda dos entrevistados em Medianeira.....	213
Gráfico 10-	O que levou Medianeira se destacar das pequenas cidades no Eixo Cascavel- Foz do Iguaçu?.....	217

## LISTA DE MAPAS

Mapa 01-	Mapa 01: Localização da área de estudo na Mesorregião Oeste do Paraná.....	21
Mapa 02-	Principais Obragens no Oeste do Paraná.....	74
Mapa 03-	Divisão Político–Administrativa da Mesorregião do Oeste do Paraná.....	79
Mapa 04-	Perímetro Urbano de Medianeira – Marco Zero.....	82
Mapa 05-	Distribuidores e Representantes Comerciais da Cooperativa Frimesa no Território Nacional.....	110
Mapa 06-	Distribuidores e Representantes Comerciais da Cooperativa Frimesa no Mercado Internacional.....	110
Mapa 07-	Região Oeste do Paraná – Graus de Centralidades 2007.....	130
Mapa 08-	Medianeira – Centro de Zona A e Centros Locais – 2012.....	132
Mapa 09-	Destino dos Transportes Coletivos – Paraná-2007.....	135
Mapa 10-	Deslocamento para Serviços de Saúde-Paraná-2007.....	136
Mapa 11-	Deslocamento para Cursos Superiores-Paraná-2007.....	138
Mapa 12-	Município de Medianeira – Pr.....	154
Mapa 13-	Medianeira –Macrozoneamento Distrito Sede.....	175
Mapa 14-	Área urbana de Medianeira – destaque da bacia do Rio Alegria.....	178
Mapa 15-	Área urbana de Medianeira – destaque da bacia do Rio Alegria.....	200
Mapa 16-	Região Oeste do Paraná - Eixos de Integração.....	209

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01-	Dados populacionais e área das microrregiões do Oeste do Paraná-2010.....	94
Tabela 02-	População do Município de Medianeira, dividido em população residente na zona urbana e zona rural entre os anos de 1970 a 2010.....	94
Tabela 03-	Evolução do quadro social e funcional - Cooperativa Lar.....	101
Tabela 04-	Estrutura Fundiária dos associados – Cooperativa Lar – 2010.....	103
Tabela 05-	Pequenas Cidades no Eixo Cascavel – Foz do Iguaçu - Dados Gerais Ano – 2010.....	214
Tabela 06-	Indústrias e Empresas de Médio e Pequeno porte de Medianeira-2010.....	215
Tabela 07-	Consumo de energia elétrica por classe de consumidor nos municípios do Eixo Cascavel-Foz do Iguaçu – 2010.....	218

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01-	Cidades: critérios e definição em alguns países, ano 2007.....	42
Quadro 02-	Associados da Cooperativa Lar – 2010.....	102
Quadro 03-	Comércio Varejista e Atacadista nas cidades do Eixo Cascavel – Foz do Iguaçu -2010.....	127
Quadro 04-	Influência da Microrregião de Cascavel - Foz do Iguaçu e Toledo com Medianeira.....	131
Quadro 05-	Dados Gerais - Demonstrativo e Comparativo de Medianeira - Matelândia e São Miguel do Iguaçu.....	134
Quadro 06-	Alunos Ingressantes na UTFPR / por ano – Município Domicílio 2005 a 2011.....	137
Quadro 07-	Locação e venda de salas comerciais em Medianeira.....	157
Quadro 08-	Lotes – terrenos à venda em Medianeira.....	158
Quadro 09-	Casa e apartamento à venda em Medianeira.....	159
Quadro 10-	Locação – casa e apartamento em Medianeira.....	160
Quadro 11-	Principais estabelecimentos de saúde pública em Medianeira – PR 2010.....	189
Quadro 12-	Equipamentos na área da saúde em Medianeira – PR – 2010.....	190
Quadro 13-	Utilização das terras nos municípios do Eixo Cascavel-Foz do Iguaçu - 2010.....	219

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>09</b>
<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>11</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS.....</b>	<b>12</b>
<b>LISTA DE MAPAS.....</b>	<b>13</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>14</b>
<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>15</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>18</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>19</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>20</b>
<b>1- CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PEQUENAS CIDADES.....</b>	<b>29</b>
1.1- Reflexões sobre o conceito de cidade.....	29
1.2- Critérios de classificação das pequenas cidades.....	37
1.3- Estudo sobre as pequenas cidades.....	47
1.4- A relação do rural e do urbano nas pequenas cidades.....	56
1.5- A pequena cidade de Medianeira e a relação rural/urbano.....	62
<b>2- POVOAMENTO E URBANIZAÇÃO NO OESTE PARANAENSE-PEQUENA CIDADE DE MEDIANEIRA.....</b>	<b>70</b>
2.1- A frente pioneira no oeste paranaense.....	70
2.2- Medianeira no contexto da ocupação/colonização do oeste paranaense e seu processo emancipatório.....	80
2.3- A urbanização da mesorregião oeste do Paraná e a urbanização de Medianeira..	88
2.4- Agronegócio – desenvolvimento em escala regional e local.....	96
2.5- Empreendimentos cooperativistas e sua contribuição para o desenvolvimento geoeconômico em escala local e regional.....	99



2.5.1- A Cooperativa Agroindustrial Lar.....	100
2.5.2- A Cooperativa Frimesa.....	105
<b>3- A REDE URBANA OESTE-PARANAENSE.....</b>	<b>113</b>
3.1- Rede urbana – compreendendo o conceito.....	113
3.2- Rede urbana e pequenas cidades – considerações teóricas.....	119
3.3- A estruturação e caracterização da rede urbana oeste paranaense e a inserção de Medianeira na rede.....	123
<b>4- A (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE MEDIANEIRA.....</b>	<b>142</b>
4.1- Considerações sobre a (re) produção do espaço urbano de Medianeira.....	148
4.2- Espaço urbano desigual – o espaço como produto em Medianeira.....	167
4.3- O espaço intraurbano de Medianeira – uso e ocupação do solo.....	172
4.4- Equipamentos urbanos coletivos de Medianeira.....	180
4.5- O Papel do Poder Público na (re) produção do espaço urbano.....	191
4.6- As condições de moradia como indicadores da estrutura urbana de Medianeira e as ocupações irregulares – favelas.....	196
4.7- Medianeira como micropolo no eixo Cascavel – Foz do Iguaçu.....	206
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>222</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>227</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>247</b>

## RESUMO

Esta tese baseia-se no estudo sobre as pequenas cidades, com recorte espacial centrado na cidade de Medianeira, tendo como foco o processo de povoamento, urbanização, as questões geoeconômicas e a (re)produção do espaço urbano. A pesquisa retrata esta cidade com micropolo, exercendo sua centralidade junto aos demais municípios adjacentes, sua inserção na rede urbana e na mesorregião oeste paranaense. No eixo integrador Cascavel - Foz do Iguaçu, Medianeira é uma cidade que se sobressai diante das demais pequenas cidades com relação à sua função e forma, aos bens e serviços que oferece à sua população, bem como sua integração no contexto regional. A pesquisa analisa a cidade de Medianeira e procura mostrar por que ela se sobressai dentre as demais cidades do eixo, sendo que o seu processo histórico de povoamento e urbanização ocorreu praticamente no mesmo período, ou seja, no final da década de 1940. Também ressalta a importância das Cooperativas Lar e Frimesa, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, da área da saúde e das demais empresas que atuam no setor de produção, comércio e prestação de serviços, sendo relevante para o processo de urbanização e desenvolvimento geoeconômico em escala local e regional. Aborda ainda a questão da especulação imobiliária e as ocupações em áreas irregulares. Diante da (re)produção do espaço urbano, principalmente de forma horizontalizada, e da demanda de empregos, torna-se evidente a necessidade de os gestores públicos tomarem medidas no que concerne à infraestrutura, principalmente no setor de transporte e habitação.

**Palavras-chave:** Pequenas cidades. Urbanização. Rede Urbana. Espaço urbano de Medianeira.

## ABSTRACT

This thesis is based on the study of small cities, with spatial area centered in the city of Medianeira, focusing its settling process, urbanization, geoeconomic questions as well as the (re)production of its urban space. The research portrays this city as a micro pole, exercising its centrality among other adjacent municipalities, its insertion in the urban web and also in the mesoregion of western Paraná. On the axis Cascavel - Foz do Iguaçu, Medianeira is an outstanding city when compared to other small cities in regard to its function and form, its goods and the services it offers to its population, and its integration to the regional context. The research analyses the city of Medianeira and aims at showing why it contrasts with the other cities on the axis, once its historical settling and urbanization process occurred next to theirs, in the end of 40's. It also highlights the importance of two cooperatives, Lar and Frimesa, of the Federal Technological University of Paraná, of the health area and of all the other companies which act in the production, trade and service sectors, being all of them important to urbanization and geoeconomic development in local and regional scale. It addresses the speculation and the occupation of irregular areas. Facing the (re)production of urban space, mainly in the horizontally form, and jobs demand, it becomes evident that public managers must take measures in relation to the infrastructure, mainly in inhabitation and transportation sectors.

**Keywords:** Small cities. Urbanization. Urban Web. Urban space of Medianeira.

## INTRODUÇÃO

Pensar a pequena cidade e seu papel na rede urbana brasileira exige, como ponto de partida, a relevância da formação socioespacial de tal cidade frente à região e à rede. O objeto de análise desta pesquisa nos colocou em movimento, fazendo-nos procurar respostas às nossas dúvidas e inquietações com relação à função da pequena cidade de Medianeira, sua dinâmica com relação ao processo de urbanização, as questões geoeconômicas, o processo migratório na região oeste paranaense e sua participação em escala local e regional.

No eixo integrador Cascavel - Foz do Iguaçu, Medianeira é uma pequena cidade que se sobressai diante das demais pequenas cidades com relação à sua função e forma, aos bens e serviços que oferece à sua população, bem como à sua integração no contexto regional.

A pesquisa parte desses pressupostos, objetivando analisar a cidade de Medianeira com relação às pequenas cidades do eixo Cascavel - Foz do Iguaçu, e entender por que ela se destaca dentre as demais cidades do eixo, sendo que o seu processo histórico de povoamento e urbanização ocorreu praticamente no mesmo período, ou seja, no final da década de 1940.

Junto a essas questões, destaca-se a importância de estudar as questões geoeconômicas nas pequenas cidades, com o propósito de traçar estudos comparativos, avaliativos e reflexivos sobre a dimensão espacial que as pequenas cidades representam no seu contexto local e regional.

Nesse sentido, as pequenas cidades, tanto quanto as de maior dimensão, também possuem forma e função, que devem ser igualmente analisadas. Elas não se diferenciam apenas em decorrência do seu tamanho demográfico, mas também do ponto de vista funcional, que varia quantitativamente e qualitativamente. Por menor que seja uma cidade, ela também desempenha uma função, embora muitas vezes voltada exclusivamente para a sua população.

Outro fator que nos instiga à pesquisa é o fato de sermos procedentes do Estado de Santa Catarina, e fazermos parte da corrente migratória para a região na década de 1970. Somamos ao conjunto de várias outras famílias que deixaram o seu estado de origem, para conquistar novos horizontes (região oeste paranaense), vislumbrando melhores condições de vida. Fizemos parte do processo do povoamento da região oeste do Paraná e dos reveses ligados ao desenvolvimento capitalista no campo, conseqüentemente fazendo parte da estatística da leva de trabalhadores que saíram do campo e se fixaram na cidade entre as décadas de 1970 a 1980.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, procuramos articular as questões teóricas com os dados empíricos, de forma a sistematizar o conhecimento e dar conta de responder às nossas indagações.

Justificamos a opção de trabalhar com pequenas cidades, com recorte espacial para a cidade de Medianeira conforme o Mapa 01 na sequência, por compreender que essa categoria exerceu importante papel na fase inicial da organização e ocupação rural e urbana. Além disso, cabe compreender seu(s) papel(is) atual na rede urbana, com a predominância da economia globalizada, sobretudo favorecida e fortalecida pela informacionalização do espaço.



Mapa 01: Localização da área de estudo na Mesorregião Oeste do Paraná.

Fonte: IBGE -2000.

Org: Stevens P. O. – 2013.

Entendemos que o objeto de estudo que ora apresentamos é relevante para a ciência geográfica, haja vista que as pequenas cidades ainda são responsáveis por atender parcela significativa da população em termos de bens e serviços imediatos à sua população. A valorização da pesquisa empírica aproxima a teoria da realidade e, nessa categoria de cidade, a singularidade exige a exposição de um maior nível de detalhes em seu processo construtivo enquanto cidade na região e na rede.

Esperamos que a temática desenvolvida nesta tese venha colaborar com os pesquisadores, gestores da administração pública, estudantes, e com todos aqueles que, de forma direta ou indireta, participam do cotidiano da cidade.

O tema central da pesquisa se fundamenta no estudo das pequenas cidades do oeste do Paraná, tendo com recorte espacial a pequena cidade de Medianeira e o seu processo de desenvolvimento geoeconômico.

O direcionamento aos estudos das pequenas cidades da mesorregião oeste paranaense, com ênfase nas pequenas cidades do eixo Cascavel-Foz do Iguaçu, com destaque para a cidade de Medianeira, requer uma análise mais aprofundada, haja vista que o seu processo inicial de povoamento e urbanização ocorreu praticamente num mesmo período histórico, e apresenta diferenças significativas no processo de urbanização e no desenvolvimento geoeconômico.

Era preciso, em face da disposição dos dados, estabelecer um recorte temporal para análise. Assim, optamos pelo período de 1960 a 2010, que compreende o processo de urbanização e desenvolvimento geoeconômico de Medianeira e demais cidades no eixo Cascavel-Foz do Iguaçu. É necessário destacar que, no desenvolvimento da pesquisa, não ficamos restritos apenas a este recorte temporal: em alguns momentos, a pesquisa nos levou a ultrapassar esse período, conforme os dados apresentados e discutidos ao longo do trabalho.

Diante da similaridade temporal, o processo de urbanização nas pequenas cidades do oeste do Paraná e nas pequenas cidades do eixo Cascavel-Foz do Iguaçu apresentaram e apresentam diferenciações na sua dinâmica de desenvolvimento geoeconômico e participação na rede urbana, bem como em sua integração no contexto de desenvolvimento regional. Até então, as diferenças nas formas e no grau de desenvolvimento que as pequenas cidades do oeste do Paraná apresentam não seriam preocupações e indagações, isso porque, conforme Santos (2004), cada uma segue o seu ritmo e tem a sua própria dinâmica.

Porém, nossa inquietação está pautada em entender por que a cidade de Medianeira se destaca dentre as demais cidades do eixo Cascavel – Foz do Iguaçu, e por que as demais não se desenvolveram na mesma proporção ou até mesmo retrocederam com relação ao seu

desenvolvimento geoeconômico. Os reflexos visíveis estão na demanda de bens e serviços que Medianeira apresenta, e sua comunicação e integração em escala local e regional.

A princípio, corremos o risco de levantar hipóteses precipitadas, de que o processo industrial alavancou o desenvolvimento da cidade de Medianeira, tornando-a uma cidade em destaque se comparada às demais cidades vizinhas. Porém, conforme o desenvolvimento da pesquisa, as hipóteses levantadas foram se confirmando, além de outros fatores que contribuíram para o processo de urbanização e desenvolvimento geoeconômico de Medianeira.

A pesquisa tem, como objetivo geral, estudar a (re)produção do espaço urbano de Medianeira, tendo como foco o processo de urbanização, o desenvolvimento geoeconômico e a relevância de sua formação socioespacial frente à mesorregião oeste paranaense e a rede urbana.

Com relação aos objetivos específicos, a pesquisa se desenvolveu partindo de três objetivos: i) estudar o processo de urbanização da pequena cidade de Medianeira na ótica da marcha para o oeste paranaense e as mudanças ocorridas com a inserção da tecnologia no campo, a agroindústria, a instalação da Universidade Tecnológica Federal, investimentos na área da saúde e sua integração no contexto regional. ii) reconhecer as principais funções dessa pequena cidade, da necessidade de coesão econômica e social, e da capacidade de resolver os problemas sociais que ela oferece à vida de seus moradores. iii) compreender a (re)produção do espaço urbano integrado à especulação imobiliária, a valorização dos terrenos na cidade de Medianeira, sobretudo em áreas de concentração de atividades comerciais, justificando a segregação socioespacial no espaço intraurbano.

Pela forma como a pesquisa foi desenvolvida, pautada na análise da relação entre os homens e na relação destes com a natureza, como caminho para entender o processo da urbanização, era necessário um método que não negasse a realidade em movimento:

Uma opção clara quanto ao método é fundamental para qualquer um que deseje avançar no processo de construção de uma Geografia nova. É essa Opção que define os caminhos [...] seus pressupostos, suas metas e seus limites. A explicitação da posição assumida representa a garantia da coerência no percurso, pois revela o controle lógico e a consciência que o pesquisador tem dos instrumentos de seu trabalho. Não optar significa deixar vago os pressupostos fundamentais e as posturas basilares da proposta a ser construída. A definição explícita quanto à metodologia empregada não implica, contudo, uma visão doutrinária a seu respeito. O método não deve ser visto como algo estático e cristalizado, não deve ser uma camisa-de-força para o pesquisador. Ele possui um dinamismo interno de aprimoramento e

renovação dado por sua utilização no trato de diferentes fenômenos (MORAES e COSTA, 1987, p. 29).

Com o objetivo de aliar à análise teórica a apreensão da realidade, assim aprendendo sobre a (re)produção de homens historicamente determinados no espaço geográfico, a pesquisa nos leva a compreender que o homem se faz sujeito por meio de relações ora solidárias, ora conflituosas, entre si e com a natureza.

Por conseguinte, optamos por desenvolver um estudo descritivo e analítico que revele a dinâmica do processo de urbanização e desenvolvimento econômico da cidade de Medianeira, através de estudos comparativos de casos, com abordagens de pesquisa qualitativa complementada por elementos de análise quantitativa.

É importante ressaltar o ecletismo, no que diz respeito ao aporte teórico, que contribuiu para a elaboração da tese. Foram utilizadas algumas teorias clássicas, a exemplo das marxianas, e contribuições mais recentes proferidas por Milton Santos, Manuel Castells, David Harvey, Roberto Lobato Corrêa, Henri Lefebvre. Entre outros, tais autores serviram de base para dar sustentação e suporte ao estudo do processo de urbanização e desenvolvimento geoeconômico de Medianeira.

A análise da literatura realizada teve dois objetivos principais: um de natureza histórica, buscando estabelecer uma trajetória da temática abordada no contexto de uma ampla literatura; outro de natureza metodológica, voltado para a identificação das variáveis e formas de mensuração utilizadas no sentido de subsidiar a identificação de quais variáveis – e como – podem ser consideradas para o estudo da cidade de Medianeira.

Outra importante fonte de pesquisa consultada como suporte para a pesquisa foram os periódicos e revistas científicas. Essas fontes literárias tem relevância para o desenvolvimento da pesquisa em função da quantidade existente, diversidade de origem, variedade dos temas abordados e possibilidade que oferece de se obter textos mais recentes. Além dos periódicos e revistas nacionais e internacionais, foram consultados anais de congressos, dissertações e teses.

Outro procedimento adotado foi a coleta de dados em revistas, jornais locais, regionais e estaduais, entrevistas estruturadas e semi-estruturadas (com perguntas abertas), documentações fornecidas pelas Prefeituras Municipais, Bibliotecas Públicas, IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), arquivos (documentos) de posse da ITAIPU, bancos de dados de posse



da UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste Paranaense), informações e dados do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) e da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais).

Diante de todos os aportes para a pesquisa, a observação local não pode ficar restrita à descrição das diferenças e propriedades singulares. Fez-se necessário dispor de condições para proceder a comparações e a reconstituições possíveis dos problemas, em outras escalas. A análise do recorte espacial não foi considerada de maneira isolada, pois Medianeira está articulada no contexto regional.

Também optamos pelas entrevistas semidirigidas, isto é, o trabalho com fontes orais, procurando garantir certa proporcionalidade, tendo em vista a diversidade de situações investigadas:

Os documentos escritos são fixos; eles existem tenhamos ou não ciência deles, e não mudam uma vez que o tenhamos encontrado. Testemunho oral é apenas um recurso potencial até que pesquisas o chamem para a existência. A condição para a existência da fonte escrita é a emissão, para fontes orais é a transmissão (PORTELLI, 1997, p. 05).

Segundo Portelli (1997), recorrer a fontes orais não é obter objetivamente do entrevistado “sua verdade”, como se a memória fosse um depósito de acontecimentos, mas saber que o narrador tem papel ativo no processo de memorização e, portanto, na criação de significados.

Entende-se que refletir acerca do trabalho com fontes orais é importante pela relevância da discussão que se tem feito sobre seu uso nas ciências humanas. Soma-se a isso, de forma complexa, a falta de consenso sobre essa matéria entre os teóricos da história oral, em grande parte devido ao fato de nos acostumarmos a dar às fontes escritas o privilégio da explicação da sociedade, em vista do ranço positivista presente nas ciências humanas. Por conseguinte, há uma depreciação em relação à entrevista, ao atribuir-se a ela um distanciamento do fato acontecido e, portanto, uma dependência em relação à memória, que é fundamentalmente seletiva e subjetiva.

Vimos, no trabalho de campo, a relevância da participação da população medianeirense e da região, em contribuir com suas perspectivas, dificuldades e considerações em geral, no que tange aos aspectos das condições geoeconômicas e ao processo de urbanização e (re)produção do espaço urbano de Medianeira. Foram aplicados 330 questionários à população, abrangendo os bairros e a área central da cidade.

O número de questionários justificam-se por contemplar os onze bairros e a área central da cidade. Alguns bairros com maior adensamento populacional e na área central da

cidade exigiram à aplicação de maior número de questionários, cujo objetivo foi coletar maior quantidade de dados possíveis que viesse dar suporte e contribuir no desenvolvimento da pesquisa. As pessoas que responderam os questionários foram gestores públicos, chefes de famílias, donas de casas, estudantes, funcionários públicos, aposentados, e funcionários das cooperativas e demais empresas no município.

Também foram de suma importância os questionários aplicados em 78 empresas de Medianeira. Os dados coletados serviram de aporte no que concerne aos ramos de produção, comércio, prestação de serviços, número de empregados e sua contribuição na dinâmica do processo de urbanização e desenvolvimento de Medianeira.

A tese está estruturada em quatro partes, além da introdução, considerações finais e das referências utilizadas. A introdução aborda o objetivo geral, os objetivos específicos, o problema de pesquisa, os procedimentos metodológicos, a hipótese, a justificativa e a relevância. As considerações finais enfatizam as principais ideias trabalhadas, e ressaltam, numa abordagem conclusiva, as questões mencionadas no início da pesquisa.

A primeira parte está relacionada a um enfoque mais geral, demonstrando uma reflexão sobre o conceito e critérios de classificação das pequenas cidades, com vistas à revisão bibliográfica, demonstrando o posicionamento e as considerações dos principais autores que trabalham com essa categoria de cidades. Na sequência, aborda-se a relação rural/urbano, relação esta de interdependência com atividades agrícolas e não-agrícolas que vêm estimulando um conjunto de reflexões sobre as características do “novo” rural, potencialidades de desenvolvimento e sustentabilidade.

A segunda parte contempla o povoamento e a urbanização no oeste do Paraná, com ênfase no processo de ocupação e colonização de Medianeira. O texto aborda a migração dos sulistas (gaúchos e catarinenses) no início do povoamento, com suas atividades extrativistas – exploração da erva-mate e madeira – e agrícolas pautadas na pequena propriedade. Também contempla as mudanças ocorridas no campo com a introdução da tecnologia e da agroindústria, representando um papel fundamental na intensificação da urbanização e crescimento das pequenas cidades. Aborda ainda os empreendimentos cooperativistas e sua contribuição para o desenvolvimento geoeconômico em escala local e regional.

A terceira parte da pesquisa está pautada na discussão de rede urbana, compreendendo que o estudo da pequena cidade e seu papel na rede urbana exige, como ponto de partida, a relevância da formação socioespacial de tais cidades frente à região e a rede. As considerações teóricas, com o apoio na pesquisa empírica, apresentam uma reflexão sobre as pequenas cidades como elementos indispensáveis no estudo da rede urbana e a inserção de

Medianeira na rede, bem como a polarização e centralidades das cidades maiores na mesorregião oeste do Paraná. Ainda nesta parte da pesquisa, contempla-se a centralidade de Medianeira, polarizando os centros locais, municípios limítrofes, e diferenciando-se das demais pequenas cidades no eixo Cascavel-Foz do Iguaçu.

A quarta parte da pesquisa está relacionada com a (re)produção do espaço urbano de Medianeira, o espaço desigual, o uso e ocupação do solo, os equipamentos urbanos coletivos, o papel do poder público na (re)produção do espaço urbano, as condições de moradias, ocupações irregulares e a abordagem de Medianeira como micropolo no eixo Cascavel-Foz do Iguaçu. Este capítulo constitui-se, portanto, da apresentação dos resultados da pesquisa, exercendo, portanto, a função de conclusão do trabalho diante dos objetivos propostos, sem, contudo, encerrar as questões sobre o tema “pequena cidade” e/ou sobre a área em estudo.

De acordo com o delineamento do trabalho e a flexibilidade que os aportes metodológicos e o trabalho de campo nos proporcionaram, esta quarta parte foi a de maior inserção dos aportes empíricos na pesquisa. Isso não significa dizer que não utilizamos dos recursos empíricos nos capítulos anteriores: apenas frisamos que, pela forma como o trabalho se desenvolveu e pela razão deste capítulo abordar a (re)produção do espaço urbano, preferimos trabalhar mais intensivamente nele com a parte empírica, pela proximidade e contato do povo medianeirense.

Com vista a enfatizar a observância dos padrões exigíveis para a estrutura da tese, seguimos as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em consonância com as normas exigidas pela Biblioteca Central da Universidade Estadual de Maringá – UEM, de acordo com a nova versão da norma específica, NBR 14724/2005.

## **CAPÍTULO 1 - CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PEQUENAS CIDADES**

*“Quanto mais pequeno o lugar examinado,  
tanto maior o número de níveis e  
determinações externas que incidem  
sobre ele. Daí a complexidade  
do estudo do mais pequeno.”*

*Milton Santos, 1985.*

# **1-CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PEQUENAS CIDADES**

## **1.1- Reflexões sobre o conceito de cidade**

As pesquisas indicam que o maior número de estudos com relação às cidades, refere-se às cidades médias e grandes. Justifica-se os estudos nestas escalas de cidades por sinalizarem os problemas em maior proporção, e por apresentarem complexos processos aglomerativos.

As pequenas cidades não deixam de apresentar problemas similares aos das cidades médias e grandes, porém, apresentam densidade populacional menor e seus problemas são relativamente de menor intensidade. A dificuldade sobre as definições conceituais de pequena, média e grande cidade é um fato real, porém, a preocupação com as pequenas cidades é justamente por abrigarem parcelas significativas da população, constituindo-se em espaço representativos para a sociedade.

Com um olhar mais apurado, a (re)produção do espaço urbano e, conseqüentemente, os problemas advindos de seu crescimento, nos remetem a estudar as pequenas cidades considerando o grau de importância tanto quanto as cidades grandes e médias.

Desse modo, os temas relacionados à (re)produção do espaço urbano de Medianeira, o seu desenvolvimento geoeconômico, a relevância da formação socioespacial frente à mesorregião onde se encontra, e sua integração à rede urbana, têm suscitado questões que se refletem na importância de estudar as pequenas cidades. Primeiramente, faz-se necessário entender o que é cidade e sua classificação como pequena dentro de um campo teórico-metodológico bastante amplo.

A reflexão sobre o conceito de cidade leva a discussão, aumentando o âmbito da análise, saindo da discussão em torno da origem do urbano e passando para as primeiras cidades enquanto formas concretas, reflexo das relações sociais estabelecidas num tempo histórico que se conhece como Antiguidade.

Quando se pretende estudar o processo de urbanização e o desenvolvimento geoeconômico em pequenas cidades, inicialmente faz-se necessário entender o que é cidade dentro de um campo teórico-metodológico de dimensão maior. Salienta-se que este assunto também é objeto de estudo na área da sociologia, demografia, economia, entre outras, e não somente dos geógrafos.

Nesse contexto, questiona-se o que é uma cidade. Considerando-se que, na atualidade, a maior parcela da população mundial vive nas cidades, busca-se compreender o que elas são

e seu desenvolvimento geoeconômico, bem como sua inserção na rede urbana. Também é preciso considerar suas especificidades quando se avalia essas referências para pequenas cidades.

Diante da diversidade dos textos que fazem alusão às cidades, a questão conceitual adquire relevância. Alguns estão centrados em ideias como aglomerações humanas, concentrações demográficas, concentração de atividades, enquanto outros dão um sentido diferente, como lugar de trocas, de contradições, de disseminação de informações, de conflitos, dentre outros.

Conforme a Figura 01, é apresentada uma síntese das possibilidades de conceituação da cidade, dando ênfase às possibilidades de variação do conceito, tanto no tempo como no espaço, e entre os segmentos que elaboram as interpretações ou as proposições sobre o que é cidade.

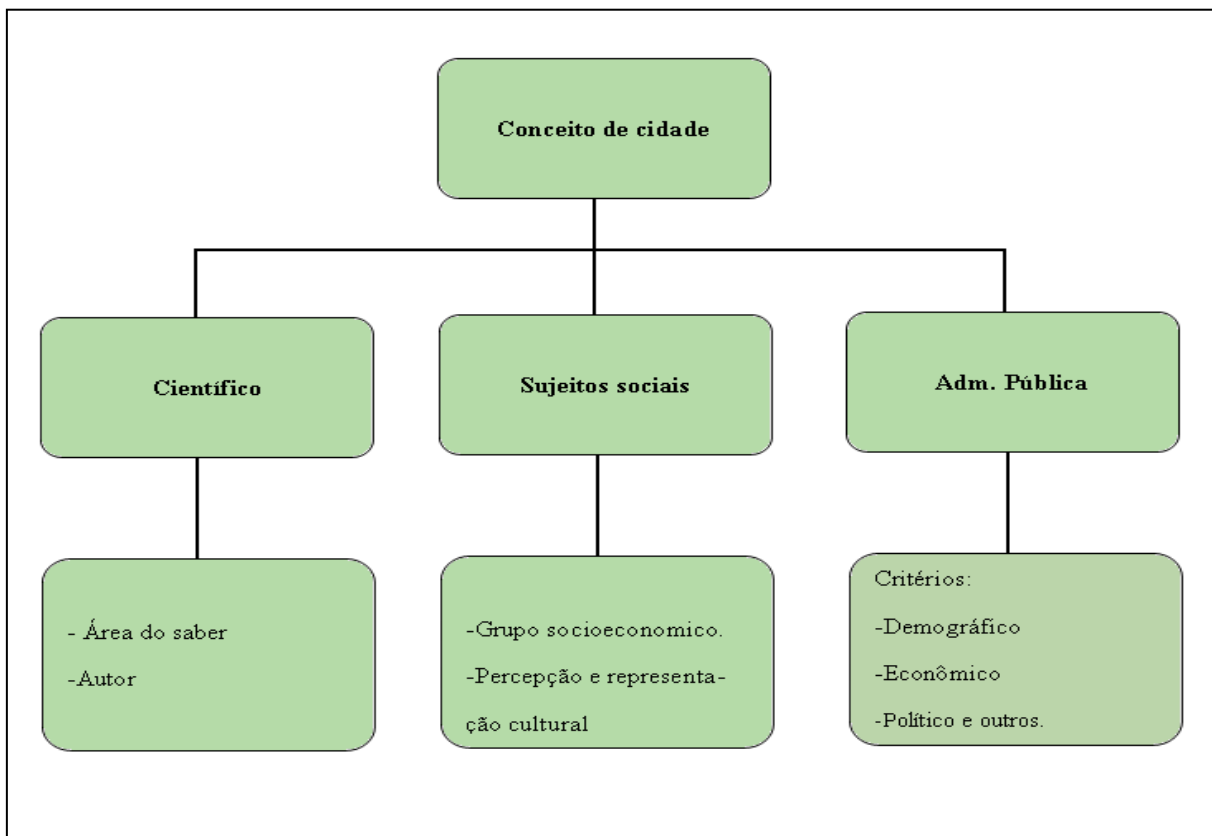


Figura 01: Diagrama – Conceito de cidade: possibilidades e variações.  
Org: MELO, N. A. 2008.

Por conseguinte, ao se analisar o conceito de cidade, constata-se que existem diferentes concepções sobre o tema. Essas diferenciações derivam da época em que o conceito foi formulado, da formação do pesquisador, das transformações que vêm ocorrendo no âmbito

das cidades, do significado destas para a sociedade e da própria evolução da organização do espaço. A princípio, aborda-se uma discussão numa perspectiva tradicional, isto é, uma visão material da cidade do ponto de vista de seus níveis de concentração, adensamento, aglomeração.

No segundo momento, considera-se a cidade do ponto de vista de suas funções, sua dinâmica e suas contradições, levando em conta dados relativos ao comércio, à disseminação de informações e a sua integração na rede urbana:

[...] a organização do espaço deve ser pensada a partir de seu nível funcional, assim propõe: Uma classificação diferente, considerando que a capacidade de organização do espaço pela cidade depende de seu nível funcional. Ter-se-iam as cidades locais, as cidades regionais, as metrópoles incompletas e as metrópoles completas (SANTOS, 1989, p.284).

No entanto, a cidade deve ser vista e analisada não só como forma e estrutura, mas também como função e processo. Nesse sentido, Santos (1989) destaca que nenhum destes componentes deve ser negligenciado, uma vez que eles atuam de forma integrada na criação e moldagem dos espaços urbanos. Dessa forma, a cidade é vista como um organismo dinâmico e em contínuo processo de funcionamento e transformação.

Conforme Azevedo (1970, p. 254), por força de lei, “a sede do Município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome”. Por conseguinte, no Brasil, é o critério político administrativo que define oficialmente a cidade, e isso explica a existência de aglomerados com população bastante reduzida incluídos nesta categoria. Este fato pode ser comprovado no estado do Paraná, onde se tem o total de 274 cidades (IBGE-2010) com população inferior a 10 mil habitantes.

Dessa forma, na definição de população urbana, é encontrada uma ampla série de tamanhos populacionais, o que se expressa em todo o território nacional, embora, para cada estado ou região, cidades e municípios de mesmo porte apresentem diferenciações sociais, econômicas e espaciais de grande significância.

Singer (1990, p. 137) destaca que, por mais variadas que sejam as definições de cidade, existe entre elas um ponto em comum: “trata-se de uma aglomeração humana, de um conjunto de pessoas vivendo próximas umas das outras. As discussões giram em torno do tamanho mínimo desta aglomeração: alguns pretendem que seja de 2.000 habitantes, outros propõem 5.000 habitantes e assim por diante”.

Porém, hoje existem cidades com população inferior a estes números, o que demonstra a inconsistência desse fator na identificação da cidade. Assim, uma característica marcante da cidade é o fato de a população viver concentrada num pequeno perímetro urbano.

Centrada nos papéis das cidades, Beaujeu-Garnier (1980, p. 16-19) destaca que “o quadro que se reúne sob a designação de “cidade” é multiforme pela sua situação, tamanho, arquitetura, organização interna, papel na vida regional ou nacional”, e se constitui no elemento fundamental da organização do espaço. Salienta ainda que a cidade, “concentração de homens, de necessidades, de possibilidades de toda a espécie, com uma capacidade de organização e transmissão, é ao mesmo tempo sujeito (papel de intervenção) e objeto (existe materialmente)”.

Para a autora, a cidade se torna um centro receptor de pessoas, fornecendo seus serviços com a finalidade de suprir suas necessidades, procurando também, com seu poder, manter ligações com o exterior a fim de tornar mais dinâmica sua economia.

Para Andrade (1981, p. 277), a cidade “é um centro de relações de pessoas de outras áreas – do campo e de outras cidades – e que vêm a ela a fim de adquirir bens expostos à comercialização e usar serviços que nela são fornecidos”. Assim, a cidade, pela natureza e diversidade dos serviços prestados, passa a tornar-se um centro de relações.

Essas relações se manifestam através do fluxo de veículos e de pessoas associado aos diferentes deslocamentos de mercadorias e de indivíduos, com finalidades diversas. A intensidade das relações será tanto maior quanto maior for a diversificação e qualificação dos serviços prestados. Isso explica porque muitas cidades se tornam polos de atração populacional, a exemplo de Medianeira, que, devido a seus serviços especializados na área da saúde, educação, comércio e produtos industrializados, polariza os centros locais, cidades situadas nas adjacências.

George (1983, p. 137) considera que “a cidade constitui uma unidade demográfica e, como tal, deve ser definida e analisada”. O autor destaca, também, que o estudo demográfico das cidades permite revelar dados interessantes que possibilitam analisar a força de trabalho, o mercado de consumo, as necessidades de infraestrutura e de serviços.

Na concepção deste autor, é de suma importância o estudo da população quando se estuda a cidade, devido ao fato de estar, cada vez mais, residindo nessas áreas, e ao fato de toda a economia se desenvolver e se transformar em função disso. A população se constitui num importante elemento do espaço urbano, tanto na condição de produtores (fornecedores de força de trabalho), quanto na de consumidores. Isso porque todas as pessoas,



independentemente da idade, consomem algum tipo de serviço e produto fornecido por aqueles indivíduos que estão inseridos no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal.

É através do conhecimento dos dados demográficos que se tem condições de avaliar essas questões. Ao fazer alusão à questão dos espaços urbanos, Clark (1985, p. 37) destaca que, “para o geógrafo, a cidade é uma unidade de análise consistindo em um conjunto de edifícios, atividades e população conjuntamente reunidos no espaço”. Na sua concepção, o que distingue a cidade de outras formas de assentamento é a densidade de concentração de seus atributos.

Assim, a cidade expressa uma forma de utilização do solo que se solidifica através da ação da sociedade, que organiza e reorganiza o espaço, ao longo do tempo, em função de suas necessidades. Prosseguindo nessa mesma linha de argumentação, Dollfus (1982, p. 80), ao fazer a distinção entre assentamento rural e assentamento urbano, destaca que este último “caracteriza-se pela concentração do habitat numa área limitada e com frequente acúmulo em imóveis de diversos andares”. Neste espaço há também uma grande concentração de atividades altamente produtivas.

Desse modo, a cidade, pelo papel que desempenha, necessita estar adequadamente equipada para atender às necessidades crescentes das populações que nela se concentram. Segundo Carlos (1994), a cidade é concentração de pessoas, aglomerados de objetos (prédios, casas, ruas, áreas não ocupadas – os vazios urbanos). Deve-se destacar, no entanto, que a cidade não pode ser pensada somente por esse ângulo, pois ela encerra dentro de si um conteúdo social que vai muito além disso.

A cidade, em seu conjunto, envolve várias dimensões, como a econômica, a social, a política, a cultural e a ambiental, que devem estar ligadas entre si. Abandonando a visão mais tradicional sobre a cidade e ordenando um ponto de vista mais moderno, alguns autores se destacam. Entre eles, Oliven (1987, p. 13), para quem “as cidades se constituem nos centros mais dinâmicos de sociedades complexas e, portanto, representam também espaços nos quais as contradições deste tipo de sociedade se tornam mais evidentes” Essas contradições se manifestam no espaço urbano através das desigualdades sociais, como: riqueza e pobreza, fartura e escassez, bairro residencial nobre e favela, dentre outras.

Uma característica visível e que expressa bem essas contradições é a questão da segregação residencial que se observa no interior de todas as cidades. Castells (2009) enfatiza que ela é um produto da existência de classes sociais que se espacializam em áreas urbanas.

Na concepção de Corrêa (1989, p. 64), “esta segregação é provocada em parte pela classe dominante, e sua atuação se faz através da ‘autosegregação’, tendo em vista que ela

pode escolher para si as melhores áreas, pois é detentora do capital.” Assim, aos mais pobres restam poucas opções para morar. A isto o autor denomina “segregação imposta”, que decorre da falta de oportunidades condicionada pela carência de capital das classes sociais menos favorecidas.

Partindo destas considerações, pode-se caracterizar as cidades como espaços de contradições. Outro enfoque que confere à cidade a conotação de espaço dinâmico e diferenciado é aquele proposto por Silva (2004, p. 56), para quem essa dinamicidade “resulta da atuação constante dos agentes produtores do espaço urbano, sendo o local que possibilita a maximização da reprodução capitalista”. A diferenciação se dá através do poder aquisitivo das pessoas que, por sua vez, determinam a existência de espaços bastante heterogêneos.

De acordo com São Martino (1995, p. 99), “a cidade pode ser definida como sendo a forma, a materialidade, ou seja, os prédios e construções, as ruas, os postes, etc... Já o urbano como sendo o conteúdo, as relações que se passam em tal materialidade”. Através da população, de forma indireta, pode-se medir essas relações, as quais diferem de uma cidade para outra, em função não só da população, mas também do nível de desenvolvimento econômico.

Scarlatto (1995, p. 400) assinala que “a cidade é um lugar de trocas”, não apenas as ligadas aos bens materiais, mas também as “trocas de espírito”: é na cidade que se estabelece o poder administrativo, que representa o sistema econômico, social e político. Além disso, é o espaço privilegiado da função educadora e de um grande número de lazeres.

Dessa forma, observa-se que a cidade concentra determinadas atividades que são mais específicas a ela e não ao campo. Isso justifica, em parte, a fuga da população do campo em direção à cidade. Ao fazer referência à urbanização de hoje, Sposito (1989, p. 64) destaca que:

a cidade é o lugar onde se concentra a força de trabalho e os meios necessários à produção em larga escala – a industrial –, e, portanto, é o lugar da gestão, das decisões que orientam o desenvolvimento do próprio modo de produção, comandando a divisão territorial do trabalho e articulando a ligação entre as cidades da rede urbana e entre as cidades e o campo.

Este enfoque encontra-se voltado para a dimensão econômica da cidade e suas relações com outras cidades ou com o próprio campo. Uma abordagem que vem recebendo destaque na definição de cidade é a de sua relação com a qualidade de vida da população. Nesse sentido, destacam-se os trabalhos de Lopes (1998) e Cavalcanti (1999).

Lopes (1998, p. 45), ao abordar a questão da gestão das cidades, salienta que “poderia ser argumentado que as cidades são a forma mais eficiente de prover a sociedade de uma qualidade de vida melhor, exatamente pela gama de serviços públicos oferecidos, sem falar na riqueza e variedade de sua oferta cultural”. Constata-se, porém, que, em um número bastante significativo de cidades, isso não ocorre, principalmente quando a questão recai na oferta de infraestrutura de serviços públicos, que se tornam mais onerosos e, por isso, mais escassos.

Já Cavalcanti (1999) considera que a cidade é uma forma de organização da sociedade. Nessa forma de organização, a sociedade procura sempre buscar o atendimento de suas necessidades fundamentais e secundárias e, com isso, melhorar a sua qualidade de vida. É no interior dessa sociedade que se processam as ações sociais, políticas e econômicas que a norteiam.

Numa perspectiva diferenciada, Castells (1999, p. 423) enfatiza que “a era da informação está introduzindo uma nova forma urbana, a cidade informacional”. Esta resulta do fato de a nova sociedade estar baseada em conhecimento, organizada em torno de redes e parcialmente formada de fluxos. Observa-se que, na atualidade, as cidades são também espaços de fluxos de informações e de relações econômicas, o que contribui para a condução da dinâmica da vida urbana. Essa multiplicidade conceitual revela a complexidade existente nos estudos do mundo urbano.

Cada cidade apresenta não apenas uma dimensão isolada, mas uma superposição de várias delas, que intervêm de forma positiva ou negativa, gerando uma diversidade de aspectos materiais e imateriais. Essas diferenças decorrem da inserção de cada uma dessas dimensões, de suas relações e da sua intensidade. As cidades tendem também a formar identidades diferentes.

Com base nisso, Cidade; Morais (2004, p. 22) destacam que “algumas se caracterizam por seu papel na produção de bens e serviços, outras por seus atributos naturais e culturais, outras ainda por seu papel político”. De uma maneira geral, dentre as características que permitem melhor caracterizar a cidade, destacam-se: a presença de atividades terciárias públicas ou privadas, a continuidade dos espaços edificados (imóveis comerciais e residenciais, praças, ruas, etc.), a concentração do habitat numa área limitada, a população aglomerada, etc.

Destarte, uma característica bastante visível nas cidades é a forma como elas se apresentam em termos de organização espacial e seu tamanho demográfico. Contudo, resulta a divisão das cidades em grandes, médias e pequenas.

Santos (1982), ao se referir às pequenas cidades, enfatizou as cidades locais como:

Aglomerações em seu nível mais fundamental, nível abaixo do qual não se pode mais falar da existência de uma verdadeira cidade. Temos aqui uma questão de limite inferior da complexidade das atividades urbanas capazes, em um momento dado, de garantir ao mesmo tempo um crescimento autossustentado e um domínio territorial. A cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população, com verdadeira especialização do espaço. Poderíamos então definir a cidade local como a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações (SANTOS, 1982, p.70 e 71).

Conforme a citação, as pequenas cidades no eixo Cascavel – Foz do Iguaçu apresentam similitudes com as cidades locais mencionadas por Santos. Porém, Medianeira, como cidade que polariza as demais nas adjacências, por possuir maiores qualificativos, exercendo influência na rede urbana no que tange a seu processo industrial, comercial, educacional e outros serviços, não se configura como uma cidade local, mas uma pequena cidade em ascensão, Centro de Zona A, segundo o IBGE (2010).

Contudo, é importante destacar também o lado menos visível das cidades, ou seja, o das suas funções, da necessidade de coesão econômica e social, da capacidade de resolver os problemas sociais e ambientais, da qualidade que elas oferecem à vida de seus moradores. Nesse sentido, as pequenas cidades, tanto quanto as de maior dimensão, também possuem forma e função, que devem ser igualmente analisadas. Elas não se diferenciam apenas em decorrência do seu tamanho demográfico, mas também do ponto de vista funcional, que varia quantitativa e qualitativamente.

Segundo Corrêa (2004, p. 3-4), a pequena cidade resulta de inúmeros processos formativos:

[...] a- A pequena cidade tem diversas origens, não apenas considerando-se o período de sua criação, mas também face às motivações, agentes sociais e ao padrão de localização que condensa necessidades e possibilidades de criação de núcleos de povoamento. Trata-se de habitat concentrado que ora antecede o povoamento da hinterlândia, ora verifica-se posteriormente. Fala-se, respectivamente em habitat concentrado primário e habitat concentrado secundário.

b) A pequena cidade é entendida como um núcleo de povoamento no qual certa parte da população está engajada em atividades ligadas à transformação e circulação de mercadorias e prestação de serviços. A parte da população engajada em atividades agrárias é maior ou menor e isto pode levar a se pensar em um “continuum” rural-urbano, sem um rígido limite entre núcleos urbanos e núcleos rurais, nestes casos podendo-se falar em habitat rural concentrado; c) A pequena cidade é, assim, antes de mais nada um núcleo dotado da função de sede municipal. Reconhecemos que inúmeras vilas e povoados têm funções urbanas, mas o padrão dominante diz respeito à

presença da função político-administrativa. Ser sede municipal significa certo poder de gestão de um dado território, o município, para o qual a presença de instituições e serviços públicos, além do acesso a tributos estaduais e federais tornam-se essenciais. Associada a essa função político-administrativa, seja de forma causal ou em consequência, há atividades econômicas vinculadas à produção e circulação de mercadorias e à prestação de serviços; d) A pequena cidade pode ser melhor definida em termos do grau de centralidade do que em termos de tamanho demográfico. Ela se caracteriza por ser um centro local, isto é, um centro que exerce centralidade em relação ao seu território municipal, sua hinterlândia, onde vive uma população dispersa dedicada, sobretudo às atividades agrárias. Em muitos casos vilas e povoados estão em sua hinterlândia: constituem eles núcleos de povoamento dedicados essencialmente às atividades agrárias. Mas muitas pequenas cidades têm em suas hinterlândias algumas pequenas cidades, menores ainda, que em um passado não muito distante, constituíam vilas e povoados subordinados a elas.

Por menor que seja uma cidade, ela também desempenha uma função não central, embora muitas vezes voltada exclusivamente para a sua população. Cabe ressaltar, no entanto, que os enfoques sobre as pequenas cidades, como tamanho e critério de classificação, variam de um país para outro, mas variam principalmente conforme as concepções do autor. Sobre o tema, critério de classificação das pequenas cidades é o que abordaremos a seguir.

## **1.2-Critérios de classificação das pequenas cidades**

A valorização da temática “pequenas cidades no contexto atual” vincula-se à emergência de discussões sobre o significado e o papel do local diante do global, e sobre o desenvolvimento local como uma estratégia contra os conflitos gerados pela globalização econômica. Conforme Dowbor (2006, p. 3), “quanto mais se desenvolve a globalização, mais as pessoas estão resgatando o espaço local, e buscando melhorar as condições de vida no seu entorno imediato”.

Conforme Santos (1985), as dificuldades apresentadas à análise da temática pequenas cidades são muitas; passam, por um lado, pela fragilidade teórica e metodológica da Geografia e de outras áreas no tratamento do tema; por outro lado, a própria diversidade da realidade socioespacial brasileira constitui-se em um complicador, pois há ocorrência de pequenas cidades inseridas em áreas economicamente dinâmicas, como nas áreas de agricultura moderna, que conseguem atender as demandas básicas da sua população e as da produção agrícola, algumas apresentando considerável crescimento demográfico, e outras não.

Coexistem pequenas cidades que funcionam como produtoras de força de trabalho e também são marcadas pelo esvaziamento gerado por processos migratórios, sobretudo de pessoas em idade ativa, permanecendo os idosos. As rendas, nestas últimas localidades, são, geralmente, procedentes de transferências (aposentadorias, pensões, políticas públicas, fundo de participação dos municípios - FPM etc), sobretudo do Estado. Além dessas, há ainda pequenas cidades turísticas, industriais e algumas que têm as festividades religiosas, as manifestações culturais, as feiras, entre outros, como elementos que as inserem em um contexto socioeconômico mais amplo.

Pode-se pontuar, ainda, a ocorrência de pequenas cidades localizadas nos entornos metropolitanos, as quais se apresentam bastante diversas das demais. Corrêa (2004, p. 75), tratando sobre a diversidade das pequenas cidades no conjunto da rede urbana brasileira pós 1980, afirmou que “as pequenas cidades nasceram ou rapidamente se tornaram lugares centrais de pequenas hinterlândias agropastoris. Localizam-se por toda parte e suas hinterlândias são diferenciadas em termos demográficos, produtivos e de renda”.

O debate sobre pequena cidade envolve as seguintes questões: os critérios definidores de cidade, de população rural e urbana, e mesmo os conceitos de cidade, urbano, urbanização, urbanidade, campo, rural e ruralidade.

A conceituação de pequena cidade não se restringe a uma delimitação fixa e exata que visa a estabelecer limites determinados e rigorosos. Comumente, está vinculada à questão política de decreto-lei que normatiza regras e modelos a serem seguidos.

A pequena cidade possui, portanto, uma materialidade no seu plano espacial, enquanto forma no processo de urbanização, e uma imaterialidade que pode estar relacionada aos seus fluxos informacionais, que traduzem sentidos econômicos, políticos, culturais, etc.

Essa realidade urbana não está dissociada de um ponto de compreensão maior, ou seja, a cidade, embora a adjetivação “pequena” retrate uma relação de mensuração e qualificação<sup>1</sup> quanto ao seu tamanho, expresso no universo dialético da divisão territorial do trabalho em escala global.

Contudo, a pequena cidade apresenta uma dimensão geral que é comum aos demais centros urbanos e, de outro modo, revela particularidades, ou seja, predicados que são parte do todo em conjunto e características únicas que se combinam na produção desigual do espaço de relações sociais na divisão territorial do trabalho.

---

<sup>1</sup> A mensuração refere-se a determinar a medida em tamanho, comparações entre maior e menor, relativo a número, enquanto a qualificação está para o conjunto de qualidades, em se tratando de cidade, suas funções e sua dinâmica.

Ao escrever sobre divisão territorial do trabalho, procura-se responder por que existem pequenas cidades. Segundo David Bell e Mark Jayne (2006, p.04)<sup>2</sup>, há algumas questões que merecem ser pensadas a esse respeito, por exemplo: “O quão pequeno é o pequeno? E quais métodos de mensuração do tamanho são úteis? Por assumir uma postura contrária a generalização, optamos contra qualquer exigência aos conceitos de mínimo e máximo”. O tamanho não ajusta tudo, alguns trabalhos o confirmam:

[...] em estudos dos Estados Unidos, uma cidade pequena é usualmente definida como tendo menos de 50 mil habitantes (Brenan e Hoene, 2003); em estudos de ‘países desenvolvidos’, um pequeno centro urbano pode ser classificado como um que tenha de 5.000 a 20.000 habitantes, embora aqui a variação nacional e regional torne uma definição desse tipo insustentável (Hardoy e Satterthwaite 1986b) [...]. (BELL; JAYNE, 2006, p. 4, tradução nossa)<sup>3</sup>.

Antes de buscar refletir sobre esse quadro de questionamentos, deve-se efetuar algumas considerações a respeito das características dessa temática no caso brasileiro, realidade na qual se insere o recorte espacial da pesquisa – a pequena cidade de Medianeira -, e também no contexto mundial. Por isso, nesse encaminhamento, deduz-se que:

[...] as cidades pequenas oferecem o qualificativo inicial para a caracterização do urbano e da cidade porque, núcleos dessa magnitude, não apresentam dimensões populacionais muito complexas, o que permite avaliar com melhor clareza como se expressam as principais demandas da população (JURADO DA SILVA; SPOSITO, 2009b, p. 205).

Logo, se discutido o conceito de cidades pequenas, há a necessidade de se comparar definição e conceituação<sup>4</sup>, para que se tenha melhor clareza sobre a discussão geográfica desencadeada em torno da questão.

<sup>2</sup> “How small is small? And what ways of measuring size are useful? Given our allergy to generalization, we decided against any minimal or maximal requirements” (BELL; JAYNE, 2006, p.04).

<sup>3</sup> “In studies from the USA, a small city is often defined as having less than 50,000 inhabitants (Brennan and Hoene, 2003); in studies from “developing countries”, a small urban centre might be classed as one which has 5,000 to 20,000 inhabitants, although here national and regional variation make such a definition unsustainable (Hardoy and Satterthwaite 1986b) [...]” (BELL; JAYNE, 2006, p. 04).

<sup>4</sup> Cf. Bramont - 2010, a definição remete, em sua essência, a delimitação. Por meio dela, temos a pretensão de conseguir apresentar algo de forma precisa por meio de palavras. Já conceito se relaciona mais com ideias e pensamentos sobre determinado tema. O primeiro (definição) busca palavras que restrinjam os possíveis significados de algo, excluindo tudo o que determinado assunto “não é”, enquanto o segundo (conceito) reconhece as possíveis múltiplas perspectivas e abordagens.

É interessante levar em conta as principais demandas da população, e não somente o aspecto demográfico, uma vez que tal posicionamento acaba por afetar o debate conceitual que envolve a adoção de diversas escalas espaciais de compreensão geográfica.

Por isso, como comentou Harvey, “parte da dificuldade que experimentamos em lidar com ela [a cidade] pode ser atribuída à sua complexidade inerente”. Mas nossos problemas podem também ser atribuídos à nossa falha em conceituar corretamente a situação: “Cada disciplina usa a cidade como um laboratório no qual testa proposições e teorias sobre a própria cidade. Este é o principal problema a ser superado se estamos decididos a entender (o controle à parte) a complexidade da cidade”(HARVEY, 1980, p. 13).

Isso tem ficado nítido quando se verifica os diversos parâmetros utilizados para a definição de cidade no mundo e no Brasil, o que acaba por implicar numa visão político-administrativa e/ou demográfica e, por outro lado, pouco sociológica, geográfica e histórica. Nesse caso, no panorama político, tem-se uma definição e não uma conceituação.

A definição de cidade nos diferentes países é diversa e não obedece a uma regra geral e universal. Os critérios podem ser concernentes ao tamanho populacional; aspectos econômicos, funcionais e/ou infraestruturais; serviços; político-administrativo, etc.

No Brasil, por exemplo, esse parâmetro é baseado no seu sentido político-administrativo, que reconhece a cidade como sede municipal.

No entanto, não há exigência do plano diretor com núcleos urbanos que apresentam baixo número demográfico (menos de vinte mil habitantes). Tais centros não são obrigados a realizar o plano diretor, porém, dependendo do Estado é obrigatório. No Paraná, a exigência vale para todos os municípios que desejam se habilitar aos convênios de financiamentos de obras e ações de infraestrutura, equipamentos e serviços disponibilizados pelo Governo do Estado, conforme a Lei Estadual nº 15.229, de 2006.

Entretanto, experiências bem sucedidas, realizadas no campo do planejamento multidisciplinar e na realização de Planos Diretores para as cidades pequenas mineiras, têm sido destacadas por Soares (2008). Com esse raciocínio, a autora explora tanto o universo político da questão quanto o prático-conceitual, com a preocupação de elucidar o assunto pelo enfoque das cidades de pequeno porte.

Por força de decreto, a cidade tem seu perímetro urbano, isto é, uma espécie de linha imaginária que separa a cidade do campo, visto como negação do urbano, e, na maioria dos casos, não condiz com a realidade espacial e o conteúdo social vivenciado nesses locais. Por seu turno, a vila seria também a sede do distrito, e pertenceria ao domínio administrativo do município.



Nesse bojo, o critério administrativo não tem sido muito útil para o avanço das discussões sobre o conceito de cidade pequena. Esta definição acaba por implicar diretamente, conforme Jurado da Silva; Sposito (2009b): a) na artificialidade da fronteira entre cidade e campo, com a eleição arbitrária do perímetro urbano para delimitar tais espaços; b) na distorção do conceito de cidade, porque não toma como ponto de referência a dimensão histórico-geográfica desta realidade; e c) numa corrida pela arrecadação fiscal, seja ela decorrente da arrecadação de impostos (como o Imposto Predial Territorial Urbano) e/ou de fundos concedidos pela esfera governamental federal (como é o caso do Fundo de Participação dos Municípios – FPM).

Por outro lado, em momento anterior, Davidovich; Geiger (1961) já alertavam para o fato de que há mais problemas relacionados a essa definição, visto que: “esta generalização mascara, naturalmente, grandes contrastes: aí estão englobadas as sedes de extremos municípios da Amazônia, dotadas de população ínfima e centros importantes, como São Gonçalo e Nilópolis-RJ, cujos respectivos municípios possuem áreas reduzidas”. Por outro lado, nem sempre a elevação de um distrito à categoria de cidade implica no seu desenvolvimento efetivo – muitas vezes é resultado de injunções políticas e financeiras.

Segundo Davidovich; Geiger (1961, p. 03), “no entanto, algumas vilas apresentam população superior a certas cidades: em 1950, São Gonçalo possuía 20.000 habitantes aproximadamente e a vila de Neves acima de 50.000 habitantes”. Essa constatação não fica restrita aos exemplos concedidos por esses autores, e pode ser aplicada a muitos outros centros no Brasil, em diferentes regiões, como Amazônia, Nordeste e Centro Sul.

Os municípios e as cidades surgem, em alguns casos, para salvaguardar os interesses políticos e eleitorais de certas elites locais do que propriamente pelo horizonte de sua real significação e importância social. Isso favorece, na mesma medida, a especulação do solo, a reprodução do espaço e a manutenção do poder nas mãos de poucos.

Em São Paulo, também foi colocado em pauta, na assembléia legislativa estadual, o projeto de lei complementar 47/2010, que visa a regulamentar a criação de municípios, baseando-se em estudos sobre “viabilidade municipal”, que procuram direcionar uma série de requisitos para que haja a elevação de uma vila à categoria de cidade e, assim, valorizem-se outras dimensões da realidade social e material. Entretanto, há de se ressaltar que a cidade continua sendo decretada/definida por ordem político-administrativa, e que tal medida possui o interesse de proteger os cofres públicos face à criação de novos municípios.

Com isso, é preciso também ressaltar que o quadro de definição político-administrativa da cidade não se restringe somente ao Brasil. Melo (2008), nesse caso,

synetizou parte da literatura sobre o tema, conforme quadro 01, com as definições de cidade em alguns países.

<i>País/ Organizações</i>	<i>Tipo de critério</i>	<i>Cidade</i>
Argentina	Tamanho demográfico	Localidade com 2.000 hab. ou mais
Brasil	Político-administrativo	Sede de município
Canadá*	Tamanho demográfico (variável entre os estados)	Town - entre 500 e 2.500 habitantes (mínimo) City - entre 3.000 e 5.000 habitantes (mínimo)
Chile	Tamanho demográfico ou tamanho demográfico mais ocupação da PEA	“ <i>Entidad urbana</i> ” com mais 2.000 habitantes ou 1.001 a 2.000 habitantes e 50% ou mais da PEA ocupada em atividades secundárias ou terciárias
Dinamarca	Tamanho demográfico	Comunidade urbana com 250 hab. ou mais
Espanha	Tamanho demográfico	Comunidade urbana com 10.000 hab. ou mais
Estados Unidos**	Tamanho demográfico (variável entre os estados)	Town- entre 500 e 2.500 habitantes (mínimo) City- entre 3.000 e 5.000 habitantes (mínimo)
França	Tamanho demográfico	Área urbanizada com mais de 2.000 habitantes
Islândia	Tamanho demográfico	Comunidade urbana com 300 hab. ou mais
Itália	Funcional	Deve conter áreas residenciais, industriais e comerciais, bem como desenvolver funções administrativas que envolvem uma área geográfica mais ampla, servindo de referência a municípios ( <i>comuni</i> ) vizinhos.
OCDE	Densidade populacional	Densidade populacional de 150 habitantes por km <sup>2</sup>
ONU	Tamanho demográfico	Área urbanizada com mais de 20.000 habitantes
Paraguai	Político-administrativo	Sede de município
Portugal***	Número de eleitores e equipamentos urbanos	Aglomerado populacional contínuo, com um número de eleitores superior a 8.000, possuindo, pelo menos, metade dos seguintes equipamentos coletivos: i) Instalações hospitalares com serviço de permanência; ii) farmácias; iii) corporação de bombeiros; iv) casa de espetáculo e centro cultural; v) museu e biblioteca; vii) instalações de hotelaria; viii) estabelecimento de ensino preparatório e secundário; ix) estabelecimento de ensino pré-primário e infantários; x) transportes públicos, urbanos e suburbanos; xi) parques ou jardins públicos.

Quadro 01 – Cidades: critérios e definição em alguns países, ano 2007.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Portugal, 2007. INDEC/Argentina, 2007. Organização: Melo (2008, p. 441). Adaptado por Jurado da Silva, 2009.

\*Com exceção da Província de Quebec.

\*\*A elevação do estudo de *town* para *city* não é obrigatória em muitos dos estados dos Estados Unidos da América. Nos Estados Unidos, muitas comunidades urbanas, de apenas 250 a 500 habitantes, são categorizadas como cidades. O principal motivo é que, durante a expansão americana rumo ao Oeste, ao Oceano Pacífico, no século XIX, os fundadores de novas comunidades urbanas nestas áreas escassamente povoadas decidiram nomear essas comunidades como “cidade”.

\*\*\* “Importantes razões de natureza histórica, cultural e arquitetônica poderão justificar uma ponderação diferente dos requisitos enumerados” (Art. ° 14 da lei n. de 1982). O estatuto de cidade, em Portugal, não tem valor administrativo. Embora a maior parte das cidades portuguesas seja sede de município, há cidades que não o são, e mais de metade dos municípios portugueses têm como sede, vilas. Apesar disso, o número de cidades e vilas existentes no território de um determinado município tem influência nas transferências financeiras que esse município recebe da administração central.

O estabelecimento de critérios para a delimitação/conceituação das pequenas cidades tem sido tema de discussão no âmbito da ciência geográfica. Embora não seja o recorte analítico mais abordado na geografia urbana, diversos e diferentes autores, como Santos (1988, 1989), Corrêa (1999, 2004, 2006), Soares (2003) e Geiger (1963), dentre outros, investiram e investem nesse debate, que tem ganhado projeção na atualidade, com pesquisas que valorizam o desenvolvimento local, dentre outras.

A definição apresentada pelo IBGE (2000) estabelece como critério o número populacional, sendo de até 100 mil habitantes para a cidade pequena, de 100 a 500 mil para a média, e mais de 500 mil para a grande. Porém, apenas classifica numericamente, e não estabelece critérios básicos para avaliar os patamares mínimos, médios e máximos que compõem essas categorias de cidades. Num país com dimensões continentais, e heterogeneidade em relação à sua formação urbana e distintas dinâmicas regionais, impõe alguns cuidados para o pesquisador, pois “os municípios brasileiros, bem como suas sedes, variam ao extremo quanto a conteúdo, dimensões, população, etc”. Segundo Geiger (1963), a adoção de critérios rígidos pode conduzir à generalização.

Nesse caso, de acordo com Endlich, é mister afirmar:

[...] uma cidade definida como pequena pelos seus dados demográficos intraurbanos pode não ser funcionalmente pequena. A definição desta área de influência depende da densidade de núcleos urbanos na região de comparação e do desenvolvimento terciário, como a composição comercial e a animação da cidade. Desta maneira, a área de influência de uma localidade é a medida de sua importância (ENDLICH, 2006, p. 89).

Refletindo sobre as pequenas cidades, Santos (1989, p. 15) esclarece que “as estatísticas internacionais estabeleceram um marco de 20 mil habitantes para esse tipo de cidade”, muito embora, para este autor, só a partir de certo estágio de desenvolvimento e dinamismo é que a cidade se define.

Como aponta Souza (2003, p. 25), “toda cidade é do ponto de vista geoeconômico, isto é, das atividades econômicas vistas a partir de uma perspectiva espacial, uma localidade, de maior ou menor nível de acordo com os bens e serviços que ela oferta e a faz atrair consumidores.” Quanto à definição do que é pequena, média ou grande cidade, cada país apresenta sua interpretação ou interpretações.

Milton Santos denominou a pequena cidade como cidade local, e acrescentou que esta corresponde a “[...] aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou

criadas de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações” (SANTOS, 1982, p. 71).

Endlich (2006), acerca da discussão contemporânea das pequenas cidades, considera que há uma imensa dificuldade no entender melhor esses centros, uma vez que o conceito de pequenas cidades é de difícil elaboração. A autora propõe a seguinte conceituação sobre as pequenas cidades:

O conceito de pequenas cidades é daqueles de difícil elaboração. As localidades assim denominadas oferecem elementos para se discutir não só o conceito de pequenas cidades como o próprio conceito de cidade, pois nelas são avaliados os qualificativos que devem compor o limiar entre a cidade e não cidade. As pequenas cidades são localidades em que tais requisitos se apresentam, ainda que com patamares mínimos (ENDLICH, 2006, p. 85).

Entendemos que a qualificação ou não de cidades deve ir além do número de habitantes, e que esse critério não deve engessar as discussões e análises. Tal critério apresenta-se como um caminho, entretanto, a vida de relações presente na localidade é que deve definir seu contexto urbano ou rural. A maneira como a população emprega seu tempo nas atividades realizadas, e como suas práticas cotidianas são preenchidas por hábitos urbanos, valores urbanos geralmente vinculados ao consumo de mercadorias industrializadas.

Os pequenos núcleos, há muito tempo, perderam o caráter bucólico e pacato, no qual a violência, as favelas e a poluição não existem. Todavia, enquanto tais problemas estão se alastrando, o poder público continua a administrar tais cidades sem conhecer a fundo suas necessidades socioespaciais. Os habitantes, por sua vez, muitos oriundos da zona rural, mantêm-se em letargia quanto à interação sobre as questões políticas, e adotam o clientelismo como meio de adquirir favores e resolver problemas no âmbito individual, enquanto que a luta coletiva é quase inexistente.

Contudo, ampliam-se também as desigualdades sociais, de maneira que tais urbes passam cada vez mais a apresentar problemas semelhantes aos centros maiores, no que tange a emprego, educação, habitação e meio ambiente, entre outros.

Olhando para a realidade brasileira, entendemos a urgência de políticas públicas em prol de tais urbes, pois as mesmas representam

[...] a célula-máter que atende às necessidades de uma população; tais necessidades variam em função da densidade demográfica, comunicações e da economia da região, bem como do comportamento sócio-econômico [sic] de seus habitantes. Porém, cada uma dessas cidades constitui um caso específico quando se leva em conta sua função principal (SANTOS, 1989, p. 15).

A aplicação de modelos administrativos ou de planejamento executados em centros maiores, ou fruto de experiências internacionais, inviabiliza o resultado positivo, pois deve se considerar que a dinâmica socioespacial de cada cidade é um caso particular, que a difere das demais. Santos (1988, p. 46) esclarece que: “as cidades pequenas ou grandes, enquanto lugares são singulares e uma situação não é semelhante à outra, e cada lugar combina de maneira particular variáveis que podem ser comuns a vários lugares”.

O contexto regional, no qual tais cidades estão inseridas, é de suma importância, já que o espaço urbano é reproduzido tanto em função das relações intraurbanas quanto das interurbanas. Assim, a economia regional influencia no processo de produção do espaço nas pequenas cidades. Embora pareçam isoladas, enquanto dimensão espacial da sociedade, encontram-se relacionadas às transformações do modelo de consumo no mundo.

Roberto Lobato Corrêa apontou a situação destas cidades no início da década de 1990. Na compreensão do referido autor, o contexto de transformações característico da transição entre os séculos XX e XXI surtiu efeitos diferenciados em muitas pequenas cidades. Tendo como referência as cidades com população entre 10.000 e 15.000 habitantes, Corrêa (1991, p. 14) mostra que estas “[...] passaram a constituir locais de concentração da força de trabalho rural. Muitas delas, especialmente as menores, transformaram-se em hábitat rural concentrado, possuindo algumas poucas funções urbanas”.

Para Rochefort (1961), as cidades também podem ser classificadas a partir de suas funções urbanas, numa hierarquização das localidades, definidas pelo autor da seguinte maneira: “Capital da rede; a Capital do Grande Porto; Grande Centro regional de primeira ordem; o Centro regional de segunda ordem; Centro regional de terceira ordem; Centro local de primeira ordem e Centro local de segunda ordem” (ROCHEFORT, 1961, p. 15, tradução nossa)<sup>5</sup>.

Segundo Rochefort (1961), os centros locais são possuidores de funções urbanas mais simples, desempenhando papel de dependência em relação a outras localidades. Assim,

---

<sup>5</sup> “Capitale du reseau; Grand port de la capitale; Grand centre regional de 1er ordre; Centre regional de 1er ordre; Grand centre regional de 2ème ordre; Centre regional de 2ème ordre; Centre regional de 3ème ordre; Centre local de 1er ordre e Centre local de 2ème ordre” (ROCHEFORT, 1961, p. 15)

Rocheftort (1961) e Santos (1982) compreendem como cidade local o aglomerado urbano que atende apenas às necessidades básicas e vitais de sua população.

Essas aglomerações, para conseguir suprir as demandas consideradas básicas, recorrem à mão-de-obra de outras cidades, demonstrando que o nível de suas funções está no limite inferior da complexidade urbana. O acesso a serviços e equipamentos mais especializados é obtido, necessariamente, em cidades que apresentam funções urbanas mais elevadas. Nesse contexto, Medianeira encontra-se imbricada nesta discussão, no que concerne às questões de serviços especializados no setor de comércio, saúde e educação, atendendo a demanda local, intermunicipal e regional, conforme abordaremos nos capítulos seguintes.

Certamente, não se esgotam aqui as realidades apresentadas por pequenas cidades, outros tipos de pequenos centros se tornarão conhecidos à medida que se ampliem os estudos sobre a referida categoria de cidades.

Conforme Santos (1988), não podemos mais falar da clássica noção de rede urbana, pois as relações mudaram de conteúdo e de forma, uma vez que uma cidade não fica mais necessariamente restrita a manter relações com o seu entorno, mas com espaços mais distantes. Essa relação de subordinação foi rompida, deixando para trás o tradicional esquema piramidal e militar que perdurou por cerca de um século, pois, com os avanços da tecnologia dos transportes e da comunicação, houve flexibilidade nos fluxos, possibilitando uma refuncionalização dos centros preexistentes.

Neste contexto, é salutar mencionar as interações que as pequenas cidades na mesorregião oeste paranaense têm com as cidades que apresentam maior qualificativos, à exemplo de Toledo, Marechal Cândido Rondon e Medianeira e as cidades médias de Cascavel e Foz do Iguaçu, porém, as pequenas cidades não ficam restritas apenas as cidades polarizadoras, pois diante do desenvolvimento técnico-científico informacional, estas cidades tem relações de comunicação, comércio, informação e serviços em várias escalas espaciais, isto é, de forma globalizada.

Ainda no dizer de Santos (Op. Cit.), o mundo encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global, possibilitando que mesmo o escalão inferior da rede urbana possa participar de um ou mais circuitos espaciais de produção. Destarte, as cidades de pequeno porte sofreram alterações funcionais que possibilitaram a performance de papéis importantes dentro da rede urbana, a exemplo de Medianeira, que passou pelo processo do extrativismo, o agrário, o agroindustrial, e emerge atualmente para outros ramos e setores da economia.

### 1.3-Estudo sobre as pequenas cidades

Tratando de questões relacionadas às pequenas cidades, podem ser citados estudos como os de Harris (1956)<sup>6</sup>, Azevedo (1957)<sup>7</sup>, Geiger (1963)<sup>8</sup>, Alegre (1970)<sup>9</sup>, Juanico (1977)<sup>10</sup>, Silva (1978)<sup>11</sup>, Santos (1979, 1993, 2004)<sup>12</sup>, Singer (1990)<sup>13</sup> e Faissol (1994)<sup>14</sup>, entre outros.

Diante do rol de trabalhos sobre médias e grandes cidades, são poucos os estudos científicos sobre as pequenas. Mesmo não sendo uma temática nova, carece de aprofundamentos, principalmente no âmbito da ciência geográfica. Enfatiza-se, a seguir, alguns trabalhos sobre pequenas cidades, pois faz-se necessário à reflexão sobre os estudos relevantes às pequenas cidades.

Silva (1976) desenvolveu um estudo sobre pequenas cidades nos estados do Maranhão, Pernambuco e São Paulo, chamando a atenção sobre a dificuldade que havia em definir o que é uma pequena cidade, tendo em vista que definições operacionais, baseadas em valores numéricos do tamanho populacional, variam muito de um país para outro, ou mesmo de uma região para outra. Para efetivar seu estudo, considerou pequenas cidades aquelas que, em 1960 e 1970, possuíam população de até 20 mil habitantes.

---

<sup>6</sup> Pesquisa de cunho antropológico realizada entre os anos 1950 e 1951, sobre a cidade de Rio das Contas (BA), denominada, no trabalho, Minas Velhas, localizada no Planalto da Serra do Espinhaço, possuindo, na época da pesquisa, cerca de 1.500 habitantes (HARRIS, 1956; CASTRO, 2001). O autor concluiu que a pequena cidade baiana tinha características urbanas, tendo como referência a noção de cultura urbana.

<sup>7</sup> No texto intitulado “Vilas e cidades no Brasil Colonial”, o autor estabeleceu considerações sobre o parâmetro demográfico mínimo para se considerar a existência de uma cidade no Brasil.

<sup>8</sup> Na obra “Evolução da Rede Urbana Brasileira”, encontram-se reflexões sobre a definição de cidade no Brasil, e considerações sobre a dificuldade de se estabelecerem os parâmetros mínimos para afirmar se uma localidade é ou não uma cidade.

<sup>9</sup> Cita-se o trabalho de análise do urbano no Brasil, no ano de 1970, com a utilização de técnicas cartográficas. O autor, mesmo não estando diretamente preocupado com o estudo de pequena cidade, fez considerações importantes sobre esse assunto. Ver análises nos próximos subitens.

<sup>10</sup> Tratou da importância do desenvolvimento de uma rede de pequenas cidades economicamente viáveis, que funcionem com centros menores de crescimento e que desarticulem a tendência de concentração dos recursos nas cidades primazes e em alguns poucos grandes centros nos países de “terceiro mundo”.

<sup>11</sup> O autor apresentou uma proposta de técnica de pesquisa para pequenas cidades tendo em vista produzir subsídios à elaboração de planos de desenvolvimento, sem, contudo, discutir sobre conceitos e parâmetros de definição.

<sup>12</sup> Proposições sobre cidades locais.

<sup>13</sup> Na obra “Economia Política da Urbanização”, o autor apresentou considerações sobre as funcionalidades exercidas pelas pequenas cidades e sobre o conceito de cidade. Ver análises nos próximos subitens.

<sup>14</sup> O autor, ao analisar o sistema urbano brasileiro de 1980, considerou também as pequenas cidades (centros de zona e cidades sem centralidade) como o nível inferior desse sistema. Constatou que as pequenas cidades continuam sendo um segmento abandonado do sistema urbano e indicou a necessidade de incluir essas localidades em uma política urbano-regional integrada. Apesar das contribuições, o autor não apresentou considerações conceituais e metodológicas sobre pequena cidade.

Juanico (1977) estudou as pequenas cidades no Terceiro Mundo, procurando demonstrar a importância de se promover o seu desenvolvimento e, com isso, concentrar mais recursos para as mesmas. Em sua opinião, isso contribuiria para diminuir a migração rural-urbana para as cidades maiores, ou seja, migrações do campo para cidades maiores e de cidades menores para as maiores.

O autor destacou que, a exemplo do que ocorre nas grandes cidades, as pequenas também devem ser beneficiadas com infraestrutura e serviços: estradas, eletricidade, abastecimento de água, esgoto, atendimento médico, oportunidades educacionais, serviços de comunicações e recreação. No conjunto, pode-se considerar que seu estudo não se centrou em países específicos, mas, de uma maneira geral, naqueles do Terceiro Mundo.

Juanico aponta para uma questão de relevada importância quando associada à situação de muitas das pequenas cidades do estado do Rio Grande do Sul. Nelas, o não atendimento das necessidades acima referidas é, em grande parte, responsável pela evasão da população e, conseqüentemente, pela estagnação econômica dessas cidades.

Diante dessa situação, uma pergunta se coloca: como esses problemas poderiam ser resolvidos? Sabe-se que os governos locais têm uma grande responsabilidade, pois estão bastante próximos das populações que governam, portanto, acompanham mais de perto os problemas que as envolvem.

Nesse sentido, deveriam caminhar na busca de soluções que visassem a equacionar ou, pelo menos, minorar esses problemas, contribuindo, assim, para a promoção do desenvolvimento dessas áreas. Isso poderia ser efetivado através da tentativa de atrair mais investimentos públicos (melhoria da infraestrutura viária e de comunicações, políticas de crédito à produção agropecuária, etc.) e privados de forma articulada.

Seria importante, também, envolver mais as comunidades, que deveriam se exercitar na busca de soluções para os desafios que enfrentam. Muitas vezes, elas são mais criativas que os governos locais aos quais estão subordinadas.

Ainda existem outras alternativas que deveriam partir dos governos municipais, como, por exemplo: estimular a criação de cooperativas e a diversificação da produção, fornecer assistência técnica aos produtores rurais, incentivar o beneficiamento dos produtos oriundos do campo, pois estes estimulariam o comércio e contribuiriam para que o agricultor elevasse sua renda. Uma boa renda no campo se reflete positivamente na cidade, com o surgimento de novos serviços e, conseqüentemente, de mais empregos para a população.

A preocupação demonstrada por Juanico (1977) é reafirmada por Silva (1978), que se utiliza de uma interessante técnica de pesquisa para o estudo de pequenas cidades brasileiras,



sem estabelecer, entretanto, nenhuma definição para as mesmas. O autor considerou aquelas com população inferior a 10 mil habitantes, argumentando que, nos estudos regionais, “apenas as grandes e médias cidades têm merecido maior atenção” dos estudiosos, enquanto as pequenas, muitas das quais em crescimento, não têm sido lembradas com tanta frequência.

Isso ocorre provavelmente por se supor que seus problemas não são tão graves quanto aqueles das metrópoles, fato que não deveria privá-las de ser alvo de estudos. Deve-se considerar que problemas também existem nas pequenas cidades, embora, obviamente, de natureza e intensidade diferentes daqueles das grandes. Em seu trabalho, realizado em 1971, Silva fez uso de fotografias aéreas na escala de 1:25.000, com o objetivo de identificar cidades com população inferior a 10.000 habitantes.

Destacou a importância de estudar as pequenas cidades e sua expansão nas últimas décadas, bem como de identificar suas funções e fatores locais e micro-regionais de desenvolvimento, uma vez que as administrações estão sendo obrigadas a elaborar planejamentos com previsões para crescimento futuro. Enfatizou ainda que a técnica de pesquisa para essas cidades pode constituir-se em atividade preliminar como subsídio ao planejamento de suas expansões.

Também preocupado com o planejamento das cidades, Nunes (1981) desenvolveu um estudo sobre as pequenas cidades e o planejamento local na região nordeste do Brasil, cujo objetivo central apoiou-se na formulação de uma proposta de planejamento urbano baseado em duas diretrizes principais: a vocação econômica e o processo de planejamento local. Para identificar as pequenas cidades, utilizou como critério o tamanho da população, mesmo admitindo que este, por si só, não exprimia as verdadeiras características urbanas de uma sociedade. Assim, estabeleceu como universo de estudo cidades cujas populações estivessem na faixa de 5.000 a 35.000 habitantes.

Por outro lado, todas “as cidades do Nordeste brasileiro que em 1970 tinham mais de 35.000 habitantes já se achavam incluídas em programas especiais de desenvolvimento urbano, classificadas, portanto, como ‘cidades de porte médio’, ou como componentes de áreas metropolitanas” (NUNES, 1981, p. 47).

Considerando a perspectiva de Santos (1989), para quem, na identificação do tamanho de uma cidade, não basta apenas considerar o critério quantitativo, mas é preciso adotar também o qualitativo, o governo do estado de São Paulo, através da Coordenadoria de Ação Regional, realizou, em 1981, um estudo cujo objetivo principal residia na caracterização dos equipamentos básicos dos assentamentos urbanos de pequeno porte, no que se referia à oferta de bens e serviços. Nesse trabalho, ficou evidente que “todo e qualquer critério para a seleção

de centros de pequeno porte é tarefa relativa e arbitrária que depende, em última instância, da análise da distribuição do sistema urbano” (SANTOS, 1989, p. 23).

Ruckert (1981) desenvolveu uma pesquisa sobre as pequenas cidades coloniais do norte do estado do Rio Grande do Sul, considerando aquelas que, no censo de 1970, possuíam até 10 mil habitantes. Segundo os resultados apresentados, o norte do estado estava composto por 112 municípios, enquadrados em 10 micro-regiões homogêneas. A escolha desse espaço foi baseada na divisão previamente elaborada pelo Distrito Geo-Educacional 38, da FIDENE/Ijuí. O trabalho teve como objetivo mostrar as mudanças econômicas e sociais ocorridas nas pequenas cidades coloniais do norte do estado.

Capineri (1988), ao apresentar uma resenha sobre pequenas cidades italianas, chamou a atenção para o fato de que, na Itália, foi somente após a metade da década de 1960 que a cidade deixou de ser vista simplesmente como um fato geográfico e começou a ser considerada como um projeto de gestão. No entanto, conforme a autora, mesmo dentro desta visão, pouca ênfase foi dada ao estudo de pequenas e médias cidades.

Ao desenvolver um estudo específico sobre pequenas cidades, o caso de Porretta Terme, a autora destacou que as pequenas e médias cidades, que há cerca de 20 anos foram um dos objetos preferidos nos estudos geográficos tanto na Itália quanto no exterior, foram reconsideradas na literatura geográfica italiana, principalmente quando se trata da relação com fenômenos da contraurbanização e da desurbanização que têm lugar em várias áreas metropolitanas.

O objetivo principal de seu trabalho foi o de analisar o padrão gravitacional de uma pequena cidade situada nos Alpes Bolonheses, considerando, de forma geral, as características elementares e relacionais do micro-sistema urbano dessa cidade. Para isso, utilizou-se de dados estatísticos oficiais e não oficiais, tais como: índice demográfico e social (mobilidade da população, saldo natural e migratório, etc.); índices sobre habitação e sua tipologia (época de construção, forma de ocupação); e índices relativos à economia (grau de atividade, composição profissional, grau de industrialização, etc).

Considerando a questão do tamanho das cidades, Vallega (1995) deu bastante ênfase ao número de habitantes. Em sua análise, procurou demonstrar as diferenças de serviços e as vantagens e desvantagens existentes entre as pequenas e as grandes cidades. Enfatizou que quanto maior é uma cidade e mais rapidamente se desenvolve, tanto maiores são as dificuldades que encontra para bem se organizar, para oferecer bons serviços e propiciar uma boa qualidade de vida. Uma cidade pequena, ao contrário, consegue atender melhor as exigências de seus cidadãos.

Conforme Silva; Soares (2004), as pequenas cidades têm sido, na atualidade, objeto de estudo de várias ciências, por estarem ligadas às transformações do modelo de consumo do mundo. Enfatizam também que essas cidades, cuja economia ainda é bastante marcada pela atividade agrícola, estão passando por um processo de mudança em função da expansão de suas áreas industriais e habitacionais, estabelecendo, assim, uma nova reorganização espacial.

A escolha do município de Machado, MG, como objeto de estudo dessas pesquisadoras, deveu-se ao fato de ele estar inserido no atual cenário do crescimento populacional decorrente do processo de industrialização e de incrementos econômicos e modernização agrícola nos setores cafeeiro e leiteiro.

No caso do Rio Grande do Sul, constata-se que a maioria das pequenas cidades também tem sua economia centrada nas atividades agropecuárias, à semelhança do que ocorre em Machado. Para desenvolver o trabalho, as autoras fizeram um levantamento bibliográfico sobre o tema em questão, no qual discutiram o significado de pequenas cidades, cidades locais e pequenos centros. Buscaram informações em meio on-line e em órgãos oficiais, além de efetuarem pesquisa de campo, coletando dados através de entrevistas que, posteriormente, foram analisadas.

As autoras assinalam que o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) utiliza a expressão “pequenos centros” para aquelas cidades cuja população é de até 50 mil habitantes, como já foi mencionado anteriormente. No entanto, esses pequenos centros se subdividem em três grupos, por tamanho populacional: o primeiro grupo, constituído de cidades de até 10 mil habitantes; o segundo, de cidades entre 10 a 20 mil habitantes; e o terceiro grupo, de cidades com 20 a 50 mil habitantes. De acordo com o IPEA, Machado estaria então no terceiro grupo, pois, conforme o IBGE, em 2000, possuía uma população de 34.866 habitantes.

Corroborando o limite máximo de 50 mil habitantes estabelecido pelo IPEA para as cidades pequenas, tem-se a posição de Ellis Katz (2004), professor emérito de Ciência Política e membro do Centro de Estudo do Federalismo na Universidade de Temple, na Pensilvânia, Filadélfia. Ao fazer um estudo nos EUA sobre governo autônomo local, o autor destaca que, nesse país,

[...] existe atualmente uma grande variedade de comunidades que somam mais de 36 mil cidades grandes e pequenas”. É nas cidades pequenas, aquelas cuja população é de até 50 mil habitantes, que vive a maior parte da população americana, ou seja, 65,7% da população. Destes, 16,1% vivem em cidades de 10 a 50 mil habitantes, e os 49,6% restantes, em cidades com menos de 10 mil habitantes (KATZ, 2004, p. 46).

Katz (2004) afirma também que o tamanho da população de uma comunidade local afeta tanto os tipos de serviços que podem ser prestados quanto a natureza da vida cívica. É comum ocorrer, em numerosas comunidades locais muito pequenas, a impossibilidade de manter determinados serviços, como: corpo de bombeiros, escolas, sistema de tratamento de esgoto ou coleta de lixo. Para solucionar tais problemas, essas pequenas comunidades se unem às vizinhas para compartilhar esses serviços, ou então firmam contrato com o governo.

Outro trabalho que reafirmou o limite máximo de 50.000 habitantes para pequenas cidades foi o de Varela (2000), que efetuou um estudo sobre essa categoria de cidades no Chile. O objetivo de seu estudo foi o de analisar o comportamento demográfico e econômico de uma pequena cidade que faz parte do sistema urbano da Décima Região dos Lagos, Centro Sul do Chile. Segundo a autora, no sistema urbano chileno, considera-se cidades pequenas aquelas cujo tamanho populacional oscila entre 5.000 e 50.000 habitantes.

O estudo foi baseado numa literatura específica sobre cidades e em dados do Censo Nacional de População e Habitação (1992) e do Censo Agropecuário (1991), portanto, dados quantitativos.

Em trabalho recente versando sobre cidades pequenas, Bessa, Borges; Soares (2002) analisaram cidades com população entre 20 e 50 mil habitantes no Cerrado Mineiro. O objetivo do trabalho foi conhecer o significado das chamadas “cidades locais” situadas no cerrado mineiro, que possuíam população entre 20 e 50 mil habitantes e influência estritamente local.

Para tanto, consideraram os aspectos demográficos, as condições econômicas e a base infraestrutural, especialmente no que se refere aos transportes, às comunicações e à energia elétrica.

Gomes et al. (2004) conduziram uma pesquisa sobre planejamento, gestão do território e desenvolvimento socioespacial das pequenas cidades do Rio Grande do Norte no período compreendido entre 1991 e 2000. O objetivo principal dessa pesquisa era compreender a reprodução socioespacial dessas cidades considerando várias dimensões – dentre elas, a capacidade tecnocrática (acesso à telefonia, à televisão e à informática) das sedes municipais.

Visavam, com isso, a conhecer melhor as desigualdades socioespaciais produzidas pelo próprio desenvolvimento tecnológico e informacional. Para tanto, utilizaram-se de dados oriundos do IBGE – Perfis Municipais, 2003.

Outra referência recente sobre pequenas cidades foi a de Menegati (2005), que desenvolveu um estudo sobre Indiana, SP, município que, desde a década de 50, vem

reduzindo sua população, a qual, em 2000, não excedia os 5.000 habitantes. Em seu estudo, o autor buscou compreender os papéis urbanos de uma pequena cidade, tendo como foco principal a dinâmica econômica da região em que se insere.

Sua análise procurou mostrar que os processos socioeconômicos que caracterizam as pequenas cidades se diferenciam, em decorrência da sua localização, em relação às cidades que são mais ou menos importantes. Assim, uma cidade pequena que se localiza próxima a um centro econômico de maior expressão terá um papel diferente daquela que se localiza distante dele. Isso leva à constatação de que as pequenas cidades possuem diferentes realidades, no que se refere tanto à situação econômica, às características da população, às taxas de crescimento, etc., como a outros aspectos, como a espacialização, devendo ser analisadas com base nessas diferenciações.

No conjunto, a literatura analisada mostrou que existem alguns pontos em comum entre os pesquisadores que se ocuparam do estudo de pequenas cidades. Dentre eles, pode-se mencionar: decréscimo da população, fraco desenvolvimento econômico, evasão da população (jovens, em especial) e carência de serviços e infraestrutura em geral. De uma maneira geral, as pequenas cidades, quando se localizam distantes de centros economicamente dinâmicos, tendem a reduzir a sua população. Isso decorre da falta de perspectivas, principalmente para a população jovem que migra, da redução da fecundidade mais acentuada em cidades desse tamanho, e também da ausência desses jovens no contexto do processo produtivo.

Nesse sentido, a migração decorre da incapacidade dessas cidades de gerar recursos suficientes para promover uma melhoria da qualidade de vida de seus residentes. Muitas delas dependem quase exclusivamente dos recursos provenientes dos Fundos de Participação dos Municípios (FPM), Federal e Estadual, os quais têm, como um dos critérios de distribuição, o tamanho da população. Assim, na medida em que a população diminui, diminuem também os recursos que poderiam beneficiá-la. Some-se a isso a falta de preparo de muitos administradores locais no enfrentamento dos problemas presentes nessas cidades.

Em linhas gerais, a análise de estudos dessa natureza permitiu perceber as principais preocupações dos pesquisadores que voltaram sua atenção para as pequenas cidades.

Dentre elas, pode-se mencionar:

1-necessidade de promover o desenvolvimento das pequenas cidades através da criação de infraestrutura e serviços;

2-importância de se conhecer a estrutura e o funcionamento dessas cidades para fins de planejamento;

3- observação de que as mudanças econômicas e sociais dessas cidades passam por um projeto de gestão;

4-mudanças nos rumos da economia determinam incremento demográfico; existência de cidades pequenas que vivenciaram um processo de crescimento demográfico face ao desenvolvimento industrial e de incremento econômico decorrente da modernização agrícola;

5- importância dos serviços partilhados nas pequenas cidades;

6-vantagens e desvantagens das pequenas cidades;

7-desigualdades socioespaciais produzidas pelo desenvolvimento tecnológico e informacional;

8-evasão de população nas pequenas cidades e delimitação das mesmas em termos quantitativos.

Essa notoriedade referida anteriormente se faz sentir nas investigações desenvolvidas especialmente nos Departamentos e Institutos de Geografia das universidades públicas, entre os quais se sobressai o Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, que possui uma considerável produção a propósito do tema.

Deve-se salientar as pesquisas desenvolvidas e/ou orientadas pela Professora Beatriz Ribeiro Soares, que têm se constituído em referencial aos interessados na temática, seja por teorizar e conceituar essas cidades, seja pela análise da sua dinâmica. A título de exemplo, vale mencionar as teses de doutoramento de Nágela Aparecida de Melo (2008) – Pequenas Cidades da Microrregião Geográfica de Catalão (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas, e de Winston Kleiber de Almeida Bacelar (2008) – A Pequena Cidade nas Teias da Aldeia Global: as relações e especificidades sócio-políticas nas pequenas cidades de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara - MG, desenvolvidas sob sua orientação.

Importantes trabalhos também foram desenvolvidos nos Programas de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. No primeiro, Francisco Ednardo Gonçalves (2005), em sua dissertação de mestrado, Cidades Pequenas, Grandes Problemas: perfil urbano do Agreste Potiguar, evidenciou os traços (feições) urbanos da área de estudo à luz das pequenas cidades, argumentando que, mesmo diante dos diversos problemas, essas cidades devem ser vistas como espaços potenciais, capazes de promover o desenvolvimento regional.

Ainda no contexto norte riograndense, vale fazer referência à pesquisa desenvolvida por Maria Suelly da Silva Medeiros (2005) - A Produção do Espaço das Pequenas Cidades do

Seridó Potiguar, que, numa perspectiva histórica, retratou a ação dos agentes sociais que originaram os primeiros centros, responsáveis pela tessitura do espaço investigado.

No segundo caso (UNESP – PP), aparecem as pesquisas de doutorado de Ângela Maria Endlich (2006) - Pensando os Papéis e Significados nas Pequenas Cidades do Noroeste do Paraná, em que a autora analisa a importância dessa tipologia de cidade e suas funções na rede urbana do nordeste paranaense; e Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli (2004) – Pequenas Cidades na Região de Catanduvas – SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias.

Outro importante trabalho foi desenvolvido na Universidade Federal da Bahia, por Diva Maria Ferlin Lopes (2005) - O Conceito de Urbano e as Cidades de Pequeno Porte no Semiárido Baiano: Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto. Nessa pesquisa, a autora analisa três pequenas cidades do semiárido baiano, verificando se as mesmas possuem ou não características de um espaço urbano. Para tanto, partiu do pressuposto de que uma cidade, entendida como espaço urbano e socialmente produzido, depende de critérios funcionais e quantitativos. Assim, a autora chega à conclusão de que cidades com menos de 20 mil habitantes não deveriam ser consideradas áreas urbanas.

Entretanto, um estudo mais amíúde a respeito das cidades de pequeno porte, e caracterizado pela natureza teórica, foi desenvolvido por Corrêa (2007), que destaca que, até um passado recente, quando sofreram o rebatimento das transformações verificadas no país, tais cidades desempenharam papel crucial na vida econômica, política e social de suas pequenas hinterlândias.

Vale destacar que esse processo está fortemente associado ao advento da mecanização do campo e à conseqüente intensificação da urbanização que se fizeram refletir nessas cidades, redefinindo, assim, o seu papel.

Diante do que foi exposto, percebe-se que o número de trabalhos sobre as pequenas cidades não é tão expressivo quanto o estudo sobre as grandes e médias cidades, mas há uma certa atração pelos estudos das pequenas cidades nos últimos tempos. Isso implica em constituir importante bibliografia que, certamente, muito contribuirá à compreensão do espaço urbano brasileiro.

Dessa forma, observa-se que as pequenas cidades podem ser estudadas a partir de diferentes enfoques e dimensões. Nos estudos realizados no Brasil sobre as pequenas cidades, o limite demográfico máximo não excedeu os 50.000 habitantes. É necessário ter em consideração que, mais importante do que discutir o tamanho, é saber como vivem as pessoas que habitam essa categoria de cidades, a atuação e a inserção das pequenas cidades na rede

urbana e seu papel na contribuição da produção do espaço urbano e, conseqüentemente, seu desenvolvimento na estrutura econômica e social.

#### **1.4-A relação do rural e do urbano nas pequenas cidades**

De acordo com Favareto (2006), a relação do rural e do urbano sob uma perspectiva não normativa é algo que requer análise por dois aspectos. Primeiro, deve-se entender o rural e o urbano não como desejo, utopia ou ilusão, pelos conteúdos expressos num “deve ser”, mas sim como evolução de configurações determinadas, analisando as interdependências entre estruturas sociais, meio ambiente e instituições, a partir de um enfoque em sua evolução a longo prazo. O segundo é definir em que consiste a particularidade desses espaços específicos que são o rural e o urbano, e as decorrências disso para se pensar sua trajetória histórica.

Segundo Corrêa (2004), as pequenas cidades situam-se na confluência do urbano e do rural. Mas o papel que desempenham é diferenciado e, é admitido ser possível estabelecer tipos ideais de pequenas cidades que sejam capazes de torna-las compreensíveis enquanto nós de ampla e complexa rede de cidades.

As relações entre o urbano e o rural têm sido, mais recentemente, negligenciadas tanto pelos geógrafos urbanos, interessados em relevantes problemas urbanos como a ação dos agentes sociais da produção do espaço, a segregação residencial, a reestruturação do espaço comercial ou os movimentos sociais, como pelos geógrafos rurais, interessados em temáticas como o movimento dos sem-terra, a pequena produção familiar e as transformações da paisagem agrária. Justifica-se este interesse. Contudo, as relações entre estas duas esferas são importantes, contribuem para a compreensão da dinâmica social e espacial, constituindo-se em longa tradição nas ciências sociais. Tradição que tem como referências básicas o clássico “A Ideologia Alemã” de Marx e Engels, a contribuição de Tönnies a respeito da dicotomia rural-urbana [Gemeinschaft e Gesellschaft], a contribuição dos sociólogos americanos do Meio-oeste, Galpin e Kolb, e a discussão a respeito do ‘continuum’ rural-urbano de Redfield e Singer. A tradição incorpora os estudos sobre as relações cidade-campo dos geógrafos franceses da década de 1960, entre eles Bernard Kayser e Raymond Dugrand, a obra de Raymond Williams sobre o campo e a cidade e as contribuições de Henri Lefévre (CORRÊA, 2004, p.1 e 2).

Nos tempos recentes, tornou-se quase um hábito falar-se em “novo rural”, “novas ruralidades”, as urbanidades no rural e as ruralidades no espaço urbano, muitas vezes sem um esforço analítico em elucidar quais aspectos, nessas reflexões, são recentes, e quais são propriamente permanentes. Importa saber, sobretudo, qual a implicação dessa nova situação, insinuada pela adjetivação crescente vista na bibliografia sobre estudos rurais e urbanos em



termos de instâncias empíricas a serem mobilizadas e em termos de articulações conceituais para entendê-las. Partimos da revisão bibliográfica como forma de sustentação ao tema proposto, que é o rural e o urbano como categorias de análises em escala local.

Com a emergência do meio técnico-científico-informacional a partir dos anos 1970, decorrente dos avanços da técnica e de sua irradiação no espaço geográfico, a dinâmica socioespacial vem se complexificando, ao ponto de ser cada vez mais difícil separar o que é rural do que é urbano.

Milton Santos (2004) enfatiza a constante modernização e tecnicização da agricultura como um aspecto que aproxima o campo da cidade: “Nas condições atuais do meio técnico-científico, os fatores de coesão entre a cidade e o campo se tornaram mais numerosos e fortes”. Santos atribui maior relevância à cidade como condicionante das transformações socioespaciais no meio rural, ao ponderar que “a agricultura moderna, à base de ciência, tecnologia e informação, demanda um consumo produtivo cuja resposta, imediata, deve ser encontrada na cidade próxima” (SANTOS, 2004, p. 227).

Nesse sentido, além de a cidade ter um papel relevante no tipo de produção agrícola, ao demandar determinados produtos, está em função das técnicas disponíveis para a produção, armazenamento, acondicionamento e circulação do que é cultivado no campo, e influencia as formas de trabalho, produção e comercialização no meio rural:

Com a globalização, a especialização agrícola baseada na ciência e na técnica inclui o campo modernizado em uma lógica competitiva que acelera a entrada da racionalidade em todos os aspectos da atividade produtiva, desde a reorganização do território aos modelos de intercâmbio e invade até mesmo as relações interpessoais. A participação no mundo da competitividade leva ao aprofundamento das novas relações técnicas e das novas relações capitalistas (SANTOS, 2004, p. 242).

Monte-Mor (1994) enfatiza que a distinção urbano-rural centrada em tamanho, densidade e heterogeneidade não mais nos atende. As relações entre o meio agrário e o meio industrial vêm se transformando celeremente e, atualmente, vemos processos industriais avançados, processos agrários por vezes atrasados, e outros em processo de modernização.

De acordo com Graziano da Silva (1997), há um duplo processo de urbanização do campo brasileiro, caracterizado pela expansão da produção urbana para setores modernizados da agricultura, e pela expansão de atividades tipicamente urbanas para áreas de agricultura modernizada.

Milton Santos propõe que a já clássica divisão entre rural e urbano, no Brasil, seja substituída pela divisão em dois grandes subtipos: os espaços agrícolas e os espaços urbanos,

as regiões agrícolas (e não rurais contêm cidades); as regiões urbanas contêm atividades rurais; assim, teríamos áreas agrícolas contendo cidades adaptadas às suas demandas e áreas rurais adaptadas às demandas urbanas.

Para Wanderley (2000, p. 32), “o fim do isolamento entre as cidades e o meio rural é frequentemente expresso através do conceito de continuum rural-urbano”. Esse conceito, tanto quanto o de urbanização do campo, é utilizado em duas vertentes principais. A primeira delas corresponde a uma visão “urbano-centrada”, que privilegia o polo urbano do continuum como a fonte do progresso e dos valores dominantes que se impõem ao conjunto da sociedade. O extremo rural do continuum, visto como o polo atrasado, tenderia a reduzir-se sob a influência avassaladora do polo urbano, desenvolvido num movimento que Elena Sarraceno comparou ao de “vasos comunicantes, em que, quase por definição, um só – o urbano – se “enchia”, enquanto o outro – o rural – só podia, conseqüentemente, esvaziar-se”.

Levada às últimas consequências, essa vertente das teorias da urbanização do campo e do “continuum” rural-urbano aponta para um processo de homogeneização espacial e social, que se traduziria por uma crescente perda de nitidez das fronteiras entre os dois espaços sociais e, sobretudo, o fim da própria realidade rural, espacial e socialmente distinta da realidade urbana.

Marques (2002) atribui relevância à terra e aos elementos naturais como característicos do espaço rural:

O espaço rural corresponde a um meio específico, de características mais naturais do que o urbano, que é produzido a partir de uma multiplicidade de usos nos quais a terra ou o “espaço natural” aparecem como um fator primordial, o que tem resultado muitas vezes na criação e na recriação de formas sociais de forte inscrição local, ou seja, de territorialidade intensa (MARQUES, 2002, p. 109).

Carlos (2003) apresenta importantes considerações sobre a delimitação rural/urbano nos dias atuais. Para a geógrafa, “urbano” e “rural”, longe de serem meras palavras, são conceitos que reproduzem uma realidade social concreta. A simples delimitação espacial do que se acredita ser urbano ou rural nos diz muito pouco sobre os conteúdos do processo de urbanização brasileira, no momento atual.

Abramovay (2007, p. 22) enfatiza que “haverá urbano, desde que haja uma extensão de serviços públicos a certo aglomerado populacional”. O Brasil é um notório exemplo de país onde são definidas como urbanas as sedes distritais com algumas centenas de casas. Abramovay reforça a ideia de que nem toda aglomeração urbana provida de um mínimo de

serviços pode ser adequadamente chamada de cidade.

Candiotto e Corrêa (2008) referem-se à urbanização física do rural, apresentada por Graziano da Silva através do conceito de rurbano, com a inserção de novas atividades no campo, sobretudo as não-agrícolas. Essas atividades não-agrícolas fazem com que o campo sedie novas funções. Dentre as “novas funções” do campo que ganham cada vez mais destaque, estão as atividades de lazer, como o turismo em área rural, segundas residências e aposentadorias rurais.

A cidade, como uma dimensão geográfica da realidade – visível e materializada – somente pode ser entendida a partir de sua complexidade, isto é, dos seus fluxos e fixos, da relação entre si e com o campo. Principalmente no que tange o recorte espacial desta pesquisa, Medianeira principiou sua ocupação e produção espacial advinda da base agrária e consequentemente agroindustrial, exigindo, portanto, a compreensão e articulação ao contexto geográfico no qual está inserida.

Pela mesma lógica, entende-se que o campo, como uma realidade materializada e socialmente construída, deve ser compreendido a partir de suas relações com a cidade e, portanto, no âmbito de seu recorte espacial de estudo. Outro aspecto fundamental para tal análise encontra-se no processo de produção do espaço urbano. Mas, afinal, se a cidade é a materialização do processo de urbanização, o que seria o urbano? Ao buscar refletir sobre essa indagação, é pertinente, antes de tudo, dizer que o urbano somente pode ser compreendido em sua articulação com o rural.

A agricultura tornou-se um setor da produção industrial, o que fez com que as áreas rurais ficassem submissas às exigências do capital urbano-industrial: “O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária” (LEFEBVRE, 1999, p. 17). O espraiamento do fenômeno urbano foi acionado pela expansão do capital industrial. A explosão<sup>15</sup> do urbano determina o predomínio das manifestações da cidade em diferentes graus de densidade. Diante disso, a realidade socioespacial torna-se cada vez mais complexa. Os espaços rural e urbano não podem ser compreendidos separados um do outro, visto que são realidades que não existiriam isoladamente.

Para Whitacker (2006), o urbano é o resultado da articulação dialética de formas e funções: um ‘modo de vida’, uma expressão dotada de historicidade. Nessa perspectiva, poder-se-ia afirmar que, na atualidade, o urbano desenvolve-se no rural e o rural no urbano.

---

<sup>15</sup> O termo explosão refere-se ao espraiamento do fenômeno urbano e ao avanço da cidade sobre a não-cidade, gerados pela disseminação do capitalismo industrial (HENRI LEFEBVRE, 1999, p. 17).

Em parte, essa problemática decorre das novas formas assumidas pela cidade – descontinuidade territorial –, criando, assim, o urbano muito além das cidades – cultura urbana, num sentido lefebvriano –, mesmo que não corresponda a um processo de urbanização do rural no sentido preconizado por Graziano da Silva (1999).

Tem-se, portanto, uma difícil empreitada. Isso porque falar em rural e em urbano e, especialmente, nas relações cada vez mais intensas entre o campo e a cidade na contemporaneidade, é tecer análises cujo ponto de partida seja o uso corrente de expressões complexas, que podem assumir distintos olhares, mas também julgamentos equivocados.

Longe de apresentar argumentos sobre a complexidade que envolve o uso dos conceitos de campo, cidade, rural e urbano, entende-se que, hoje, além de serem conceitos e realidades, expressam relações interdependentes. Não há como fazer uma análise comparando as divergências e similaridades entre campo e cidade sem mencionar os elementos que os relacionam.

O deslocamento a trabalho de pessoas que residem no campo em direção à cidade é um exemplo didático. O encurtamento das distâncias percorridas e a acessibilidade permitem o deslocamento com mais intensidade. Assim, descrever o processo de produção do espaço urbano é, nessa perspectiva, apreender suas implicações aos espaços rurais.

Do mesmo modo, torna-se imprescindível, ao realizar uma análise da expansão territorial urbana, considerar o processo a partir de uma perspectiva histórica e não apenas no âmbito das formas, uma vez que tal fenômeno redefine o espaço geográfico, tendo como pano de fundo: a atuação de diferentes práticas e representações; a mediação das relações de produção (confrontos de classes sociais); e a instituição da propriedade privada da terra (SPOSITO, 2006b).

Segundo Lefebvre (2001), um tema que se usou e abusou através de superfetação e extrapolações, o de “natureza e cultura”, deriva da relação da cidade com o campo. O campo é lugar de produção e de obras. A produção agrícola faz nascer produtos, a paisagem é uma obra. Esta obra emerge de uma terra modelada, ligada aos grupos que a ocupam através de uma recíproca sacralização que é profanada pela cidade e pela vida urbana.

A vida urbana compreende mediações originais entre a cidade, o campo, a natureza. Para Lefebvre (2001), essas mediações não podem ser compreendidas sem os simbolismos e representações (ideológicas e imaginárias) da natureza e do campo como tais pelos cidadãos.

A relação cidade-campo mudou profundamente no decorrer do tempo histórico, isto é, segundo as épocas e os modos de produção: em alguns momentos, foi mais conflitante; em outros, mais pacífico.

A relação cidade-campo atualmente se transforma, aspecto importante de uma mutação geral. Não somente nos países industriais, mas também nos países com a industrialização tardia, percebe-se a velha exploração do campo circundante pela cidade, centro de acumulação do capital; o campo cede lugar a formas mais sutis de dominação e de exploração, tornando-se a cidade um centro de decisão e, aparentemente, de associação.

Essa mutação geral em decorrência da exploração-acumulação do capital leva a cidade em expansão a “atacar” o campo, corroendo e dissolvendo. Sem distinção, tanto as grandes cidades, como as médias e pequenas, passam por transformações. A vida urbana penetra na vida camponesa, despojando-as de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que definham em proveito dos centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centros de decisão etc.).

Diante desse pressuposto, alguns geógrafos, para designar o confuso imbricamento campo/rural, rural/urbano, adotam o neologismo “rurbano”. Nesse sentido, com a expansão da cidade e da urbanização, desapareceria o urbano, o que parece inadmissível.

Conforme afirma Biazzo (2007, p. 19), é mais conveniente chamar campo e cidade de campestres e citadinos:

[...] em ambos espaços se manifestam identidades sociais que configuram ruralidades e urbanidade. Em paisagens do campo e das cidades (formas, conjuntos de objetos) existem urbanidades e ruralidade (conteúdos – heranças, origens, hábitos, relações, conjunto de ações) que se combinam, gerando novas territorialidades, admitindo-se que cada local ou região pode abrigar diferentes territorialidades superpostas, relativas a diferentes atores sociais. Dessa forma, a partir do exposto percebe-se que tanto as ruralidades, quanto as urbanidades, podem estar presentes em qualquer espaço, pois referem-se a manifestações culturais, ligadas aos modos de vida, tradições, ocupações, ou seja, elementos característicos desses espaços que ocorrem não necessariamente apenas neles.

Conforme o tema exposto, não se objetiva superar a discussão nem coadunar com a ideia do desaparecimento de uma centralização no decorrer de uma fusão da sociedade urbana com o campo. Pois, a oposição ‘urbanidade-ruralidade’ se acentua em lugar de desaparecer, enquanto a oposição cidade-campo se atenua.

### 1.5- A pequena cidade de Medianeira e a relação rural/urbano

As discussões sobre o mundo rural revelam grande permeabilidade à ideia de patrimônio como elemento estruturador de uma nova geração de estratégias e políticas de desenvolvimento para esse tipo de território.

Considera-se três preocupações, nomeadamente, a crescente indissociabilidade entre mundo rural e áreas urbanas, olhar para o futuro do mundo rural à luz das grandes linhas de evolução das relações campo-cidade observadas na Europa, e questionar a sustentabilidade generalizada de mundos rurais não-agrícolas em várias partes do globo.

Historicamente, o mundo rural destaca-se por se organizar em torno de uma trilogia de aspectos bem conhecida:

- função principal: a produção de alimentos;
- atividade econômica dominante: a agropecuária;
- grupo social de referência: a família camponesa, que, em partes, preserva modos de vida, valores e comportamentos próprios; um tipo de paisagem que reflete a conquista de equilíbrios entre as características naturais e o tipo de atividades humanas desenvolvidas.

Este mundo rural secular opõe-se claramente ao mundo urbano, marcado por funções, atividades, grupos sociais e paisagens não só distintos, mas, mais do que isso, em grande medida, construídos "contra" o mundo rural. Essa oposição tende a ser encarada como "natural" e, por isso, recorrentemente associada a relações de natureza simbiótica: campo e cidade são complementares e mantêm um relacionamento estável num contexto aparentemente marcado pelo equilíbrio e pela harmonia de conjunto.

Nesse contexto, no que tange à temática campo/cidade em Medianeira, o campo, até a década de 1970, então predominantemente isolado e autossuficiente, passou a depender da cidade para sua própria produção, das ferramentas e implementos aos bens de consumo de vários tipos, chegando, atualmente, a depender da produção urbano-industrial até para alimentos e bens de consumo básico.

Medianeira, diante do processo da mecanização do campo, do êxodo rural, da implantação do agronegócio, foi marcada pela entrada da produção no seio do espaço do poder, trazendo com ela a classe trabalhadora. A cidade passou a não mais apenas controlar e comercializar a produção do campo, mas também a transformá-la, e a ela agregar valor em formas e quantidades jamais vistas anteriormente.

De acordo com o IBGE (2010), a população rural do município de Medianeira é composta por 4.427 habitantes, com 2.932 pessoas integradas às atividades da agricultura,

pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, e outras atividades integradas ao campo. A população urbana corresponde a 37.390, com 10.190 pessoas vinculadas ao ramo da indústria e do comércio, e 10.674 pessoas vinculadas ao setor da saúde, educação, transporte e demais serviços.

O número de pessoas ocupadas nas atividades econômicas na cidade é preponderante ao número de pessoas ocupadas nas atividades econômicas no campo, porém, há uma mobilidade constante com relação à população campesina no seu movimento diário para a cidade para satisfazer suas necessidades de compras, serviços bancários, assistência médica, educação e outros. O oposto também ocorre: moradores na cidade possuem propriedades no campo, fazendo o percurso diário para suas atividades na área rural.

Muitas foram as transformações ocorridas nos últimos tempos – particularmente, nos últimos dois séculos -, na cidade e no campo, em escala local, regional, nacional e de âmbito global. Em escala local, as mudanças são visíveis com relação à mudança da paisagem rural, as atividades agrícolas em que, nos tempos de outrora, era muito frequente o uso da força braçal e tração animal, substituídas pelas máquinas modernas. As formas de habitações no campo também passaram por um processo de mudança, assumindo formas similares à cidade. A cidade, com o número maior de habitantes, passou por profundas mudanças em toda a sua estrutura física, socioeconômica, estabelecendo relações com o campo e revitalizando seu espaço urbano com a perspectiva de corresponder às necessidades dos seus cidadãos e à população do campo. É mister a afirmação de Monte-Mór:

[...] A cidade, originalmente centro político e mercantil que subordinava o campo por sua dominação político-ideológica (e militar, sem dúvida) e pela necessária realização da produção em suas praças de mercado, sofreu uma transformação radical com a entrada maciça da produção industrial em seu território. De espaço privilegiado da festa, do poder e do excedente, obra civilizatória, transformou-se em espaço precípuo da própria produção, reunindo classe dominante e classe dominada em um mesmo espaço e assim subordinando definitivamente o campo à sua dominação, agora não apenas por sua organização, mas também por sua maior produtividade. A cidade veio a ser o espaço precípuo da vida coletiva e também território da produção industrial moderna, concentrando as condições de produção exigidas pelo processo cooperativo da indústria. O campo, por sua vez espaço privilegiado da vida e da produção agrária, perdeu seu caráter potencialmente autossuficiente após sua subordinação total à cidade industrial. Esta subordinação do campo à cidade significou abranger não apenas o âmbito da produção e da realização do produto, tecnologias e serviços ofertados pela cidade. As economias de aglomeração identificadas pelos teóricos da economia urbana e regional (particularmente ressaltadas por August Lösch) garantiram não apenas a concentração das condições gerais de produção requeridas pelo processo produtivo (e reprodutivo) da

economia industrial, mas também as articulações sinérgicas no campo da criatividade, da formação de uma cultura urbano-industrial muitas vezes dita moderna que se apossou virtualmente de todo o espaço integrado pelo capitalismo industrial de Estado ao longo do século XX (MONTE-MÓR, 2004, p. 03-04).

Segundo Graziano (1996), o espaço rural já não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola. É significativa a redução de pessoas ocupadas na agricultura, dado que se associa ao aumento do número de pessoas residentes no campo exercendo atividades não-agrícolas e ao aparecimento de uma camada relevante de pequenos agricultores que combinam a agricultura com outras fontes de rendimento.

A pluriatividade<sup>16</sup>, ainda que antiga, adquire novas dimensões no campo brasileiro, chamando a nossa atenção para a possibilidade de novas formas de organização do desenvolvimento da produção no campo ou de antigas práticas assumirem novos significados. Sem querer reduzir a compreensão desse fenômeno, ainda pouco estudado, à tendência ao desaparecimento do agricultor em tempo integral ou a mais uma forma de exploração da mão-de-obra rural, atentos para o fato de estarmos presenciando um movimento de reorientação da capacidade produtiva da população residente no campo, que se expressa em novas formas de organização da atividade agrícola como uma alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano, e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante.

O segundo conjunto de fenômenos refere-se à procura crescente de formas de lazer e até mesmo de meios alternativos de vida no campo, por pessoas vindas da cidade. Esse movimento, que se inicia de forma tímida no Brasil na década de 70, expande-se e encontra a sua legitimidade na divulgação do pensamento ecológico nos anos 90. Entre os seus efeitos, destacam-se a ampliação das possibilidades de trabalho para a população rural, até então dedicada quase exclusivamente à agricultura, e a maior aproximação e integração de sistemas culturais distintos.

Novos valores sustentam a procura da proximidade com a natureza e com a vida no campo. A sociedade fundada na aceleração do ritmo da industrialização passa a ser questionada pela degradação das condições de vida dos grandes centros. O contato com a

---

<sup>16</sup> O sentido de pluriatividade no texto é entendido como uma estratégia de reprodução social, da qual se utilizam as unidades agrícolas que operam fundamentalmente com base no trabalho da família, em contextos onde sua integração à divisão social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola, mas, sobretudo, mediante o recurso às atividades não agrícolas e à articulação com o mercado de trabalho. Nesse sentido, assim argumenta-se, embora integradas ao ordenamento social e econômico, estas unidades familiares encontram espaços e mecanismos não apenas para subsistir, mas para se afirmar como uma forma social de organização do trabalho e da produção de características multivariadas. (SERGIO SCHNEIDER, 2001, p. 164-184).



natureza é, então, realçado por um sistema de valores alternativos, neorruralista e antiprodutivista. O ar puro, a simplicidade da vida e a natureza são vistos como elementos "purificadores" do corpo e do espírito poluídos pela sociedade industrial. O campo passa a ser reconhecido como espaço de lazer ou mesmo como opção de residência.

Na apreensão da diversidade e da complexidade do rural, segundo Wanderley (2000), como um espaço próprio gestor de um modo de vida diferenciado daquele produzido no espaço urbano, é que será viável que a noção de cidadania (etimologicamente derivada de 'cidade') seja compartilhada legitimamente pelo rural. Para a autora, o estudo dessa nova ruralidade supõe, portanto, a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações desse espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), "lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade)" (WANDERLEY, 2000, p. 02).

Diante das posturas assumidas por Graziano da Silva (1996) e por Alentejano (1997), nota-se o consenso de que o rural adquiriu novas funções no cenário atual. Contudo, as posições se contrapõem com relação ao caráter analítico do conceito de rural. Para Graziano da Silva, o rural deve ser entendido por sua "dimensão urbana" e/ou pela "urbanização do campo". Em contraponto, Alentejano salienta que o rural prevalece enquanto conceito válido e útil, desde que seja entendido em seu par dialético rural-urbano.

De acordo com Graziano e Alentejano, a área rural no município de Medianeira também passou por profundas transformações, em particular as pequenas propriedades que desenvolvem atividades não-agrícolas e mantêm a especificidade do campo, seguindo a sua lógica, por exemplo: atividades como artesanato, confecções têxteis, prestação de serviços em área de lazer, como pesque-pague, recanto ecológico, entre outras.

Medianeira, atualmente, vem desenvolvendo atividades voltadas ao turismo rural, recanto ecológico, sítio para visitas, pousadas e pesque e pague - atividades não-agrícolas desenvolvidas paralelamente às atividades agrícolas e à pecuária. No decorrer do tempo, os proprietários sentiram a necessidade de introduzir essas outras formas de obter renda, por se tratar de propriedades pequenas e não atenderem as necessidades básicas para seu sustento. Conforme relata o senhor Rocha<sup>17</sup>:

---

<sup>17</sup> Respondente trabalho empírico jun/2010.

Tenho pouca terra, então vi a possibilidade de aumentar a renda através do que ela oferece. Então resolvi criar peixes, mas iniciei apenas para vender direto para o mercado, mas percebi que também poderia servir de atividade de lazer principalmente nos finais de semana. Então comecei a investir para este fim e abrir para o público. O movimento é mais nos finais de semana, feriados. Posso conciliar então este trabalho com as outras atividades agrícolas e a criação de animais.

O debate acerca das relações rurais-urbanas concentra-se, também, nos estudos que se dedicam a pensar a fronteira – e não os limites – entre os referidos espaços. A direção dos estudos de “contato rural-urbano” preocupa-se fundamentalmente em desvelar as “franjas rurais urbanas<sup>18</sup>”, resultantes da expansão da cidade sobre as áreas rurais - exemplo explícito de Medianeira, com relação às áreas de lazer, recantos ecológicos e pesque e pague, conforme apresenta a Figura 02, na sequência.



Figura 02: Pesque e Prosa – Medianeira – 2012.

Fonte: Jacinto, J. M.- 2012.

Outra atividade não-agrícola desenvolvida no município de Medianeira é o turismo ecológico ou turismo rural, a exemplo da Pousada Paraíso das Orquídeas (Figura 03), que oferece, além de estadia, atividades de caminhadas pelas trilhas, visita ao orquidário (com 16 mil plantas de 985 espécies), esportes de aventura (arborismo, rafting e canoagem), pedalinhas e passeios a cavalo.

<sup>18</sup> Segundo Zerbi (1979), a noção de franja deve ser entendida como uma área distinta no entorno da cidade, onde se misturam características rurais e urbanas, levando-se em consideração a noção de ‘franja’ como formação social.



Figura 03: Paraíso das Orquídeas – Distrito Maralúcia – Medianeira – 2013.  
 Fonte: Site <http://paraisodasorquideas.com.br/pousada.html>, 2013.

Entende-se que o rural do município de Medianeira continua com suas características campesinas e não se rururbanizou, porém, apresenta uma nova lógica e dinâmica no seu processo produtivo. Conforme as atividades não-agrícolas no campo vão se expandindo, ocorre o processo de intensificação das relações e a interdependência entre o urbano e o rural, e essas atividades vêm estimulando um conjunto de reflexões sobre as características do “novo” rural, potencialidades de desenvolvimento e sustentabilidade.

Essa nova dinâmica do espaço rural leva ao crescimento de famílias rurais pluriativas, ou seja, que combinam atividades agrícolas e não-agrícolas autônomas e/ou assalariadas. Portanto, o conceito do “novo” rural, inserido no debate em torno do rural contemporâneo, procura incorporar as novas dinâmicas presentes na configuração do espaço geográfico.

O estudo da relação entre campo/cidade e rural/urbano necessita de uma visão dialética e abrangente que incorpore as potencialidades e os atores sociais presentes tanto no campo quanto na cidade.

Outro ponto a ser mencionado é que a realidade urbana e a realidade rural não são estanques, e que, ultimamente, estas têm passado por rápidas e intensas transformações, as quais têm refletido de forma direta na reorganização do espaço, na redefinição de relações e na constituição de novas territorialidades. Por isso, a exemplo de Medianeira, acredita-se ser um equívoco pensar a extinção dos espaços rurais em função do avanço do processo de urbanização e, conseqüentemente, de haver um continuum rural urbano, visto que campo e cidade são espaços que se diferenciam frente ao fortalecimento de suas peculiaridades.

É fato que a revolução técnico-científica de que Santos (2004) nos fala complexificou por demais as relações entre o rural e o urbano. A preocupação maior, nesse início de século, é compreender as modificações que os atores sociais imprimem a essas categorias que se mesclam dialeticamente num continuum rural-urbano.

Destarte, cremos que tais categorias são de suma importância, pois as mesmas auxiliam no desenvolvimento territorial dos espaços onde esses atores sociais modelam, de uma forma ou de outra, o espaço em que estão inseridos, construindo, desconstruindo e reconstruindo territórios.

Na análise da relação rural/urbano e campo/cidade, é essencial entender o rural para além do campo e o urbano para além da cidade, pois campo e cidade são partes integrantes do todo. Mesmo que, às vezes, o campo não seja tão rural e nem a cidade tão urbana, eles não se opõem, excluindo-se mutuamente; ao contrário, se complementam, justamente pelas diferenças. As transformações ocorrem, e é necessário pensar em um “novo rural”.

A interpretação do “novo rural” aponta para a necessidade de se pensar o espaço rural à luz das transformações sociais e de produção presenciadas nas últimas décadas, forjada na eminência de relações escalares bem mais articuladas.

Dessa forma, o “novo rural” e as relações rurais-urbanas de Medianeira contribuem para modificar o significado das transformações definidas por um capitalismo que pressupõe maior integração entre os circuitos econômicos do campo e da cidade e, além disso, alertam para as novas representações espaciais e concepções do significado do rural e do agrícola.

O espaço rural e a população rural de Medianeira se transformam. O rural torna-se polifuncional; conseqüentemente, um rural polissêmico. A imagem do rural associado e confundido à imagem do agrícola, decorrente do peso da agricultura, não mais se aplica na atualidade.

Por conseguinte, nota-se insuficiente a redução do rural ao agrícola no contexto da atual dinâmica produtiva, resultante na redefinição das condições de vida e relações de trabalho no campo, as quais não dizem mais respeito apenas à agricultura. Evidentemente, não se trata de ignorar a existência do rural como categoria analítica, mas de apreender o rural como construção social, sujeito a mudanças e imbricado nas tramas delineadas pelo capital que se reproduz no campo e na cidade.

Contudo, a relação rural/urbano e campo/cidade, no que tange ao processo de desenvolvimento geoeconômico da cidade de Medianeira, tem sua importância no contexto do povoamento e urbanização no oeste paranaense, tema que abordaremos no capítulo seguinte.

## **CAPÍTULO 2 - POVOAMENTO E URBANIZAÇÃO NO OESTE PARANAENSE - PEQUENA CIDADE DE MEDIANEIRA**

*Sin duda, los cambios a escala mundial fueron los más decisivos y llegaron primeramente a las grandes ciudades. Pero también se produjeron en las pequeñas, por la dinámica propia y como reflejo de los que se producían de forma general. Fueron cambios en las estructuras económicas, en La población, en las relaciones sociales, en los sistemas de comunicaciones y de tratamiento de la información.*

*Capel, 2009.*

## **2- POVOAMENTO E URBANIZAÇÃO NO OESTE PARANAENSE - PEQUENA CIDADE DE MEDIANEIRA**

### **2.1-A frente pioneira no oeste paranaense**

Os estudos com relação à interpretação da história econômica e política do Paraná, assim como na maioria das regiões brasileiras, apresentam lacunas tanto no que tange ao levantamento e à reconstrução dos fatos, quanto no que diz respeito à sua análise e explicação. Essas lacunas às vezes dificultam o seu entendimento e relacionamento com os fenômenos mais gerais no conjunto da sociedade brasileira. É preciso enfatizar que o processo de ocupação econômica do território paranaense seguiu direcionamentos distintos no tempo e no espaço, por meio de incursões e fluxos não muito definidos.

Por conseguinte, o Paraná é estudado através da análise de suas fases econômicas (escravo-indígena, mineração, tropeirismo, erva-mate, madeira, café e soja), nos diversos modelos teóricos a elas subjacentes, e também por meio do exame de processos parciais de sua história, ou seja: a colonização, os fluxos migratórios, as transformações da estrutura agrária, a urbanização e outros fatores pertinentes ao seu processo de desenvolvimento regional.

Essas fases da economia paranaense (basicamente resumidas na estruturação da produção agrícola) não se sucederam uma suprimindo a outra. Na realidade, houve sempre a presença das atividades de uma ou outra fase ao mesmo tempo, mas de modo que a crise de uma elevasse a participação da outra. O esgotamento de uma atividade, ainda que nunca por completo, se daria então como um processo de declínio da produção.

Com relação à ocupação populacional, o que se pode afirmar categoricamente é que toda a penetração populacional foi movida fundamentalmente pela atividade econômica. Assim, deduz-se que “essa fixação de núcleos populacionais em determinadas áreas só foi possível sustentada por uma atividade econômica permanente” (PADIS, 1980, p. 37).

Em síntese, a ocupação avançou sob a forma de “frentes” que definiram e caracterizaram os espaços regionais de acordo com o momento histórico e a atividade econômica predominante, bem como a área de origem desses movimentos. Desse modo, pode-se distinguir três ocupações segmentadas espacialmente e temporalmente: a ocupação do Paraná tradicional, a ocupação do norte paranaense e a ocupação do oeste e sudoeste paranaense.

Dentre as três frentes de ocupação mencionadas, voltamos um olhar mais apurado para a ocupação da região oeste, por estar interligada ao processo de urbanização e desenvolvimento geoeconômico de Medianeira.

Partindo da premissa de que Medianeira é uma das 50 cidades que compõem a mesorregião oeste do Estado do Paraná, fazendo parte do processo de desenvolvimento regional, a pesquisa contempla o resgate histórico dessa mesorregião, por entender que cada cidade inserida na mesma cumpre uma parte na trajetória do início do processo de ocupação e povoamento do Estado.

Com relação à mesorregião oeste do Paraná, faz-se necessário recorrer às referências de autores que contribuíram e contribuem para a pesquisa e análise, resgatando o processo histórico, a questão do desenvolvimento regional, o povoamento e a urbanização da área em estudo.

A história da ocupação e colonização do oeste do Paraná, especialmente a do município de Medianeira, foi semelhante, em vários aspectos, ao processo anteriormente ocorrido no sudoeste do Paraná: ocorreu por meio da exploração da erva-mate (pelos obrageros e mensus), da imigração sulista, da derrubada da floresta, da policultura de subsistência, da pesca e caça, entre outros, dando continuidade a uma sorradeira infiltração nas terras devolutas, sem ter tido o caráter de fronteira em marcha.

A atividade ervateira, e a exploração e a exportação de madeiras, sobretudo de pinho, tomou maior incremento na região oeste do Paraná, pois as matas das regiões dos rios Iguazu e Paraná atraíram a atenção de companhias estrangeiras, que obtiveram grandes concessões de terras do governo paranaense. Conseqüentemente, essas atividades despertaram o interesse do povo sulista a povoar a área em questão.

Conforme Padis (1970), o movimento populacional que responde particularmente, pela ocupação que se dirigiu no oeste do Paraná, tem alguns indicadores relacionados com o aumento populacional gaúcho principalmente nas áreas mais urbanizadas. Nas áreas de minifúndios, a disponibilidade de terras férteis era quase inexistente. O setor primário da economia gaúcha se encontrava incapaz de absorver os incrementos demográficos, e seu setor industrial estava passando por um período crítico, tendo perdido seu dinamismo. A população expulsa da zona rural, incapaz de ser absorvida pelo setor urbano, viu a alternativa de atravessar a fronteira do Estado em busca de trabalho em outras regiões.

Segundo Serra (1992), a ocupação humana e econômica era de relativo marasmo com referência à região sudoeste/oeste paranaense. A partir de 1940, esse quadro passa por uma alteração com a penetração de pequenos agricultores catarinenses e gaúchos.

Segundo o autor, no Rio Grande do Sul, se proliferavam os minifúndios antieconômicos: “resultado basicamente por sucessivas transmissões a título de herança, funcionava como fator de expansão dos agricultores enquanto que, em sentido contrário, as grandes extensões de terra aparentemente sem dono do sudoeste/oeste do Paraná funcionava como fator de atração” (SERRA, 1992, p.73).

No bojo desse processo, ocorre a ocupação da mesorregião oeste do Paraná, fomentada, sobretudo, pelo movimento iniciado durante o governo de Getúlio Vargas, denominado “marcha para o oeste”<sup>19</sup>.

Segundo Steca (2002), a colonização e o povoamento no oeste paranaense foram resultados da confluência de diversos fatores. Dentre eles, conforme a autora, um fator de destaque foi a crise no comércio da erva-mate, que, por sua vez, diminuiu o poderio das Obragens<sup>20</sup> na região. Para compensar os prejuízos, com a queda nas exportações frente à concorrência da produção argentina, as empresas obrageras tentaram a exploração da madeira e, para isso, recorreram a empréstimos, dando como garantia suas propriedades. A sucessão desses empréstimos acabou por impossibilitar o resgate das mesmas. Muitas propriedades foram liquidadas, renegociadas ou retomadas pelo Estado.

Ainda segundo a autora supracitada, a colonização efetiva não teve êxito, porém, a concessão das terras no oeste do Paraná foi sendo repassada para outras empresas sucessivamente. Na região de Foz do Iguaçu, várias glebas foram adquiridas por famílias originárias do Rio Grande do Sul, a fim de colonizar e explorar, atraindo a população sulista gaúcha e, posteriormente, catarinense.

De acordo com Piaia (2004), a ocupação do espaço atualmente caracterizado como mesorregião oeste do Paraná atravessou quatro fases distintas. A primeira decorre da ocupação indígena, que se espalhava também por boa parte do território sul-americano. A segunda fase diz respeito ao período em que os jesuítas se instalaram na região, no intuito de promover as reduções. A terceira fase, iniciada a partir do fim do século XIX, decorreu da

---

<sup>19</sup> A “Marcha para o oeste” assumiu tamanha grandeza, corrigindo o sentido longitudinal com que vinha se processando a civilização brasileira, fazendo-a caminhar no sentido dos paralelos, isto é, do litoral para o interior, para o oeste. O autor se refere à Marcha onde o poder público é o próprio bandeirante, um bandeirantismo estatal, político, fazendo parte dos programas de organização nacional do governo de Vargas (RICARDO, 1959, p. 230, 314 e 389).

<sup>20</sup> Obragens: termo usado na Argentina para designar o local em que se trabalha manualmente, ou gigantescas propriedades ou concessões de terras, destinadas por parte do governo paranaense para a exploração de erva-mate, no oeste do Paraná, nos séculos XIX e XX; seus proprietários eram designados como obrageros ou obrageiros, e seus empregados, os mensalistas, chamados de mensus (Cf. Pfluck apud Wachowich, 1988: 194).



introdução do sistema obragero, cujo objetivo era a exploração da madeira e erva-mate regionais. Finalmente, a quarta fase refere-se à ocupação implementada pelas companhias colonizadoras.

Para Pfluck (2005), o oeste do Paraná, área de fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, considerada “fronteira imperial” a partir da Guerra do Paraguai, desde então até as primeiras décadas do século XX, foi palco de disputas de terras tanto em âmbito estadual quanto em âmbito federal, envolvendo inclusive os vizinhos platinos. Quanto mais adquiriam valor, mais se avolumavam os conflitos e os interesses privados pelas terras na região.

Pfluck (2005), observa que, nas décadas que antecederam a colonização da região oeste, o Governo do Estado adotou discursos de incentivos à ocupação efetiva, tanto que, nos governos de Bento Munhoz da Rocha Netto e Moisés Luppion – 1946-1950 e 1956-1960, respectivamente –, o migrante, principalmente do sul do País, constituiu elemento fundamental para o desenvolvimento do Paraná.

Segundo Wachowicz (1982), o movimento implementado a partir de 1930, com o intuito de “horizontalizar quistos étnicos, econômicos e sociais”<sup>21</sup>, denominado “marcha para o oeste”, contribuiu sobremaneira para a ocupação do espaço que, até então, era conhecido como “sertão paranaense”, cujo domínio era exercido pelos obrageros, sobretudo argentinos, que exploravam ilegalmente a erva-mate e madeira nativas da região.

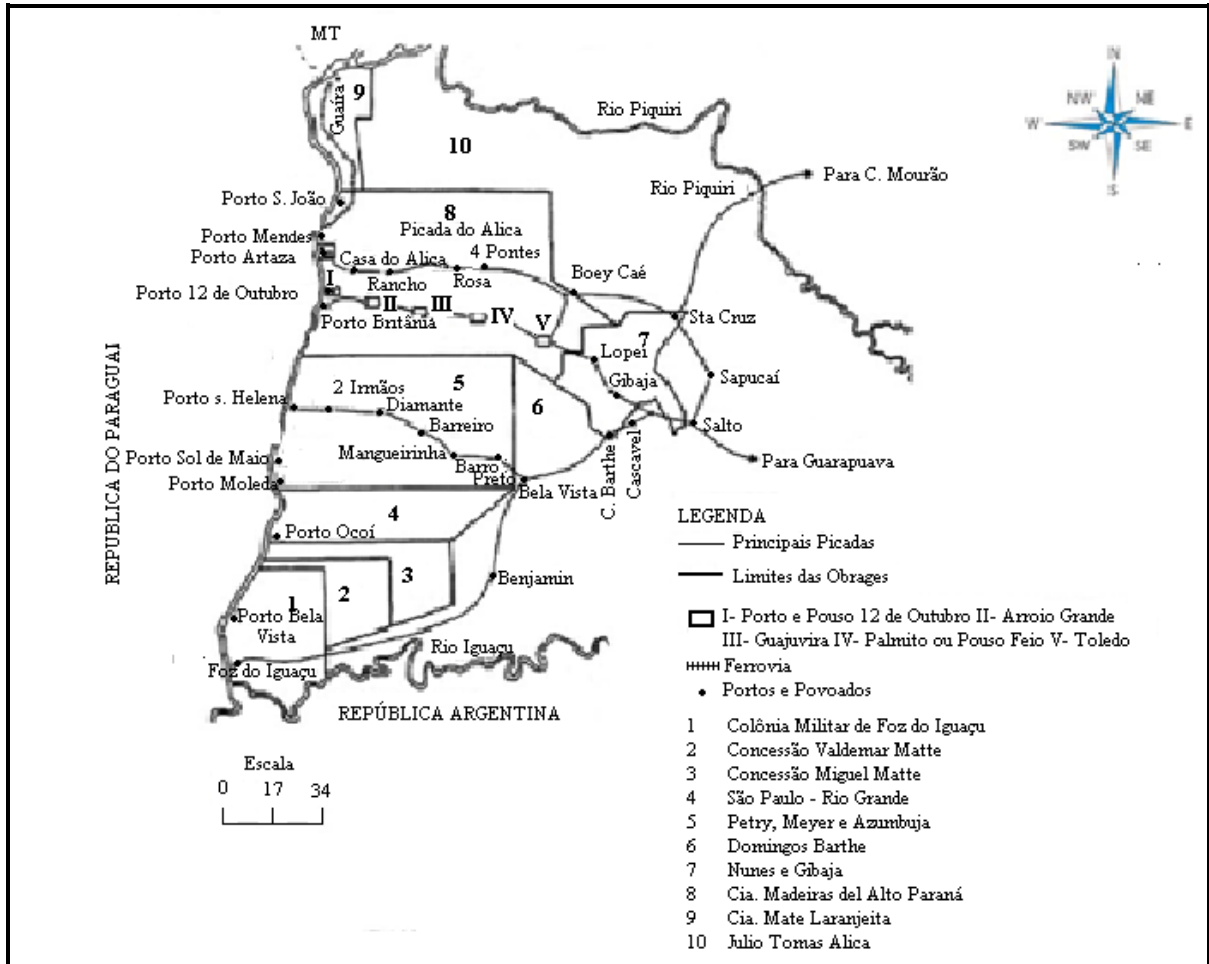
Segundo Wachowicz (1988), essa exploração das riquezas naturais se dava em consonância aos abusos contra a força de trabalho (os mensus), de origem majoritariamente paraguaia. Os mensus trabalhavam num regime de, pode-se dizer, escravidão implícita, já que recebiam um soldo supostamente calculado sobre a contribuição que eram capazes de oferecer ao produto da obragem. Nota-se, a partir daí, que o regime econômico das obragens estava assentado no capital argentino e na exploração tanto da mão-de-obra paraguaia quanto das reservas naturais brasileiras.

Segundo Wachowicz (1988), embora as obragens fossem um empreendimento tipicamente argentino, seu desenvolvimento fora facilitado no Brasil, porque, em meados do século XVIII, o governo imperial brasileiro assinou um acordo de navegabilidade com a Argentina e o Paraguai no intuito de garantir o acesso à província de Mato Grosso, já que a

---

<sup>21</sup> Objetivava fazer os brasileiros, até então muito presentes somente no litoral do país, “circularem para o oeste, a fim de que todos, de uma forma ou de outra, estivessem presentes no grande todo” (WACHOWICZ, 1982, p. 144).

via fluvial era o único meio de se chegar até ela – entrando na foz do Rio da Prata e navegando a montante deste e do Rio Paraná. Na sequência, o Mapa 02 apresenta as principais obras no oeste do Paraná.



Mapa 02: Principais obras no oeste do Paraná

Fonte: WACHOWICZ, 1988, p. 64.

Org: Jacinto, J. M.-2010.

Em contrapartida, a Argentina garantiu o direito de navegar no Rio Paraná, desde a foz do Rio Iguazu até as Sete Quedas, facilitando o transporte ilegal da erva-mate e madeira extraídas do Brasil (WACHOWICZ, 1988).

Segundo Colodel (2002), a erva-mate era consumida em larga escala no território platino, enquanto a madeira, além de ser utilizada na Argentina, também era exportada para os Estados Unidos e o Canadá.

Esse contrabando, realizado desde fins do século XIX, foi, durante muito tempo, aparentemente ignorado pelas autoridades do Brasil, que destinavam escassos recursos à

alfândega sediada na Colônia Militar de Foz do Iguaçu<sup>22</sup>, tornando mais propensa a corrupção dos fiscais. Conforme Wachowicz (1982), os referidos fiscais eram tão mal remunerados que, aqueles que se dispunham a atuar em tal atividade, o faziam mais por favor do que pela própria necessidade de obtenção de renda.

Dessa forma, mais do que um contratempo ou intrusos, os argentinos, com seus vapores, eram vistos como redutores do isolamento a que estava fadado o povo brasileiro que habitava a comarca de Foz do Iguaçu, pois, de acordo com Piaia (2004), representavam o único meio de os habitantes da comarca adquirirem as mercadorias necessárias ao consumo, que não eram produzidas no local.

Segundo Wachowicz (1988), até meados da década de 1920, o oeste era uma fronteira desnacionalizada, sendo que, em Foz do Iguaçu, o português era falado apenas pelos funcionários públicos, e a moeda circulante era o peso argentino. Porém, Piaia (2004) afirma que, mesmo em meados da década de 1930, predominavam entre a população iguaçuense os idiomas guarani e castelhano.

A situação de miséria e abandono dessa região finalmente foi revelada com a Revolução de 1924 (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1988), quando os combatentes se embrenharam em árduos conflitos em seu interior e redondezas. Mais tarde, alguns beligerantes dessa refrega integraram o quadro de servidores do governo de Getúlio Vargas, propondo a indexação da fronteira ocidental paranaense ao conjunto de áreas a serem ocupadas sob a bandeira da marcha para o oeste (WACHOWICZ, 1982).

Considerando-se os objetivos da marcha para o oeste – primeiramente, a extração da madeira e, em seguida, a produção agrícola (GEIGER, 1994) –, pode-se dizer que a fronteira ocidental paranaense constituía um local apropriado para o desenvolvimento de tais atividades.

Segundo Gregory (2002), outro fator que motivou a ocupação dessa região foi a necessidade de ampliação da fronteira agrícola do país, já que, com a dificuldade de importação de muitos produtos em face da Segunda Guerra Mundial, o Brasil passou a desenvolver sua indústria de base, motivando a urbanização do país. Com isso, teria ampliado sua demanda por alimentos.

No intuito de ocupar o oeste do Paraná, fora decretado, em 1930, que o quadro funcional das empresas instaladas na região deveria ser composto por, no mínimo, dois terços

---

<sup>22</sup> A Colônia Militar de Foz do Iguaçu foi criada em 1888, com o objetivo de “garantir a posse do território em face da questão de limites com a República Argentina”. Segundo Bernardes, a Colônia pouco ou nenhuma influência teve no povoamento da faixa ribeira do Paraná, já então ocupada, dispersamente, por elementos de várias origens (BERNARDES, 1953, p. 342).

de brasileiros, dificultando sobremaneira o ingresso e permanência de estrangeiros nessa faixa de fronteira (GREGORY, 2002). Outras medidas adotadas foram a criação do Território Federal do Iguaçu, em 1943, e o desenvolvimento do Programa Rodoviário Marcha para o Oeste, que resultou na construção da BR-035, inaugurada em 1944 (SPERANÇA, 1992).

A criação do Território Federal do Iguaçu<sup>23</sup> não era algo bem-visto pelo governo do Paraná, a despeito das consequências que tal ação poderia resultar, como a iminente interligação rodoviária entre a faixa litorânea e o oeste do estado – representada pela construção da BR-035 –, aspirada pelos paranaenses desde o segundo reinado (PIAIA 2004).

Segundo Sperança (1992), uma explicação plausível para não se concordar com a criação do Território Federal do Iguaçu recai sobre a privação da possibilidade de exploração das riquezas naturais da região oeste pelos capitalistas paranaenses, o que poderia impedir o estado de obter futuros ganhos de receita pública. Independentemente dos anseios do governo do estado do Paraná, o Território do Iguaçu, como já explicitado, foi criado e, segundo Sperança (1992, p. 121), seria governado por um oficial do exército ou marinha, com “atribuição para regular a utilização das terras devolutas e promover o povoamento e localização de colonos, de modo a atender aos interesses nacionais”.

Todavia, a promoção da ocupação da mesorregião oeste paranaense contribuiu para o povoamento da região pelos pequenos proprietários de terra ou camponeses gaúchos que vinham sofrendo com o esgotamento do solo (WAIBEL, 1979). Com a insuficiência de terras face ao aumento da população de agricultores gaúchos (BERNARDES, 1953; WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1988), isso representava uma possibilidade de reproduzirem-se socialmente (SANTOS, 1978) e, obviamente, agradava aos latifundiários na medida em que se reduzia a pressão sobre a estrutura agrária do Rio Grande do Sul (COLODEL, 2002).

A despeito da efemeridade do Território Federal do Iguaçu, extinto em 1946, instalaram-se na mesorregião imobiliárias, cujo capital era, na maior parte das vezes, gaúcho, como previsto (WACHOWICZ, 1988).

Da mesma forma, a procedência gaúcha dos migrantes também foi privilegiada pelas colonizadoras, cujo fato pode ser, em parte, ilustrado pelos dados do Censo Demográfico de 1970: dos migrantes que permaneciam na mesorregião oeste paranaense na década de 1970, as maiores parcelas correspondiam à população proveniente do estado do Paraná (57,43%),

---

<sup>23</sup> O Território Federal do Iguaçu abrangia as regiões oeste e sudoeste do Paraná e a região oeste de Santa Catarina, tendo Foz do Iguaçu como sua primeira capital, transferida para Laranjeiras do Sul em 1944 (SPERANÇA, 1992, p.121).

seguido por Rio Grande do Sul (17,94%) e Santa Catarina (12,35%). Tais estatísticas também demonstram que, em Marechal Cândido Rondon e Medianeira, os migrantes gaúchos superavam os paranaenses em número, representando, respectivamente, 52,91% e 47,02% das pessoas não naturais desses municípios (IBGE, 1970).

Segundo Gregory (2002), as principais colonizadoras que atuaram na região foram: a Madeireira Colonizadora Rio Paraná (MARIPÁ); a Pinho e Terras, com as seções Piquiri, Céu Azul, Porto Mendes e Lopeí; a Industrial Agrícola Bento Gonçalves (responsável pela colonização de Medianeira, recorte espacial da pesquisa); a Colonizadora Matelândia; e a Colonizadora Criciúma. Essas companhias foram criadas “para se dedicarem à exploração da madeira, à mercantilização de terras, ao comércio e à indústria” (GREGORY, 2002, p. 93). Conforme o autor, entre todas as colonizadoras na região, a Colonizadora Maripá foi a única que se destacou pela credibilidade.

De acordo com Westphalen, Machado; Balhana (1988, p. 19), “a colonização, organizada pelas companhias, fundada na venda de pequenos lotes agrícolas aos interessados diretamente no cultivo da terra, supunha, entretanto, uma engrenagem, um suporte jurídico-contábil” de segurança recíproca entre os que pagavam e recebiam terras e outros benefícios e os colonizadores que recebiam pelas terras e pelos serviços complementares que prestavam. Essa segurança, segundo as autoras, era legitimada mediante o contrato de compra e venda dos lotes.

Segundo Niederauer (2004), a colonizadora Maripá foi a única no oeste do Paraná que ofereceu aos seus clientes as condições de segurança e tranquilidade em relação ao contrato de posse da terra. Ainda conforme a autora, isso ocorreu porque a Maripá adquiriu, em 1946, a gleba da antiga Fazenda Britânia, cujo ex-proprietário, a Companhia de Maderas del Alto Paraná, havia efetuado a compra da área diretamente do governo do Paraná, mediante autorização da Assembleia Legislativa do estado, estando a compra, portanto, ratificada por lei.

No entanto, como em outras regiões do estado, ocorreram muitos litígios por terra no oeste do Paraná, pois muitas áreas devolutas ou mesmo com títulos de posse legalizados foram ocupadas por grileiros – inclusive colonizadoras –, resultando em sérios conflitos entre as partes interessadas, como os ocorridos em Guaraniaçu e Guaíra, nos anos de 1955 e 1956 (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1988).

Conforme Padis (1981), a boa qualidade do solo, que punha o novo núcleo em situação privilegiada, ao referir-se à região de Palmas e Foz do Iguaçu, não foi bastante para permitir-lhe o desenvolvimento, neutralizado pelas causas adversas:

[...] entre estas últimas, não só a dificuldade de comunicação com outros centros recém-instalados, como também a ação de grupos organizados de bandoleiros e espoliadores na região que mantiveram a população local sob regime de brutal exploração, criando-lhe problemas sociais de dimensões por tal forma alarmantes, que chegaram a ser denunciados pela ação dos revoltosos de 1924 que andaram na região. Como se vê, a ação governamental quer do governo local, quer da União, poucos foram os resultados. A escassez de recursos disponíveis para permitir que se tornasse efetiva a ocupação, através da construção de estradas e da instalação de equipamento social básico impediu que essas tentativas fossem além do estabelecimento de redutos militares, com fins de defesa. A população que, porventura, para aí se deslocou, permaneceu em níveis de atividade econômica bastante baixos e com um setor monetário virtualmente atrofiado. Esse insucesso, aliado à preocupação de que fossem ocupadas extensas áreas do território, levou o governo do Estado a ceder terras a quem as solicitasse – quer de forma individual, quer por intermédio de companhias organizadas. No entanto, a inexistência de elementos que se constituíssem em fatores atrativos de população de outras áreas do País ou do exterior – como fora o caso na região norte – levou essa iniciativa a resultados pouco consideráveis, contribuindo para que áreas imensas cedidas a várias companhias permanecessem despovoadas ainda por mais de duas décadas (PADIS, 1981, p.150).

Mesmo diante de todos os problemas de litígio de terras, o êxito das colonizadoras pode ser percebido se levar-se em consideração o extraordinário aumento da população e da infraestrutura regional ocorrido pouco tempo após o início da ocupação implementada pelas companhias. Para Swain (1988), o Paraná, que oferecia aos migrantes dos anos quarenta e cinquenta condições favoráveis para a aquisição de terras e uma eventual prosperidade econômica, com seus programas de colonização bem definidos e organizados, transformou-se a partir dos anos de 1960.

De fato, pode-se dizer que o conteúdo geográfico da mesorregião oeste paranaense alterou-se sobremaneira a partir desse período, sobretudo em virtude das ações do Governo, especialmente o federal, resultando num rápido processo de crescimento e urbanização de alguns municípios. Pelo menos no que se refere à Maripá, conforme Piaia (2004, p. 168), é um erro considerá-la “apenas como uma companhia vendedora de terras e uma empresa industrial [...] a companhia criou quase todo o investimento social na forma de estradas, facilidades de transporte, hotéis e as primeiras casas residenciais”.

É necessário ponderar, no entanto, que essa transformação não ocorreu apenas no Paraná, mas em todo o Brasil. Isso porque, de acordo com Almeida (2003, p. 389), o governo passou a investir na ampliação da infraestrutura produtiva, permitindo a interligação das diferentes regiões do país, o que proporcionou a intensificação do movimento para o interior

do território, que passava a integrar uma “nova divisão social e territorial do trabalho, acompanhada pela redistribuição das atividades econômicas e da população”.

Conseqüentemente, nesse contexto, a mesorregião oeste do Paraná apresenta, no bojo de seu desenvolvimento geoeconômico, uma nova configuração territorial, conforme à atual divisão territorial dos municípios que compõem a referida região, representada no Mapa 03, na seqüência.



Mapa 03: Divisão Político-Administrativa da mesorregião oeste do Paraná.

Fonte: IBGE/ IPARDES. 2010

Org: Jacinto, J. M.- 2010.

Todavia, a mesorregião oeste do Paraná, que, nos anos de 1940, quando passou a ser ocupada, era efetivamente rural, atualmente conhece uma situação completamente diferente, com taxa de urbanização que supera a do país.

## **2.2-Medianeira no contexto da ocupação/colonização do oeste paranaense e seu processo emancipatório**

O processo de ocupação/colonização de Medianeira ocorreu simultaneamente ao processo do povoamento dos demais municípios do extremo oeste paranaense. A migração de famílias de agricultores oriundas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina teve seu processo inicial a partir da década de 1950.

No ano de 1949, a Colonizadora Industrial e Agrícola Ltda., divulgando seus propósitos e arregimentando colonos, deu início à fundação do núcleo que seria a sede da futura cidade de Medianeira.

Segundo Rohde; Biesdorf (1996), em 27 de maio de 1949, partia rumo ao oeste paranaense uma caravana de 20 homens, interessados na venda de uma gleba de terras localizadas entre Matelândia e São Miguel do Iguçu. Os componentes da caravana vinham de vários municípios do Rio Grande do Sul, como Bento Gonçalves, Guaporé e Veranópolis.

Em 29 de setembro do mesmo ano, foi realizada uma reunião para a Formulação dos Estatutos da Assembleia e organização de uma sociedade por quotas limitadas. A sociedade teria como denominação social: Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda, e sua finalidade seria:

- a) Explorar o ramo de colonização e loteamento de terras;
- b) Extração, industrialização e comércio de madeira em geral;
- c) Iniciativas agrícolas de qualquer natureza, bem como tudo quanto mais possa interessar.

No ano seguinte, foi iniciado o desmatamento e o loteamento da área urbana. Em 1951, chegaram as primeiras famílias fundadoras; dentre elas, a de Pedro Soccol e José Callegari, entre outros.

Conforme Rohde; Biesdorf (1996), determinada a localização da área onde seria a cidade de Medianeira, foi procedida a primeira derrubada e localizados os piquetes da então BR 34. Escolheu-se o local da avenida central, estabelecendo-se que a futura cidade teria 2 km ao correr da Estrada Federal e 2 Km rumo ao sul, havendo um pequeno aumento de área, pela inclinação da estrada, na passagem pelo perímetro urbano.

Medianeira iniciava sua forma e, a partir das primeiras derrubadas da vegetação e limpeza do solo, passava a receber novas etapas de sua evolução. Com a chegada de populações de origem italiana e alemã, decorrente das condicionantes socioculturais da sua estruturação, criaram uma economia relativamente fechada, que, na maior parte, tinha como objetivo a autossuficiência.



A população local se baseava na produção de subsistência, conforme relata Isaias Berta (pioneiro): “A nossa fonte de renda eram as plantações de milho e feijão, a criação de suínos. No segundo ano plantamos café. Os mantimentos eram tirados da própria agricultura, só a carne era de caça” (PERIS, 2003, p. 144).

Contudo, ao mesmo tempo em que desenvolviam culturas de trigo, milho, batata e frutas, incentivavam – embora em pequena escala – a criação de bovinos e suínos, desenvolviam atividades artesanais de fiação de tecelagem, pequenas fábricas caseiras de bebidas e outros alimentos, como moinho de trigo, milho e arroz: “Tais atividades se desenvolviam em um nível tecnológico relativamente baixo, com pouca mecanização, apesar de certa especialização de atividades e, conseqüentemente, de uma visível divisão do trabalho” (PADIS, 1981, p. 167).

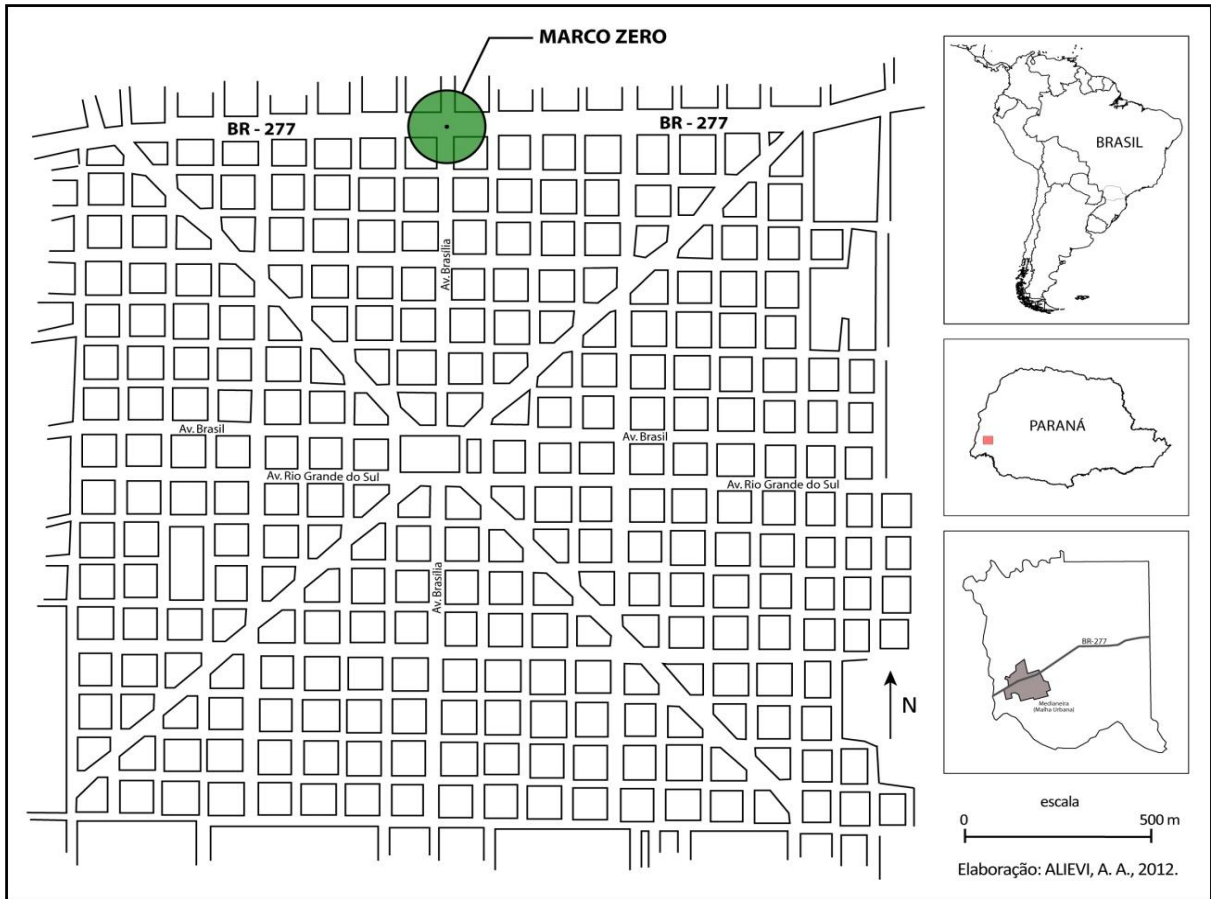
Segundo Soccol<sup>24</sup>, foi dada plena liberdade de crescimento às famílias que vinham para Medianeira e região. O pioneiro observa que a propaganda foi intensa na arte da divulgação do Oeste paranaense com relação ao povoamento e colonização. Para Soccol, a Colonizadora Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda partia da premissa de atender e dar condições de bem-estar aos colonizadores no núcleo central (local onde as primeiras famílias pioneiras se instalaram), oferecendo condições mínimas de habitação e convivência entre os diferentes elementos que formavam Medianeira, no intuito de congregá-los e dar-lhes homogeneidade, partindo daí para a colonização da área rural.

Pedro Soccol entregou sua pretensão ao agrimensor Paim, traçando um x (Xis) no projeto e indicando as demais avenidas, todas com 30m de largura, e as ruas, com 20m. Com isso, pensou que o plano urbano estaria perfeito para as condições de tráfego; as quadras obedeceriam ao padrão de 100m x 100m, menos nas diagonais, com corte nos cantos, e na frente da Federal, com a aludida inclinação.

Assim, o marco zero foi estabelecido no encontro do centro, atualmente Av. Brasília, com o centro da BR 277, e lançadas linhas de 1 km nos rumos leste e oeste, conforme a Mapa 04, na sequência.

---

<sup>24</sup> Pedro Soccol, pioneiro e fundador de Medianeira – Fonte: Associação dos professores aposentados de Medianeira, organização de BIESDORF e ROHDE, Curitiba: CEFET-PR, 1996.



Mapa04 –Perímetro Urbano de Medianeira – Marco Zero

Fonte: Prefeitura Municipal de Medianeira-2010.

Org: Alievi, A. A.- 2012.

De acordo com Pedro Soccol, mais tarde, com o processo de intensificação do desmatamento, formou-se a vila de Flor da Serra e a subsede Espigão Norte, com a finalidade de facilitar a vida das famílias da zona rural.

Segundo José Calegari<sup>25</sup>, a colonizadora reduziu o ritmo de desenvolver o plano urbano por falta de licença Federal e Estadual, pela indefinição do traçado da BR 277. Portanto, segundo o pioneiro, para não haver erros, foi esperada a definição dos órgãos públicos, para mais tarde dar prosseguimento ao plano urbanístico de Medianeira.

Ainda conforme Calegari, de 1954 a 1957, praticamente ninguém chegou em Medianeira; só houve saídas. A crise deveu-se a conflitos de “terras griladas”. Com as notícias do que ocorria na região, o povo do Sul, receoso, deixou de migrar. Na área da Colonizadora não houve problemas, mas nas proximidades sim. Em Jardinópolis e na divisa

<sup>25</sup> José Calegari, pioneiro e fundador de Medianeira – Fonte: Associação dos professores aposentados de Medianeira, organização de BIESDORF e ROHDE, Curitiba: CEFET-PR, 1996.

do rio Ocoy, principalmente, ocorreram vários conflitos. Muitas mortes em emboscadas (tocaías) aconteceram, até que o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) regulariza a situação.

A partir de 1954, com a aprovação do governo, iniciou-se a construção da rodovia 25 - estrada Medianeira-Capanema, numa extensão de 17km. Diante do obstáculo da travessia do rio Iguaçu, houve a necessidade da empresa colonizadora construir barcas para transpor o rio e interligar as duas localidades. De revestimento primário, a rodovia foi usada por várias décadas ininterruptamente, recebendo posteriormente a denominação de Estrada do Colono<sup>26</sup>, por ser de uso de inúmeros colonos residentes às suas margens e imediações, em sua totalidade minifundiários que por ali transitavam, com destino à sede dos Municípios de Medianeira e Capanema.

Diante do crescimento populacional e desenvolvimento local, em 1960, Medianeira conquistou a sua autonomia político-administrativa. Criado pela Lei Estadual nº 4.245, de 25 de julho de 1960, publicada no Diário Oficial do Estado nº 119, de 28 de julho de 1960, sendo desmembrado do território pertencente a Foz do Iguaçu, o município de Medianeira foi instalado oficialmente em 28 de novembro de 1960, sendo criados os distritos do Município de Medianeira: Santa Helena, Flor da Serra, Missal e Jardinópolis. Com a emancipação desses distritos, o município obteve uma nova configuração de sua forma territorial, composto por uma área de 328,73km<sup>2</sup>, dividido em Distrito Sede, Distrito de Maralúcia e Parque Nacional do Iguaçu.

Faz-se necessário mencionar que, conforme censo de 1950, existia no Extremo-Oeste paranaense apenas o município de Foz do Iguaçu – do qual faziam parte os núcleos urbanos de Cascavel, Catanduvas, Guaíra, Santa Helena, Toledo, Medianeira e Matelândia. Já em 1960, à exceção de Catanduvas e Santa Helena, estes, somados a Guaraniaçu, haviam assumido a condição de município. Entretanto, existiam as vilas de Céu Azul, Corbélia, Marechal Cândido Rondon, Matelândia, Medianeira, Palotina, São Miguel do Iguaçu e Terra Roxa, que, no decorrer da década, iriam, juntamente com Catanduvas e Santa Helena, adquirir autonomia municipal. Os centros urbanos de Formosa do Oeste, Capitão Leônidas Marques,

---

<sup>26</sup> A denominação “Estrada do Colono” deveu-se ao seu uso regular pelos diversos colonos residentes nas imediações, minifundiários que por ali transitavam com destino à sede dos municípios de Medianeira e Capanema, para escoamento de seus produtos (APAM, 1996, p. 261). Sob influência semântica gaúcha, o significado atribuído ao termo colono no Oeste-sudoeste paranaense, atualmente, pode ser entendido como sinônimo de agricultor.

Assis Chateaubriand e Nova Aurora surgiram após 1960 e passaram à categoria de sedes de municípios, respectivamente, em 1961, 1964, 1966 e 1967.

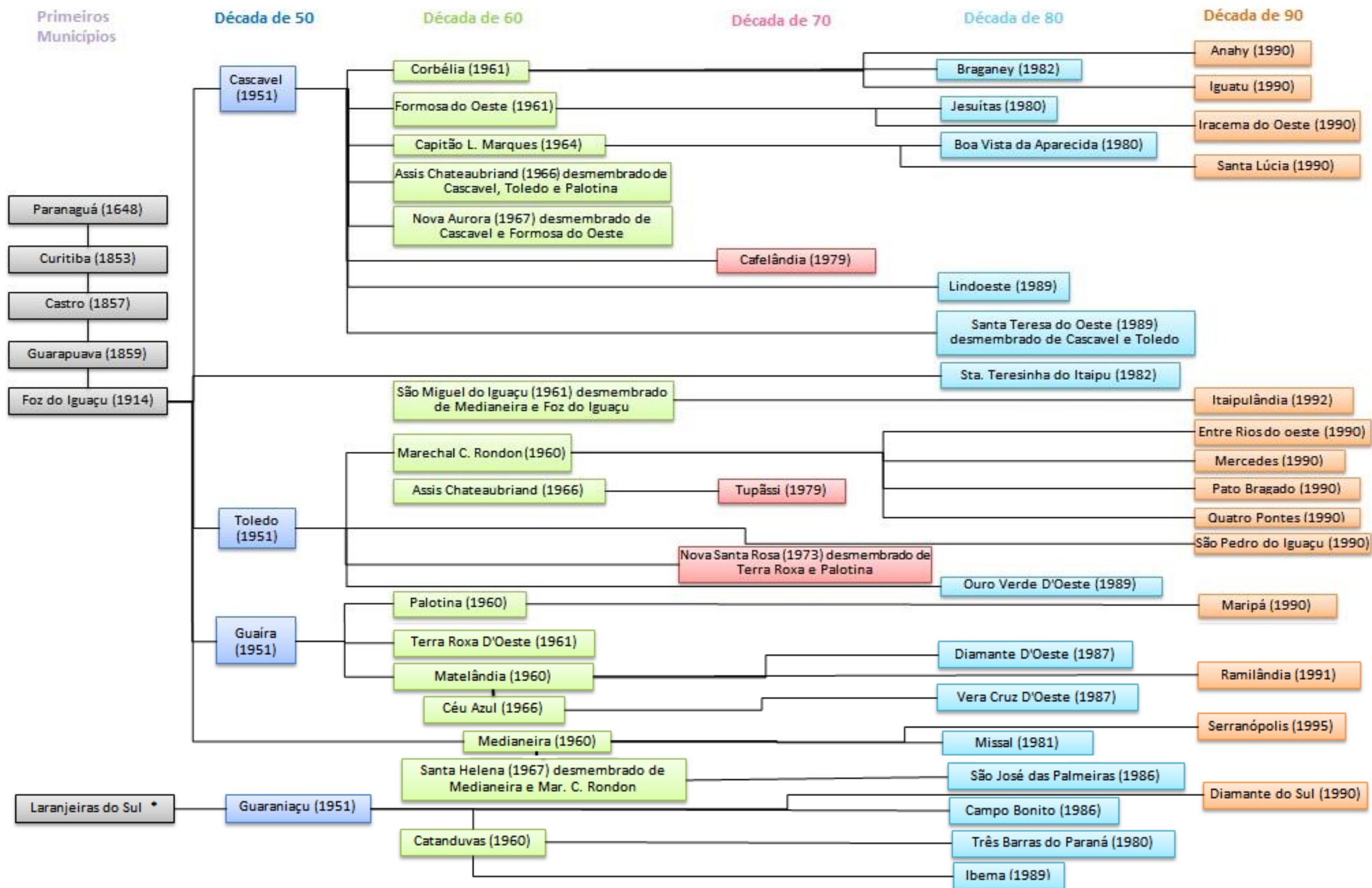
As emancipações que ocorreram durante a década de 1960 obedeceram principalmente a critérios políticos. Dezesesseis municípios são emancipados nesse período. A análise desses processos pauta-se na dinâmica dos então distritos emancipados dos municípios criados a partir da emancipação de Foz do Iguaçu.

Conforme IPARDES (2008) “entre os anos 1950/1970 quando o crescimento populacional total do Oeste paranaense passou de 16.000 para mais de 760.000 habitantes”, num crescimento não verificado em nenhum outro espaço paranaense, permitiu-se que algumas inferências políticas fossem realizadas para a continuidade desse crescimento.

Destarte, a dinâmica inerente ao ciclo madeireiro, as primeiras respostas do processo de mercantilização da produção agrícola definem uma nova inserção e desenvolvimento da região perante o próprio Estado do Paraná. Pode-se afirmar também que as políticas de desenvolvimento inseridas nos planos de governo contribuem de forma positiva para a expansão da região.

Nesse ínterim, justifica-se o aumento populacional na mesorregião oeste paranaense e, conseqüentemente, o crescimento de vilas e cidades, o que vai configurar uma mesorregião com um número significativo de pequenas cidades integradas às cidades polos de suas micro e mesorregião.

A Figura 04, na sequência, apresenta os municípios emancipados da mesorregião geográfica do oeste do Paraná.



\* Laranjeiras do Sul originou-se de um distrito policial criado no ponto intermediário entre os municípios de Foz do Iguaçu e Guarapuava. Durante os 3 anos de existência do Território Federal do Iguaçu (desmembrado do Paraná em 1943), o distrito pertenceu a essa unidade, sendo que, com o fim do território, foi elevado à categoria de município com o nome de Iguaçu. Em 1947, recebeu a denominação de Laranjeiras do Sul.

Figura 04 – Relação dos municípios emancipados inseridos na mesorregião geográfica do oeste do Paraná 1914-1997.

Fonte: Ferreira, J. C. V. O Paraná e seus municípios. Cuiabá – Ed. Memória do Brasil – 1999.  
Paraná Cidade: prcidade@paranacidade.pr.gov.br  
Organização: PIERUCCINI, M.A.; TSCHA, O.C.P.  
Reorganização: Stevens, P. O -2013

Conforme a Figura 04, observa-se os municípios da mesorregião oeste do Paraná com seus respectivos anos de emancipação. Enfatiza-se que o município de Medianeira teve o seu processo de emancipação próximo aos anos de emancipação dos municípios de Matelândia e São Miguel do Iguçu. No decorrer da pesquisa, procuramos responder por que Medianeira se sobressai em grau de desenvolvimento e urbanização em relação às pequenas cidades no eixo Cascavel – Foz do Iguçu.

Com relação ao processo de emancipação dos municípios da mesorregião oeste do Paraná, Medianeira é inserido no conjunto de municípios favorecidos pelo desmembramento. Este era um procedimento vantajoso para o Estado, que poderia angariar recursos da União pelo número de municípios emancipados.

Nesse contexto, Cigolini (1999) assevera que, quanto aos aspectos jurídicos, a legislação não era restritiva aos desmembramentos na época em que ocorreu a emancipação dos municípios da mesorregião oeste. Em muitos casos, financeiramente, as emancipações constituíram-se em vantagens para as áreas desmembradas.

Na década de 1960, havia grande incentivo institucional para o aumento das divisões territoriais em municípios – as instituições estimuladoras –, por conta da partilha dos recursos federais aos estados de acordo com o número de municípios existentes: “A mentalidade dominante, então, era a de que, quanto maior o número de municípios para recorrer às fontes de recursos federais, tanto melhor, ainda que sem atender às condições legais para a emancipação” (CARVALHO, 2002, p. 549).

As leis de criação de municípios no Paraná ainda auxiliavam financeiramente os novos municípios. Por exemplo, as Leis N° 02/47 e N° 790/51 ofereciam auxílio, por parte do governo do Estado, de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) a cada município criado; a Lei N°4.245/60 oferecia Cr\$ 500.000,00 ( quinhentos mil cruzeiros) a cada novo município. A Lei Complementar federal N°01, de novembro de 1967, centralizou as decisões emancipacionistas para a esfera federal e praticamente cessou o ritmo da divisão territorial paranaense e brasileira. De uma forma geral, os estudos sobre esse período indicam que a explosão de novos municípios no Paraná foi uma consequência lógica do aumento populacional e do desenvolvimento econômico pelo qual o Estado passou (IPARDES, 1989). Ou ainda, segundo Kunhavalik (2004), uma estratégia política durante o governo de Bento Munhoz da Rocha Netto<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> Para Kunhavalik, a criação de municípios no governo de Bento Munhoz é estratégica no sentido de impedir a divisão do Paraná: “Uma política relevante diz respeito à criação de municípios, principalmente nas regiões norte e oeste/sudoeste do Estado. Com esta política, o governo desmembra alguns municípios de grande extensão

As emancipações ocorridas, especialmente na década de 1960, refletem o impulso econômico proporcionado pela modernização da agricultura na região, bem como as interferências políticas inerentes a esses processos. Posteriormente, verificam-se processos emancipatórios pós-desmembramentos com perdas contínuas de população, configurando uma fragmentação territorial pouco dinâmica e dependente de repasses governamentais.

No que tange a modernização da agricultura em escala regional e local, é relevante o questionamento sobre a questão agricultura x urbanização:

Até hoje, poucas são as análises e propostas feitas com base numa vinculação entre o desenvolvimento agrícola e a urbanização. A exemplo dos países desenvolvidos, o binômio urbanização-industrialização tem recebido tratamento prioritário no Brasil. E isto está refletido no próprio sistema tributário brasileiro, que incide sobre a vida das cidades – o ICM vem-se constituindo, como reflexo desse enfoque, num verdadeiro “El Dourado” das finanças urbanas. No entanto, por razões de natureza internacional e face às peculiaridades da nossa economia, que ainda tem como base a agricultura, parece importante e urgente retornar à questão agricultura x urbanização. O funcionamento do espaço é uno. O fato de que as repercussões das iniciativas de ordem social e econômica tenham repercussões diferentes segundo os lugares e que essas repercussões se façam em momentos distintos não altera em nada o fundo da questão. Uma alteração que se faça na estrutura fundiária, uma densificação da rede de estradas vicinais ou caminhos rurais, uma mudança de tipos de agricultura ou de formas de sua comercialização, incide diretamente sobre o espaço nacional e, em particular, sobre a organização urbana. Assim, qualquer intervenção sobre o espaço rural implica uma intervenção na rede urbana (SOUZA, 1988, p. 30).

De acordo com Souza (1988), as mudanças ocorridas na estrutura fundiária incidem em mudanças na organização urbana. No entanto, na mesorregião oeste paranaense, em particular no município de Medianeira, tais mudanças vieram contribuir para a densificação da rede de estradas vicinais, com pavimentação, calçamento e melhorias nas estradas, contribuindo para a centralidade de Medianeira em si e com as cidades no seu entorno.

Nesse contexto essas mudanças contribuíram no processo de urbanização da mesorregião oeste do Paraná e conseqüentemente a urbanização de Medianeira, conforme o texto na seqüência.

---

territorial, como é o caso de Mangueirinha e de Clevelândia, no Sudoeste, e de Paranaíba, no Norte. É certo que o crescimento demográfico e econômico destas regiões implica uma reestruturação territorial. Mas a elaboração de uma divisão territorial mais fragmentada tem também um sentido político. Visa-se com isso impedir a constituição de fortes poderes locais e o surgimento de políticas emancipatórias [referente ao Território do Iguçu]. Indiretamente, procura-se fortalecer o poder político da capital” (KUNHAVALIK, 2004, p. 193).

### 2.3- A urbanização da mesorregião oeste do Paraná e a urbanização de Medianeira

O presente item tem o propósito de abordar a questão da urbanização da mesorregião oeste do Paraná, com ênfase em Medianeira, que trata da passagem de uma sociedade rural para uma sociedade cada vez mais localizada no espaço das cidades, e indica o crescimento da população urbana em relação à população rural.

Segundo Castells (2009), a urbanização designa uma forma especial de ocupação do espaço por uma população, a saber, o aglomerado resultante de uma forte concentração e de uma densidade relativamente alta, tendo como correlato previsível uma diferenciação funcional e social maior.

Nesse sentido, a taxa de urbanização mede o nível desse crescimento num determinado período, tornando-se possível verificar a relação entre população urbana, população rural e total (MARTINS; JUNIOR; OLIVEIRA, 2006).

As áreas urbanizadas englobam amplas regiões circunvizinhas às cidades, cujo espaço urbano integrado se estende sobre territórios limítrofes e distantes em um processo expansivo iniciado no século XIX, e acentuado de forma irreversível no século XX (MONTE-MOR, 2006).

Segundo Benko (1999), o fortalecimento da urbanização é o reflexo de dois processos complementares: de um lado, a transnacionalização dos espaços econômicos (globalização). Essa transnacionalização é um processo exógeno, pois ocorre de fora para dentro conforme os interesses econômicos corporativos. De outro lado, há também a regionalização dos espaços sociais (região). A regionalização é uma reação socioeconômica e ambiental do desenvolvimento econômico, ocorrendo, porém, de dentro para fora, através dos interesses dos agentes do desenvolvimento regional.

Diferentes de Benko (1999), Benévolo (1983) e Singer (2002) afirmam que a divisão entre urbe e campo aparece claramente quando se estabelecem relações entre os que vivem na zona urbana e os que vivem na zona rural, já que os segundos fornecem aos primeiros parte de sua produção. Assim sendo, a cidade é o lócus da estrutura administrativa.

De acordo com essa tendência, os autores comentam que a constituição da cidade é uma inovação na técnica de dominação e na organização da produção, levando ao crescimento da população e à ocupação cada vez mais adensada num ponto do espaço.

No aspecto produtivo, o fortalecimento e a expansão das atividades urbanas refletem as mudanças na divisão social do trabalho. De uma mão-de-obra ocupada, em sua maioria, com as atividades primárias, o processo de desenvolvimento econômico estimula a ocupação



em atividades urbanas-industriais. As relações entre a evolução da população urbana e rural, no oeste paranaense, iniciam-se definitivamente no século XX, com seu processo de ocupação.

As taxas de crescimento e urbanização da mesorregião oeste do Paraná evoluíram significativamente entre 1960 e 2010, período em que a população total, de acordo com os respectivos Censos Demográficos, passou de 135.677 para 1.219.558 habitantes. Isso se deveu a alguns fatores peculiares a esse espaço regional e a outros, que também afetaram, de um modo geral, o interior do Brasil.

Aos primeiros se relaciona a construção da Ponte da Amizade em Foz do Iguaçu, a reestruturação e pavimentação da BR-277 e, especialmente, a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Aos fatores mais gerais, pode-se associar a modernização agrícola e, em corolário, a concentração da estrutura fundiária.

Com relação à questão do impacto causado pela Construção da Usina de Itaipu, segundo Souza (2002), é difícil precisar o quanto a formação do lago da usina impactou sobre os índices de urbanização da região. Porém, em virtude do número de pessoas atingidas – 42.444 habitantes no total, sendo 38.445 do meio rural e 3.999 do meio urbano –, é plausível a hipótese de que esse fato tenha repercutido sobre a estrutura da ocupação territorial do oeste paranaense.

Nesse aspecto, Moura (1999, p. 38), afirma que o rápido e intenso processo de urbanização vivenciado no Paraná, entre as décadas de 1970 e 2000, implicou não apenas na dinâmica da organização do espaço das cidades, como também na condição de vida de seus habitantes. De acordo com a autora, a ausência de fortes investimentos em infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos voltados à atenção das demandas da sociedade “privou grandes e crescentes contingentes de moradores, de serviços de saneamento básico, saúde, educação e transporte público”.

Peris (2003) afirma que, entre 1970 e 1996, a região oeste paranaense passou por um processo intenso de urbanização, saltando do grau de 19,87% para 77,2%. Esse processo provocou grandes transformações na distribuição geográfica de sua população, com a área urbana da mesorregião alcançando 357.023 habitantes, e incrementando suas áreas urbanas com um contingente de 683.175 habitantes, caracterizando-se como uma região receptora de fluxos interiores e exteriores aos seus limites.

Segundo o autor, a região integrou-se à dinâmica estadual apenas a partir da década de 1970, quando coincidiram fatores como a expansão da agricultura moderna e o início da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

É importante explicitar que a política externa adotada pelo Brasil, indiretamente, acabou contribuindo para o crescimento populacional da região oeste, uma vez que, a partir de meados da década de 1950, Brasil e Paraguai buscaram reatar as relações bilaterais interrompidas com o início da Guerra do Paraguai. O resultado dessa reaproximação entre os dois países foi a construção da Ponte da Amizade, inaugurada em 1965 (PERIS, 2002).

Desde o século XVI, o Paraguai já aspirava por uma forma de ligação com o oceano Atlântico. Assim, a construção da ponte, juntamente com a reestruturação e pavimentação da BR-277, inaugurada em 27 de março de 1969, ligando o país ao porto de Paranaguá, não somente satisfaz os interesses paraguaios, como também colaborou com a dinamização da economia de todo o oeste paranaense, fomentando seu processo de urbanização, cuja taxa geométrica cresceu 16,77% ao ano entre 1960 e 1970, sendo, portanto, bastante superior à verificada para o estado do Paraná (6,73%) e para o país (5,22%).

Contudo, o crescimento da população rural do oeste (19,21% ao ano) foi ainda superior ao de sua população urbana, indicando que, nesse período, ainda não haviam cessado, completamente, as grandes frentes de migração rural que passaram a se dirigir à região a partir de meados da década de 1940. Após o término das obras da rodovia BR-277, o início da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, em 1975, contribuiu sobremaneira para a consolidação do eixo de desenvolvimento Cascavel–Foz do Iguaçu, uma vez que o município de Cascavel tornou-se um grande fornecedor de bens e serviços auxiliares à construção da usina (PERIS, 2002).

Com a conformação desse eixo, e também em virtude do gradativo fortalecimento do eixo de desenvolvimento compreendido entre Cascavel e Guaíra (PERIS, 2002), o município de Cascavel, como já indicava, passou a afirmar-se como polo regional de desenvolvimento e integrar a rede nacional de cidades no âmbito da produção e da distribuição de bens de consumo e serviços, tornando-se uma ponte, para os municípios de seu entorno, de acesso aos bens produzidos externamente à região, conforme indica o estudo Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil (IPEA, 2000).

No entanto, nota-se que os municípios estavam desenvolvendo os setores secundário e terciário e polarizando-se no dinamismo dos mesmos. Contudo, estava havendo uma concentração das atividades nas áreas urbanas, principalmente a indústria e os serviços, em alguns municípios. Especificamente, a tendência à concentração é maior na cidade de Cascavel.

Para Alves (2005), isso ocorre devido ao fato de esta cidade ser privilegiada pela localização central regional estratégica, e por estar no entroncamento das principais rodovias

da região – principalmente a BR277 –, além da rede ferroviária que também passa pelo município.

Os municípios que estão no corredor da BR277 passaram a apresentar crescimento no setor de transporte e comunicação. Soma-se à construção da Usina de Itaipu o forte processo de mecanização e automação pelo qual passou o setor agrícola paranaense nesse período.

No oeste do Paraná, esse processo foi “marcado pela introdução maciça, no campo, de avançadas técnicas de cultivo, de substituição de culturas alimentares pela produção de commodities e de alterações radicais nas relações de trabalho” (IPARDES, 2003, p. 24). Tais fatores impulsionaram ainda mais a urbanização, marcada pelo esvaziamento da população do campo, de forma que, assim como nas taxas do Brasil e do Paraná, pela primeira vez, na mesorregião oeste, nota-se uma diminuição da população rural, atingindo uma taxa de decréscimo de 2,33% ao ano entre 1970 e 1980. Por outro lado, as taxas de incremento anual da população urbana, que corresponderam a 12,48% na região, novamente superaram as do Brasil (4,44%) e do Paraná (5,97%).

Merecem destaque os municípios de Foz do Iguaçu – locus da construção da Usina de Itaipu –, Corbélia, São Miguel do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Cascavel, cujas populações urbanas cresceram a taxas maiores do que as registradas para a região.

Já na década de 1980, o fechamento das comportas da Usina de Itaipu condicionou a elevação do nível das águas do Rio Paraná e, conseqüentemente, o alagamento de extensas áreas habitadas e cultivadas, que se estendiam por cerca de 170 quilômetros ao longo do curso do rio, entre o Paraguai e o Brasil. Os municípios brasileiros atingidos pelo alagamento promovido pela construção da barragem foram Guaíra, Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu.

Concomitantemente ao processo de luta pela terra, desencadeado pelos agricultores atingidos pela barragem de Itaipu, ocorreu o movimento pela reforma agrária, promovido pelos camponeses expropriados do meio rural<sup>28</sup>, devido à sua impossibilidade de arcar com os custos da modernização do setor agrícola.

De fato, comparativamente aos dados do Censo Agropecuário de 1985, realizado pelo IBGE, os dados de 1996 denotam que houve um processo de concentração da estrutura fundiária na mesorregião oeste do Paraná. O tamanho médio dos estabelecimentos da região se ampliou de 25,97 para 29,11 hectares no período, apesar de ter diminuído o percentual da

---

<sup>28</sup> Em 1985, o Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura advertiu que “mais de sete mil propriedades rurais foram vendidas, em 1984, nas regiões de Cascavel e Toledo” (SPERANÇA, 1992, p. 257).

área total ocupada pelos estabelecimentos de 1.000 ou mais hectares, que passou de 10,70% para 9,55%.

Conforme Kleinke, Deschamps; Moura (1999), a concentração da estrutura fundiária repercute não somente sobre o proprietário do imóvel, como também afeta o pessoal ocupado na atividade agropecuária, ocasionando a diminuição da força de trabalho efetivamente ocupada nesse setor.

Nesse sentido, a liberação da população rural da mesorregião oeste em virtude da concentração fundiária é uma das causas dos fortes incrementos de população urbana experimentados, principalmente, pelos três maiores centros da região – Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo – entre os anos de 1980 e 2000. As taxas de crescimento populacional desses municípios, entre os anos de 1980 e 1991, com exceção de Ibema, são as maiores da mesorregião, representando 3,90% ao ano para Foz do Iguaçu, 2,91% para Cascavel e 2,57% para Toledo.

Essas taxas, embora não sejam muito altas em comparação ao crescimento da mesorregião oeste vivenciado nos decênios anteriores, permanecem acima das taxas de crescimento da população total do estado do Paraná (0,93%) e do Brasil (1,93%), e, pode-se afirmar, foram elas as responsáveis pelo crescimento da população absoluta da região (a taxas de 0,51% ao ano), tendo em vista que a maioria dos demais municípios conheceu taxas geométricas de crescimento anual negativas entre os anos de 1980 e 2000.

Entre os anos de 1991 e 2000, a população total da mesorregião cresceu a taxas mais elevadas do que no período anterior, correspondendo a 1,28% ao ano. Porém, percebe-se que a população urbana aumentou a taxas menores do que entre os anos de 1980 e 1991, representando 2,77% de crescimento ao ano. Isto se justifica em decorrência da implementação da modernização no setor rural<sup>29</sup> nesse período, enquanto entre as décadas de 1991 e 2000, o campo já se encontrava com sua dinâmica produtiva consolidada e comandada pelos “complexos agroindustriais” (CAIs).

Esse comportamento da área, segundo Rippel (2005), se deu essencialmente como resultante da modernização do setor rural, pois ocorreu, na região, a passagem da agricultura

---

<sup>29</sup> No oeste do Paraná, a modernização agrícola regional e o aumento da produtividade da área somente foram possíveis mediante a ocorrência de três importantes fenômenos econômicos e dois demográficos: 1) a adoção de um novo padrão produtivo implicou no uso de novas tecnologias demandantes de áreas de terras mais extensas para se viabilizarem; 2) como consequência, ocorreu uma acelerada concentração das terras; e 3) isto provocou a expulsão dos pequenos proprietários, dos arrendatários e dos trabalhadores braçais do campo, que não mais conseguiram se inserir no novo processo. Tais fatos repercutiram no comportamento demográfico da região, que: a) tornou-se eminentemente mais urbana; e b) deixou de ser uma área de destino de imigrantes e passou a ser uma área de origem de importantes movimentos de emigração (RIPPEL, 2005 p. 124).

do chamado “complexo rural” para a dinâmica comandada pelos “complexos agroindustriais” (CAIs), impulsionados pelo aumento da produtividade agrícola. Desse modo, o comportamento demográfico regional foi parcialmente condicionado pela economia rural da área, de tal modo que a região vivenciou diversas alterações em seu padrão migratório.

A partir do ano 2000, intensifica ainda mais o processo de urbanização na mesorregião oeste, diante do contínuo avanço tecnológico na agricultura, no contexto nacional, através de créditos subsidiados, sementes tratadas, insumos modernos, crescente êxodo rural e, conseqüentemente, de uma urbanização acentuada e do desenvolvimento de várias outras atividades ligadas ao setor agroindustrial e de serviços nas cidades (STAMM, 2001).

O relativo grau de concentração de atividades na agroindústria e de produção de alimentos da mesorregião oeste fez com que a região apresentasse uma concentração também significativa de emprego formal, reflexo ocorrido, em grande parte, pela indústria de transformação, fato que acarretou a dinamização do multiplicador de emprego e o aumento do setor terciário da economia (IPEA, 1999).

Nota-se, também, um recrudescimento das perdas populacionais do meio rural que haviam marcado a década anterior, fazendo com que a taxa geométrica passasse de 4,47% para 3,51% de decréscimo anual.

Com base nos dados mencionados, a mesorregião oeste apresenta-se em franco processo de reestruturação da configuração de sua ocupação territorial, mesmo após terem cessado os impactos provocados pelos grandes empreendimentos estatais. Isso quer dizer que os índices de urbanização, que se mostraram crescentes entre 1960 e 2000, tendem a se ampliar, até porque, como demonstram os indicadores do Censo de 2010, muitos municípios ainda contam com uma população rural superior à mediana intrarregional (42,34%), tais como Diamante do Sul (59,97%), Mercedes (51,66%), Lindoeste (55,53) e Ramilândia (50,58%), por exemplo.

Na década de 1980, na medida em que a mecanização agrícola intensifica e o processo de industrialização expande nas áreas urbanas das pequenas cidades do oeste do Paraná, assim como nas cidades polos, elevam-se as taxas de urbanização, conforme indica a Tabela 01, na seqüência.

**Tabela 01: Dados populacionais e àrea das microrregiões do oeste do Paraná -2010.**

<b>Microrregião</b>	<b>População</b>	<b>Área (Km<sup>2</sup>)</b>	<b>Pop. Urbana (%) Média</b>	<b>Pop. Rural (%) Média</b>
Toledo	377.799	8.755	81,1	18,9
Cascavel	436.381	8.516	84,7	15,3
Foz do Iguaçu	408.785	5.580	90,0	10,0

Fonte: IBGE 2010 – IPARDES 2012.

Org: Jacinto, J. M.- 2012.

Observa-se que as três cidades polos da microrregião oeste tiveram fortes adensamentos populacionais com taxas elevadas de crescimento urbano e, conseqüentemente, o esvaziamento populacional das áreas rurais.

Contudo, o processo de urbanização de Medianeira imbricado na dinâmica do desenvolvimento da mesorregião oeste segue o mesmo percurso no que tange a mecanização agrícola e o processo de industrialização.

Destarte, a Tabela 02, na seqüência, indica a concentração populacional do Município de Medianeira na área urbana e o declínio populacional na área rural. Conforme os dados da tabela, o crescimento da população urbana quase que dobrou entre as décadas de 1970 e 1980. Comparando a evolução da população urbana e o declínio da população rural, é mister entender a mobilidade populacional entre o rural e o urbano nesse período e nas décadas seguintes.

**Tabela 02: População do município de Medianeira, dividida em população residente na zona urbana e zona rural entre os anos de 1970 e 2010.**

<b>Período</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
População urbana %	32,11	60,35	76,47	87,89	89,41
População rural %	67,89	39,65	23,53	12,11	10,58
Total	21.043	36.770	38.629	37.827	41.817

Fonte: IBGE – 2010

Org. Jacinto, J. M.-2010.

Conforme o Gráfico 01, na seqüência, a população de Medianeira praticamente obteve, entre os anos de 1970 e 2010, o inverso na sua evolução populacional com relação à população rural e urbana, em decorrência da mecanização agrícola e da industrialização, conforme já mencionado anteriormente.

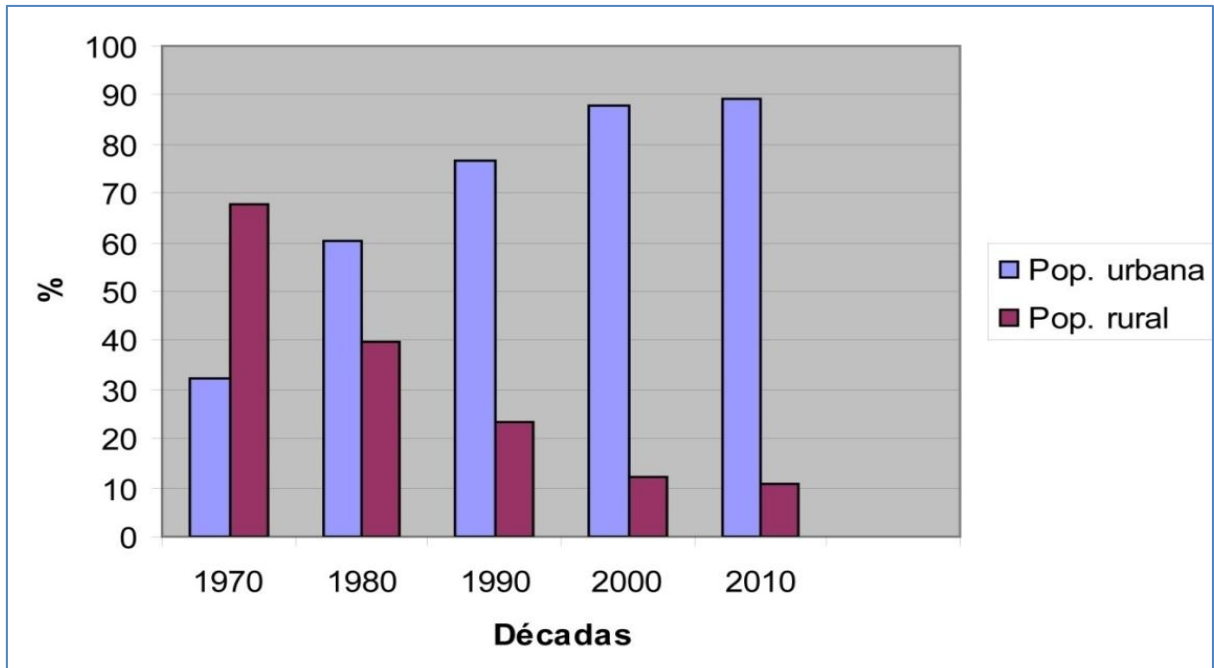


Gráfico 01: Evolução da População Urbana e Declínio da População Rural de Medianeira entre os anos de 1970 e 2010.

Fonte: IPARDES – 2010.

Org: Jacinto, J.M.-2010.

As taxas de urbanização das pequenas cidades do oeste paranaense indicam o crescente processo de urbanização e a continuidade do processo de concentração espacial da população nessas cidades. As maiores centralidades na mesorregião oeste continuam nas três cidades polos de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo.

Porém, nesse contexto, faz-se necessário destacar que o município de Medianeira, inserido na microrregião de Foz do Iguaçu, passa, a partir de 1970, por uma mudança significativa com relação ao processo de urbanização, com taxas de 32,11%, chegando a 60,35% no início da década de 1980.

Com relação a essa mobilidade populacional da zona rural para a zona urbana, é mister afirmar que o município de Medianeira, na década de 1970, estava passando por mudanças na sua estrutura produtiva, com a introdução da mecanização e tecnicização do campo. Nessa mesma época, ocorre o advento da primeira Cooperativa, que dará sustentação ao processo de implantação do agronegócio. Convém registrar que o processo de urbanização e o desenvolvimento socioeconômico do município tiveram, a partir da década de 1970, uma relação muito forte com a inserção do agronegócio local e regional.

## 2.4- Agronegócio – desenvolvimento em escala regional e local

Segundo Araújo, Wedekin; Pinazza (1990, p.3), o agronegócio é “a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção nas unidades agrícolas; e o armazenamento, processamento dos produtos agrícolas e itens produzidos com eles”. Dessa forma, engloba os fornecedores de bens e serviços à agricultura, os produtores agrícolas, os processadores, transformadores e distribuidores envolvidos na geração e no fluxo dos produtos agrícolas até o consumidor final, além dos agentes que afetam e coordenam o fluxo dos produtos, tais como o governo, os mercados, as entidades comerciais, financeiras e de serviços.

O agronegócio implica numa agricultura que deixou de ser um setor econômico isolado, integrando-se aos complexos industriais. Gonçalves (2005, p. 284-285) apresenta um quadro de vantagens e desvantagens quanto ao agronegócio. Quanto aos aspectos favoráveis, vale destacar “o impacto sobre a renda, emprego, acumulação de capital, finanças públicas e desenvolvimento tecnológico”. O agronegócio é uma atividade tecnologicamente dinâmica, visto que os produtos de origem agropecuária, “incorporam a alta tecnologia da biogenética, da química e da ciência dos alimentos”.

Por outro lado, há um número expressivo de críticas a um modelo de crescimento econômico e inserção internacional baseado no agronegócio. Os produtos primários têm baixa elasticidade - preço da demanda (reação dos consumidores às mudanças no preço), isso significa que “para se aumentar a quantidade é necessária a redução mais do que proporcional do preço” (GONÇALVES, 2005, p. 284-285).

Outra crítica refere-se à questão da apropriação do ganho gerado pelo aumento da produtividade. Segundo Gonçalves (2005, p. 284-285), o agronegócio consolida estruturas retrógradas de produção: “Com baixa absorção de mão-de-obra, o agronegócio mecanizado tende a expulsar os trabalhadores das áreas rurais para as cidades. O agronegócio tende a concentrar ainda mais a riqueza, ou seja, piora a distribuição da propriedade da terra e do capital”.

O agronegócio representa um papel fundamental para a intensificação da urbanização e para o crescimento das pequenas cidades, fortalecendo-as em termos demográficos e econômicos. Nessas cidades, realiza-se parte da materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio, quando passam a exercer novas funções e a compor importantes nós das redes agroindustriais: “ao distribuir pontualmente pelo território os seus interesses corporativos, vão criando novas necessidades nos lugares que recebem os ‘nós’



articulados por suas redes” (PEREIRA; KAHIL, 2006, p. 227), a partir das quais fornecem parte da mão de obra, dos recursos financeiros, dos insumos químicos, das máquinas agrícolas, da assistência técnica agropecuária etc., dinamizando a economia urbana e a reorganização regional.

Segundo Santos (1988), a adição de produtos químicos, a utilização da biotecnologia e o uso intensivo de máquinas agrícolas, entre outros, além de mudar a composição técnica e orgânica da terra, fizeram expandir no campo o meio técnico-científico-informacional, o que explica em parte a interiorização da urbanização, pois, afora o fenômeno da fábrica moderna dispersa, dá-se também o fenômeno da fazenda moderna dispersa.

De acordo com o autor, isso ocorre em todo o país, e não é diferente na mesorregião oeste do Paraná e em Medianeira. A expansão do agronegócio globalizado promove um incremento da economia urbana, especialmente associado ao dinamismo do consumo produtivo e aos processos migratórios e de expansão do mercado de trabalho, incluindo aqui o agrícola. O agronegócio, com a mecanização da agricultura, tornou a região uma referência em quantidade e produtividade nas culturas de exportação, principalmente soja, milho e trigo. A comercialização dessa produção estabeleceu uma infraestrutura de beneficiamento, armazenagem e transporte.

O desenvolvimento agroindustrial encontrou ambiente propício ao seu crescimento e consolidação. Algumas cadeias produtivas, dentro do agronegócio, são mais recentes, como a da mandioca e da criação de peixes. Estas têm buscado condições de consolidação em determinadas porções da região. A cadeia produtora de aves obteve significativa expansão recente na região, com investimentos de cooperativas. As demais cadeias existentes consolidaram-se e têm dinamizado a transformação industrial. A exceção fica com a atividade de esmagamento de soja, que perdeu totalmente o dinamismo. Dentro desse quadro, as perspectivas apontam para a continuidade dessa atividade como fundamental fonte geradora de renda regional.

Os municípios que se inserem diretamente em algum ponto dessa cadeia encontrarão condições para manter sua situação atual. Porém, o processo de polarização tende a diferenciar os ganhos entre os participantes dessa dinâmica. Os municípios que concentram as unidades agroindustriais tendem a absorver a maior parte dos ganhos do agronegócio.

Em contrapartida, os municípios que apresentam apenas atividades ligadas à agropecuária, mais especificamente à agricultura, tendem a absorver uma parcela menor da renda gerada. Os municípios menores têm diferentes graus de inserção na dinâmica do agronegócio. Alguns têm maior parte de seu território dedicada à agricultura moderna e,

ainda, possuem alguma unidade agroindustrial. Outros não possuem unidades agroindustriais relevantes, mas acabam tendo parte significativa de seu território cultivado com agricultura moderna.

Estes são os que menos ganhariam com a continuidade do processo de desenvolvimento do agronegócio. Nesse sentido, percebe-se que a dinâmica do agronegócio tende a criar impacto apenas na porção territorial da região que é propícia a esse tipo de atividade. Esse processo colabora para o aparecimento dos chamados vazios econômicos. De acordo com Santos:

[...] é pertinente quando se observam países fragmentados em ilhas de prosperidade. Regiões que atendem à dinâmica da acumulação de capital via globalização e que se inserem de forma mais expressiva, atraindo, sob forma espiral, capital humano, tecnologia, externalidades positivas bem como novos níveis de investimento e produção. Entretanto, necessariamente geram-se vazios socioprodutivos nas cidades e regiões que geograficamente não estejam localizadas próximas aos centros dinâmicos. Desse modo, a vida nos lugares possui distinções próprias à maior ou menor inserção no ambiente competitivo da globalização (SANTOS, 2004, p. 179).

Os municípios integrantes desses vazios estariam fora dessa dinâmica regional e necessitariam de alternativas para a atividade econômica. Esses municípios vêm atuando nas atividades de criação de aves e de pecuária leiteira, fato que tem contribuído para amenizar seus problemas, mas ainda fica muito aquém das necessidades colocadas.

O que vem apontando como alternativa em outras regiões, com características semelhantes, é a agricultura e a pecuária orgânica. No oeste de Santa Catarina e no sudoeste do Paraná, essa atividade ganhou um forte impulso com a organização dos pequenos produtores em cooperativas, contando com o apoio dos governos municipais e de órgãos governamentais, como a Emater.

A dinâmica econômica desses municípios dependerá de sua inserção nas atividades do agronegócio que são possíveis, principalmente a criação de aves, a pecuária de leite e, em menor grau, a suinocultura, sendo ainda relevante o incentivo à produção orgânica como uma fonte alternativa para o pequeno e médio produtor.

A expansão recente da agricultura moderna para as regiões norte, nordeste e centro-oeste do País tem colocado algumas questões sobre a continuidade do processo de expansão dessa atividade na região oeste do Paraná. As regiões recentemente ocupadas encontraram clima favorável, escala maior de produção, solo receptivo aos insumos – portanto, de

fertilidade adaptável –, dando margem a uma produtividade significativa, comparável às alcançadas em regiões tradicionais, como o oeste do Paraná.

Na direção dessa expansão da agricultura desenvolve-se a agroindústria, com a instalação de plantas com maior escala de produção e, também, com tecnologia produtiva mais evoluída. Empresas do ramo de alimentos com sede na região sul do país estão se incluindo nessa dinâmica, e têm implantado novas unidades produtivas nessas regiões e, conseqüentemente, modificado a forma de atuar em sua região de origem.

Essa modificação é traduzida em estagnação dos investimentos produtivos, diminuição de escala de produção, e até mesmo total deslocamento dos investimentos para as novas regiões. Esse processo pode indicar, no mínimo, um questionamento do agronegócio presente na região oeste do Paraná, e também na região sul do país. Existe a ameaça iminente de dificuldades de expansão do agronegócio nessa região? A resposta é que, no médio prazo, não há indicação de que isso possa ocorrer, ficando atrelada à política econômica nacional e internacional.

Contudo, os estudos sobre o tema inferem que o desenvolvimento proporcionado pelo agronegócio constitui bases para o processo de urbanização das pequenas cidades do oeste paranaense. Neste sentido abordaremos na sequência os empreendimentos cooperativistas integrados ao agronegócio e sua contribuição em escala local e regional.

## **2.5- Empreendimentos cooperativistas e sua contribuição para o desenvolvimento geoeconômico em escala local e regional**

A região oeste do estado teve na imigração de pequenos produtores de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul seus principais colonizadores. Esses produtores exploravam a criação de suínos e o plantio de culturas de alguns cereais de subsistência. Na década de 1960, começa a ser estruturado o cooperativismo na região, devido a dificuldades que os produtores tinham para o armazenamento dos produtos, escoamento da safra e mecanização da lavoura. No final da década de 1960, começa a ser explorada na região a cultura da soja.

Os empreendimentos cooperativistas implantados na região oeste paranaense foram vistos como organizações de suma importância na função pública de desenvolvimento econômico, aliada à geração e distribuição de renda e à criação de empregos. Como as cooperativas podem distribuir os resultados econômicos proporcionais às operações com seus

cooperados, essas organizações contribuem para a efetiva distribuição de renda entre os associados (BIALOSKORKI, 2002).

Para Boesche (2005 p.13) "no cooperativismo encontramos aspectos essenciais para o seu perfeito desenvolvimento. Encontramos duas dimensões: uma 'dimensão social' e uma 'dimensão econômica'. A dimensão social está relacionada às pessoas e a dimensão econômica à empresa em comum".

Segundo Rech (2000), a cooperativa é uma iniciativa autônoma de pessoas, caracterizada por possuir dupla natureza, partindo de fato de ser simultaneamente uma entidade social (um grupo organizado de pessoas) e uma unidade econômica (uma empresa financiada, administrada e controlada comunitariamente). Seu objetivo principal é o de ser utilizada diretamente pelos associados como meio de prover bens e serviços de que necessitam e que não o obtêm individualmente em condições semelhantes.

As sociedades cooperativas definem estratégias para duas dimensões: a social e a econômica. Na social, a cooperativa está preocupada com o bem-estar e com fortalecimento do indivíduo na comunidade. Na econômica, está voltada a rentabilizar a atividade individual do cooperado.

Para Silva, Lourenço; Salanek (2006 p. 8), "o cooperativismo é um tipo de organização que promove a aproximação e a interação dos agentes". As cooperativas tornam-se, portanto, um espaço delimitado e formam uma rede estabelecida pela relação entre os cooperados. A vinculação de um cooperado, em sistema agroindustrial, torna-o um agente participante do desenvolvimento local. A sua capacidade de articulação e de influência dependerá, contudo, da forma como interage com os demais cooperados. Essa comunidade local definirá seus objetivos e terá a sua própria dinâmica de desenvolvimento.

Tal dinâmica de desenvolvimento implicará no grau de desenvolvimento local e regional, contribuindo na questão de geração de empregos, rendas, e no processo de urbanização, conforme podemos constatar com a implantação da Cooperativa Lar em Medianeira, de acordo com o texto na sequência.

### **2.5.1-A Cooperativa Agroindustrial Lar**

A atual Cooperativa Agroindustrial Lar foi constituída em 19 de março de 1964 por um grupo de agricultores que se organizaram com o objetivo de atingir maiores vantagens e maior competitividade na aquisição de insumos agrícolas, bem como na comercialização de

sua produção. A sede inicial foi no município de Missal e, em 1972, transferiu-se para Medianeira. A Tabela 03, na sequência, representa a evolução do quadro social e funcional da Cooperativa Lar.

**Tabela 03 - Evolução do quadro social e funcional – Cooperativa Lar**

ANO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Associados	5.824	6.236	6.823	7.693	8.521	8.992	8.380	8.344	8.648	8.504
Empregados	2.218	2.486	2.955	3.651	3.897	3.924	4.133	4.473	4.922	5.904

Fonte: Cooperativa Lar - Relatório Anual de 2005/2010.

Org: Jacinto, J. M.-2010.

Conforme o Relatório Anual de 2010, a cooperativa no seu quadro funcional, conta com 5.904 funcionários, e em seu quadro social, 8.504 associados. Os associados estão distribuídos da seguinte forma: no Estado do Paraná (6.584), em Santa Catarina (107) e no Mato Grosso do Sul (1.813), conforme representa o Quadro 02, na sequência.

ASSOCIADOS POR UNIDADE - COOPERATIVA		
Unidade	Associados	% Repres.
Amambai – MS	382	4,5
Aral Moreira – MS	344	4,0
Céu Azul - PR	453	5,3
Diamante do Oeste – PR	199	2,3
Dourados – MS	67	0,8
Iguatemi – MS	85	1,0
Itaipulândia – PR	380	4,5
Maracaju – MS	460	5,4
Matelândia – PR	489	5,8
Medianeira – PR	735	8,6
Missal – PR	807	9,5
Ponta Porã – MS	189	2,2
Ramilândia – PR	186	2,2
Rio Brilhante – MS	35	0,4
Santa Helena – PR	909	10,7
Sta Rosa do Ocoy – PR	289	3,4
Sta Terezinha de Itaipu – PR	471	5,5
São Miguel do Iguaçu – PR	722	8,5
São Roque – PR	465	5,5
Serranópolis do Iguaçu – PR	479	5,6
Sete Quedas – MS	104	1,2
Sidrolândia – MS	147	1,7
Xanxerê – SC	107	1,3
<b>TOTAL</b>	<b>8.504</b>	<b>100,0</b>

Quadro 02: Associados da Cooperativa Lar – 2010.

Fonte: Cooperativa Lar – Relatório e Balanço 2010.

Org: Jacinto, J. M.-2010.

A cooperativa atingiu um faturamento de R\$ 1.566.235.835 (ano 2010), distribuídos entre produtos agrícolas, industriais, bens de fornecimento e supermercado. Seus produtos industriais são: aves, produtos oriundos de cereais, conservas, suínos, lactos e vegetais congelados.

No Paraná, a cooperativa atua em 13 municípios da região extremo-oeste e, quanto à sua estrutura, conta com um complexo de 22 unidades de recepção de produtos agropecuários e industrialização.

No Estado do Paraná, a Cooperativa Lar, como direcionamento ao desenvolvimento regional e local, possui 6.584 associados distribuídos nos municípios de Céu Azul, Diamante do Oeste, Itaipulândia, Matelândia, Medianeira, Missal, Ramilândia, Santa Helena, Santa Terezinha do Itaipu, São Miguel do Iguaçu e Serranópolis do Iguaçu.

O universo de cooperados da Cooperativa Lar, em sua estrutura fundiária, distribui-se da seguinte forma: 68,3% dos produtores associados possuem área de até 30ha; 21,8%, entre

31 e 100ha; e somente 9,9%, com área acima de 100ha, conforme apresenta a Tabela 04, na sequência.

**Tabela 04: Estrutura fundiária dos associados – Cooperativa Lar-2010.**

<b>Área</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Produtores Associados por hectare</b>	<b>Produtores Associados %</b>
<b>até10ha</b>	1.685	19	19,8
<b>11 a 20ha</b>	2.651	50	31,2
<b>21 a 30ha</b>	1.470	69	17,3
<b>31 a 60ha</b>	1.398	85	16,4
<b>61 a 100ha</b>	455	90	5,4
<b>101 a 500ha</b>	675	98	7,9
<b>+ de500 ha</b>	170	100	2,0
<b>Total</b>	8,504	511	100,0

Fonte: Cooperativa Lar – Relatório e Balanço-2010.

Org: Jacinto, J. M.-2010.

A área de atuação da Cooperativa Lar, conforme a Tabela 04, é composta, em sua grande maioria, por produtores associados com pequenos estabelecimentos.

A cooperativa presta serviços a seus associados, como a assistência técnica de campo, aquisição de insumos, beneficiamento da produção (armazenagem e secagem), transporte e comercialização da produção. Todos esses serviços são prestados para que o cooperado atinja melhor produtividade e continue entregando sua produção à cooperativa, mantendo uma relação de fidelidade.

A região oeste do Paraná tem uma forte característica de produção de soja e milho, e agrega valor através da industrialização de frango e suínos (OCEPAR, 2006). Apesar da participação direta da cooperativa nesse mercado regional, surge como alternativa rentável, para o pequeno produtor, a diversificação da produção agrícola para a industrialização.

Essa possibilidade é uma opção para o pequeno produtor de agricultura familiar, principalmente naqueles períodos de aumento dos custos de produção, estiagem e frustração de safras de cereais. O produtor tem nos vegetais mais uma alternativa de produção, obtendo renda na maior parte do ano, ficando menos suscetível a adversidades climáticas (Luqui, 2006). A produção de vegetais era uma característica já existente na região: a maioria dos produtores entregava a produção no Ceasa de Foz do Iguaçu, onde a esta era até recusada, chegando a gerar prejuízos.

Segundo a Cooperativa Lar (2012), em 1998, após elaboração de um estudo de viabilidade, a cooperativa em parceria com o município de Itaipulândia construiu a UIV –

Unidade Industrial de Vegetais. A indústria tem por objetivo viabilizar as pequenas propriedades rurais de agricultura familiar às margens do lago da Hidrelétrica de Itaipu, a mão-de-obra da família associada, e agregar valor à produção de hortaliças da região.

A Indústria possui uma estrutura instalada de 7.120 m<sup>2</sup>, e opera simultaneamente nas linhas de congelados, conservas e desidratados. A Cooperativa Lar tem como propósito orientar seus associados para produzir com qualidade necessária para o processamento industrial, além da garantia de compra e de preços. O milho-doce, brócolis, couve-flor e cenoura produzidos pelo agricultor seguem para uma indústria de processamento e congelamento de vegetais.

A cooperativa vem investindo em um mercado promissor, que é a agregação de valor através da venda de enlatados e vegetais congelados. Esse mercado está em crescente expansão, em função do consumidor buscar alimentos mais práticos (de fácil preparo) e preços acessíveis. Esses alimentos também são altamente perecíveis, o que justifica os investimentos no processo de industrialização e congelamento. Os principais consumidores estão em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Espírito Santo, Paraná e na região nordeste do país. Essa alternativa de geração e melhoramento de renda demonstra que a cooperativa possibilita que a produção do seu cooperado, por menor que seja, tenha amplitude nacional.

A expansão das atividades da Cooperativa Lar também pode ser medida pelo crescente pagamento de tributos, reforçando sua importância para o desenvolvimento local, regional, estadual e nacional, conforme o Gráfico 02, na sequência.

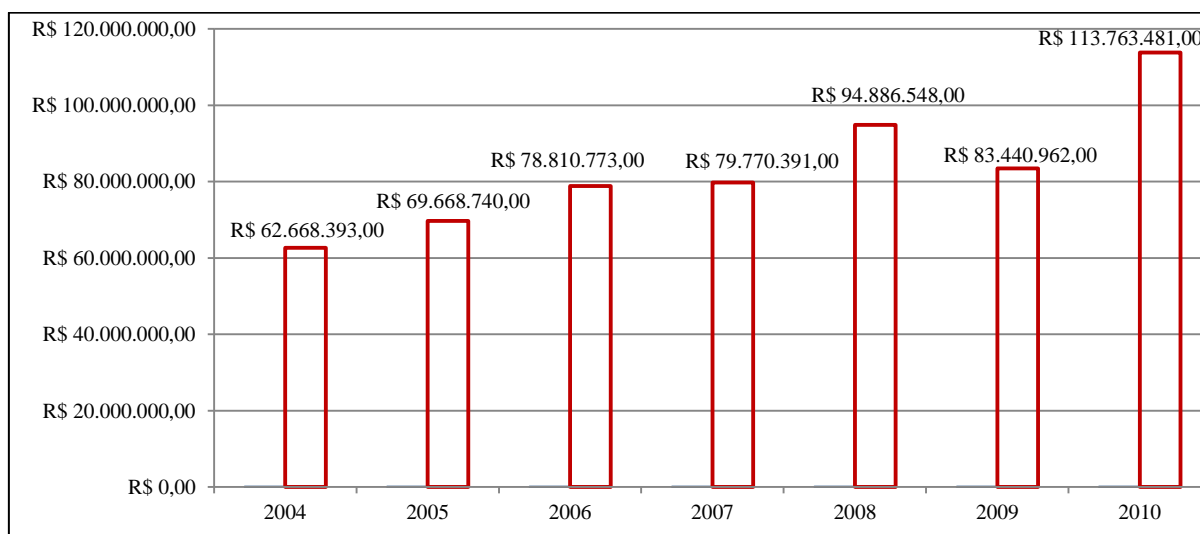


Gráfico02: Recolhimento Anual de Impostos e Taxas pela Cooperativa Lar entre 2004 e 2010.

Fonte: Cooperativa LAR- Relatório e Balanço 2010.

Org: Jacinto, J. M. -2010.



Conforme o Gráfico 02, em 2010, o pagamento de tributos chegou aproximadamente a R\$ 114 milhões, um aumento de 36,3% em relação ao ano anterior. Birck (2005) observa a importância da agroindustrialização da Cooperativa Lar para o desenvolvimento dos municípios onde ela atua, o que pode ser medido pela contribuição da empresa na distribuição pelo Estado do Paraná, com relação ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços e transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS).

Segundo Salanek (2006), a atuação da cooperativa junto ao quadro de associados ocorre na esfera econômica e social, com geração de renda e fortalecimento do cooperado em relação à variação de preços na compra de insumos agrícolas como na venda de cereais. Em relação ao aspecto social, com o fortalecimento do cooperado através de comitês e grupos sociais que promovem educação e inserção social. Para o autor, “em muitos casos, as cooperativas são as instituições que propiciaram o crescimento dos municípios, tornando-se inclusive a empresa mais expressiva da região” (SALANEK, 2006, p. 11).

### **2.5.2- A Cooperativa Frimesa**

Da mesma forma, a Cooperativa Frimesa traz, no bojo do processo de desenvolvimento local e regional, tributos que contribuem para o crescimento no que tange as questões geoeconômicas da pequena cidade de Medianeira e região.

A Frimesa é “uma central de cinco cooperativas situadas na região oeste do Paraná, denominadas filiadas, com seu centro administrativo situado na cidade de Medianeira, oeste do Estado” (FRIMESA-2010). Conta com dez unidades fabris distribuídas pelo Paraná, Mato Grosso do Sul e por Santa Catarina, e seis filiais de vendas no Paraná, Rio de Janeiro e em São Paulo, e vários distribuidores e representantes nas principais capitais brasileiras.

Segundo Parolin (2011), a cooperativa iniciou suas atividades agroindustriais em 1979 e, com a aquisição do Frigorífico Medianeira S/A, passou a operar com a marca Frimesa. Seu propósito era unir a força do cooperativismo local, integrar as comunidades e fazer com que os produtores continuassem no campo, ampliando a produção industrial da região. No primeiro abate, em 1980, foram 70 suínos; em 2008, foram 160 mil toneladas. Em 1990, inaugurou-se a maior fábrica de queijos finos da América Latina, no estado do Paraná, lançando a marca Reggio. A empresa atua nos setores de carne e de leite.

A unificação dos produtos em marca única deu-se em 1998, com o objetivo de aprimorar e fortalecer a comunicação com o consumidor. A empresa ainda possui marcas

mistas (Friminho e Reggio) e uma marca independente e tradicional (Rei do Oeste), voltada para o consumidor do oeste paranaense. Seus principais concorrentes no território nacional são: na área de carnes, Sadia e Perdigão; na área de leite, Parmalat e Nestlé. Já obteve vários prêmios, com destaque para o Prêmio Marketing/OCB, em 2005, quando conquistou o 1º lugar, com o projeto “Leite Condensado”.

A Frimesa, até o ano de 2012, contava com 2.900 participantes diretos, sendo 1.900 em Medianeira, 274 em Curitiba e os demais distribuídos nas outras filiais. Em média, são 25.000 pessoas ligadas economicamente à empresa. De acordo com a Empresa, sua política ambiental prevê o tratamento dos efluentes gerados (líquidos, sólidos e gasosos) e mantém 517 hectares de reflorestamento nas áreas próximas às unidades fabris. Em Medianeira, a empresa criou uma reserva ecológica com 70 hectares.

A Frimesa pertence ao setor de fabricação de produtos alimentícios, considerado setor de baixa densidade tecnológica conforme Furtado e Carvalho (2005), sendo porém, uma das que mais promoveram inovações, segundo os dados da Pesquisa de Inovação Tecnológica - PINTEC 2003 e 2005.

A inovação em produtos e processos constitui uma constante na empresa; contudo, o tema “inovação” somente ganhou posicionamento estratégico na organização em 2006, por causa do movimento do macroambiente em torno das condições de investimentos nesse campo, conforme já comentado.

Segundo Parolin (2011), com a estratégia de cooperativas, a organização solidificou-se no mercado nacional após adotar a marca “Frimesa” como a principal marca para seus produtos. Ao longo de sua existência, tem lançado novos produtos em duas áreas alimentícias: carne e leite. No entanto, a organização não possui registro de patentes, informação confirmada pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

Nas diretrizes estratégicas da empresa, entre os doze itens previstos, destacam-se dois: (i) a agregação de valor às matérias-primas pelo desenvolvimento de novos produtos e pela inovação tecnológica; (ii) o treinamento dos colaboradores para a gestão da qualidade, inovação e autorrealização.

Conforme Parolin (2011), a participação das cooperativas na economia do estado pode ser constatada também nas exportações (de R\$ 633,8 milhões para R\$ 1,65 bilhão), na arrecadação de impostos (de R\$ 412,8 milhões para R\$ 1,1 bilhão) e na oferta de empregos diretos (as vagas ocupadas subiram de 27,3 mil para 63,5 mil), conforme dados fornecidos pela Empresa.

O compromisso da Cooperativa Central Frimesa é promover a diversificação e a sustentação dos produtos integrados por meio de uma marca reconhecida e produtos de qualidade. Uma trajetória associada ao desenvolvimento econômico e social da região oeste, podendo ser contabilizada pelos resultados acumulados desde a sua fundação.

Com estratégia centrada na industrialização de produtos de valor agregado, nos últimos anos, a Frimesa obtém um crescimento médio anual de 14% na receita das vendas e 7,3% no volume de produção, com previsão para um faturamento que deverá atingir a cifra de R\$ 693 milhões. Em dois anos, o valor das vendas da empresa deve ultrapassar R\$ 1 bilhão.

A Frimesa<sup>30</sup> ocupa o primeiro lugar na lista de arrecadação de impostos de Medianeira, representando cerca de 36% dos recursos gerados, além de ser também grande geradora de empregos no município.

A arrecadação de imposto da Cooperativa Frimesa também é significativa no que concerne ao montante da matriz e as cooperativas filiadas. O Gráfico 03 na sequência expressa a variação dos impostos arrecadados entre os anos 2006 à 2010. A arrecadação de impostos (ICMS e PIS-CONFINS) gerados no ano de 2010, alcançou o patamar de R\$ 22.128.909,00 reais, o que justifica a importância dessa Cooperativa em escala local, regional e nacional. Além de gerar 3.622 empregos diretos à população de Medianeira e região (FRIMESA, 2010).

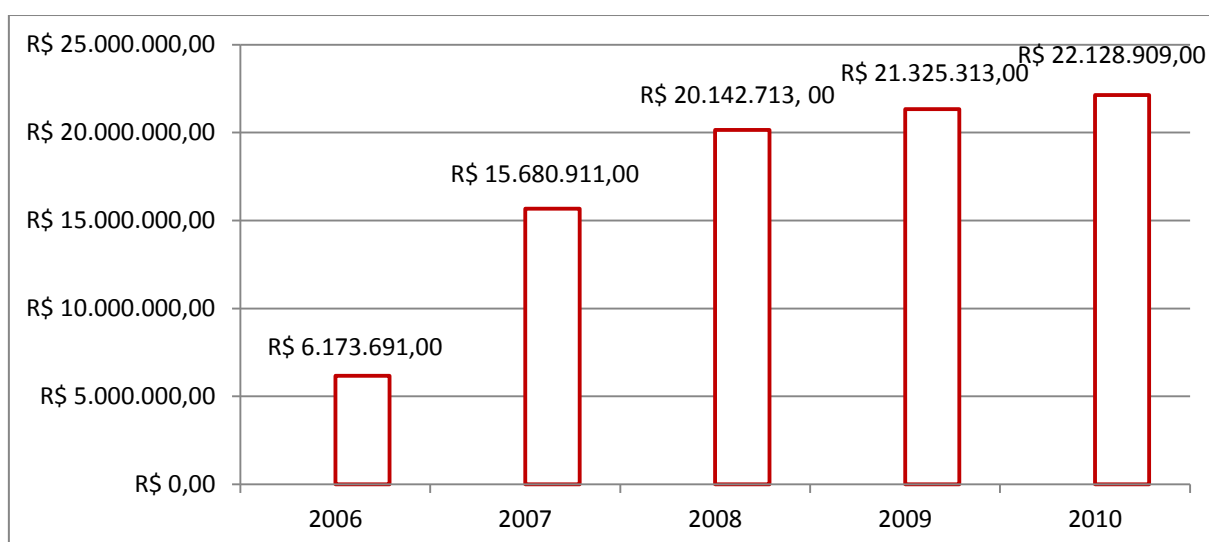


Gráfico 03: Recolhimento Anual de Impostos (ICMS – PIS-CONFINS) pela Cooperativa Frimesa entre 2006 e 2010.

Fonte: Cooperativa Frimesa- Relatório Anual e Demonstrativo Contábil -2010.

Org: Jacinto, J. M. -2010.

<sup>30</sup> Dados fornecidos pela Cooperativa Frimesa – Nov- 2011.

Após inaugurar, em dezembro de 2011, a nova planta industrial para abate e industrialização de carne suína, Medianeira vive um novo ciclo de desenvolvimento.

A empresa contribuiu com a oferta de empregos, beneficiando os trabalhadores das cidades vizinhas, como Serranópolis do Iguaçu e Missal, que, diariamente, têm meio de transporte cedido pelas prefeituras.

A somatória das conquistas e o crescimento cada vez mais significativo são resultados do trabalho e dedicação dos produtores integrados, cooperativas filiadas e colaboradores em realizar a industrialização das matérias-primas: leite e suínos.

No ano de 2012, mais de 5.500 mil produtores de leite e 750 suinocultores integrados impulsionaram a produção da cooperativa. Localizada no oeste do Paraná, a Frimesa está entre as empresas que mais geram empregos na região. O parque fabril conta com dois complexos industriais (seis unidades em operação: uma de carnes, em Medianeira; e quatro de lácteos, nas cidades de Marechal Cândido Rondon, Capanema, Matelândia e uma em Aurora (SC)).

Nos últimos anos, a Frimesa se especializou na produção e distribuição de alimentos industrializados congelados e resfriados diferenciados. Na linha de carnes, as principais são presuntos, hambúrgueres, linguiças, salames, mortadelas, salsichas e cortes especiais congelados e salgados. Em lácteos, são: cremes de leite, doces de leite, queijos, queijos especiais, iogurtes, bebidas lácteas e manteigas.

No que tange as inovações tecnológicas na Cooperativa Frimesa, Parolin (2011) assevera que:

As inovações introduzidas na empresa, decorrentes de processos inovadores, são contínuas. Foi instalado um túnel de choque térmico automatizado para carcaça suína após o abate, o que reduziu de 18 horas para 2 horas o tempo de liberação antecipada da carcaça para desossa. Foram montados: a) um sistema automatizado de corte de carcaças com indicador a *laser* dos pontos de cortes e com posicionador *joystick* para maior agilidade, precisão nos cortes, velocidade e sensível redução de risco de acidentes; b) um sistema automatizado para transporte de embalagens via trilho transportador de caixas plásticas; c) um transporte automatizado dos recortes para silos em salas climatizadas; d) um sistema de túnel de congelamento automatizado de horizontal para elevador vertical com bandejas. Essas inovações foram realizadas por meio de aquisição de tecnologia tangível e intangível na forma de equipamentos e de serviços de conteúdo tecnológico. As inovações efetivadas nos produtos seguem tendências e oportunidades identificadas no mercado, com tecnologias mais avançadas em genética e em sanidade do gado (PAROLIN, 2011, p. 113).

Desde 1997 até o presente momento, a Frimesa ampliou a oferta de 140 para 344 produtos. Possui 6.158 produtores, que atuam como parceiros e fornecedores da matéria-prima de alta qualidade utilizada na industrialização de seus produtos. É uma central de 5 cooperativas filiadas, incluindo a Cooperativa Lar, que atua como parceira no fornecimento de alguns produtos (matéria-prima) para o processo de industrialização. A Figura 05, na sequência, mostra a Cooperativa Frimesa com suas respectivas cooperativas filiadas.



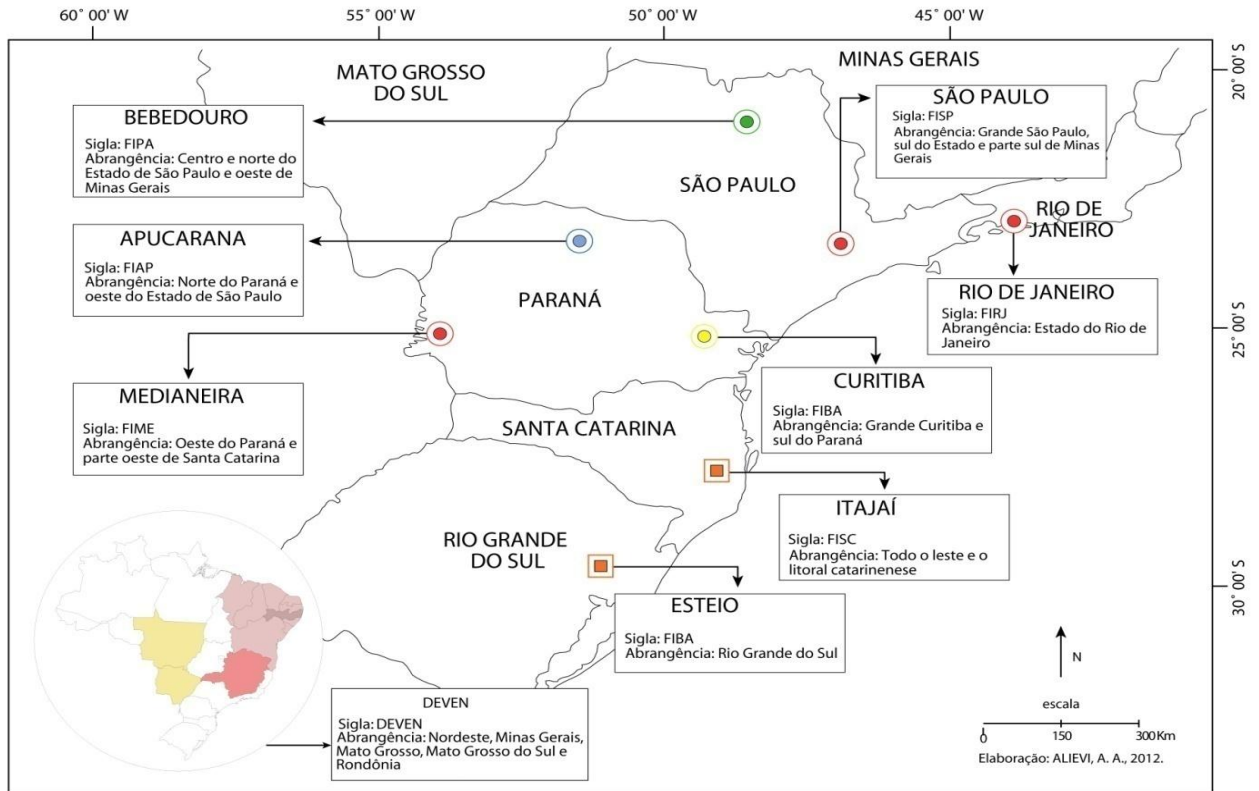
Figura 05: Filiais de venda da Cooperativa Frimesa

Fonte: Cooperativa Frimesa-2010.

Org: Jacinto, J. M.-2010.

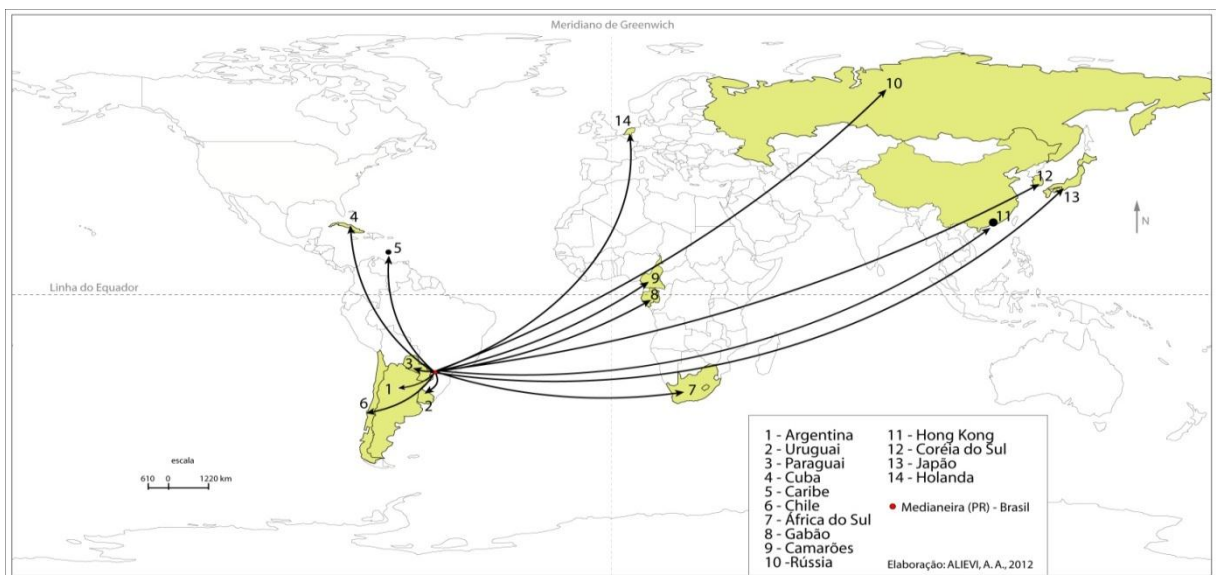
A marca Frimesa<sup>31</sup> está em todo o território nacional por meio dos distribuidores e representantes comerciais. Além da matriz em Medianeira, conta com mais cinco filiais de vendas: Curitiba e Apucarana (Paraná), nas capitais de São Paulo e Rio de Janeiro e outra no interior paulista, na cidade de Bebedouro, conforme apresenta o Mapa 05, na sequência.

<sup>31</sup> Dados fornecidos pela empresa – Nov-2011.



Mapa 05: Mapa dos Distribuidores e Representantes Comerciais da Cooperativa Frimesa no Território Nacional.  
 Fonte: Cooperativa Frimesa – 2012.  
 Org: Alievi, A. A.-2012.

No mercado internacional, a marca Frimesa está presente na Rússia, Uruguai, Hong Kong, China, Chile, Japão, Coreia, Paraguai, Caribe, Holanda, África do Sul, Camarões e Gabão, conforme apresenta a Mapa 06, na seqüência.



Mapa 06: Mapa dos Distribuidores e Representantes Comerciais da Cooperativa Frimesa no Mercado Internacional.  
 Fonte: Cooperativa Frimesa 2012.  
 Org: Alievi, A. A.-2012.

O desenvolvimento da região oeste do Paraná, de modo geral e em escala local, vinculou-se à dinâmica populacional e à organização do capital na área, com a atuação do agronegócio e das cooperativas, isto porque foram esses fatores os principais responsáveis pela transformação do espaço, moldando-os segundo seu interesse e ao capital internacional.

O deslocamento de pessoas e de investimentos na região está relacionado com o comportamento da economia e com o processo de inserção e unificação dos mercados da região.

A relação entre migração, população e desenvolvimento é evidente em escala regional e local. O oeste do Paraná conjugou uma situação na qual o seu desenvolvimento deu-se conectado com a migração e o crescimento demográfico da área, isto porque a região inseriu-se no modelo de desenvolvimento nacional de ocupação de fronteiras e no processo de transnacionalização do capital agrícola, acontecimentos que impactaram diretamente no crescimento e na distribuição da população regional.

Esse conjunto de informações permite a percepção do efetivo caráter de desenvolvimento regional e local, com a presença do agronegócio e atuação das cooperativas e agroindústrias, bem como o processo de urbanização e desenvolvimento geoeconômico que vem ocorrendo em Medianeira nos últimos anos.

Diante das informações aqui compiladas, entende-se que elas constituem aportes para a base de sustentação no estudo da rede urbana no oeste paranaense, a inserção da pequena cidade de Medianeira na rede e a reprodução do espaço urbano de Medianeira, temas abordados nos próximos capítulos.

### **CAPÍTULO 3 - A REDE URBANA OESTE-PARANAENSE**

*“O território das redes cede lugar a um verdadeiro território em rede, onde cada polo se define como um ponto de entrecruzamento e comutação de redes múltiplas, nó de densidade numa gigantesca confluência de fluxos que são a única realidade concreta – mas que são, assim, um desafio à representação e à imaginação”.*

*VELTZ, 1996.*



### **3- A REDE URBANA DO OESTE PARANAENSE**

#### **3.1- Rede urbana – compreendendo o conceito**

A palavra *rede* tem a sua origem no termo francês antigo *réseuil* (originário do latim *retiolus*), e significava, inicialmente, um conjunto de linhas entrelaçadas. Por analogia, chamamos *nós* às intersecções dessas linhas. Podemos fazer uma comparação com as vias de acesso até determinados lugares ou de vias de comunicação, de elementos vivos ou não, de fontes de energia e de informações.

O estudo das redes, segundo Parrochia (1993), embora tenha sua origem no século XIX, com os primeiros estudos publicados por Saint-Simon, emerge no final do século XX como um conceito chave para o entendimento da organização do território através da configuração e materialização dos fluxos, tanto de capitais como de pessoas, mercadorias e informações.

Esse conceito chave de rede ocorre num contexto caracterizado principalmente pela aceleração dos quatro grandes fluxos que atravessam o espaço geográfico: os movimentos de pessoas ou fluxos migratórios; os movimentos comerciais ou fluxos de mercadorias; os movimentos de informações ou fluxos informacionais; e os movimentos de capitais ou fluxos monetários e financeiros. Fluxos de toda ordem tornaram-se mais espessos e difusos, ampliando as necessidades de circulação e exigindo técnicas cada vez mais eficazes. Isso explica em parte o fato de a representação do mundo social integrar crescentemente a noção de rede, numa perspectiva que procura chamar a atenção sobre as relações e a complexidade das interações entre os nós.

Com a multiplicação das técnicas reticulares, a rede tornou-se uma forma privilegiada de representar a realidade contemporânea. O tema da relação entre redes, sociedades e territórios se inscreve num relevante debate contemporâneo sobre a relação entre a técnica e a sociedade ou sobre as implicações sociais, culturais e territoriais das redes técnicas.

Segundo Dias (1995), a retomada da análise do espaço a partir da categoria de análise da rede, de forma desvinculada do estudo da “rede urbana”, tem início a partir das “qualidades de instantaneidade e de simultaneidade das redes de informação”, que emergiram “mediante a produção de novas complexidades produzidas ao longo do século XX que redesenharam o mapa do mundo, dos países e das regiões”, envolvendo “processos de múltiplas ordens: de

integração produtiva, de integração de mercados, de integração financeira, de integração da informação” (DIAS, 1995 p. 147).

Assim, o ordenamento do espaço em redes tem como função primordial facilitar e agilizar a comunicação e a circulação dos fluxos entre um ponto e outro do espaço, podendo isto ser observado em todas as escalas de análise, desde o espaço local até o espaço globalizado.

Ainda de acordo com Dias (1995 p. 147), “todos estes processos para serem viabilizados implicaram estratégias, principalmente estratégias de circulação e de comunicação, duas faces da mobilidade que pressupõe a existência de redes”. Dessa forma, o motivo dos estudos sobre redes urbanas ter se constituído em uma importante tradição no âmbito da Geografia deriva da consciência do significado que o processo de urbanização passou a ter, sobretudo a partir do século XIX, ao refletir e condicionar mudanças cruciais na sociedade.

No bojo do processo de urbanização, a rede urbana passou a ser o meio a partir do qual produção, circulação e consumo se realizam efetivamente. Através da rede urbana e da crescente rede de comunicações a ela vinculada, distantes regiões puderam ser articuladas, estabelecendo-se uma economia mundial.

Segundo Corrêa (2006), já há algum tempo a literatura sobre redes urbanas aponta para a diversidade dos inúmeros conjuntos articulados de centros urbanos – diversidade que enfatiza a necessidade de esforços de elaboração de tipos ideais e modelos hipotético-dedutivos sobre a rede, como são, entre outras, as formulações de Christaller (1966), Lösch (1940) e Zipf (1949). Essa diversidade é composta de elementos como a gênese dos centros, seu tamanho, a densidade que perfazem no espaço, as funções urbanas e as relações espaciais que delas derivam, podendo ser agregados outros elementos de ordem política, social e cultural à rede urbana.

O mesmo autor ressalta as contribuições sobre a rede urbana dos geógrafos Berry e Barnum (1967), ao assinalar o papel das diferentes densidades demográficas das hinterlândias sobre a estrutura da rede urbana, densidade, tamanho e funções dos centros. Também enfatiza as contribuições de Milton Santos com relação à natureza dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, os circuitos inferior e superior, projetando-os sobre a rede urbana.

Para os geógrafos, a rede urbana tem sido abordada a partir de diferentes vias. Essas vias são caracterizadas pela diferenciação das cidades em termos de funções, dimensões básicas de variação, relações entre tamanho demográfico e desenvolvimento, hierarquia

urbana e relações entre cidades e regiões. Vários autores trabalham, diferentemente, as relações entre essas variáveis.

Destacam-se, nessa perspectiva, os pontos de vista dos geógrafos Auroousseau (1921), Harris (1943) e Nelson (1957) apud Corrêa (1988). Auroousseau (1921) propôs uma classificação de cidades em oito tipos, de acordo com a função dominante: cidades de administração, defesa, cultura, produção, coleta, transferência, distribuição e recreação.

Harris (1943) classificou as cidades norte-americanas de acordo com a atividade de maior importância presente em cada uma delas. Corrêa (1988), afirma que, Nelson (1957) usou a precisão estatística na classificação das cidades norte-americanas em dez tipos, comparou sistematicamente as características demográficas e sociais entre cidades com distinta especialização funcional, considerando o ritmo de crescimento da população, a estrutura etária, a escolaridade, a proporção de homens e mulheres na população ativa, as taxas de desemprego e a renda per capita entre, outros fatores.

Com relação à questão das funções urbanas, autores como Alexander (1969), Ullman e Dacey (1969) fizeram o desdobramento das atividades das cidades em dois aspectos: atividades básicas ou primárias e atividades não básicas ou secundárias. As primeiras correspondem àquelas atividades que são exportadas pelas cidades como forma de justificar a existência da própria cidade. As segundas correspondem àquelas que se destinam ao abastecimento da população interna desses aglomerados.

Contudo, a divisão territorial do trabalho é a variável mais usada para se estudar a rede urbana, de forma a deixar de se produzir obras com classificações com um fim em si mesmas, além de tentar solucionar as críticas sobre a natureza dos dados disponíveis, os conceitos e as técnicas estatísticas empregadas, bem como a falta de objetivos geográficos definidos.

Destarte, a rede urbana é um reflexo e uma condição da divisão territorial do trabalho. Torna-se um reflexo em razão de vantagens locacionais diferenciadas: verifica-se uma hierarquia urbana e uma especialização funcional caracterizadora, entre outros tipos, de cidades industriais, político-administrativas ou portuárias. Apresenta-se também como uma condição, pois nela torna-se viável a produção das diversas áreas agropastoris e de mineração, assim como a própria produção industrial, a circulação entre elas e o consumo nelas presentes. Sobre esse assunto, Corrêa (1989, p. 48-49) afirma que

[...] a rede urbana é uma condição para a divisão territorial do trabalho. A cidade em suas origens constitui-se não só em uma expressão da divisão entre trabalho manual e intelectual, como também em um ponto do espaço geográfico que, através da apropriação de excedentes agrícolas, passou de certo modo a controlar a produção rural. Este papel de condição é mais tarde transmitido à rede urbana: sua gênese e evolução verificam-se na medida em que, de modo sincrônico, a divisão territorial do trabalho assumia progressivamente, a partir do séc. XVI, uma dimensão mundial.

A temática acerca da rede urbana vem provocando polêmicas discussões no âmbito geográfico, sobretudo nos anos de 1960/70 e início de 1990. Corrêa (1988, 1989, 1997, 2000, 2002, 2004) e Santos (1989, 1994, 1996, 2004) analisaram a rede urbana brasileira e suas metamorfoses diante das transformações estruturais que ocorreram no país a partir de meados do século XX, contribuindo para essa discussão no Brasil.

As controvérsias com relação à temática referem-se à existência de correntes que ignoram a existência dessas redes nos países subdesenvolvidos ou consideram que elas estariam em fase embrionária, ou mesmo seriam desorganizadas. Contrariamente a esses argumentos, Corrêa (1997) defende a existência de tais redes. Em seus estudos sobre a rede urbana, o autor trabalha com os clássicos como Walter Christaller e David Harvey, levantando pontos que merecem ser discutidos no momento atual.

Corrêa (1997, p. 93) define rede urbana como

“um conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si”. É [...] um tipo particular de rede na qual os vértices ou nós são os diferentes núcleos de povoamento dotados de funções urbanas, e os caminhos ou ligações dos diversos fluxos entre esses centros [...] a rede urbana é um produto social, historicamente contextualizado, cujo papel [...] é [...] articular toda a sociedade em uma dada porção do espaço, garantindo a sua existência e reprodução.

Na visão de Corrêa (1997), as grandes corporações representadas pelas “multinacionais e multiorganizadas” estabelecem, na cidade/campo, atividades que geram diferenciações entre os centros urbanos e que condicionam novas ações, fazendo-se afirmar que a rede urbana é um reflexo dos efeitos acumulativos da prática de diversos agentes sociais.

Em “A natureza do Espaço”, Santos (2004) procura analisar as redes, conceituando-as e demonstrando suas articulações com o(s) território(s), afirmando que as conceituações se estendem por duas matrizes: uma que leva em conta apenas a realidade material, e outra onde

é considerado o dado social. No caso da primeira, citando Curien (1988, p. 212), rede seria “toda infraestrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação”.

Em complementação, Santos (1996, p. 208-209) escreve que “a rede também é social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é na verdade, uma mera abstração”.

Claude Raffestin (1993), em “Por uma Geografia do Poder”, traz um debate sobre as redes junto às possibilidades de disseminação do poder, destacando o papel dos atores na circulação e comunicação. Dessa forma, ele escreve que

a rede aparece, desde então, como fios seguros de uma rede flexível que pode se moldar conforme as situações concretas e, por isso mesmo, se deformar para melhor reter. A rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o "instrumento" por excelência do poder. Redes de circulação e comunicação contribuem para modelar o quadro espaço-temporal que é todo o território. Essas redes são inseparáveis dos modos de produção dos quais asseguram a mobilidade (RAFFESTIN, 1993, p. 204).

Levando-se em consideração a forma espacial da rede urbana, Corrêa (1989) e Carlos (2001) discutem posições parecidas sobre tal pensamento, porém divergem entre fatores sociais e funcionais, respectivamente.

A rede pode ser considerada como uma forma espacial a partir da qual suas funções urbanas se realizam. Trata-se das funções de comercialização de produtos rurais, produção industrial, vendas varejistas e prestação de serviços diretos, entre outras, as quais se reportam aos processos sociais, dos quais “a criação, apropriação e circulação do valor excedente constitui-se no mais importante, ganhando características na estrutura capitalista”. (CORRÊA, 1989, p. 71).

Carlos (2001) admite que a rede urbana possa ser considerada como forma socioespacial de realização do ciclo de exploração da grande cidade sobre o campo e centros menores, onde há inter-relação entre a grande cidade, os pequenos centros e o campo.

Entende-se que existem dois ciclos de exploração. No primeiro, a grande cidade, “cabeça da rede urbana”, extrai do campo e das cidades menores, via migrações, força de trabalho, produtos alimentares, matérias-primas, lucros comerciais e renda fundiária. O

segundo ciclo realimenta o primeiro. Trata-se, portanto, do mesmo processo, ou seja, a cidade grande exporta, para os centros menores e para o campo, capitais, bens, serviços, ideias e valores.

Outro viés que contribui para o aprofundamento dessa discussão é representado pelos estudos que se referem à configuração das redes urbanas a partir do momento em que os transportes modernos facilitaram os deslocamentos de pessoas, mercadorias e as relações entre cidades, regiões e países.

Rede, portanto, pode ser definida de variadas maneiras. Em todas elas, no entanto, serão encontradas características comuns que trazem a base para sua definição: “pontos interligados”. Isso não significa que em todas as situações em que se encontrar pontos interligados, existirá uma rede, mas essa é a premissa para sua existência. Em muitas redes, as ligações entre os pontos estão carregadas de intencionalidades comunicacionais.

O potencial de cada ponto em transmitir “coisas” para outro traz as ações necessárias para dar vida aos objetos que compõem as redes ou a elas próprias, como grandes objetos técnicos e sociais componentes do que Santos (2004) chama de “sistema técnico”.

A rede urbana é parte integrante das sociedades e de sua dinâmica, sendo reflexo, meio e condição social dessas sociedades, incorporando e agindo sobre as suas contradições, conflitos e negociações. Sendo assim, é possível esperar que as diferenças econômicas, políticas, sociais, demográficas e culturais influenciem nas diferenças estruturais entre as redes urbanas.

As redes urbanas apresentam variadas diferenças estruturais, que foram estudadas por Christaller (1966), Berry (1967), Smith (1976), além de serem discutidas por Corrêa (1982, 1988, 1997 e 2004). Tais diferenças estruturais revelam-se por meio de distintas estruturas: dimensional, funcional e espacial. As três estão interconectadas e geram alguns padrões de redes urbanas.

De acordo com Corrêa (2004, p. 67), “a estrutura dimensional diz respeito ao tamanho dos centros de uma dada rede, revelando o grau de concentração ou dispersão de população e atividades nos seus centros urbanos”. A concentração ou dispersão de população tornou-se mais significativa com o aumento do processo de urbanização, o que mereceu estudos por parte de vários pesquisadores.

Zipf (1949), propôs um modelo de redes urbanas, no qual a estrutura dimensional foi caracterizada pela semelhança à regra da ordem-tamanho e à macrocefalia urbana. Nos estudos sobre a estrutura dimensional da rede urbana, verificou-se a existência de redes macrocefálicas, comandadas por cidades primazes, ou seja, cidades que são duas ou mais

vezes maiores, demográfica e economicamente, que aquelas imediatamente abaixo em tamanho. Nessas redes, faltam centros intermediários. Evidências de redes urbanas macrocefálicas são encontradas, em geral, nos países de Terceiro Mundo, mas também existem evidências desse tipo de rede urbana em países desenvolvidos, como a França e a Dinamarca.

A macrocefalia urbana e a regra de ordem-tamanho foram vistas como expressões de desequilíbrio e equilíbrio da rede urbana. No passado, o debate sobre essa questão emergiu com a alternativa de intervenção ou não na rede urbana, visando a corrigir as distorções vinculadas à macrocefalia urbana.

Considerando a análise de Zipf em contraposição ao recorte espacial da presente pesquisa, no eixo Cascavel-Foz do Iguaçu, com população de 286.205 hab. e 256.088 hab., respectivamente (IBGE 2010), Medianeira apresenta-se como centro de zona A, centro intermediário entre essas duas cidades médias.

No que tange ao desenvolvimento local e regional, Medianeira, com população de 41.817hab. (IBGE 2010), inferior à população de Cascavel e Foz do Iguaçu, apresenta conectividade maior entre essas duas cidades médias, principalmente com relação à área da saúde e da educação. Todavia, como centro intermediário entre Cascavel e Foz do Iguaçu, Medianeira não caracteriza uma rede macrocefálica entre as duas cidades.

Entretanto, é preciso que, além do debate político, sejam considerados os processos que, ao longo do tempo, geraram o aparecimento de redes urbanas marcadas pela primazia de cidades maiores em detrimento das menores. A estrutura dimensional da rede urbana pode ser tema de variados estudos práticos e reflexões, pois representa reflexo, meio e condição social.

### **3.2- Rede urbana e pequenas cidades – considerações teóricas**

O estudo da pequena cidade e seu papel na rede urbana brasileira exige, como ponto de partida, a relevância da formação socioespacial de tais cidades frente à região e à rede. Tal colocação não visa a afirmar uma rigidez hierárquica, mas considerar as especificidades apresentadas pelas pequenas cidades na formação e desenvolvimento urbano do país, desvendando a pluralidade de sujeitos e ações que envolvem tais cidades em níveis distintos de complexidade e interações na rede.

Ao realizar tal exercício teórico com apoio na pesquisa empírica, pode-se aproximar da evolução socioespacial das pequenas cidades na rede, considerando sua atuação frente ao

desenvolvimento técnico científico e informacional, e identificar pontos de ruptura, continuidade ou estagnação.

No Brasil, devido à recente constituição de sua rede de cidades com idade, tamanho e contexto de formação diferenciados, identifica-se, em alguns lugares, o padrão dendrítico<sup>32</sup>, com distribuição dispersa dos núcleos, com distância variada entre estes e grande número de cidades pequenas que, segundo o IBGE-2010, definem-se por conter até 100 mil habitantes.

Dentre as 5.565 cidades brasileiras, 5.282 estão na categoria de pequenas com até 100 mil habitantes. No estado do Paraná, considerando as sedes dos municípios, das 399 cidades, 386 estão nesse mesmo patamar, segundo o IBGE -2010. Portanto, a compreensão da rede urbana no Brasil, seja em escala nacional ou regional, necessariamente deve levar em conta as pequenas cidades e sua articulação com outras cidades e redes mais amplas.

As considerações teóricas que seguem visam a apresentar uma reflexão sobre as pequenas cidades como elementos indispensáveis no estudo da rede urbana, a complexidade inerente ao conceito e o movimento interescalar na região e na rede. Para designar tal categoria de cidade, Corrêa (1999) utilizou as expressões “pequenos centros ou pequenos núcleos”, considerando, nesse patamar, aquelas com população inferior a 50.000 habitantes. Para ele, essa nova fase da economia capitalista gera uma refuncionalização das pequenas cidades, a qual se realiza por meio de duas possibilidades maiores:

a perda de centralidade acompanhada em muitos casos pelo desenvolvimento de novas funções não-centrais e ligadas diretamente à produção do campo além da transformação do pequeno núcleo a partir de novas atividades, [...] que conferem uma ‘especialização produtiva’ ao núcleo preexistente, inserindo-o diferentemente na rede urbana, introduzindo nela uma mais complexa divisão territorial do trabalho (CORRÊA, 1999, p. 50).

Ao discorrer sobre as profundas e dramáticas transformações econômicas, sociais e políticas vivenciadas pela rede urbana brasileira, Corrêa (2004) evidencia, em análise, os diversos caminhos percorridos pelas pequenas cidades, e destaca que:

---

<sup>32</sup> Cf. Correa (2003), na rede dendrítica, verifica-se que, à medida que se afastam da cidade primaz, os centros urbanos diminuem gradativamente de tamanho populacional, no valor de vendas e em termos de expressão política.



As transformações verificadas no campo alteraram o padrão desses pequenos lugares centrais, criando pelo menos quatro caminhos ao longo dos quais evoluíram: I – Prósperos lugares centrais em áreas agrícolas nas quais a modernização não afetou radicalmente a estrutura fundiária e o quadro demográfico [...] II – Pequenos centros especializados [...] III – Pequenos centros transformados em reservatórios de força de trabalho ou que assim nasceram [...] IV – Pequenos centros em áreas econômica e demograficamente esvaziadas por um processo migratório que desequilibra ainda mais uma estrutura etária, afetando ainda a proporção dos sexos (CORRÊA, 2004, p. 75-76).

Certamente, não se esgotam aqui as realidades apresentadas por pequenas cidades e, como afirma o autor supracitado, outros tipos de pequenos centros se tornarão conhecidos à medida que se ampliam os estudos sobre a referida categoria de cidades. Com a identificação do papel das pequenas cidades na rede e o processo de formação, abre-se o caminho para a compreensão de processos mais verticalizados, que refletem o grau de intensidade das redes sociais locais e sua participação na totalidade socioespacial. A partir da reflexão sobre o contexto socioeconômico, político e cultural em que a sociedade foi engendrada, entende-se que a rede urbana é um produto social, historicamente contextualizado que articula toda a sociedade em escala local, regional, nacional e internacional.

A rede urbana segundo Corrêa (1997, p. 93), “[...] compreende o conjunto de cidades que polarizam o território e os fluxos de bens, pessoas e serviços que se estabelecem entre elas”. No conjunto de cidades, cabe não somente identificar a existência de pequenas cidades na rede, mas verificar sua participação na mesma, assim como sua não participação e a racionalidade que interfere nesse processo.

Sob a luz da teoria das Localidades Centrais (CHRISTALLER, 1966), muitos estudos sobre rede e hierarquia urbana têm sido elaborados, empregando conceitos como centralidade, localidade central, polarização, influência de cidades, e as pequenas cidades aparecem como núcleos dependentes de bens e serviços, no contexto regional, de uma cidade que apresenta nível de centralidade maior.

No entanto, segundo Corrêa (2004), cabe ressaltar que trocas são estabelecidas, e nenhuma cidade permanece isolada, por menor que seja sua participação: exercer algum papel na rede é condição fundamental para viabilizar a existência da urbe.

Na polarização dos fluxos, algumas formas de representação de poder (que pode ser político/religioso/econômico entre outros) diferenciam cidades e regiões. Geralmente, o nível

de concentração e reprodução do capital acaba por definir a divisão territorial do trabalho a que se associa o poder de decisão. Esses arranjos espaciais distintos são

reflexos das escolhas que o capitalismo, através de distintos agentes sociais, faz na busca da diminuição de custos e maximização de lucros, estabelecendo complexas vantagens locacionais [...] assim, surgem determinadas hierarquias urbanas e certas especializações funcionais (FRESCA, 2004, p. 14).

Na articulação macroespacial, cada região apresenta sua participação, podendo, por um lado, voltar-se às políticas públicas de planejamento, por exemplo, para o aproveitamento das qualidades regionais em vez de ofuscá-las. E, por outro lado, buscar sanar as deficiências territoriais em termos de condições gerais de produção e capital humano, atributos importantes na aceleração dos fluxos.

Para Soares (2003, p. 63), sob o capitalismo, a rede urbana representa “uma estratégia na acumulação de capital, que tem como expressão as cidades, dotadas continuamente de meios técnicos científicos, entre eles [...] um sistema de comunicação e meios de transportes que permitem a expansão do mercado”. Desse modo, é facilitada a distribuição de informações e mercadorias para outras cidades na região.

Para Corrêa (1989, p. 49), é “através das funções articuladas de suas cidades – comércio varejista e atacadista, bancos, indústrias [...] transportes, armazenagem, educação, saúde etc – que a rede urbana é uma condição para a divisão territorial do trabalho”.

Cabe salientar, ainda, o peso dos valores culturais (gostos, valores e costumes de determinada sociedade) na configuração regional. Embora o atual momento econômico vise a homogeneização da sociedade, expandindo inclusive os valores culturais dominantes, algumas práticas permanecem enraizadas – geralmente, aquelas associadas ao poder de dominação de sociedades locais por determinados grupos no sentido político econômico –, podendo constituir uma forte barreira para o desenvolvimento local-regional.

As desigualdades são evidentes tanto entre redes urbanas quanto entre cidades que compõem uma mesma rede, pois a noção de rede não condiz com uma homogeneidade. Pelo contrário, a fluidez exclui, e, como afirma Santos (2004, p. 268), “as redes não são uniformes e num mesmo subespaço há uma superposição de redes que inclui redes principais e redes afluentes ou tributárias, constelações de pontos traçados de linhas”.

A heterogeneidade das urbes e da própria rede não inviabiliza o desenvolvimento socioeconômico, pois este não define a participação da cidade na rede urbana isoladamente,

mas associado a outros fatores, como o capital social e a interação com outras cidades e regiões, fazendo a mediação no sentido vertical do processo.

Dessa maneira, os níveis hierárquicos diminuem o significado a partir do momento em que “cada cidade passa a ter uma relação direta com a demanda de sua região, e à proporção que cada região se especializa [...]” (SANTOS, 2004, p. 124). Assim, à medida que as transformações políticas e sociais procedem, pode ocorrer redefinições na rede, com centros que declinam e centros que emergem, o que resulta em reorganização ou reestruturação da rede urbana.

### **3.3- A estruturação e caracterização da rede urbana oeste paranaense e a inserção de Medianeira na rede**

Para a compreensão da estrutura da rede urbana no oeste paranaense, faz-se necessário compreender o processo de modernização tecnológica da agricultura como fator exógeno de maior alcance na região oeste do Paraná – e, por extensão, no eixo Cascavel – Foz do Iguaçu –, por ser o primeiro fator a ocorrer e promover mudanças significativas com relação à migração populacional e ao processo de urbanização regional.

Segundo Piffer (1999), a partir da década de 1970, a mesorregião oeste do Paraná passou por uma profunda reestruturação de sua base produtiva. Isso se deve à modernização da base técnica de produção e expansão agropecuária, o que permitiu a entrada na comercialização de commodities e na agroindustrialização. Essa mudança tecnológica propiciou a ocupação de novas áreas e a reestruturação das áreas tradicionais, ocasionando uma forte migração rural para os grandes centros urbanos e, principalmente, para outros estados.

A modernização tecnológica da agricultura, no Brasil, foi a responsável pela mecanização das terras, pela introdução de insumos modernos (como adubação química, herbicidas, fungicidas e pesticidas), pelo uso de máquinas e equipamentos (como tratores, arados, plantadeiras e colheitadeiras) e pela utilização de crédito subsidiado pelo Governo Federal. Também ocasionou uma forte concentração fundiária, migrações rurais, problemas ambientais e outras transformações na realidade regional. Segundo Godoy (2000, p. 1),

[...] no final dos anos 60 e começo dos anos 70, ocorreu a disseminação do novo modelo agrícola cujos efeitos econômicos fizeram com que fosse conhecido como Revolução Verde. O modelo, baseado na produção de grãos, soja e trigo mais especificamente, acenava com a elevação da produtividade através das sementes melhoradas, cuja utilização estava atrelada ao uso de máquinas pesadas, implementos e insumos químicos. Se, por um lado, o Paraná tornou-se o maior produtor de soja e trigo e passou a ser um dos maiores exportadores, por outro, houve sérias consequências sociais e ambientais vinculadas à nova forma de produzir.

De acordo com Moura; Magalhães (1996), nessa década iniciou-se também o processo de concentração urbana, e um dos propulsores dessa concentração foi a vigorosa expansão da fronteira agrícola estadual, esgotada no final dos anos 1970, que denotava o surgimento e a ampliação de centros urbanos que passaram a funcionar estritamente vinculados ao dinamismo da atividade rural e por ele impulsionados.

Segundo Oliveira (2001), da mesma forma, nos anos 80, devido à industrialização e à mecanização agrícola, houve significativa perda da população agrícola e crescimento das esferas urbanas. Foi a partir dessa década que a população urbana ultrapassou a população rural no Estado do Paraná.

A urbanização nas pequenas cidades da mesorregião oeste foi significativa, o que justifica também o crescimento populacional e as centralidades nas cidades polos de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo.

No entanto, conforme Rippel (2005), as mudanças ocorridas no Estado do Paraná e a compreensão do crescimento da região oeste relacionam-se diretamente com a dinâmica da população. Essa dinâmica influi na formação da estrutura produtiva regional. Nesse sentido, para compreender uma região, é preciso compreender a localização da população e a forma como ela influi na ocupação do espaço regional.

Do mesmo modo, Silva, Rippel; Lima (2000) afirmam que o surgimento do polo é uma consequência do processo de desenvolvimento. Nesse caso, o desenvolvimento é caracterizado como um fenômeno desequilibrado, de forma que forças poderosas induzem à concentração espacial do crescimento econômico, em torno de pontos (núcleos urbanos) onde esse processo se inicia. Esse fato transparece na configuração histórica do território do oeste do Paraná, com o movimento de consolidação de alguns municípios como polos econômicos e demográficos da região<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> Deve-se ressaltar que a região deve ser entendida como a área de influência de um polo. Nesse sentido, as regiões se organizam em torno de uma cidade central, que polariza em torno de si principalmente a economia e a população, dominando e orientando a vida econômica da sua área de influência. Esse domínio se dá nas relações

O processo de polarização existente e sua possível continuidade apontam para o agravamento da situação dos municípios de menor porte. Dentro desses municípios, porém, existem duas classes distintas: a) aqueles que tendem a manter sua posição, por estarem inseridos dentro da dinâmica do agronegócio regional; e b) aqueles que estão fora da dinâmica do agronegócio, por seu território não permitir, integralmente, a agricultura moderna.

A produção industrial, além da agroindústria, ocorre nos municípios com certo grau de polarização. Cascavel é o que mantém maior diversificação na produção industrial, atingindo nível considerável de ramos, porém sem apresentar indústrias de grande porte. O mesmo ocorre com Medianeira: sendo um centro produtor da indústria alimentícia, obtém destaque, também, na indústria de móveis, e apresenta a existência de outros ramos industriais relevantes.

Deve ser enfatizado, aqui, o fato de não haver uma aglomeração industrial, semelhante ao que ocorre em outras regiões, tais como o Vale do Itajaí, em Santa Catarina, e mesmo a Região Metropolitana de Curitiba.

Algumas reivindicações realizadas perante os governos estadual e federal exigem destes uma atitude mais determinada para garantir a instalação de indústrias de grande porte na região. Essas iniciativas, no entanto, acabam por não considerar as limitações significativas para o atendimento de tais reivindicações. Inicialmente, colocam-se as limitações impostas pelo fato de a região não atender às condições mínimas para a localização industrial, tais como: distância em relação aos principais mercados consumidores, distância em relação às fontes de matéria-prima e ao porto, estrangulamento praticamente em todos os modais de transporte, e escassez de mão-de-obra especializada para a produção industrial.

Essas limitações são somadas à insuficiente organização dos municípios da região para a atração e instalação de indústrias. Percebe-se um conjunto de ações isoladas de alguns municípios na busca de indústrias, o que implica em atomização do processo e na competição intermunicipios, o que leva a resultados não significativos e estabelece perda, via custo de oportunidade, para toda a região.

Um processo de industrialização regional desatrelado da sua produção agropecuária deverá seguir um trâmite exaustivamente pensado e articulado, desde que se inicie pela resolução dos estrangulamentos apontados inicialmente. Isto é, em conformidade com os modais de transportes e as demais condições necessárias ao bom desempenho da empresa.

O setor comercial, ao longo do tempo, foi se concentrando nas cidades de Cascavel e Foz do Iguaçu, com sensíveis diferenças entre as ações nas duas cidades. Em Cascavel, desenvolveu-se um significativo comércio varejista, que atende a uma parcela considerável da demanda regional. Em Foz do Iguaçu, o comércio atacadista desenvolveu-se atrelado à dinâmica de exportação e importação. As empresas constituídas, em sua grande maioria, realizam comércio com o Paraguai e a Argentina, aproveitando a vantagem de estar na fronteira com esses países. Nota-se, inclusive, a instalação de filiais de empresas de Cascavel, com o intuito de aproveitar essa vantagem geográfica para o comércio exterior.

O tamanho da cidade de Foz do Iguaçu, bem como sua área de influência, proporcionou o desenvolvimento de uma rede comercial varejista importante. Essa importância provoca sensível centralidade da atividade no município, e inibe a mesma nos municípios vizinhos.

Segundo Rippel (2000), os municípios considerados sub-polos na mesorregião oeste do Paraná (Toledo –Marechal Cândido Rondon – Palotina e Medianeira) desempenham um papel importante quanto ao comércio varejista, mais especificamente na diversidade de produtos. Eles funcionam como centros intermediários de comércio, atendendo às necessidades de vários municípios menores em itens de baixa complexidade, enquanto os itens de maior complexidade acabam sendo procurados em Cascavel ou Foz do Iguaçu. Nessa mesma direção, o comércio varejista, nos municípios menores, mantém uma demanda muito restrita, que faz essa atividade ser economicamente pouco significativa.

Conforme o Quadro 03, na sequência, o comércio varejista aponta para uma tendência em acentuar os aspectos de polarização em relação a Cascavel e Foz do Iguaçu, concentrando o maior número de estabelecimentos comerciais e empregos.

Percebe-se, porém, espaço para o crescimento do comércio em Medianeira. Com relação a essa temática, observa-se que Medianeira, nesse eixo, destaca-se das demais pequenas cidades no que tange ao número de estabelecimentos e empregos tanto no comércio varejista quanto no atacadista.

Cidades	Comércio Varejista		Comércio Atacadista	
	Estabelecimentos	Empregos	Estabelecimentos	Empregos
Cascavel	3.478	19.836	553	7.013
Santa Tereza do Oeste	81	355	15	91
Céu Azul	103	388	8	55
Matelândia	169	596	4	29
Medianeira	560	2.666	45	648
São Miguel do Iguaçu	262	1.022	18	156
Santa Terezinha de Itaipu	188	720	13	140
Foz do Iguaçu	2.711	14.179	249	1.449

Quadro 03: Comércio Varejista e Atacadista nas cidades do Eixo Cascavel – Foz do Iguaçu – 2010.  
Fonte: IBGE – 2010.

Conforme o Quadro 03, o número de estabelecimentos do comércio atacadista de Cascavel expressa o dobro com relação a Foz do Iguaçu, com um nível de polarização maior em toda a sua área de abrangência. Alguns fatores provocaram a perda de dinâmica do comércio atacadista de Foz do Iguaçu. O principal fator é que este depende de variáveis, como taxa de câmbio e política de acordo de tarifas alfandegárias, que fogem da esfera de decisão regional.

O caso de Foz do Iguaçu já não permite um consenso quanto à continuidade do processo de polarização. A evolução desse município esteve, historicamente, ligada às fortes intervenções governamentais e a fatores exógenos, e, no momento atual, a dinâmica apresenta-se fortemente ligada ao turismo e ao comércio fronteiriço.

Segundo Moura (2009), Foz do Iguaçu, porção mais beneficiada pela ação governamental, foi considerada por IPARDES (2008) como um enclave, pouco articulado a essa economia regional. Esse centro peculiariza-se e distingue-se do conjunto regional por atividades fortemente fundadas na geração de energia hidroelétrica, e no acúmulo das funções comerciais e de serviços, intensificadas pela presença do comércio fronteiriço e de um dos mais importantes polos turísticos nacionais, além de sua inserção em um fluxo de relações urbanas internacionais.

Destarte, não possui rede regional significativa, e sim expressividade na rede nacional e internacional, ligada ao turismo e ao comércio integrado ao Mercosul. Ademais, integra-se a uma aglomeração transfronteiriça complexa, desenvolvendo estreitas relações com um conjunto de cidades: além de Foz do Iguaçu e Santa Terezinha do Itaipu no Brasil, Ciudad del Este, Minga Guazu, Presidente Franco e Hernandarias no Paraguai, e Puerto Iguazú na Argentina.

Conforme IPARDES (2008), Foz do Iguaçu compõe um espaço heterogêneo, diverso e assimétrico, sendo ponto de passagem e origem de diversos fluxos de pessoas e mercadorias de variadas procedências. A presença dos rios Paraná e Iguaçu delinea a fronteira física entre os países, sem criar obstáculos às intensas relações econômicas e sociais, e tampouco ao desempenho de papéis específicos dessas cidades, que compõem um espaço ocupado em continuidade e com condições diferenciadas de inserção na divisão internacional do trabalho.

O comércio fronteiriço, dentro da atual perspectiva, depende das ações de política econômica do Brasil, Argentina e Paraguai, da evolução dos tratados do Mercosul e da constituição da ALCA.

Dessa forma, o futuro desse comércio fica fora da esfera de decisão regional, o que dificulta a formação de expectativas sobre essa atividade no médio prazo. Já o turismo, apesar de depender de questões macroeconômicas, como a taxa de câmbio, encontra maior poder de intervenção local em seu desenvolvimento.

Entretanto, os atrativos existentes ainda não são suficientes para manter o turista por mais tempo na região. O desafio de Foz do Iguaçu seria estabelecer, efetivamente, uma programação turística com os demais municípios, principalmente os “lindeiros”, para que essa atividade tivesse o devido impulso e dinamizasse a geração de emprego e renda.

Os municípios de Toledo, Medianeira, Marechal Cândido Rondon, Assis Chateaubriand e Palotina apresentam dinâmica própria, dependente do agronegócio, com tendência a manter a polarização sobre os municípios menores, com atividade econômica voltada para a agropecuária.

O desenvolvimento de uma região, de modo geral, se vincula à dinâmica populacional e à organização do capital presente na área em questão. Tais fatores, via de regra, transformam as condições ambientais locais, moldando-as segundo seu interesse e objetivos. É relevante a análise da relação população, dinâmica demográfica, migração e desenvolvimento, quando o deslocamento de pessoas e de investimentos para uma área determinada está relacionado com o comportamento da economia e com o processo de inserção e unificação dos mercados das regiões.

A mesorregião oeste do Paraná por conjugar uma situação na qual, o seu desenvolvimento deu-se conectado com a migração na área, de formação socioeconômica recente, inseriu-se no modelo de desenvolvimento nacional de ocupação de fronteiras e no processo de transnacionalização do capital agrícola.

Segundo Christaller (1996), os lugares adquirem maior ou menor nível de centralidade em decorrência das funções que realizam. Assim, um espaço é considerado central pela



capacidade de distribuição de bens e serviços para a população residente em sua região de influência. Desse modo, tal teoria servirá como base referencial às questões empíricas colocadas no decorrer deste texto, pois melhor se adapta à realidade observada no Oeste do Paraná. Castells assevera que:

O espaço urbano é estruturado, quer dizer, ele não está organizado ao acaso, e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los, os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social. A partir desta evidência, cheia de implicações, o estudo da estrutura urbana deve ser conduzido em dois planos: trata-se, por um lado, de elaborar instrumentos teóricos suscetíveis de aprender o concreto-real de uma maneira significativa e, por outro lado, de utilizar estes instrumentos numa sucessão descontínua de análises particulares visando a dados fenômenos históricos (CASTELLS, 2009, p. 181).

Considerando a hierarquia definida por estudo do IBGE (2000), os estudos de Moura (2004) organizam oito classes de centros medidos pelo desempenho de funções urbanas para o Paraná. No ano de 1990, Curitiba era destaque como nível “máximo” de centralidade no conjunto das cidades paranaenses. Por isso, Curitiba é considerada o principal polo de irradiação de uma ampla gama de serviços que atendem a um amplo conjunto de municípios. Em segundo plano, apresentavam-se as cidades de Londrina e Maringá, com níveis “muito fortes” de centralidade, seguidas por Ponta Grossa e Cascavel, com níveis “fortes” de centralidade.

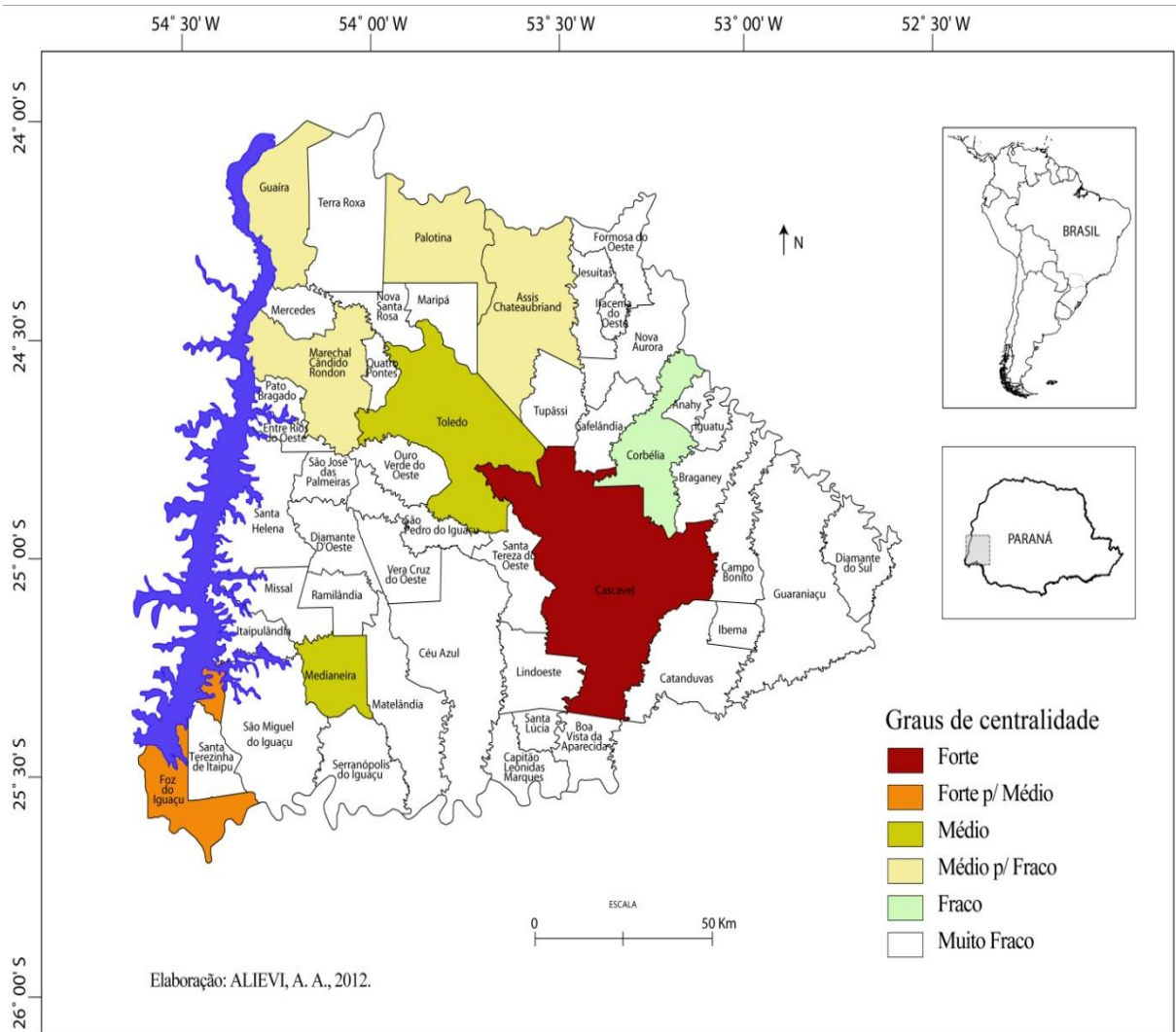
No caso específico do oeste paranaense, de acordo com Ferrera de Lima e Alves (2006) e Pelinski et al. (2006), a centralidade da cidade de Cascavel na área do agronegócio é significativa, pois, além de plantas agroindustriais, a cidade possui uma estrutura de comercialização e o desenvolvimento de uma oferta de serviços cada vez mais especializados nessa área.

Os municípios do entorno de Cascavel por ela polarizados, são Toledo, Assis Chateaubriand, Marechal Cândido Rondon, Foz do Iguaçu, Medianeira e Guaraniaçu, apresentados pela importância econômica, mas não se limitando a centralidade de Cascavel.

O processo de polarização consolidou o município de Cascavel como o principal polo regional. Em menor nível de centralidade, o município de Foz do Iguaçu também é considerado um polo regional. Além destes, os municípios de Toledo, Medianeira, Marechal Cândido Rondon, Assis Chateaubriand e Palotina se consolidaram como sub-polos regionais.

As causas desse processo de polarização foram discutidas no Diagnóstico e Perspectivas – Relatório Final de Pesquisa – Unioeste (2002), representando a soma de

características da evolução socioeconômica desses municípios. Na sequência, o Mapa 07 expressa os graus de centralidades.



Mapa 07: Região Oeste do Paraná – Graus de Centralidades – 2007.  
 Fonte: REGIC -2007.  
 Org: ALIEVI, A. A. – 2012.

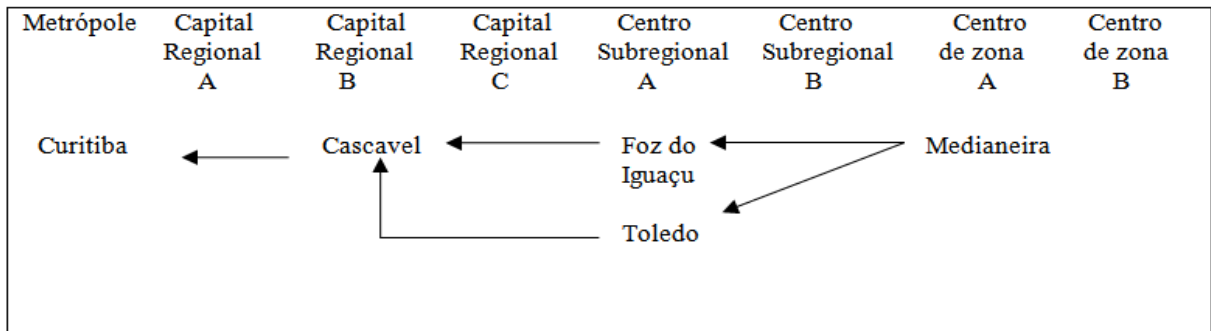
Contudo, alguns municípios da região detêm distintos graus de influência no crescimento e no desenvolvimento regional. Destes, destacam-se Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu, que possuem graus de centralidade mais expressivos que os demais da região. Esses graus de centralidade, de certo modo, também se expressam em níveis de atração e repulsão migratória destacados, implicando historicamente no fato de que esses municípios capitanearam o crescimento econômico e demográfico da região (RIPPEL et al. 2005b).

Localizada na região oeste do Paraná, Cascavel - Capital Regional B, apresenta vetores de dinamismo para Foz do Iguaçu e Toledo. Articula-se à capital do Estado do Paraná

e a outros centros. A inserção de Cascavel à Divisão Social do Trabalho dá-se a partir de um número maior de atividades ligadas fundamentalmente à produção agroindustrial e serviços.

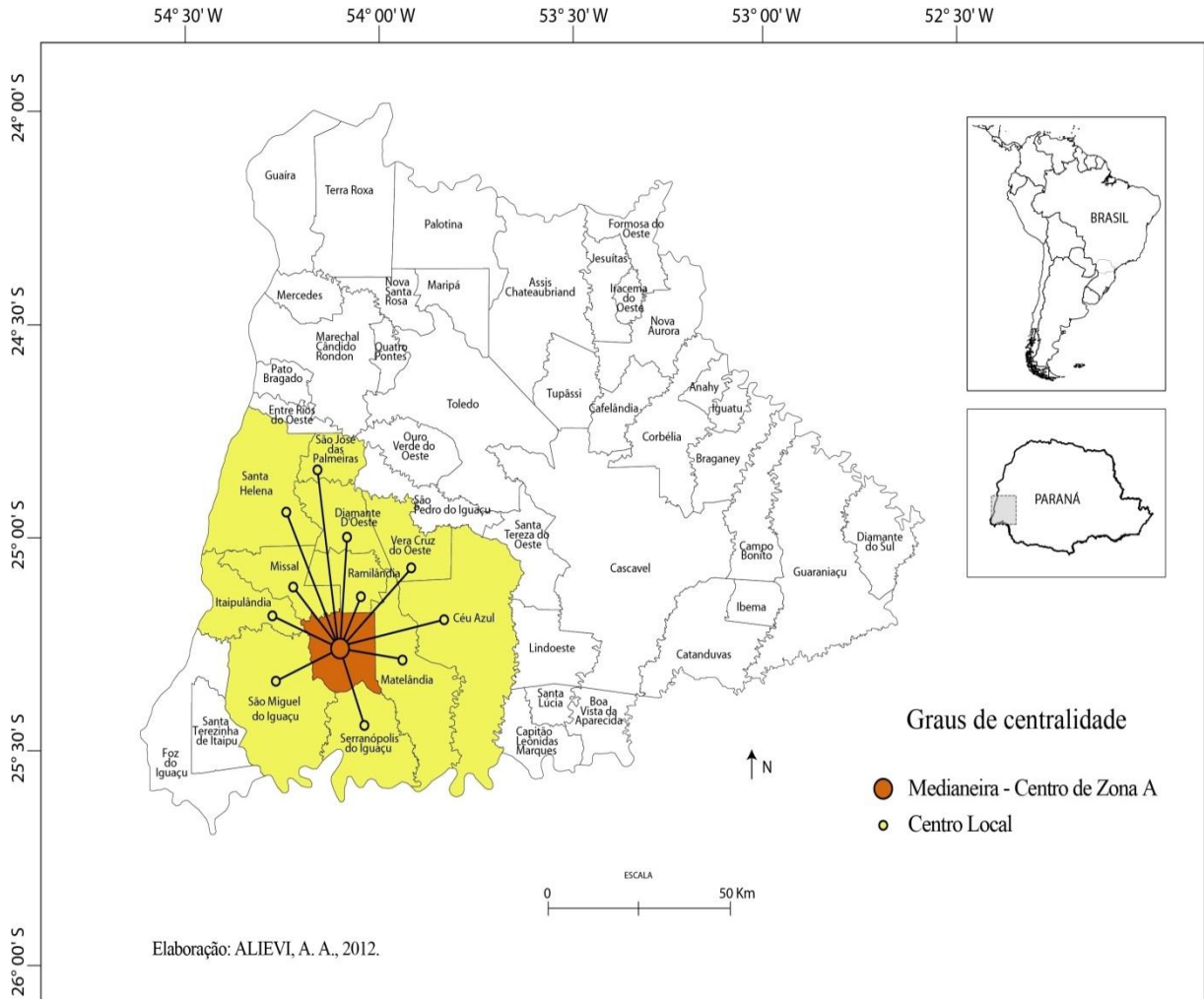
A posição de Toledo como Centro Subregional A apresenta articulações com Cascavel, com suas atividades direcionadas à produção agroindustrial e serviços. Foz do Iguaçu, como Centro Subregional A, conforme já explicitado anteriormente, apresenta-se com suas atividades voltadas ao turismo, comércio, geração de energia, relações internacionais, contribuindo para a geração de riquezas, e estreito vínculo com países do Mercosul (Mercado Comum do Sul).

A cidade de Medianeira, localizada na microrregião de Foz do Iguaçu, na posição de Centro de Zona A, articula-se com Foz do Iguaçu e Toledo, porém, tem sua integração maior com Cascavel, no que se refere às questões de atividades ligadas ao agronegócio, atividades agroindustriais e serviços, bem como as atividades ligadas a saúde e ensino. O Quadro 04, na sequência, ilustra Medianeira na influência da microrregião de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo.



Quadro 04: Influência da microrregião de Cascavel - Foz do Iguaçu e Toledo com Medianeira.  
 Fonte: IBGE- 2010.  
 Org: JACINTO, J. M. -2010.

Conforme o Mapa 07, o grau de centralidade de Medianeira como o lócus da pesquisa aponta o nível de centralidade médio, porém, apresenta sua expressividade como Centro de Zona A, integrando as pequenas cidades de São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Itaipulândia, Matelândia, Missal e Ramilândia, Santa Helena, São José das Palmeiras, Diamante do Oeste, Vera Cruz do Oeste e Céu Azul, conforme o Mapa 08, na sequência.



Mapa 08: Medianeira – Centro de Zona A e Centros Locais – 2012.

Fonte: REGIC-2007.

Org: ALIEVI, A. A. -2012.

Com referência o Mapa 08, observa-se que Medianeira, em seu grau de centralidade com denominação Centro de Zona A, polariza os centros locais menores em seu entorno, o que leva à problemática da pesquisa, no que tange à posição de destaque nos processos de urbanização e desenvolvimento socioeconômico diferenciados das demais pequenas cidades no eixo Cascavel - Foz do Iguaçu.

As pequenas cidades entre Cascavel e Foz do Iguaçu, principalmente as que se emanciparam politicamente na mesma década, resultaram de processo histórico similar ao de Medianeira, mas não obtiveram o mesmo grau de crescimento econômico e similitudes relacionadas às suas formas e funções.

O tema central da pesquisa é o processo de urbanização e o desenvolvimento geoeconômico da cidade de Medianeira, porém, como a pesquisa está direcionada ao recorte

especial local, optou-se por não trabalhar com o processo de desenvolvimento e urbanização das demais cidades no seu entorno.

Entende-se que cada cidade tem a sua especificidade porém, diante da problemática exposta, durante o desenvolvimento da pesquisa, mesmo correndo o risco de comparações, preferiu-se demonstrar, através de dados coletados, o perfil entre Medianeira e as pequenas cidades de Matelândia e São Miguel do Iguaçu, com relação aos dados gerais e geoeconômicos, conforme explicita o Quadro 05, na sequência.

	<b>Medianeira</b>	<b>Matelândia</b>	<b>São Miguel do Iguçu</b>
<b>Ano/Emancipação</b>	1960	1960	1961
<b>População/2010</b>	41.817	16.078	25.769
<b>Área/Territorial</b>	325,167Km <sup>2</sup>	642,030Km <sup>2</sup>	848,669Km <sup>2</sup>
<b>Grau de Urbanização</b>	89.41%	72.23%	63.97%
<b>Produto Interno Bruto/Per capita</b>	16.005	13.839	17.113
<b>IDH-M</b>	0,779	0,760	0,779
<b>Analfabetismo</b>	12,67%	13,30%	14,37%
<b>Mortalidade Infantil/ 1000 nascidos vivos</b>	4,84	8,20	7,96
<b>Expectativa de Vida</b>	68,28 anos	68,28 anos	68,50 anos
<b>Unidades de Empresas Locais</b>	1.963	516	889
<b>Salário Médio Mensal Ano</b>	2,20	1,10	1,90
<b>Receitas Correntes Municipais</b>	56.585.796,71	27.691.583,60	52.600.514,03
<b>VAF/TOTAL Município</b>	518.187.250	257.383.045	412.250.412
<b>Fundo de Participação do Município</b>	14.891.865,83	8.273.259,00	11.582.562,34
<b>Royalties/Itaipu/Mês Maio-2012</b>	US\$4,6 mil	--	US\$ 356,6 mil
<b>Acumulado</b>	US\$ 1,4 milhão	--	US\$ 129,6 milhões

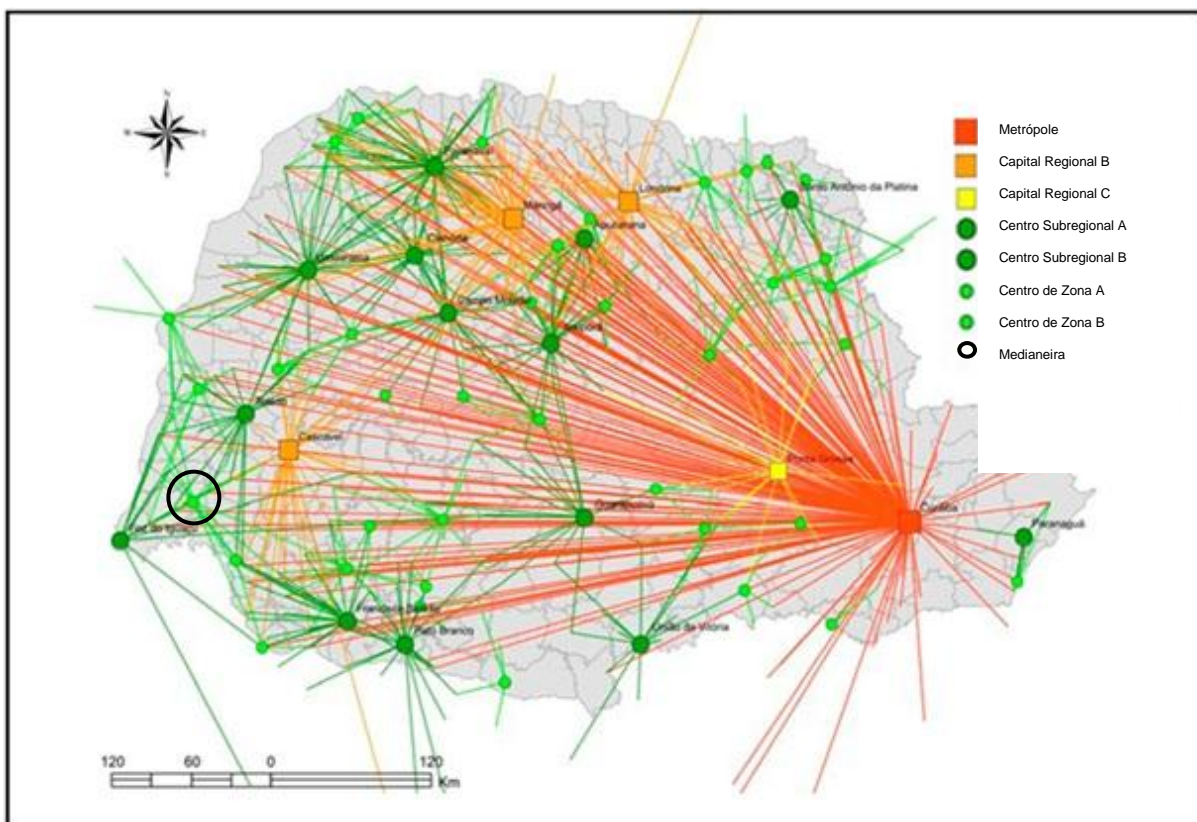
Quadro 05 - Dados Gerais - Demonstrativo e Comparativo de Medianeira, Matelândia e São Miguel do Iguçu.

Fonte: IBGE – 2009/2010 – IPARDES-2010 – ITAIPU-2012.

Org: Jacinto, J. M. -2012.

Conforme o Mapa 09, na sequência, Medianeira apresenta conectividade com relação ao meio de transporte no eixo Cascavel – Foz do Iguçu e nas áreas interioranas fora deste eixo, com os municípios circunvizinhos e com Marechal Cândido Rondon e Toledo, além da

conectividade com a capital do Estado e demais Unidades da Federação. Assistida pelas empresas Princesa dos Campos, Catarinense, Catani, Pluma, Expresso Maringá, Garcia e Helios e Expresso Nacional.

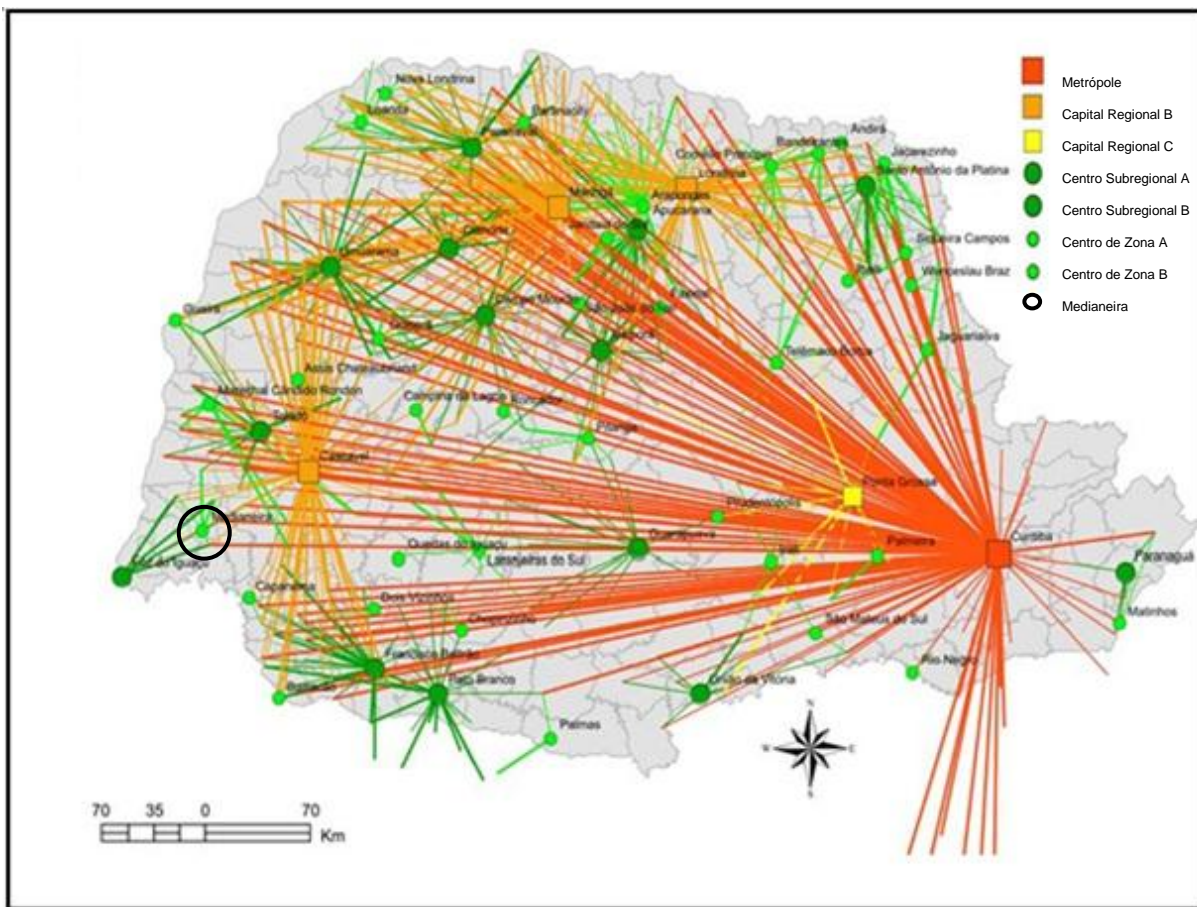


Mapa 09: Destino dos Transportes Coletivos – Paraná-2007.

Fonte: IBGE (2008) - BASE CARTOGRÁFICA: IBGE 2005.

Org: ALIEVI, A. A.-2012

Com relação ao serviço de saúde, além de Medianeira oferecer atendimento médico hospitalar assistido por 3 unidades hospitalares, os serviços que exigem atendimentos mais especializados são direcionados aos centros maiores, como Foz do Iguaçu e Cascavel, com alguns casos esporádicos para a Metrôpole de Curitiba, conforme o Mapa 10, na sequência.



Mapa 10: Deslocamento para Serviços de Saúde-Paraná-2007.  
 Fonte: IBGE (2008) - BASE CARTOGRÁFICA: IBGE 2005.  
 Org: Alievi, A. A. -2012.

Medianeira apresenta uma centralidade significativa no que tange à formação nos cursos técnicos no nível de ensino médio e ensino superior, com destaque para a Universidade Tecnológica Federal do Paraná -UTFPR - Campus de Medianeira. Absorve um fluxo diário de estudantes que abrange toda a microrregião de Foz do Iguaçu e demais municípios da mesorregião oeste do Paraná, com a presença também de alunos matriculados provenientes de outras mesorregiões do Paraná e outras Unidades da Federação Brasileira.

Conforme os dados coletados (2012), a instituição UTFPR – Campus de Medianeira conta com os cursos Técnicos Integrado de Química e Segurança do Trabalho em nível de ensino médio; e Engenharia Ambiental, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Produção, Tecnologia em Alimentos, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Gestão Ambiental e Tecnologia em Manutenção Industrial, além de vários cursos de extensão e especialização. No total, são 1858 alunos com domicílio na mesorregião oeste do Paraná, bem como de outras mesorregiões e de outras Unidades da Federação, conforme o Quadro 06, na sequência.



ANO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Medianeira	111	132	170	148	168	69	173
Outros Municípios da Região Oeste	191	216	298	229	214	76	240
Capital e Demais Regiões do Paraná	15	5	21	6	2	29	38
Demais Unidades da Federação*	3	3	2	3	4	97	166
TOTAL	320	356	491	386	388	271	617

Quadro 06: Alunos Ingressantes na UTFPR por ano – Município Domicílio 2005 a 2011.

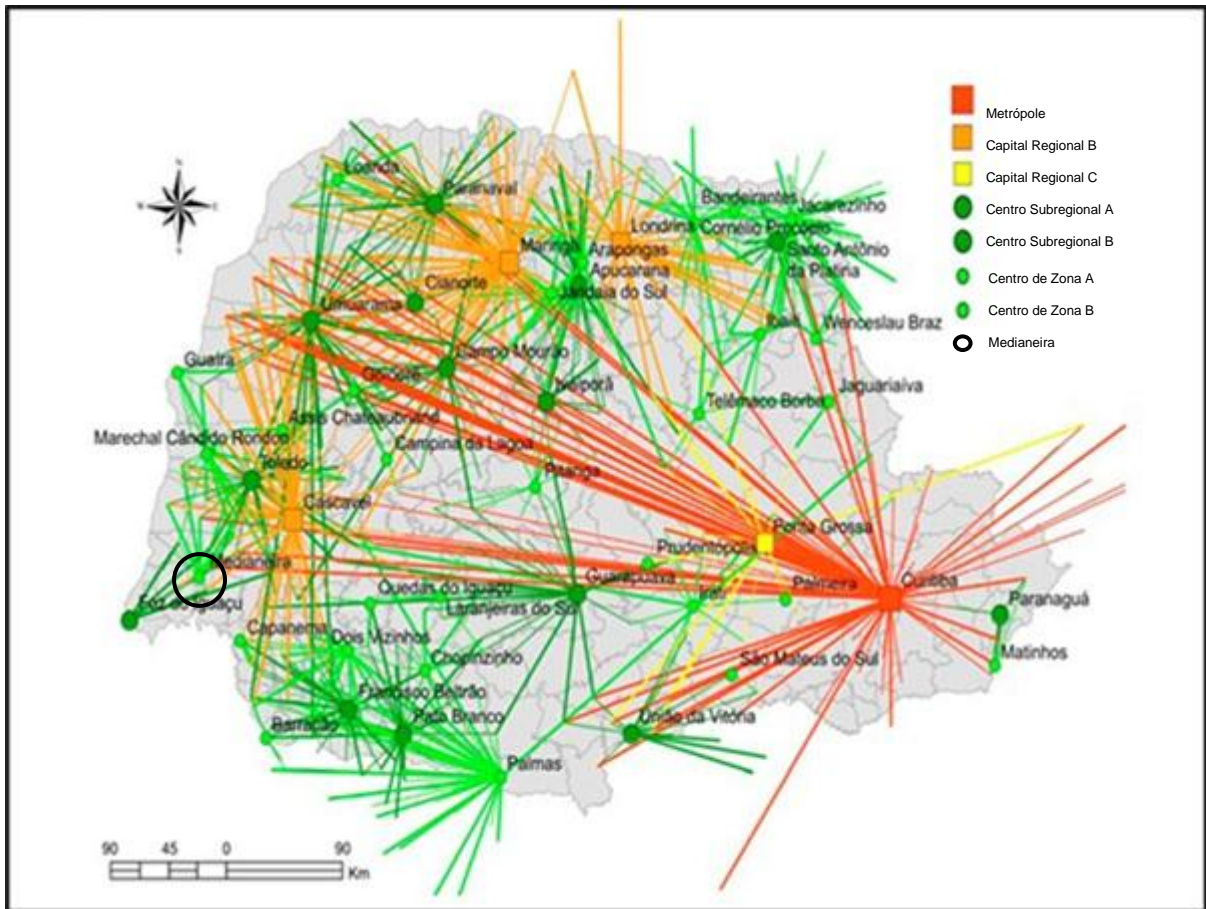
\*( SP-GO-RS-AC-MS-SC-MT-BA-DF-MG-RJ-AL-ES-RO-AM-PA-PI-RR-TO)

Fonte: UTFPR- 2011.

Org. Jacinto, J. M. -2011.

Da mesma forma, é significativa a integração que Medianeira faz diariamente com relação ao deslocamento para cursos superiores no eixo Cascavel - Foz do Iguaçu, por estudantes que procuram outros cursos e especializações fora de seu município.

A demanda de alunos de Medianeira que cursam em outras instituições fora do seu domicílio durante o ano varia de 90 a 100 alunos, incluindo os cursos Técnicos de formação profissional, como também os cursos universitários. O Mapa 11, na sequência, expressa o fluxo de deslocamento para os cursos superiores no Estado do Paraná, onde se percebe a relação que Medianeira apresenta com o eixo Cascavel – Foz do Iguaçu.



Mapa 11: Deslocamento para Cursos Superiores-Paraná-2007.  
 Fonte: IBGE (2008) - BASE CARTOGRÁFICA: IBGE 2005.  
 Org: Alievi, A. A.-2012.

De Medianeira para Cascavel, os alunos deslocam-se diariamente, onde frequentam os cursos técnicos nas seguintes instituições: Centro de Educação Profissional (CENAP), Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI), Centro de Educação Profissional São Carlos (CEPSC), Colégio ALFA. As instituições de curso superior procuradas pelos alunos de Medianeira são: Universidade de Cascavel (UNIVEL), Faculdade Assis Gurgacz (FAG), e Universidade Paranaense (UNIPAR). Além dos cursos técnicos, há procura, em Cascavel, pelos cursos de Psicologia, Agronomia, Jornalismo e Direito.

As instituições de curso superior em Foz do Iguazu que os alunos de Medianeira frequentam são: União Dinâmica de Faculdades Cataratas (UDC), Faculdades Unificadas de Foz do Iguazu (UNIFOZ), Centro de Ensino Superior de Foz do Iguazu (Cesufoz), Faculdade União das Américas (UNIAMÉRICA), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e Faculdade Anglo-Americano.

Os cursos que os alunos de Medianeira frequentam nas universidades de nível superior de Foz do Iguazu são: Medicina Veterinária, Ciências Contábeis, Administração, Farmácia,

Psicologia, Pedagogia, Fisioterapia, Biomedicina, Arquitetura e Urbanismo, Agronomia, Engenharia Civil, Direito, Publicidade e Propaganda, Engenharia Ambiental, Engenharia Mecânica e Jornalismo.

Neste ínterim, o estudo sobre a estruturação e caracterização da rede urbana oeste paranaense e a inserção de Medianeira na rede, traz no bojo da discussão a Teoria das Localidades Centrais de Christaller<sup>34</sup> (1996 apud IBGE 2000), segundo a qual os lugares adquirem maior ou menor nível de centralidade em decorrência das funções que realizam:

Segundo sua proposição, existiriam elementos reguladores sobre o número, tamanho e distribuição das cidades. Independentemente de seus respectivos tamanhos, todo o núcleo de povoamento é considerado uma localidade central, equipado de funções centrais. Essas funções seriam as de distribuição de bens e serviços para a população externa à localidade, residente em sua área de mercado ou região de influência. A centralidade de uma localidade seria dada pela importância dos bens e serviços – funções centrais – oferecidos. Quanto maior fosse o número de suas funções, maior seria a centralidade, sua área de influência e o número de pessoas por ela atendidas. (IBGE, 2000, p.17).

É a demanda de bens e serviços por parte da população que, conforme a frequência com que se realiza, torna os lugares distintos entre si. Bens e serviços comprados ou utilizados frequentemente devem ser oferecidos, presumidamente, por centros que apresentem um alcance espacial a partir de uma curta distância, com acessibilidade para um volume reduzido de população, que se localiza em área próxima e que tende a procurar centros alternativos. Ou seja, “um bem comprado frequentemente implica em sua oferta por numerosos centros localizados a uma distância próxima entre si” (IBGE, 1987, p.11); já bens e serviços de uso menos frequente caracterizam-se por apresentar alcance espacial maior, resultando em localizações mais distanciadas; e os de uso esporádico e/ou ocasional tendem a uma oferta concentrada em poucos centros, se não em um único centro, compondo o papel hierárquico máximo de um sistema urbano.

Contudo, Medianeira, nessa lógica de discussão sobre sua centralidade, integrada à mesorregião oeste do Paraná, com suas funções atribuídas às atividades agroindustriais e serviços, possui conectividade nas áreas de comércio, ensino e saúde com Cascavel e Foz do Iguaçu, polarizando os centros locais (municípios limítrofes), e diferenciando-se das demais

---

<sup>34</sup> CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1996.

pequenas cidades no eixo Cascavel – Foz do Iguaçu, expressando suas funções e formas na (re)produção do espaço urbano, tema que abordaremos no capítulo seguinte.

## **CAPÍTULO 4 - A (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE MEDIANEIRA**

*O espaço não é um objeto científico afastado da ideologia e da política; sempre foi político e estratégico. Se o espaço tem uma aparência de neutralidade e indiferença em relação a seus conteúdos e, desse modo, parece ser “puramente” formal, a epítome da abstração racional, é precisamente por ter sido ocupado e usado, e por já ter sido o foco de processos passados cujos vestígios nem sempre são evidentes na paisagem. O espaço foi formado e moldado a partir de elementos históricos e naturais, mas esse foi um processo político. O espaço é político e ideológico. É um produto literalmente repleto de ideologias.*

*LEFEBVRE, 1976.*

#### **4- A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE MEDIANEIRA**

O espaço urbano é uma abstração da totalidade espacial e, por isso, é tipificado como um recorte dessa totalidade. Ou, então, podemos tê-lo explicitado como a sucessão de tempos desiguais, conforme defendido por Milton Santos (2004).

Discorrer sobre o conceito do espaço urbano e também sobre o conceito de cidade é um tanto complexo e polêmico. Cada sociedade vê o espaço de uma forma que estará diretamente ligada às suas concepções sociais e culturais. Segundo Corrêa (2000),

O espaço urbano capitalista – Fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem. A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade (CORRÊA, 2000, p. 11).

É nesse espaço fragmentado e articulado que a cidade surge como polo de atração. As suas benesses e atrativos superam o simples desejo de melhoria de vida e bem-estar social, ao mesmo tempo em que a cidade é repulsiva e excludente, pois a urbanização nos mostra o lado cruel do espaço, ao vislumbrarmos a especulação proveniente dos grupos detentores do solo e do capital. Como afirma Corrêa (2000):

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado (CORRÊA, 2000, p. 07).

A produção do espaço urbano está intimamente ligada ao jogo de interesses entre os seus agentes e partícipes, fruto das relações simbólicas e contraditórias do capitalismo em suas múltiplas facetas. O espaço urbano é artificial: construído no meio antes natural e, em seguida, manipulado numa teia de ações sociais, nas quais as relações entre os atores envolvidos nem sempre resultarão na aplicabilidade das soluções que visem os anseios da maioria. Como expõe Cavalcanti (2001):

Colocar como meta compreender a cidade e explicar a produção do espaço urbano implica entender esse espaço como relacionado à sua forma (a cidade), mas não se reduzindo a ela, à medida que ela expressa muito mais que uma simples localização e arranjo de lugares, expressa um modo de vida. Esse modo de vida não está ligado somente ao modo de produção econômica, embora sofra seu constrangimento, mas está ligado a todas as esferas da vida social: cultural, simbólica, psicológica, ambiental e educacional (CAVALCANTI, 2001, p. 18).

O espaço urbano e a utilização do solo urbano são destinados a poucos atores, gerando uma crescente massa de excluídos sociais. Para Carlos (1990), a cidade é produto das contradições de classes e envolve interesses e necessidades diversas. Assim, o espaço é produzido através das lutas que ocorrem na cidade. Corrêa (1995) tende a identificar os agentes sociais envolvidos na produção do espaço urbano: os proprietários fundiários e dos meios de produção, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Os dois primeiros agentes especulam e moldam o espaço mediante as necessidades da demanda populacional de média e alta renda, ou seja, os que podem pagar para utilizar-se do espaço urbano.

O autor enfatiza que os grupos sociais excluídos, ao produzir favelas, invadindo terrenos públicos ou privados, tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço. Da mesma forma, Souza (2000) complementa que o modo de produção capitalista produz novas formas e origina paisagens com características cada vez mais urbanas.

No entanto, Harvey (1980) afirma que “Há numerosos e diversos atores no mercado de moradia, e cada grupo tem um modo distinto de determinar o valor de uso e o valor de troca”. Harvey identifica os seguintes grupos: os usuários de moradia; os corretores de imóveis; os proprietários; os incorporadores e construtores; as instituições financeiras; e as instituições governamentais.

Por outro lado, é válido ressaltar que o espaço urbano não está preso a uma mera representação social do espaço: o mesmo extrapola os limites da cidade e/ou dos núcleos urbanos em ascensão, pois é possível encontrar características urbanas no espaço rural e vice-versa. Tais fenômenos, nessa superposição de áreas, geram atrativos para a reprodução do capital e as condições de desenvolvimento financeiro, e, por fim, a urbanização dessas áreas.

Enfim, a produção do espaço urbano segue os ditames do capital. O capital se reproduz no espaço artificial e, a partir daí, gera industrialização, urbanização, metropolização, segregação e exclusão socioespacial. A cidade é excludente, com cenários totalmente diferentes e classes antagônicas. Sobrevive na cidade quem pode pagar pelas amenidades que o capital oferece e, assim, desfrutá-las.

A produção do espaço urbano é uma questão social. Com o rápido crescimento populacional, segundo Sposito (1989), a cidade sofreu transformações em seu espaço interno. Aumentou a procura por espaço e ampliou-se a malha urbana. O centro de cidade que antes compreendia todo o núcleo urbano ficou rodeado pelas periferias.

Nos primórdios da industrialização, as condições de vida das classes trabalhadoras eram estarrecedoras, situação bem retratada por Friedrich Engels no livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, já no século XIX. Os problemas urbanos eram enormes e de toda sorte, daí constituir-se uma questão social. Uma das manifestações desses problemas foi a segregação socioespacial no interior da cidade: os mais ricos se apartavam das áreas socialmente mais problemáticas.

Conforme Sposito (1989), os problemas não eram das cidades, mas se manifestavam nas cidades. Eram, na verdade, originados pelo modo de produção capitalista, gerador de desigualdades, e que tem como fundamento a propriedade privada. O legado da desigualdade permaneceu, e sua marca na cidade é a crescente segregação socioespacial. A terra urbana teve sua função de mercadoria reforçada e o acesso a ela passou a se dar mediante o mecanismo da compra e venda.

Cresceu, com isso, a especulação imobiliária, com a disputa de solo urbano para diversos fins, em especial para fins de moradia. Com a forte especulação, observa-se, no espaço urbano, o fenômeno dos vazios urbanos, de terras estocadas esperando valorização.

Para os trabalhadores e grupos sociais mais vulneráveis, os vazios são um obstáculo na realização de sua necessidade básica de moradia. Esses vazios demonstram o caráter perverso que o urbano assume no capitalismo, caráter esse agravado pelo fato de os investimentos públicos em benfeitorias darem-se prioritariamente nas áreas mais valorizadas.



Segundo Villaça (1988), a organização espacial urbana é o resultado de um processo que aloca atividades aos terrenos, resultando em transações imobiliárias (compra e venda ou aluguel de terrenos). Há, assim, um arranjo espacial das atividades urbanas. Tal arranjo é um dos tópicos da agenda do planejamento territorial (que se subdivide em urbano e rural).

A produção de moradias exerce importante impacto espacial, apontando algumas correlações: preço elevado da terra e status do bairro; acessibilidade; amenidades naturais e sociais (áreas verdes, bela paisagem, lazer etc.); escassez de terrenos; condições físicas da edificação. Segundo Singer (1980), a organização interna das áreas urbanas reflete forças econômicas e um padrão (com dada racionalidade e não de forma acidental) de usos do solo (ou de terras).

A localização do solo nas áreas urbanas é a mercadoria mais importante no mercado imobiliário e também na definição das normas urbanísticas, no uso do solo, enfim, na estruturação interna da cidade. O arranjo do uso do solo é resultado da disputa por usos, sendo operacionalizado pelo mecanismo de mercado (preços). Esse mecanismo influencia nas densidades da cidade, no todo e em parte.

A disputa pelo uso e o mecanismo de compra e venda afetam o tamanho dos lotes (parcelamento), a composição e localização das moradias (apartamentos, residências unifamiliares, condomínios, favelas) e a localização dos subcentros comerciais ou de novas centralidades.

Assim, os agentes imobiliários privados são importantes agentes produtores do espaço. Outro importante agente é o Estado, que tem atuação complexa e variável. Ele exerce vários papéis: é consumidor de espaço, proprietário fundiário, promotor imobiliário. Mas seu principal papel é o de regulador do uso do solo, por meio do zoneamento, do Plano Diretor, código de obras, leis urbanísticas etc.

Outra função importante é a implantação de serviços públicos, cuja oferta é desigual, tanto espacial como socialmente. Por seu papel regulador e provedor, ele é alvo constante de grupos sociais diversos que o pressionam para a conquista de direitos.

Os grupos economicamente vulneráveis também são agentes produtores e modeladores na cidade, concentrando-se em assentamentos como as favelas e as periferias autoconstruídas. Os mais pobres, ao produzir o seu próprio espaço, atribuem um sentido a esse espaço que é intrinsecamente lugar da reprodução da força de trabalho, o lugar de resistência ao descaso do sistema em reconhecer seus direitos, mesmo aqueles mais básicos, como os de reprodução da vida. Por isso, essa produção é também uma estratégia de sobrevivência, de luta pelo seu direito à cidade.

Com a atuação estatal, a pressão dos grupos sociais e a ação do próprio mercado imobiliário, a cidade se transforma e se adensa. Nos espaços ocupados pelos mais pobres, nos fronts periféricos, diversas construções se ampliaram e algumas vezes receberam benfeitorias, ainda que muitas delas se degradem por falta de investimentos. A maioria, mesmo tendo diversos tipos de problemas e, muitas vezes, irregularidades, acaba se valorizando.

Com a valorização do espaço, ocorre uma movimentação dos habitantes na cidade, tanto dos grupos originalmente envolvidos na ocupação, como de novos moradores que chegam. É frequente o deslocamento dos mais pobres para as periferias cada vez mais distantes e destituídas de serviços urbanos, ou para assentamentos precários como as favelas, que se espalham por nossas cidades. Assim, com a chegada de melhorias urbanas, bairros que antes eram acessíveis à população mais pobre ficaram valorizados, ocasionando uma contínua expulsão desta.

Considerando a espacialidade da pobreza, no Brasil, a especulação imobiliária tem sido a responsável pelo deslocamento do habitat popular para as periferias.

Para Martins (2001), nas cidades brasileiras, a função de trabalhar e a de morar disputam os mesmos espaços em áreas supervalorizadas pelas funções rentistas de ganhar. É justamente a renda da terra um dos graves fatores econômicos da deterioração das condições de moradia, sendo que o que se paga na compra de uma casa nada tem a ver com a moradia, mas é um tributo pago ao proprietário da terra, que vive parasitariamente da especulação imobiliária.

De acordo com Lefebvre (1983), a cidade capitalista sofre um duplo processo socioespacial, de implosão e explosão. A cidade explode, a sociedade urbana se generaliza e tende a se tornar universal. Ao mesmo tempo, ela implode, é destruída, restando apenas fragmentos dispersos. A explosão se dá sobre o espaço circundante, com a extensão do tecido urbano, forma e processo socioespacial.

A urbanização, então, se fez como explosão da cidade, como extensão da mancha urbana, como destino e abrigo dos mais pobres nas imensas periferias sem infraestrutura e, por isso, com pouco trabalho agregado na terra, com baixa renda diferencial, possibilitando sua venda a um custo mais baixo do que as áreas centrais da cidade. Assim, as periferias carentes são o lugar possível de ocupação daqueles que não podem pagar por moradias adequadas, em áreas dotadas de infraestrutura urbana e, portanto, mais valorizadas.

Destarte, na segunda metade do século XX, no Brasil, a habitação de baixa renda se concentrou predominantemente nas periferias. O crescimento periférico foi a manifestação mais evidente da segregação, uma marca da urbanização brasileira. Por isso, nos anos

1970/1980, ganhou relevância nos estudos urbanos o tema da periferização como a morfologia reveladora da segregação urbana, e cuja causa principal é a manutenção da propriedade privada.

Conforme Rolnik (1982), esses estudos passaram a caracterizar a periferia como sendo o espaço ocupado por moradias das classes populares, como locais que apresentavam pouca infraestrutura, muitas vezes com autoconstrução e loteamentos irregulares e ausência de serviços públicos básicos, sendo espaços por excelência da precariedade, da escassez e da ausência de infraestrutura.

No entanto, nas últimas décadas, Burgos (2009) observa que a função essencialmente residencial da periferia distante passou a comportar um diversificado e capilar setor informal, conjugando as funções de moradia e trabalho, com reinventadas formas de emprego do tempo e uso dos espaços.

Sposito (2004), por sua vez, assinala que um dos mercados que mais cresceu e se diversificou desde os anos 1970 é o de terras e de imóveis urbanos. Essa intensificação leva a adensamentos de áreas, mas principalmente a um novo ciclo de expansão periférica.

Ainda segundo a autora, recentemente, tem havido uma redefinição da periferia em termos de formas produzidas e seus conteúdos. Há uma justaposição de conjuntos habitacionais implantados pelo poder público, loteamentos populares, cuja paisagem resulta da autoconstrução, mas também loteamentos voltados à população de maior poder aquisitivo.

Segundo Sposito (2004), há uma pluralização de paisagens e dos conteúdos da periferia, revelada por novas práticas socioespaciais, novas formas de diferenciação e segregação, apontando para uma maior fragmentação territorial e social da cidade.

Há periferias, no plural, porque são muito desiguais. Em muitos aglomerados urbanos, os municípios polos ou áreas centrais têm crescido a taxas bem mais modestas do que o entorno, muitas vezes com crescimento da mancha urbana de forma descontínua, dispersa, entremeada de vazios e áreas ditas rurais. Essa expansão horizontal é conhecida como urbanização extensiva, e coloca como questionamento até que ponto as barreiras físicas dos sítios urbanos e os custos de transporte vão colocar limites à continuidade dessa forma de ocupação.

Os novos conteúdos e processos nas periferias complexificam a sua própria definição. Por décadas, seu entendimento foi o de um espaço de moradia da população pobre e da evidência por excelência da segregação socioespacial, marcada pela carência, especialmente de infraestrutura urbana.

Na atualidade, a ausência de serviços básicos e de infraestrutura não cabe mais como elemento definidor da periferia, pois, em muitos casos, já existe a presença desses serviços nos lugares mais centrais da cidade. Por outro lado, mesmo com essa presença, não se pode afirmar que a segregação e as desigualdades tenham sido eliminadas.

A cidade passa a ser o cenário de reconfiguração dos espaços urbanos, redesenhados pelo agravamento da *questão social*, pelo encolhimento do trabalho, segundo a regra fordista (*cidadania regulada*, nos termos de Wanderley Guilherme dos Santos), pelas diferentes formas de precarização do trabalho e explosão do desemprego, deterioração dos espaços coletivos, privatização dos serviços públicos, pelo estabelecimento de novas formas de segregação e violência urbana, pelos novos circuitos de pobreza e riqueza, que redefinem os tradicionais modelos de centro e periferia (RAICHELIS, 2006, p. 33).

A segregação continua e se manifesta em outras dimensões: ausência ou precariedade de empregos, níveis de violência, má qualidade das habitações etc. Assim, é necessário um olhar que capte de forma mais aprofundada e particular a heterogeneidade dos diversos espaços habitados pela população de baixo poder aquisitivo.

#### **4.1- Considerações sobre a (re)produção do espaço urbano de Medianeira**

A (re)produção do espaço urbano no conjunto da produção social revela as contradições presentes na produção da vida, bem como na produção das relações de trabalho entre os homens e a natureza.

A questão espacial tem sua fundamentação na relação homem-natureza, que evoluiu no pensamento geográfico até a noção de espaço-produto das relações que se estabelecem entre a sociedade e natureza através do trabalho. É pelo trabalho que o homem se relaciona com os outros homens, produz seus meios de subsistência, um modo de vida no espaço geográfico.

A produção espacial nesse espaço geográfico expressa as contradições da sociedade atual na justaposição de riqueza e pobreza, na segregação refletida na paisagem, tendo sua natureza no modo de exploração do trabalho pelo capital fundado na propriedade, em que os homens se distinguem pela posse do ter, na condição de proprietários dos bens.

Conforme assevera Carlos:

[...] se de um lado o espaço é condição tanto de reprodução do capital quanto da vida humana, de outro ele é produto e nesse sentido é trabalho materializado. Ao produzir suas condições de vida, a partir das relações capital-trabalho a sociedade como um todo (na cotidianidade de seu processo de trabalho), produz o espaço geográfico e com ele um modo de vida, de pensar, de sentir. Assim, pensar o urbano significa também pensar a dimensão do humano (CARLOS, 2008, p. 24).

Lefebvre (2001), por sua vez, ao conceber a ideia de (re)produção da cidade como obra, salienta que o espaço é uma produção social, ocorre na lógica da ideologia do crescimento, marcada pelo conflito entre pró-crescimento e não crescimento, e pela luta entre o capital e o trabalho.

Nesse contexto, procura-se analisar a (re)produção do espaço urbano de Medianeira, de modo a explicitar a sua função e forma com características próprias, porém sem desconsiderar que o espaço da pequena cidade não fica estranho ao movimento da sociedade e do capital. Nele, se materializam também as relações sociais, as ações dos agentes espaciais e as contradições da sociedade.

A análise do espaço urbano de Medianeira tem como o objetivo entender o modo pelo qual ele se reproduz, sua substância e conteúdo, a partir de relações reais, diferenciando-se, em sua forma e função, das demais cidades no eixo Cascavel-Foz do Iguaçu.

As relações reais são aqui entendidas como a mediação necessária da relação homem-natureza, na qual o espaço geográfico aparece como um produto histórico-social, em que homem é o sujeito, e produz, nesse espaço, à sua imagem e semelhança. Nesse sentido, o espaço, num momento histórico determinado, será produto e condição do processo de reprodução da sociedade.

A análise não visa a utilizar-se da metodologia comparativa com finalidade última de tentar explicar a diferença de crescimento/desenvolvimento de Medianeira no eixo. Isso porque, por si só, a cidade de Medianeira já denuncia o seu diferencial no que tange à sua participação na rede urbana, conforme abordado no terceiro capítulo desta tese, além da sua forma, função e a materialidade que se expressa.

Vale ressaltar que cada cidade tem a sua especificidade. Contudo, no decorrer deste capítulo, procura-se relacionar dados levantados de Medianeira com São Miguel do Iguaçu e Matelândia, por serem cidades próximas, emancipadas praticamente na mesma época (1960-1962), com características similares no seu processo de colonização e povoamento no extremo oeste paranaense. O objetivo maior é explicar o processo de urbanização e o desenvolvimento

geoeconômico de Medianeira, no que tange à (re)produção do seu espaço urbano, sua forma, função, importância e destaque no eixo Cascavel-Foz do Iguaçu.

Por conseguinte, apresenta-se a (re)produção do espaço urbano de Medianeira, sua centralidade, o uso e a ocupação do solo, condições de moradia e equipamentos urbanos e infraestrutura.

A produção do espaço se dá no plano da vida cotidiana, na relação que se estabelece entre os diferentes agentes responsáveis pela reprodução do espaço urbano. Salientamos, aqui, que existem diversos agentes sociais responsáveis pela reprodução do urbano, e que cada um atua de acordo com seus interesses de classe.

Esses agentes possuem estratégias próprias, que geram conflitos entre eles, e estratégias comuns, que os unem, como a apropriação da renda da terra. Ao atuar sobre o espaço urbano, a reprodução das relações de produção e a continuidade da acumulação de capital está garantida. A apropriação da terra torna-se objeto de conflito na cidade. O Estado tem um papel fundamental na produção deste espaço desigual, ao impor determinadas organizações espaciais.

Para Lefebvre (2001), o Estado utiliza o espaço como um instrumento político, buscando assegurar o controle sobre os lugares. A organização espacial, portanto, representa a hierarquia de poder existente na sociedade. Nessa direção também aponta Harvey (1996, p. 212), quando afirma que “a organização espacial serve para constituir uma ordem social e uma hierarquia, através do assentamento de pessoas e atividades em espaços e tempos distintos”. A análise da organização espacial, portanto, nos fornece a base para o entendimento dos processos de apropriação e dominação no espaço.

É salutar destacar que o processo de produção do espaço urbano não é homogêneo, é fragmentado e articulado de acordo com as necessidades de reprodução do capital e com o modo de produção.

No decorrer deste capítulo, evidencia-se a produção do espaço de Medianeira de forma desigual, fruto de uma produção capitalista que se reproduz desigualmente no espaço, que se materializa pela divisão do trabalho entre parcelas do espaço e se mantém a partir das relações simbólicas estabelecidas: “Cada sociedade produz e reproduz sua existência de modo determinado, deixando no espaço as marcas de suas características históricas específicas” (CARLOS, 1994, p. 26-33).

No que concerne à contradição fundamental existente na reprodução do espaço urbano, o espaço como condição da reprodução econômica e o espaço como condição de reprodução da vida, o espaço urbano torna-se um campo conflituoso, onde se instaura uma

luta dos diferentes agentes pelo espaço, pelo solo urbano: “Estabelece-se, portanto, um conflito entre o espaço abstrato, concebido pelos interesses e necessidades do capital, e o espaço vivido, fragmentado pelas estratégias dos diferentes atores sociais, percebido pelo indivíduo através de sua vida cotidiana” (CARLOS, 2001, p. 246).

É esse espaço vivido e percebido que vai revelar a forma como a cidade de Medianeira se apresenta, com suas múltiplas funções, caracterizando o espaço intraurbano.

Estudar o espaço urbano de Medianeira implica, inicialmente, em contextualizar seu processo de formação socioespacial. De maneira geral, a intensificação de sua urbanização foi impulsionada, sobretudo, pela reestruturação produtiva da agricultura, modernizada e mecanizada a partir da década de 1970, processo que promoveu significativas mudanças na estrutura socioespacial interna das cidades.

Conforme Silva (2008, p. 11), “as perspectivas de mudança social a partir da percepção estabelecida em torno do trabalho e de seus significados torna-se de fundamental importância para compreender a sociedade”. As mudanças tecnológicas e a reestruturação produtiva apontam, conseqüentemente, para uma mudança social e uma forte adaptação do trabalho, quer por meio da tecnicização das novas formas de produzir e dos novos produtos agrícolas, quer pelo aparato de atividades dos setores da economia urbana que passam a ser renovadas, atendendo à demanda do campo e da cidade que se expande.

Situado no oeste do Estado do Paraná, a cerca de 600km da capital Curitiba, o município de Medianeira, em seus 50 anos de emancipação política, teve seu desenvolvimento pautado pelo processo histórico de desenvolvimento do próprio Estado.

Tem sua estrutura fundiária caracterizada pelas pequenas e médias propriedades, voltadas à agricultura familiar e de exportação, com a presença da maior parte dos migrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Conforme o trabalho empírico, 85% dos entrevistados (330 entrevistas) nasceram no Estado do Paraná, no município de Medianeira ou região, porém, filhos de migrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Observa-se que 5,45% dos entrevistados são provenientes do Estado do Rio Grande do Sul, e 3,63%, de Santa Catarina, conforme indica o Gráfico 04, na seqüência.

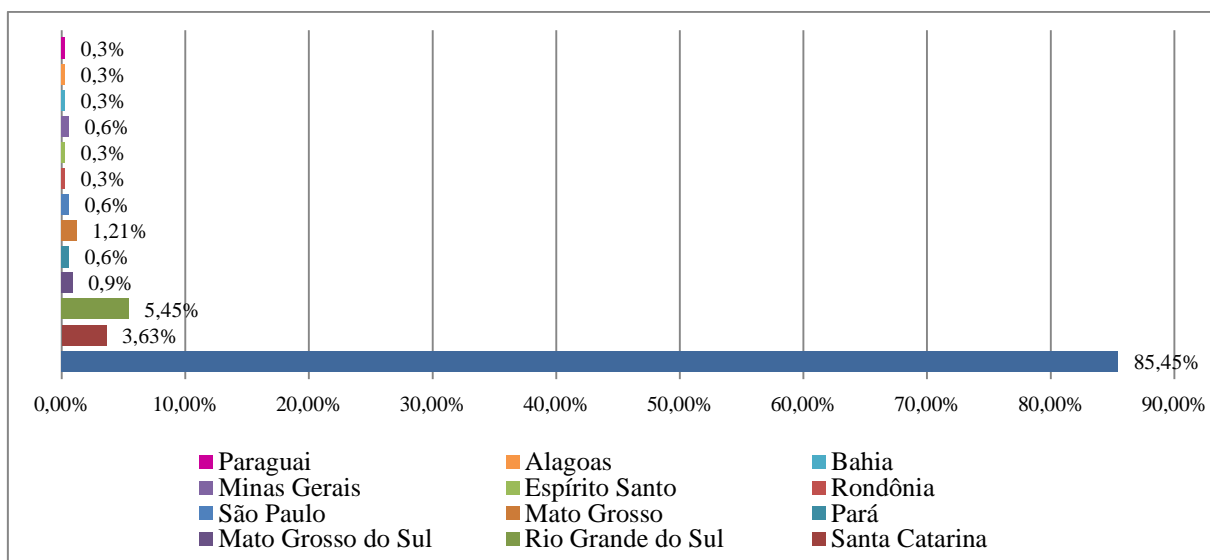


Gráfico 04: Procedência dos entrevistados residentes em Medianeira.

Fonte: Trabalho empírico-2010.

Org: Jacinto, J.M. – 2010.

Os migrantes pioneiros que se instalaram em Medianeira, descendentes de italianos e alemães oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em busca das terras férteis no extremo oeste paranaense, trouxeram consigo características próprias de cultivo agrícola e pecuário, o que culminou posteriormente no crescimento e desenvolvimento do agronegócio.

Atualmente, o município apresenta uma economia dinâmica, consolidada principalmente na agroindústria. Muitas das pequenas propriedades foram sendo incorporadas por propriedades maiores, que vêm desempenhando importante papel na reestruturação produtiva regional, com destaque na produção agrícola de soja e milho, e na pecuária com a criação de bovinos, frangos e suínos.

Muitos dos pequenos produtores rurais fixaram suas residências na cidade. Por outro lado, o mercado de terras urbanas passou a ser, em grande parte, absorvido pelos proprietários fundiários rurais das atuais médias propriedades.

Na hierarquia da rede urbana regional, e de acordo com o IBGE (2010), Medianeira, com uma população urbana de 37.390 habitantes, consolida-se como pequena cidade, especificamente centro de zona A, conforme REGIC (2007).

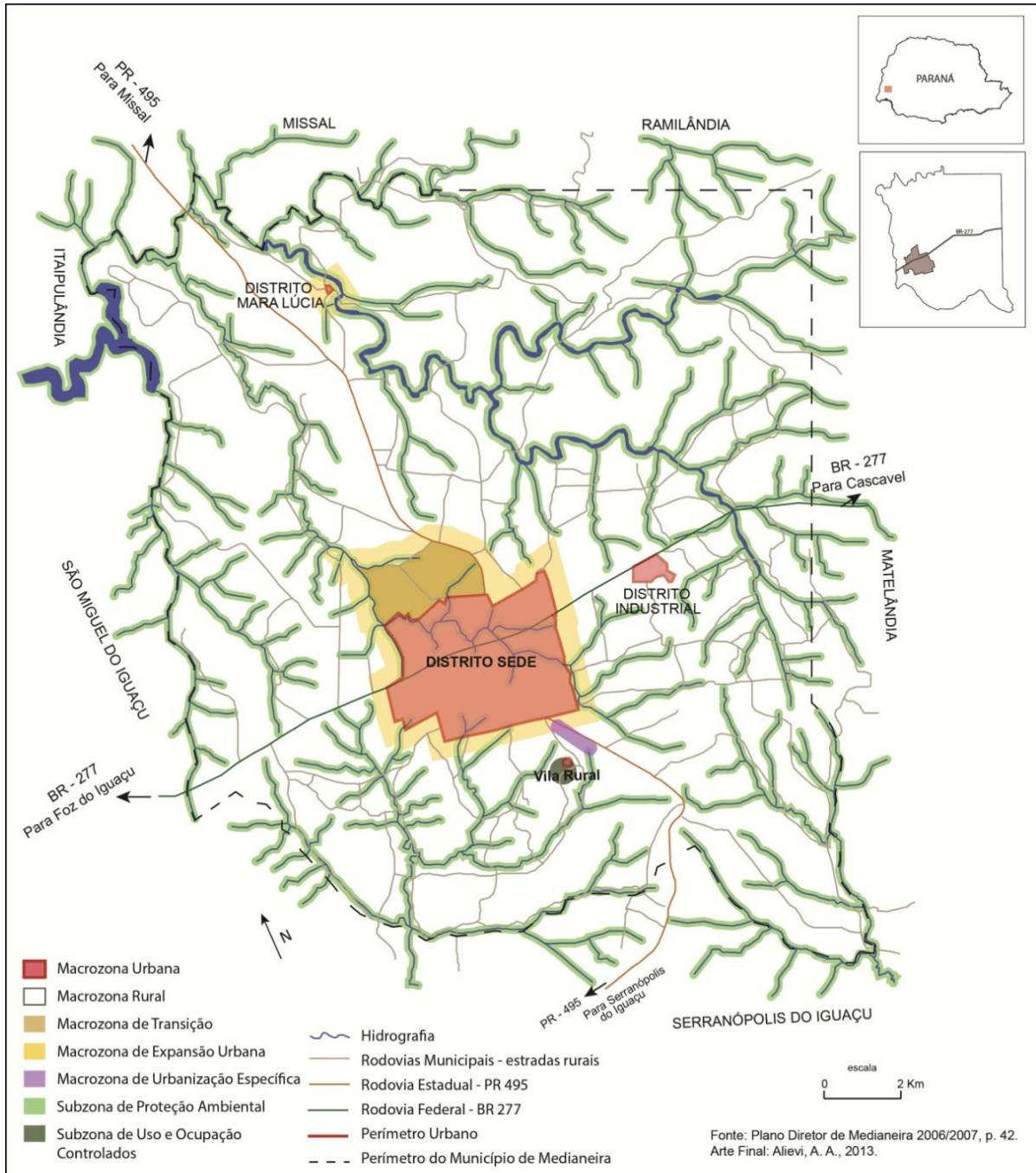
O adensamento urbano está interligado com a introdução da tecnologia no campo desde a década de 1970, o que resultou na incorporação das pequenas propriedades às médias e, conseqüentemente, na redução do número de empregos no campo. A presença das cooperativas Lar e Frimesa e as demais empresas que se instalaram na cidade,



consequentemente requisitando mão-de-obra, tanto de sua população local como dos municípios em seu entorno, foram contributivas para o adensamento populacional da cidade.

A natureza da reestruturação produtiva da economia regional tem relações intrínsecas com o processo de urbanização da região e com a consolidação do papel polarizador da cidade de Medianeira com os municípios em sua adjacência.

O processo de urbanização e a centralidade de Medianeira deram-se partindo da rodovia BR 277, o que favoreceu o deslocamento do fluxo do tráfego para Cascavel e Foz do Iguaçu. A importância da BR 227 é intrínseca ao escoamento da produção e à mobilidade da população, contribuindo na relação do crescimento e na expansão no que concerne a (re)produção do espaço intraurbano de Medianeira, conforme representa o Mapa 12, na sequência.



MAPA 12: Município de Medianeira – Pr.

Fonte: Prefeitura Municipal de Medianeira- Plano Diretor –Ano: 2006/2007.

Org: Alievi, A. A, 2013.

Dada a importância da Rodovia BR 277 para a cidade, as empresas preferiram se instalar nas margens dessa rodovia, por razões óbvias da logística de transporte, facilitando a ação industrial e comercial. Contudo, verifica-se um processo de aglutinação de empresas paralelas à BR 277, justificando também a implantação do parque industrial de Medianeira próximo à rodovia.

Com isso, iniciou-se a aglutinação de investimentos e estabelecimentos em torno dessa rodovia, delimitando a área central da cidade. Com a forte procura por localizações próximas à área central, o preço do imóvel elevou-se sobremaneira. Com isso, atualmente, apenas os empreendimentos nos quais o lucro deriva diretamente do fator localização continuam a buscar um “ponto” nessa área da cidade. A Figura 06, na sequência, retrata a aglutinação das empresas na margem da BR 277.



Figura 06: Empresas na margem da BR 277. Avenida 24 de Outubro – Medianeira.  
Fonte: Jacinto, J. M.-2013.

O processo de centralização partindo da Rodovia BR 277, ao estabelecer a área central, configurou-a de modo segmentado, com dois setores: de um lado, o núcleo central, no qual se encontram as atividades terciárias mescladas com edificações residenciais; e de outro, a zona periférica, onde se encontram bairros residenciais em conjunto com pequenas empresas, as denominadas “empresas fundo de quintal”.

Na área central, concentram-se as principais atividades comerciais, de serviço, da gestão pública e privada, e o terminal de transporte interestadual, interregionais e intermunicipal. Ela se destaca na paisagem da cidade por sua forma e função, predominando a paisagem urbana horizontalizada com a sutileza do processo de verticalização de uma pequena cidade em expansão.

Trata-se da área da cidade de uso mais intensivo, com maior concentração de atividades econômicas, sobretudo do setor terciário. É nessa área central que se encontram os mais elevados preços da terra, justificando-se, assim, a intensidade do uso do solo.

A área central da cidade, de maior fluxo de tráfego de automóveis e pedestres, se encontra na Avenida Brasília e nas ruas paralelas. Em certos momentos, o trecho fica intransitável, dificultando até mesmo estacionar, por falta de vagas de estacionamento livre na avenida principal, nas ruas paralelas e nas transversais, em decorrência da maior parte do comércio estar localizado nessa área, conforme representa a figura 07, na seqüência.



Figura 07: Avenida Brasília – Centro – Medianeira.  
Fonte: Jacinto, J. M.-2013.

Típica cidade interiorana, mas com funções diversificadas no setor secundário e terciário, Medianeira, ainda com o predomínio de cidade horizontalizada, é forçada a aderir ao processo de verticalização, em decorrência da escassez de espaço e também da supervalorização dos terrenos para fins de edificações comerciais. Limitado o crescimento horizontal na área central, sua expansão se faz, sobretudo, pelo processo de verticalização, demolindo-se as casas mais antigas para a construção de edifícios geralmente compostos por quatro pavimentos.

A mobilidade urbana durante o dia é visível na área central, sobretudo durante o horário comercial. Por constituir área comercial e residencial, tem na sua avenida principal a movimentação durante a noite, constituindo área de lazer para os jovens e parcelas da

população de meia idade, onde encontra-se bares, lanchonetes e restaurantes. Ao final da Avenida principal – Avenida Brasília –, localiza-se a praça Ângelo Da Rolt, local de encontro de jovens, famílias e atrativos com playground para crianças.

Ainda na área central, encontra-se o paço municipal – prefeitura, sedes ou escritórios regionais de empresas que atuam na cidade e em sua região de influência, bem como repartições públicas em geral.

Em Medianeira, a luta pelo espaço deixa marcas na paisagem urbana, sobretudo no espaço urbano voltado para o comércio e prestação de serviços. Principalmente nas áreas mais centrais da cidade, onde se encontra a concentração de lojas e o fluxo de pessoas é mais frequente, o valor da locação torna-se elevado, conforme exposto no Quadro 07, na sequência.

LOCAÇÃO			VENDA		
Localização	Área	Valor*	Localização	Área	Valor*
Rua Rio Branco – Centro	Sem dados	1.800,00	Avenida Brasília - Centro	53,52 m <sup>2</sup>	89.000,00
Avenida Brasília – Centro	Sem dados	1.050,00	Rua Paraguai-Centro	83,86 m <sup>2</sup>	250.000,00
Avenida Soledade - Centro	104,51 m <sup>2</sup>	2.000,00	Avenida Brasília - Centro	48,89 m <sup>2</sup>	90.000,00
Bairro Itaipu	144 m <sup>2</sup>	700,00	Rua Riachuelo - Centro	58 m <sup>2</sup>	160.000,00

Quadro 07: Locação e venda de salas comerciais em Medianeira.

Fonte: Imobiliária Pavan/ Espaço III e Jornal Local – Mensageiro, abril-2013.

Org: Jacinto, J.M. -2013.

\*Valores referentes ao mês de abril de 2013.

O Quadro 08, na sequência, demonstra o valor dos terrenos na área central e nos bairros periféricos da cidade, evidenciando o solo urbano como mercadoria e a diferença de valor na partição do solo conforme sua localização.

Localização	Área (m <sup>2</sup> )	Valor em reais*
Jardim Universidade	356 m <sup>2</sup>	130.000,00
Centro	1000 m <sup>2</sup>	390.000,00
Centro	500 m <sup>2</sup>	135.000,00
Lot. Santos Dumont	312 m <sup>2</sup>	69.000,00
Lot. Santos Dumont	220 m <sup>2</sup>	60.000,00
Centro	500 m <sup>2</sup>	430.000,00
Centro	500 m <sup>2</sup>	280, 000,00
Parque Independência	250 m <sup>2</sup>	30.000,00
Jardim Belo Horizonte	Sem dados	45.000,00
Centro	500 m <sup>2</sup>	135.000,00
Lot. Pavan	210 m <sup>2</sup>	52.000,00
Centro	12,5 frente x 40 m <sup>2</sup>	350.000,00
Centro	400 m <sup>2</sup>	210.000,00
São Cristovão	210 m <sup>2</sup>	180.000,00
Centro	500 m <sup>2</sup>	360.000,00
Bairro Condá	525 m <sup>2</sup>	100.000,00

Quadro 08: Lotes – terrenos à venda em Medianeira.

Fonte: Imobiliária Pavan/ Espaço III e Jornal Local – Mensageiro, abril-2013.

Org: Jacinto, J.M. -2013.

\*Valores referentes ao mês de abril de 2013.

O quadro 08 retrata o valor elevado, atualmente, dos terrenos nas áreas mais centrais da cidade, principalmente pela procura e ao mesmo tempo pela escassez, uma vez que o comércio centralizou-se principalmente na Avenida Brasília.

São os proprietários de terras que atuam no sentido de obter a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso mais remunerador possível, especialmente uso comercial ou residencial de status. Estão interessados no valor de troca da terra, e não no seu valor de uso. Alguns dos proprietários fundiários, os de maior poder aquisitivo, poderão até mesmo ter suas terras valorizadas através do investimento público em infraestrutura, especialmente viária.

Por conseguinte, a especulação imobiliária em Medianeira se faz presente em todos os momentos, principalmente no que tange à lei da oferta e procura: a cidade apresenta um déficit habitacional de 2.412 moradias<sup>35</sup>, segundo o PEHIS/PR- 2010.

A dinâmica de crescimento da cidade, em âmbito populacional, na geração de emprego e serviço, demanda a procura por habitação. Nesse ínterim, o setor imobiliário dita

<sup>35</sup> Cf. o Plano de habitação de interesse social do Paraná, o déficit de 2.412 moradias de Medianeira corresponde a 2.000 famílias cadastradas, mais 412 domicílios localizados em favelas. Com referência ao déficit habitacional de Medianeira, segue a metodologia da Fundação João Pinheiro no que concerne diretamente às deficiências do estoque de moradias, isto é: as moradias sem condições de serem habitadas devido à precariedade das construções ou em virtude de terem sofrido desgaste da estrutura física e que devem ser repostas, quanto à necessidade de incremento do estoque, decorrente da coabitação familiar ou da moradia em locais destinados a fins não residenciais (COHAPAR-2010).

as regras e faz seu preço e, diante das amenidades que a cidade oferece, não resta outra alternativa à população senão pagá-lo. O Quadro 09 na sequência apresenta os diversos valores para habitar no que condiz com a compra de imóvel em Medianeira.

CASA			APARTAMENTO		
Localização	Área (m <sup>2</sup> )	Valor em reais*	Localização	Área (m <sup>2</sup> )	Valor em reais *
Bairro Nazaré	70 m <sup>2</sup>	210.000,00	Centro	128,40 m <sup>2</sup>	240.000,00
Bairro Ipê	Sem dados	130.000,00	Centro	172,07 m <sup>2</sup>	330.000,00
Bairro Vila Nova	500 m <sup>2</sup>	170.000,00	Centro	214,40 m <sup>2</sup>	450.000,00
Cidade Alta	420 m <sup>2</sup>	170.000,00	Centro	373,59 m <sup>2</sup>	650.000,00
Bairro Itaipu	111 m <sup>2</sup>	250.000,00	Cidade Alta	84,25 m <sup>2</sup>	155.000,00
Jardim Itália	49 m <sup>2</sup>	95.000,00	Cidade Alta	77,16 m <sup>2</sup>	145.000,00
D. Pedro II	81 m <sup>2</sup>	145.000,00	Cidade Alta	Sem dados	120.000,00
Jardim Irene	75 m <sup>2</sup>	75.000,00	Bairro Nazaré	85,38 m <sup>2</sup>	170.000,00

Quadro 09: Casa e apartamento à venda em Medianeira.

Fonte: Imobiliária Pavan/ Espaço III e Jornal Local – Mensageiro, abril-2013.

Org: Jacinto, J.M. -2013.

\*Valores referentes ao mês de abril de 2013.

Conforme o Quadro 09, observa-se que os valores de imóveis para compra diferenciam-se até em 226% dos bairros para as áreas mais centralizadas da cidade, o que evidencia a supervalorização dos imóveis na área central.

Com relação à locação de imóveis para habitação, os valores de um bairro para outro não diferem muito, variando de 350,00 até 650,00 reais. A diferença maior é dos bairros para as áreas centrais, onde os valores alcançam patamares mais altos, chegando até 1.100,00 reais, conforme demonstra o Quadro 10, na sequência.

CASA			APARTAMENTO		
Localização	Área-Dados	Valor *	Localização	Área-Dados	Valor *
Parque Independência	c/3quartos	400,00	Bairro Nazaré	c/2quartos	550,00
Bairro Itaipu	c/2quartos	380,00	Parque Independência	Sem dados	400,00
Loteamento Florença	c/2quartos	580,00	Centro	c/2quartos	700,00
D.Pedro II	c/2quartos	500,00	Centro	c/2quartos	890,00
Bairro Ipê	c/3quartos	670,00	Centro	c/3quartos	1000,00
Jardim Ana Claudia	C/2quartos	350,00	Centro	c/2quartos	1.100,00

Quadro 10: Locação – casa e apartamento em Medianeira.

Fonte: Imobiliária Pavan/ Espaço III e Jornal Local – Mensageiro, abril-2013.

Org: Jacinto, J.M. -2013.

\*Valores referentes ao mês de abril de 2013.

No que tange ao espaço urbano voltado para habitação, à população de classe média e de baixo poder aquisitivo restam os bairros periféricos, mais afastados do centro da cidade, dificultando o acesso ao trabalho e até mesmo ao centro da cidade, que, por sua vez, conta com um sistema de transporte coletivo urbano que não favorece os cidadãos, principalmente no período noturno. Constata-se, nesses bairros mais afastados, a falta de infraestrutura e má conservação das ruas.

O crescimento da população urbana tem como consequência o aumento da necessidade por mobilidade. Para satisfazer essa demanda, não será possível somente crescer em infraestrutura; haverá necessidade de se implantar estratégias que reduzam a demanda de viagens, principalmente por transporte individual, e implantar um sistema de transporte coletivo mais adequado e associado ao contexto socioeconômico da cidade. Isso significa uma “oferta inteligente de transporte”, ou seja, atrair demanda para um sistema coletivo que atenda as necessidades da população.

A respeito da contradição entre o espaço concebido e o espaço vivido, concordamos com Gottdiener (1997, p.131), na sua construção da categoria de espaço social que se refere “ao espaço de valores de uso produzidos pela complexa interação de todas as classes na vivência diária, que se confronta com o espaço abstrato, que corresponde à exteriorização de práticas econômicas e políticas que se originam com a classe capitalista e com o Estado”.



O espaço social perdeu espaço na sociedade moderna, na qual constata-se o predomínio do espaço abstrato, que se apresenta como homogêneo, fragmentado e hierárquico, bastante expressivo nas médias e grandes cidades.

Segundo Lefebvre (2000, p. 6-7) este espaço tende para o homogêneo por diversas razões: “fabricação de elementos e materiais, com método de gestão e de controle, de vigilância e de comunicação”. A homogeneidade ocorre de falsos conjuntos, de fatos isolados. Paradoxalmente ainda esse espaço homogêneo se fragmenta em lotes, parcelas, o que por sua vez produz áreas distintas, bairros nobres e guetos isolados. Apresentando uma hierarquização estrita: espaços residenciais, espaços comerciais, espaços de lazer e outras formas de ocupação.

Porém, nas pequenas cidades, a exemplo de Medianeira, é possível visualizar, mesmo com menor expressividade, áreas segregadoras, que marcam a hegemonia do capitalismo, conforme as figuras 08, 09 e 10, na sequência.



Figura 08: Condomínio residencial Jardim Universidade - Rua Goiás-Medianeira.  
Fonte: Jacinto, J. M.-2013.



Figura 09: Condomínio Parque das Águas -Rua Barcelona-Medianeira.  
Fonte: Jacinto, J. M.-2013.



Figura 10: Condomínio Natura Ville - Rua Minas Gerais-Medianeira.  
Fonte: Jacinto, J. M. – 2013.

A essência do espaço social é justamente a vida cotidiana que transcorre no urbano, que perpetua o espaço abstrato através de representações. A produção do espaço se dá no

plano da vida cotidiana, na relação que se estabelece entre os diferentes agentes responsáveis pela reprodução do espaço urbano.

Pensar no espaço urbano nos leva a refletir que todas as formas de apropriação e dominação no urbano representam contradições e conflitos que se materializam no espaço. Uma das principais formas de apropriação e dominação do espaço urbano é a caracterização do solo como mercadoria nos espaços urbanos capitalistas.

O valor do solo urbano funciona como regulador da ocupação e, segundo Meyer (1979, p. 152), “o solo urbano visto como mercadoria está sujeito às regras do sistema produtivo e de consumo”. Concordamos com a autora quando esta afirma que a apropriação da cidade é, portanto, um processo organizado, ordenado segundo regras, métodos, princípios e estratégias. Essas ações são coordenadas pelos agentes que atuam no urbano, tanto os que buscam a manutenção do capital, quanto os que buscam a reprodução da vida cotidiana.

O urbano e todas as possibilidades que oferece acabam por se tornar o principal alvo da lógica capitalista, e as cidades, sua forma material, viram alvo de intensa especulação, principalmente aquelas que apresentam vantagens comparativas. Conforme aponta Rodrigues:

a cidade-mercadoria não é trocável no “mercado como um objeto”. Não se transmite, em tese, a “propriedade da cidade em sua totalidade”. O que se vende são fragmentos de lugares, polos de investimentos para capitalistas nacionais e estrangeiros com o objetivo de aumentarem lucros, rendas e juros. Os fragmentos de lugares para eventos, atividades turísticas e de investimento, visando à incorporação imobiliária de bairros nobres, de condomínios murados e, como totalidade, a cidade-mercadoria vende imagem de prefeitos como “gestores” capitalistas. Nas democracias eleitorais, simbolicamente um prefeito entrega ao novo a “chave da cidade”, mas não a “propriedade da cidade” (RODRIGUES, 2007, p. 03).

A autora se referencia à cidade-mercadoria para as cidades médias e cidades metrópoles, porém, vale ressaltar que a pequena cidade com certa influência na rede urbana também é vista como cidade-mercadoria, no que condiz com a imagem que é apresentada e vendida para a sociedade, mais especificamente ao destacar as características básicas de cidade pequena, a calma, tranquilidade, os recantos ambientais, parques de lazer, sítios no seu entorno, o contato com a natureza, bem como as demais condições de infraestrutura que são repassadas para a sociedade.

Nesse contexto, na cidade de Medianeira, também é vendida a imagem de pequena cidade, onde tudo está próximo de seus moradores. Segundo o trabalho empírico (entrevistas), constata-se o privilégio e o fator primordial em estabelecer residência na pequena cidade, com

destaque para a tranquilidade, sossego, sem o estresse das cidades médias e grandes, com a proximidade do campo, sítios, parques, pesqueiros, prainha (praia artificial – lago de Itaipu), da mesma forma que o marketing das empresas que comercializam o espaço urbano da pequena cidade trazem, como slogan de seus loteamentos, a tranquilidade, a segurança, o habitar bem, a proximidade com o centro, com o trabalho, entre outros. Enfatiza-se, aqui, as amenidades utilizadas como estratégias de compra e venda no espaço intraurbano.

Conforme o Gráfico 04, na sequência, o trabalho empírico constata que, dentre as principais amenidades apontadas pelo povo medianeirense, 26,24% dos entrevistados apontaram a tranquilidade, o sossego, a segurança e o fato de morar numa cidade pequena, o que facilita o acesso aos bens e serviços.

Outros 12,29% dos entrevistados atribuíram ao lazer um dos quesitos que mais gostam na cidade. Embora tenham sido expressivos os 16,94% que preferiram não responder. Os jovens direcionaram o lazer no que tange aos eventos, baladas, festas, esportes, bares e pizzarias, enquanto que para a população de meia idade e idosos, o lazer está voltado para parques, recantos, sítios, praia artificial do lago de Itaipu, características do campo, em que a população citadina ainda conserva os valores integrados às ruralidades.

Com relação ao lazer, as respostas, na maior parte dos questionários, foram acompanhadas de ressalvas, conforme relata o seguinte respondente:

Medianeira não tem muita opção de lazer, mas comparada com outras cidades vizinhas, ainda temos algo mais. É comum vir muita gente de fora, principalmente os jovens que curtem danceteria, temos uma, além de maior número de restaurantes e lanchonetes. Então nos finais de semana tem maior fluxo de pessoas transitando na cidade. Até porque, nas cidades vizinhas são pequenas e com relação ao lazer deixa muito a desejar, então parece que aqui é melhor, mas eu não vejo desta forma. Falta muita coisa na área de lazer, o que ainda atrai as pessoas é porque têm mais empresas, empregos, comércio e na área da educação principalmente a UTFPR (SOARES<sup>36</sup>).

Conforme o Gráfico 05, na sequência, destaca-se o que os entrevistados mais gostam na cidade de Medianeira.

---

<sup>36</sup> Respondente - trabalho empírico jun/2010.

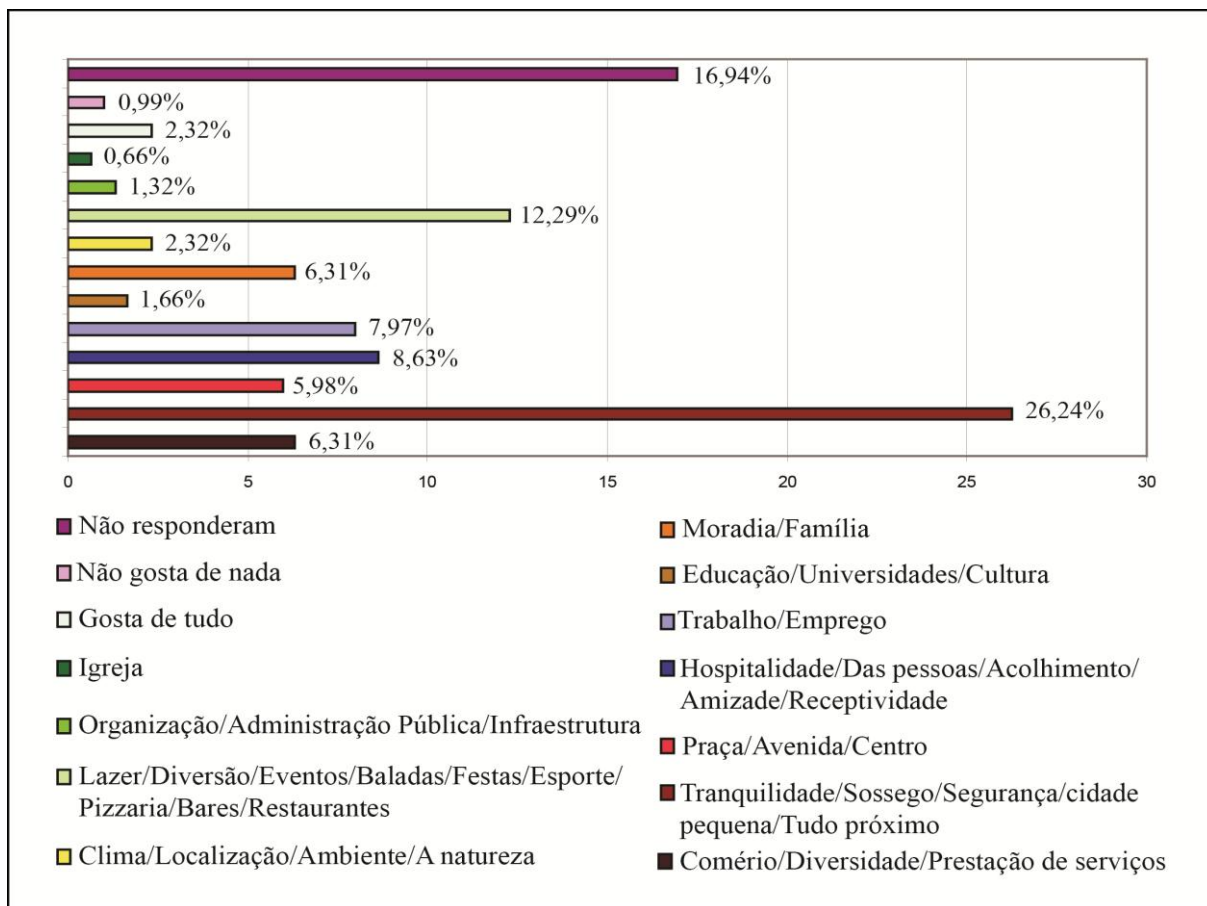


Gráfico 05: O que você mais gosta na cidade de Medianeira?

Fonte: Trabalho empírico – 2010.

Org: Jacinto, J.M. -2010.

Contudo, o bem-estar da sociedade está associado à sua capacidade de gerar os bens necessários e desejados ao consumo dos indivíduos. Quanto maior o consumo de bens, satisfeitas as hipóteses de racionalidade, maior o nível de bem-estar atingido. A noção de consumo está relacionada, de maneira geral, à transformação de bens materiais.

Quando introduzimos a dimensão espacial, observamos que uma parcela da satisfação dos indivíduos depende das características específicas de cada localização. Os agentes econômicos possuem um endereço, residem e trabalham majoritariamente em cidades. Portanto, observamos que a presença ou a ausência de amenidades urbanas interfere diretamente em seu bem-estar.

Nesse contexto, podemos extrapolar a noção de consumo, incorporando um conjunto específico de amenidades urbanas à cesta dos agentes, de modo que as escolhas dos indivíduos dependam, além da preferência por um conjunto de bens materiais, de uma parcela de bens não-materiais que reflitam a qualidade de vida dos centros urbanos.

Por amenidades urbanas, entendem-se um conjunto de características específicas de uma localidade com contribuição positiva ou negativa para a satisfação dos indivíduos.

As amenidades não estão restritas a características naturais, como áreas verdes, praias, clima etc. Também estão incluídos na definição os bens (ou males) gerados pelo próprio homem, tais como trânsito, poluição, oferta de entretenimento, segurança etc.

O estudo de valoração dessas amenidades revela-se importante para a compreensão do impacto do meio urbano sobre os indivíduos. Qualquer alteração no espaço físico das cidades pode ter consequências sobre o preço das moradias e sobre o bem-estar dos agentes.

A escolha residencial das famílias e a migração interurbana dependem da localização de amenidades. Assim, além das variáveis usuais de análise (produção, emprego etc), a presença de amenidades urbanas motiva estudos para a compreensão da satisfação dos indivíduos. Políticas públicas ou ações privadas com potencial impacto sobre o meio urbano seriam mais bem avaliadas sob essa perspectiva.

Entretanto, a valoração de amenidades urbanas não é algo trivial. Enquanto, na maioria dos mercados, podemos observar as quantidades transacionadas e os preços dos produtos, isso não acontece no caso das amenidades. Embora possamos supor que exista uma oferta, uma demanda e um preço de equilíbrio para as diferentes amenidades, não podemos coletar esses dados diretamente do mercado. Não existe explicitamente um mercado de compra e venda de trânsito, ou um mercado de compra e venda de poluição. Porém, está contido no imóvel o valor de todas as amenidades possíveis que o espaço urbano pode oferecer.

Contudo, vale lembrar que, em Medianeira, as amenidades estão presentes no que concerne à (re)produção do espaço urbano e, à medida que a (re)produção do espaço urbano de Medianeira se materializa, com a criação de bairros, construções e o aumento populacional, a cidade ganha forma de espraiamento, por conta da valorização dos terrenos mais centralizados. Consequentemente, o que era próximo torna-se distante, pois os terrenos de valor acessível à população de menor poder aquisitivo estão localizados nas áreas periféricas da cidade.

Isso gera ônus<sup>37</sup> para o poder público no que tange às políticas públicas para essa população, porque demanda investimentos em saneamento básico, pavimentação, conservação, transporte e demais serviços públicos de assistência aos cidadãos.

---

<sup>37</sup>Cf. Representante da Imobiliária Espaço III de Medianeira- entrevista/jun 2010.

O espaço como mercadoria acaba por ocultar as suas especificidades, que são então apropriadas como valor de troca pelos proprietários fundiários e promotores imobiliários e seu conteúdo não é mais percebido pelos indivíduos, que estão submetidos à troca e à especulação. Segundo Carlos (1994, p. 193), “a troca se sobrepõe ao uso num processo de produção assentado na propriedade privada da terra que gera a apropriação diferenciada do espaço por extratos diferentes da sociedade”.

Por conseguinte, infere-se que, nas cidades localizadas em países de terceiro mundo, o alto valor do solo urbano influi consideravelmente na manutenção da pobreza, funcionando como causa e consequência.

#### **4.2- Espaço urbano desigual – o espaço como produto em Medianeira**

Ao analisar o espaço urbano, devemos considerá-lo como produto, condição e meio do processo de reprodução das relações sociais. Nessa reprodução das relações sociais, a produção espacial mostra-se desigual, posto que o espaço urbano encontra-se associado à produção social capitalista que se (re)produz desigualmente.

Nesse contexto, Medianeira apresenta a reprodução do espaço urbano de forma desigual, à medida que a concentração de equipamentos urbanos, comércio, e serviços e residências, centralizam-se na área central da cidade, com valores elevados dos imóveis e terrenos, e com a presença de condomínios de luxo em contraposição às favelas e às periferias, que contam com infraestrutura urbana bastante inferior em relação aos bairros nobres da cidade.

É levando esse debate em conta que perceberemos “o espaço, também, como a história de como os homens, ao produzirem sua existência, o fazem como espaço da produção, da circulação, da troca, do consumo, da vida” Carlos (1999, p. 64). Logo, convém admitir que, cada vez mais, o espaço urbano, a partir da subordinação acelerada da apropriação e das maneiras de uso ao mercado, é destinado à troca.

É claro o predomínio do valor de troca sobre o valor de uso. Contudo, não podemos deixar de afirmar que valor de uso e valor de troca ganham significado através da relação entre si. Nessa análise, Carlos (2001, p. 38) afirma que “o comprador de um terreno ou de uma casa na cidade continua comprando um valor de uso; apesar de a casa ser mercantilizada, o valor de uso e o valor de troca se encontram em uma relação dialética em que nenhum dos polos desaparece”.

Por conseguinte, Marx (1996, p. 44) enaltece o fato de que “cada mercadoria tem duplo aspecto de expressão na sociedade capitalista, ou seja, valor de uso e valor de troca”. Assim sendo, um valor de uso tem valor somente em uso, realizando-se no processo de consumo, e serve diretamente como meio de existência. Quando Marx volta-se para o valor de troca, afirma que, inicialmente, este aparece como a proporção pela qual valores de uso são trocados por outros.

Contudo, para Marx a criação do valor de troca encontra-se no próprio processo social de aplicação de trabalho, socialmente necessário para gerar mercadorias utilizadas pelo ser humano. Enaltece, então, que a mercadoria é um valor de uso, mas como mercadoria, ela em si, simultaneamente não é valor de uso; ou seja, não seria mercadoria se fosse valor de uso para aquele que a possui. Isto é: para quem possui a mercadoria, esta é “não valor de uso”, porém, tem que se tornar valor de uso para os outros. Diante do que foi exposto, concordamos com Marx que,

para tornarem-se mercadorias com valores de uso elas devem ser inteiramente alienadas; devem entrar no processo de troca; a troca, contudo, é relacionada meramente com seu aspecto, como valores de troca. Daqui que, somente se realizando como valores de troca podem elas realizar-se como valores de uso (MARX, 1996, p.48).

Por conseguinte, a reprodução do espaço de Medianeira está imbricada nessa discussão sobre valor de uso e valor de troca, retratando, na sua forma, a materialidade em conjunto com suas funções e seus papéis de uma pequena cidade, mas com dinamismo e importância na rede urbana oeste paranaense.

A paisagem urbana de Medianeira tende a revelar uma dimensão necessária da produção espacial, o que implica ir além da aparência; nesse contexto, a análise já introduziria os elementos da discussão sobre o urbano considerado como processo. A primeira impressão gerada pela visualização da paisagem urbana deixa transparecer, conseqüentemente, a visão da materialidade dos elementos que a compõe e sua reprodução espacial, conforme expressam as figuras 11, 12 e 13, na seqüência.





Figura 11: Edifício Galeria Melissa - Avenida Brasília-Medianeira.  
Fonte: Jacinto, J. M.-2013.



Figura 12: Comércio/Centro – Rua Travessa Carol Wojtila-Medianeira.  
Fonte: Jacinto, J. M.-2013.



Figura 13: Avenida Brasil, cruzamento com a Rua Argentina-Medianeira.  
Fonte: Jacinto, J. M.-2013.

A reprodução do espaço de Medianeira ganha vida quando analisada por dois ângulos: primeiro, com relação ao espaço construído, a paisagem urbana; segundo, ao movimento da vida.

Todavia, nessa reprodução espacial, estão contidas as diferenças e contrastes que expressam desde a utilização que se faz da cidade até a diferença entre as mesmas utilizações, a diversidade dos usos do solo. Tais diferenças e contrastes são oriundos da concentração de pessoas exercendo, em função da divisão social do trabalho, uma série de atividades concorrentes ou complementares, o que resulta numa disputa, múltiplos usos, configurando um (re)arranjo espacial citadino, conforme representam as figuras 14 e 15, na sequência.



Figura 14: Avenida José Calegari, cruzamento com a Rua Minas Gerais-Medianeira.  
Fonte: Jacinto, J. M. -2013.



Figura 15: Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Medianeira. Avenida Brasil-Parque Independência.  
Fonte: Jacinto, J. M. -2013.

#### 4.3- O espaço intraurbano de Medianeira – uso e ocupação do solo

O espaço intraurbano é o espaço da cidade. É nele que acontece a vida urbana cotidiana. É salutar, para compreender o espaço urbano ou a cidade, estudar e analisar a forma urbana e seu crescimento, como subsídios às políticas de planejamento. Villaça (1998) aponta que o espaço intraurbano seria o estudo do arranjo intenso dos espaços urbanos. Para o autor, o estudo das formas é, sem dúvida, o estudo do espaço urbano, sendo atributos do espaço como um todo.

A cidade é a forma, a cristalização das relações sociais de produção – expressão –, enquanto o espaço urbano é o conteúdo, qual seja, são as próprias relações sociais e relações sociais de produção estabelecidas a partir da relação sociedade-natureza. Carlos (2008, p. 70) ratifica essa ideia quando afirma: “Pensar a cidade significa refletir sobre espaço urbano”.

Na realidade, não existe um espaço urbano homogêneo, da forma como é assumido pelo planejamento racional e tecnocrata, mas sim espaços interurbanos fragmentados, diversificados, articulados e contraditórios, como a própria lei da dialética nos ensina. No espaço urbano, cada um de seus componentes mantém relações espaciais com os demais, ainda que de intensidade muito variável. Nessa perspectiva, Cavalcanti (2001, p. 14), salienta:

[...] a cidade é a forma, é a materialização de determinadas relações sociais que se materializam no espaço. Porém, não se pode fazer uma separação absoluta entre espaço urbano e cidade, assim como, numa análise dialética, não se pode fazer separação absoluta entre forma e conteúdo – há entre as duas categorias uma relação de interdependência dialética.

O homem, se apropriando do espaço, transforma-o e passa a dar-lhe um caráter social, sendo este revelado por uma dialética de espaço/tempo. Sendo assim, a construção humana sobre o natural materializa a cidade como um produto histórico-social, composto de sistemas de objetos e sistema de ações.

A cidade, o espaço urbano, passa, assim, a integrar a paisagem geográfica do capital, enquanto parte necessária de um espaço social complexo e pleno de contradições, que simultaneamente estimula e obstaculiza o desenvolvimento e a (re)produção das relações sociais de produção em nível geral, num movimento de construção de novos espaços e destruição/apropriação de espaços pretéritos.

Para Santos (2002), esses sistemas conjugados permitem transitar do passado ao futuro, mediante a consideração do presente. Nessa dimensão, a cidade revela a maneira pela

qual se dá a (re)produção do espaço. Contudo, a reflexão sobre o espaço intraurbano transcende a ideia de cidade enquanto aglomeração de capitais e supera a discussão da cidade e/ou do espaço do capital.

Nesse contexto, Medianeira retrata a sua forma partindo do projeto inicial da cidade, que passou por alterações desde o início de sua projeção, com a adição de quadras de 100x100 metros ao Norte da Rodovia Federal BR 277. Essas quadras acompanham a harmonia criada pelo quadrado inicial e, portanto, estão dispostas ao longo de todo o espaço em que a rodovia está inserida dentro do Perímetro Urbano de Medianeira, ou seja, 2km. Outra alteração consistiu na adição de um “X” no projeto, ligando as arestas do quadrado. Essas ligações são atualmente conhecidas como diagonais, e possuem os nomes dos pioneiros da cidade – Avenida Pedro Soccol e Avenida José Callegari.

O loteamento da Cidade de Medianeira foi inicialmente implantado às margens da BR 277, e, posteriormente, no lado oposto da BR, instalaram-se o Frigorífico e a Sede da Cooperativa Lar, ocasionando, assim, a expansão do espaço urbano para outro lado – norte.

O primeiro loteamento aprovado em Medianeira foi no bairro Condá quadrante norte, no ano de 1974, nas proximidades da atual Cooperativa Lar. Ainda em 1974, deu-se início a uma série de loteamentos aprovados e implantados sem planejamento na área urbana.

Os loteamentos efetuados na década de 1970 foram praticamente todos aprovados sem o embasamento de uma legislação urbanística – que só passou a vigorar no município a partir da Lei nº 037/78, de 20 de Dezembro de 1978, que instituiu o primeiro Código Urbano de Medianeira, contendo as Leis do Plano Diretor, Loteamentos e Desmembramentos de Terras e Edificações.

Atualmente, alguns dos loteamentos lançados em décadas passadas encontram-se parcialmente desocupados, comprovando um descompasso entre as necessidades reais da população e/ou a sua capacidade aquisitiva. A demanda de lotes ofertados na época (a população passível de ser assentada nos terrenos era superior ao crescimento populacional registrado no período), ou, ainda, das condições físicas e geológicas dos lotes parcelados (algumas áreas de declive e aclave, ou com solo não adequados à construção civil).

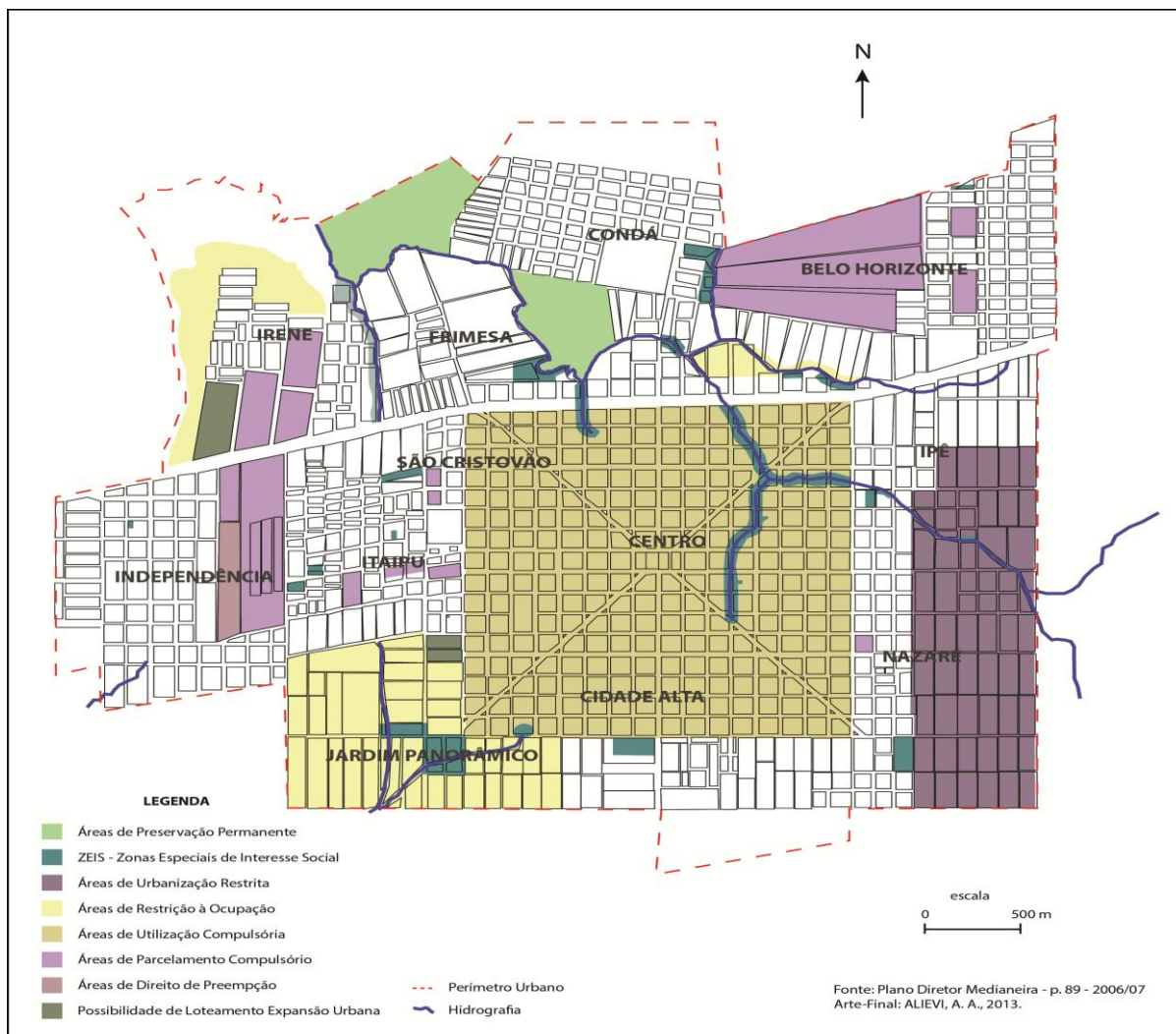
Os vazios urbanos formados na década de 1970 em detrimento ao fato de os loteamentos aprovados não estabelecer uma continuidade da malha urbana, com o crescimento populacional e o adensamento urbano, a paisagem urbana passou a ter uma nova configuração, interligando, através das ruas e avenidas, a área urbana central com os bairros periféricos.

Vários loteamentos, como o Parque Independência (quadrante oeste), Belo Horizonte (quadrante nordeste), Condá (quadrante norte) e Jardim das Laranjeiras (quadrante noroeste), possuíam acesso ao centro da cidade pela BR 277. Atualmente, o Parque Independência tem acesso ao centro pela Avenida Brasil, que foi totalmente aberta, e o Bairro Condá tem acesso ao centro pela Avenida Brasília, que foi interligada quando da construção do Viaduto sobre a BR 277.

A partir da criação da lei municipal que regulamentava a criação de novos loteamentos, e do aumento das exigências quanto à criação dos mesmos, foi contida a expansão horizontal da cidade. Nos decênios de 1980, 1990 e 2000, o número de loteamento aprovados totalizou 25, sendo inferior às décadas anteriores, que totalizaram 43 loteamentos. A partir do ano 2001, até 2010, segundo dados fornecidos pela Prefeitura Municipal, o número voltou a crescer, totalizando 31 loteamentos criados.

Diante do número de loteamentos criados, é salutar especificar o crescimento populacional de Medianeira: nos anos de 1970, a população era de 31.142 habitantes; atualmente, apresenta uma população total de 41.830 habitantes no município e 37.390 habitantes na área urbana, conforme o IBGE/2010.

Contudo, com a população em crescimento e com a expansão do parque industrial, bem como os empregos gerados pelos setores secundário e terciário, que correspondem a 9.965 empregos, conforme MTE/RAIS 2010, Medianeira expande seu espaço urbano nas áreas periféricas, configurando uma nova dinâmica da (re)produção do espaço urbano, conforme representa o Mapa 13, na sequência.



Mapa 13: Medianeira – Macrozoneamento Distrito Sede.

Fonte: Prefeitura de Medianeira – Plano Diretor/2006-2007.

Org: Alievi, A. A. 2013.

Conforme o IBGE (2010), a cidade totaliza 12.083 domicílios urbanos, o que requer planejamento e gestão de assentamentos humanos, ou seja, a densidade é um dos aspectos relevantes no processo de ocupação do solo urbano.

No estudo de uso e ocupação do solo urbano, a densidade é um dos aspectos relevantes a serem considerados, por influenciar no processo de planejamento e gestão de assentamentos humanos. Segundo Acioly (1998), a densidade representa o número total da população de uma área urbana específica, expressa em habitantes, por uma unidade de terra ou solo urbano, normalmente utilizando o hectare como unidade de referência. É um referencial relevante para se avaliar, técnica e financeiramente, a distribuição e consumo de terra urbana, infraestrutura e serviços públicos.

Diante da alta densidade (concentração de habitantes), isso repercute na maximização de infraestrutura, o que, financeiramente, possui inúmeros fatores positivos. No entanto, a alta

densidade acarreta em consequências que devem ter minimização, como a concentração de veículos, congestionamentos, qualidade do ar e insolação, entre outras.

Em Medianeira, a distribuição da população acontece de forma bastante variada, havendo áreas com baixa, média e alta densidade. As áreas com densidade mais baixa – nas áreas já parceladas – predominam nos bairros Independência (quadrante oeste), Condá (quadrante norte), Belo Horizonte (quadrante nordeste) e Nazaré (quadrante sudeste). As áreas destinadas a programas de ação social, com conjuntos habitacionais populares, são as que apresentam maior densidade: loteamentos Jardim Irene, Jardim das Laranjeiras, Mutirão (Pynandi), Conjuntos Habitacionais da COHAPAR (ambos no quadrante noroeste), e também ao sul do bairro Nazaré, Jardim Panorâmico e mais alguns quarteirões dispersos. Há ainda áreas não parceladas e vazios urbanos, que apresentam, então, baixa densidade.

O zoneamento urbano também é responsável por conter ou expandir a ocupação e densidade em determinadas áreas do município, de acordo com os índices urbanísticos estabelecidos para cada zona. Deve-se levar em consideração a oferta ou demanda de redes de infraestrutura, entre outros. A Lei de Zoneamento define áreas de alta e baixa densidade dentro do perímetro urbano.

Conforme trabalho empírico do IBGE-2010, Medianeira destaca-se por apresentar o uso do solo de forma predominantemente residencial no perímetro urbano. Mais de 50% dos lotes são ocupados por edificações residenciais. O uso e ocupação do solo urbano de cunho comercial é significativo, e apresenta-se misto entre comércio e serviços.

A ocupação do solo, dentro do perímetro urbano, é maior no quadrante central, área inicial da ocupação de Medianeira. Desde o levantamento de 1992, realizado para o Plano Diretor, outros bairros tiveram adensamento significativo. Diversos bairros e loteamentos se encontram dispersos e distantes da área central, configurando vazios urbanos que dificultam a organização da rede urbana, além de gerarem maiores gastos para se levar serviços de transporte e infraestrutura até essas localidades.

A Cooperativa Frimesa e a Cooperativa Lar ocupam áreas significativas dentro do perímetro urbano, e seus usos são específicos para Indústria e serviços. Outras áreas especiais em que os usos são específicos são destinadas para equipamentos urbanos, entidades sem fins lucrativos e associações de funcionários.

Os loteamentos de uso residencial consolidados que apresentam melhor infraestrutura se encontram, em grande parte, no quadrante central, além do Jardim das Laranjeiras, Jardim Irene (BNH), Frimesa/Cohapar (quadrante noroeste), Bairro Itaipu (quadrante oeste),

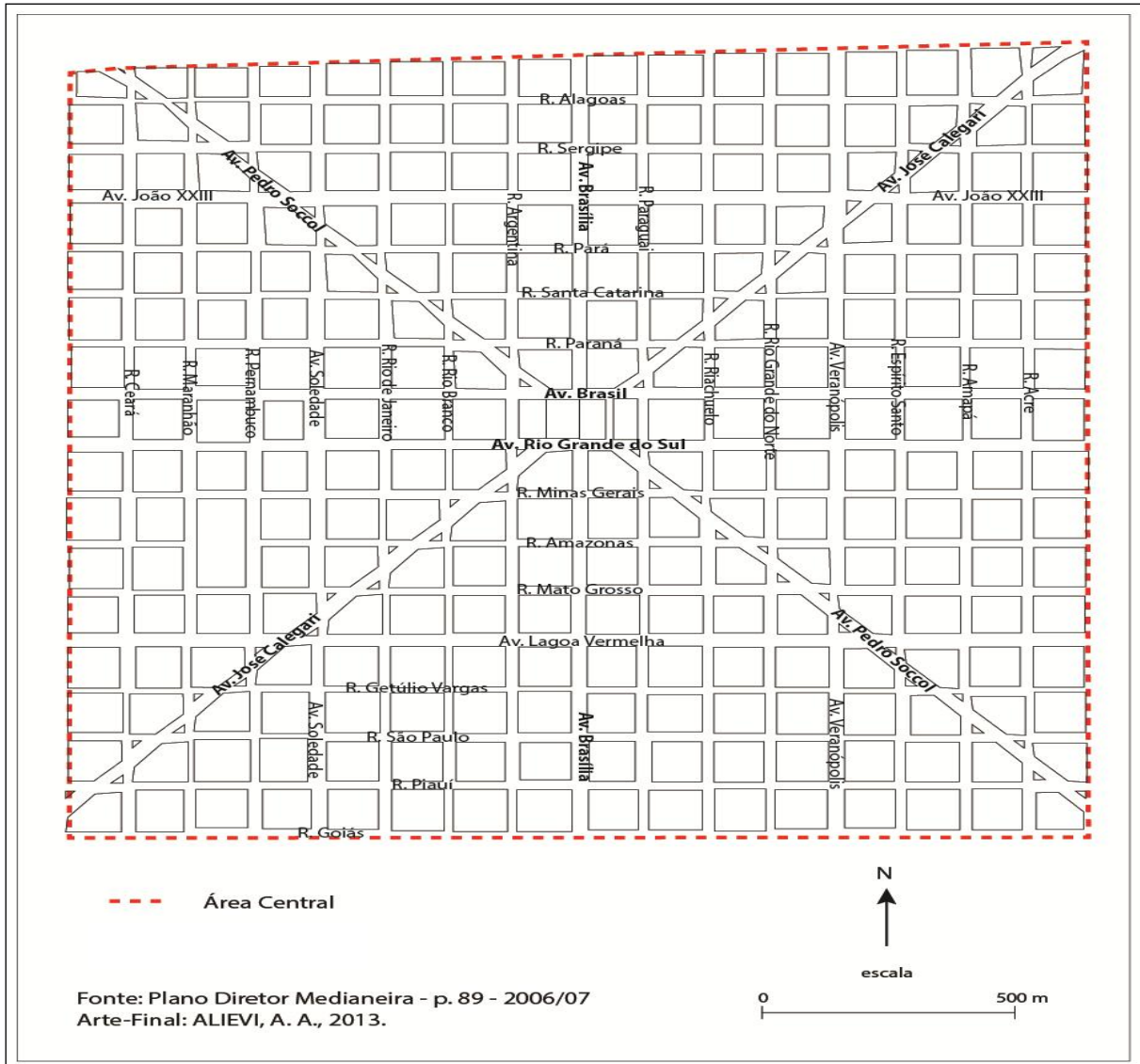


loteamentos de habitação popular e demais loteamentos destinados a programas de ação social.

As áreas parceladas, menos ocupadas, se encontram nos bairros Independência (quadrante oeste), Condá (quadrante norte), Belo Horizonte (quadrante nordeste) e Itaipu (quadrante oeste). Há grandes vazios urbanos, que são propícios para a expansão e ocupação urbana, principalmente a leste do Bairro Independência, sudoeste do Bairro Jardim Irene, oeste do Bairro Belo Horizonte, sul do Bairro Cidade Alta, e leste do Bairro Ipê e Nazaré, além do Bairro Jardim Panorâmico, conforme representa o mapa 13.

O comércio se encontra consolidado a partir da Avenida 24 de outubro, paralela à BR 277, seguindo toda a extensão, ultrapassando a Praça Ângelo Da Rolt e ao longo das marginais. Porém, é na extensão das duas diagonais, Avenida Pedro Soccol com o cruzamento da Avenida José Calegari, e na Avenida Brasília, que se encontra a maior centralização do comércio e fluxo de pessoas.

As ruas Argentina e Paraguai também apresentam importância significativa no comércio e serviços medianeirenses, assim como as transversais entre essas ruas – Rua Alagoas, Rua Sergipe, Rua João XXIII, Rua Pará, Rua Santa Catarina, Rua Paraná, Avenida Brasil e Avenida Rio Grande do Sul. Essa área corresponde à Zona de Comércio e Serviço integrada à área central, conforme representa o mapa 14, na sequência.



Mapa 14: Área central de Medianeira.

Fonte: Plano Diretor de Medianeira – 2006/2007.

Org: Alievi, A. A.-2013.

A área urbana da cidade de Medianeira possui suas edificações com predominância de padrão construtivo em alvenaria. Possui pontos esparsos de construções mistas entre alvenaria e madeira, e quantidade ínfima de habitações de madeira, resquícios da colonização, tendo, em sua maioria, problemas no estado de conservação. As edificações urbanas possuem formas arquitetônicas com características marcantes e diversificadas, conforme representadas nas figuras 16, 17 e 18, na sequência.



Figura 16: Edifício Campos Dourados. Avenida José Calegari cruzamento com a Rua Argentina - Medianeira.

Fonte: Jacinto, J. M.-2013.



Figura 17: Edifício Morada do Sol. Ao lado, Casa de Madeira. Avenida Rio Grande do Sul - Medianeira.

Fonte: Jacinto, J.M. -2013.



Figura 18: Edificações- Avenida Brasil - Medianeira.  
Fonte: Jacinto, J. M.-2013.

#### **4.4- Equipamentos urbanos coletivos de Medianeira**

Com relação aos equipamentos urbanos coletivos, faz-se necessário mencionar a importância que trazem para a população, pois sinalizam o nível de bem-estar social proporcionado aos seus habitantes quanto ao atendimento em diferentes áreas, como saúde, educação, lazer, entretenimento entre outras.

Nessa análise, verificamos a disponibilidade do mini-shopping center localizado na Avenida Brasília, hospitais públicos, hospitais privados que atendem pelo Sistema Único de Saúde-SUS, aparelhos para a realização de exames, centros de eventos e outros, que colaboram na estrutura e dinâmica intraurbana.

O mini-shopping center está imbricado nos hábitos e na capacidade de consumo da população, por ser um empreendimento comercial e de lazer, além de centralizar o comércio constituído por lojas de confecções, conveniências, lanchonetes e restaurantes, entre outros.

Como o crescimento populacional da cidade desponta com significativa importância na rede urbana oeste paranaense, houve uma tentativa de edificação de um mini-shopping center, denominado Shopping Medianeira com características similares a uma galeria comercial, porém, o espaço é pequeno, poucas lojas e apenas um restaurante, sendo pouco atrativo à população. A Figura, 19 na sequência representa o Shopping Medianeira.



Figura 19: Shopping Medianeira – Avenida Brasília.

Fonte: Jacinto, J. M. -2013.

Porém, o empreendimento demonstra baixo índice de receptividade por parte dos consumidores, que apresentam como justificativa o fato de ser ele constituído por poucas lojas e atrativos, e seu horário de funcionamento ser igual ao do comércio de rua.

Com relação ao ramo de hotelaria, a cidade dispõe de apenas um hotel classificado com 3 estrelas, sendo que os demais estão abaixo dessa classificação, segundo os critérios da EMBRATUR (Instituto Brasileiro do Turismo). Para atender a uma demanda maior, como em encontros científicos com a presença de várias delegações, Medianeira apresenta dificuldades com hospedagens, pois o número de hotéis é insuficiente nessas ocasiões, fazendo seus visitantes optarem pelo deslocamento para Foz do Iguaçu, pela proximidade dos 62km, o que leva, de automóvel normal, o tempo mínimo de 47 minutos.

Com referência aos equipamentos urbanos na área da cultura, lazer e turismo, Medianeira conta com uma Fundação Cultural que se situa no Centro Popular de Cultura Arandurá, também chamada de “Casa do Saber”. A Fundação abrange todo o município com relação às atividades culturais. Em seu calendário cultural de eventos, destacam-se o Festival de Teatro, o Festival Folclórico (que envolve diversas culturas) e o Festival de Música.

O Centro de Tradições Gaúchas Sentinelas dos Pampas – CTG, outro espaço voltado para realizações de eventos, está equipado com salão para bailes, pistas de bocha e bolão, salas para jogos de carteados e aulas de danças tradicionalistas. Além das comidas típicas

servidas e da estrutura oferecida para a realização de rodeios, oferece área para camping, onde disponibiliza infraestrutura básica para essa atividade.

A estrutura municipal existente para a área esportiva no Município de Medianeira conta com dois ginásios de esportes, um polo esportivo para atividades de atletismo e o Estádio Edegar Da Rolt. Nos eventos municipais ou eventos regionais que requerem vários espaços para serem utilizados simultaneamente, conta com quinze estruturas cedidas de instituições públicas e privadas, como quadras, salões, clubes, canchas e alojamentos.

Ainda com relação às questões voltadas ao lazer e ao turismo, a cidade oferece poucos atrativos para sua população, principalmente quando se refere à faixa etária da meia idade, entre os 30 e 60 anos.

Com relação às questões de lazer, conforme o trabalho empírico, fica evidente a insatisfação dos cidadãos, quando perguntamos o que eles têm a dizer sobre o lazer em sua cidade:

Eu penso que para as pessoas da minha idade não tem lazer. Vejo que as pessoas acima de 30 anos, trabalham durante a semana e nos finais de semana acabam ficando em casa. Não vejo lugar atrativo para lazer nesta cidade. Penso que deveria ter um shopping onde as pessoas pudessem ter opções. Então fico em casa mesmo. É preciso investir mais em áreas de lazer, pois isto fica a desejar (OLIVEIRA<sup>38</sup>).

Conforme o trabalho empírico, 51,16% dos moradores de Medianeira respondentes apontaram o lazer como um dos pontos que a cidade deixa a desejar, não oferecendo às pessoas atividades recreativas. Consequentemente, eles procuram outros centros, a exemplo de Foz do Iguaçu ou Cascavel. O Gráfico 06, na sequência, representa o que falta na cidade de Medianeira, segundo os entrevistados.

---

<sup>38</sup> Respondente – trabalho empírico jun/2010.

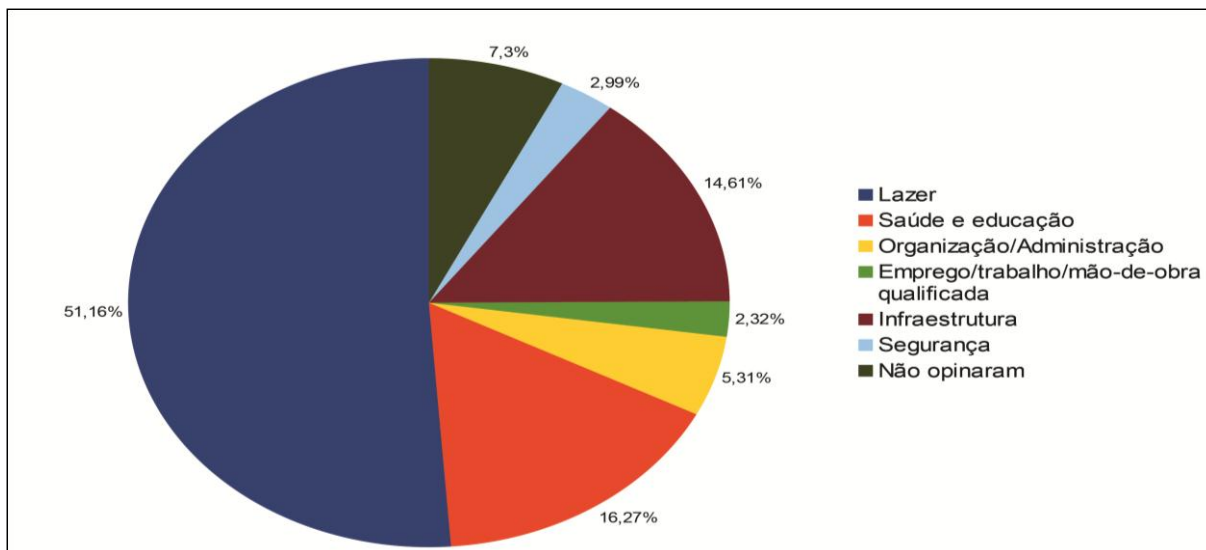


Gráfico 06: O que falta na cidade de Medianeira?

Fonte: Trabalho empírico – 2010.

Org: Jacinto, J. M. – 2010.

Conforme o Gráfico 06, a porcentagem maior da população insatisfeita está na área do lazer. Por outro lado, o número de pessoas insatisfeitas com a falta de emprego é de apenas 2,32% dos entrevistados.

Mesmo diante da insatisfação pela falta de lazer, o que atrai a população local e regional é a demanda de emprego significativa que a cidade oferece, e a tranquilidade de morar numa cidade pequena. O Gráfico 07, na sequência, apresenta a intenção de mudar ou não da cidade.

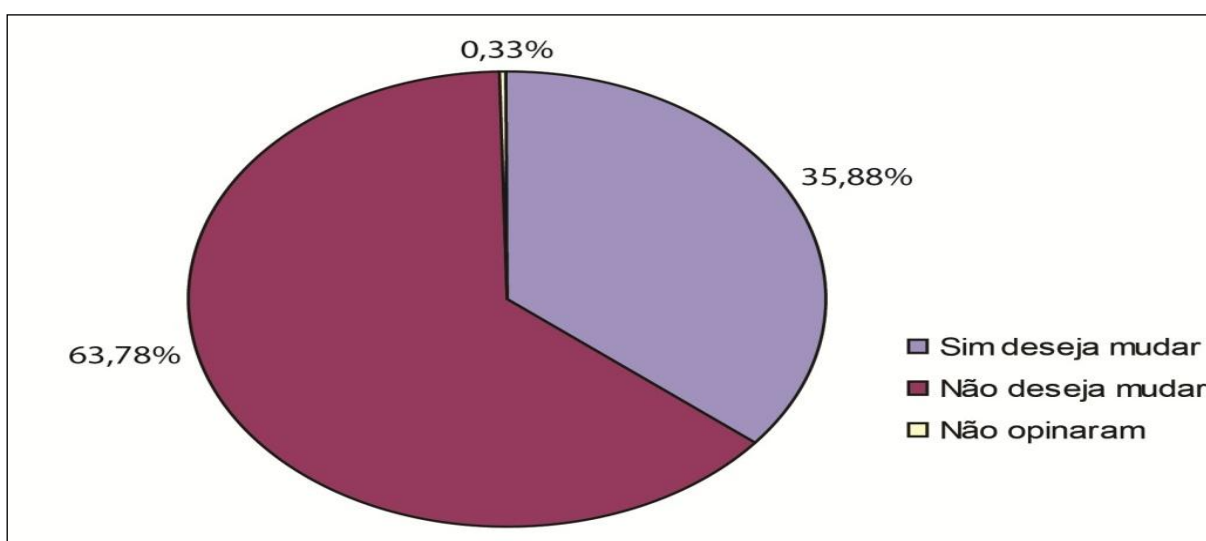


Gráfico 07: Tem intenção de mudar de Medianeira para outra cidade?

Fonte: Trabalho empírico – 2010.

Org: Jacinto, J. M.- 2010.

As pessoas insatisfeitas em morar na cidade de Medianeira e com intenção de mudar, num total de 35,88%, somaram a falta de opções no lazer à intenção de se especializar em outras áreas de formação, ou à procura de condições melhores de emprego.

Com relação às áreas de lazer, Medianeira apresenta poucos pontos atrativos, o que leva a concentração das pessoas, principalmente jovens, a disputar espaços no calçadão localizado na Avenida Brasília, a principal da cidade, onde se reúne, principalmente, a faixa etária mais jovem. Além das lanchonetes e restaurantes na área central, existe, como opção, uma única danceteria na cidade.

No que tange às questões turísticas, Medianeira conta com o Morro da Salete – capela dedicada a Nossa Senhora da Salete, com pavilhão de festas; o Espigão do Norte, o ponto mais alto do município; a Praça Ângelo Da Rolt, com playground e arborização; a Casa do Artesão; e a Igreja Matriz. Outro ponto de visitação é a Cachoeira de Mara Lúcia, localizada no distrito de Maralúcia, propriedade particular com cascatas de águas cristalinas e pequenas represas para banhos e área para camping.

Na área de saúde, Medianeira é referência principalmente nas questões de consultas, exames e internações, atendendo a demanda populacional dos municípios vizinhos. Como apresenta um dinamismo maior nas questões de equipamentos, maior número de profissionais e várias especialidades médicas, tem atraído profissionais da área bem como pacientes da microrregião oeste paranaense. Conforme o trabalho empírico, foram frequentes, nas entrevistas, afirmações como a do Sr. Silva<sup>39</sup>, transcrita a seguir:

Moro no Município de Missal, mas nasci aqui em Medianeira, pois o meu município é pequeno e tem poucas condições. Aqui tem mais recursos, mais médicos e se tiver que fazer um exame tem laboratório, se precisar de raio X tem equipamentos bons. Na minha cidade não tem a infraestrutura que tem aqui. Mas não é só a minha cidade, de São Miguel do Iguaçu até Céu Azul as pessoas vem pra cá.

Em Medianeira, o segmento de saúde apresentou um salto de crescimento nos últimos anos. Hoje, a cidade abriga um número significativo de clínicas, consultórios e laboratórios. Os hospitais estão cada vez mais modernos e, na área de saúde pública, a cidade concentra o atendimento regional de especialidades. Junto com as cidades vizinhas, atualmente, Medianeira se destaca como polo microrregional em saúde. Todo mês, a cidade recebe pacientes para consultas médicas e odontológicas, exames e tratamentos, fortalecendo ainda

---

<sup>39</sup> Respondente - trabalho empírico jun/2010.



mais o setor e alavancando o comércio, além de outros ramos, como o de alimentação e vestuário, por exemplo.

Com o crescimento no setor da saúde, foi criado o Núcleo de Saúde Meio Oeste do Paraná, reunindo clínicas, hospitais e médicos de Medianeira e da região, trabalho integrado junto à Associação Empresarial de Medianeira (Acime), apoiado pela Unimed Oeste do Paraná, e fomentado pelo Programa Empreender, do Sebrae. A união de clínicas, hospitais e médicos de Medianeira, em conjunto com os demais municípios vizinhos, tem como objetivo fortalecer o setor, para que o seu crescimento seja sustentável e constante, trazendo benefícios para as empresas, para a região como um todo e, principalmente, para a população. Conforme Mazzarella<sup>40</sup>,

a região possui profissionais de diversas especialidades e com excelente capacitação, bem como uma boa estrutura de diagnóstico. “O que estamos fazendo é potencializar o que existe com planejamento e integração deste importante setor”, ressalta. Através do levantamento de oportunidades e ameaças – pontos fortes e fracos, o setor da saúde quer mostrar que está unido em busca de inovações tecnológicas, qualificação dos funcionários, ampliação da área de atuação e excelência nos serviços prestados. Pensando no bem coletivo, o Núcleo quer mostrar que está apto a referenciar a região de Medianeira como um polo onde a saúde é levada a sério em todos os níveis. UM NOVO CICLO ECONÔMICO. A proposta do Núcleo de Saúde Meio Oeste do Paraná é ambiciosa: transformar a área em um ciclo econômico virtuoso que, junto com o setor de tecnologia e inovação, daria um novo dinamismo à economia, assim como foi com as fases do extrativismo, agricultura, agroindustrialização e, atualmente, da indústria. “Potencial não nos falta. A região do Meio Oeste tem cerca de 200 mil habitantes, que não precisam mais ir a outros centros em busca de procedimentos médicos. Já temos aqui mesmo na região a maioria das especialidades e muitos outros profissionais estão chegando para aproveitar as oportunidades que o crescimento e o fortalecimento da região estão proporcionando à classe médica”.

Observa-se um interesse maior com relação à área da saúde no fortalecimento do Núcleo de Saúde Meio Oeste do Paraná, cujo objetivo é ampliar o atendimento em diversas especialidades, como exames e cirurgias, solidificando a região como polo de saúde, conforme aborda Garcia<sup>41</sup>:

---

<sup>40</sup>Consultor do Programa Empreender, entrevista concedida a Revista Guia Medianeira/2010 - [www.guiamedianeira.com.br](http://www.guiamedianeira.com.br).

<sup>41</sup> Dr.Mauricio Garcia, médico e superintendente da Unimed Oeste do Paraná– fonte: Revista Guia Medianeira/2010- [www.guiamedianeira.com.br](http://www.guiamedianeira.com.br)

“[...] nosso objetivo é unir os médicos, hospitais e clínicas para mostrar o que Medianeira e região têm de positivo na área médica e divulgar o que a gente pode fazer aqui, como exames e cirurgias, solidificando nossa região como um polo de saúde”, ressalta Dr. Mauricio. O médico explica que a intenção é fortalecer os empreendimentos atuais e, futuramente, trazer novas especialidades e, enquanto núcleo, agregar novos profissionais, como fisioterapeutas, nutricionistas, fonoaudiólogos e, também, laboratórios. “É claro que existem procedimentos que não têm demanda para serem trazidos a Medianeira, como, por exemplo, cirurgia cardíaca. Neste caso, precisaremos contar com as opções dos centros maiores”, explica Dr. Mauricio, lembrando, entretanto, que a criação de um centro de oncologia em Medianeira já está nos planos do Núcleo de Saúde Meio Oeste do Paraná. Para a solidificação do Núcleo, os profissionais envolvidos fizeram um planejamento estratégico que compreende várias etapas. Inicialmente, o grupo vai trabalhar a divulgação do que existe em Medianeira e municípios vizinhos, no que se refere à saúde, e a capacitação de todos os profissionais envolvidos, como recepcionistas, atendentes, enfermeiros e os próprios médicos, através da criação de um padrão de qualidade de atendimento. Ao final, o objetivo maior é a humanização do atendimento, em que as pessoas estejam em primeiro plano. A grande inspiração é revestir a excelência tecnológica e operacional já disponível de atos e atitudes de prestígio às pessoas, colocando o ser humano como o maior referencial para o Núcleo de Saúde Meio Oeste do Paraná.

As pessoas se deslocam dos municípios vizinhos em condução própria, ônibus ou ambulância do município de origem, e somam-se à população de Medianeira, contribuindo para o aumento da circulação de pessoas e veículos na cidade.

Contudo, as pessoas ao vir para Medianeira em busca de assistência médica, aproveitam a viagem para efetuar suas compras, encontrando no comércio um dinamismo maior, com variedades de produtos que suas cidades não possuem. Nesse ínterim, acrescentam para a circulação de capital, uma vez que grande parte desta população dos municípios circunvizinhos vem a Medianeira frequentemente por vários motivos, conforme indica o Gráfico 08, na sequência.

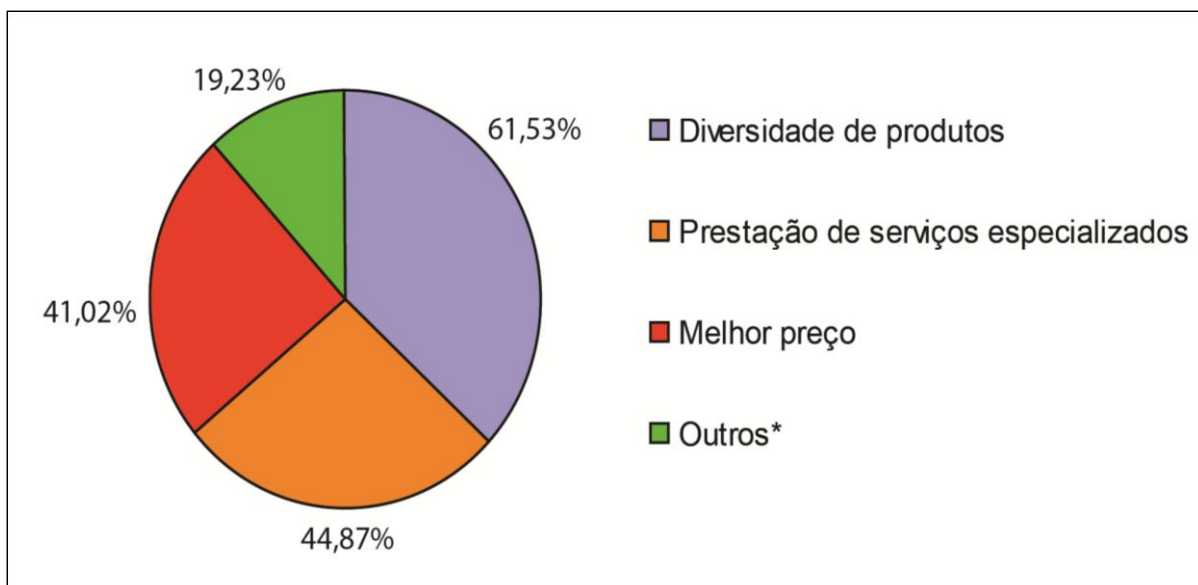


Gráfico 08: Motivos que levam as pessoas de outras cidades a vir para Medianeira.

Fonte: Trabalho empírico-2010

Org: Jacinto, J.M. – 2010

\*Empresa que só atua em Medianeira/ comércio localizado próximo à BR277, atendendo viajantes com destino a Foz do Iguaçu/bom atendimento/ representantes de empresa no eixo Cascavel-Foz do Iguaçu/ tradição/ confiança nos serviços prestados/ qualidade dos produtos/ maior concorrência de compras/ vem para atendimento médico e aproveitam para as compras.

Conforme o Gráfico 08, quanto ao motivo que leva as pessoas de outras cidades a vir para Medianeira, 61,53% observaram o fato de a cidade oferecer diversidade de produtos. Em segundo lugar, 44,87% mencionaram a prestação de serviços especializados, e 41,02% atribuíram o deslocamento ao fato de a cidade ser um centro maior e mais dinâmico, com opções de escolha e, conseqüentemente, com o valor da mercadoria mais barato quando comparado com suas cidades de residências.

Há, portanto, uma convergência de deslocamentos para a cidade por parte de pessoas oriundas de municípios menores, permitindo entender que “as interações espaciais refletem as diferenças de lugares face às necessidades historicamente identificadas” (CORRÊA, 1997b, p. 280).

Segundo Moura (2010), os deslocamentos pendulares da população para trabalho e/ou estudo em município que não o de residência compõem uma informação que vem sendo utilizada para captar dinâmicas territoriais, particularmente associadas à urbanização. Tais movimentos ocorrem, majoritariamente, motivados pela dissociação entre local de trabalho e local de moradia, dada a concentração de atividades relacionadas à produção e consumo, em geral em municípios de maior porte.

Nesse sentido, Moura (2010, p. 44) explicita que:

No caso das aglomerações urbanas, estão condicionados à distribuição e hierarquia de funções entre os municípios integrantes. São evidenciados também entre municípios não aglomerados, quando expressam a localização de atividades atrativas para trabalho e/ou estudo, muitas vezes decorrentes apenas de uma grande indústria, um grande estabelecimento de comércio ou serviços, uma cooperativa, uma empresa agropecuária ou uma universidade.

Nesse contexto, Medianeira se insere na dinâmica do movimento pendular com relação à mobilidade dos trabalhadores das cidades circunvizinhas que têm vínculo empregatício nas empresas de grande, médio e pequeno porte situadas em Medianeira.

Durante o trabalho empírico, diante de dificuldades na coleta de dados referentes à procedência dos empregados nas empresas, não foi possível tabular os dados sobre a mobilidade dessa classe trabalhadora nas empresas de Medianeira. Porém, no término da pesquisa, obteve-se, através da imprensa local, dados significativos dessa mobilidade dos empregados, especificamente vinculados às maiores empresas:

[...] A Frimesa de Medianeira conta com 3.609 funcionários, dos quais 776 colaboradores vêm de outros municípios, como Ramilândia (37), Matelândia (248), Serranópolis (59), Missal (82), São Miguel do Iguaçu (204), e Foz do Iguaçu (146). Praticamente todos trabalham como auxiliar de produção, em dois turnos: das 06 às 16 horas ou das 16 às 01h20. Na empresa Ninfa Alimentos, para operacionalizar a indústria, também são contratados funcionários de fora: de Matelândia, Ramilândia, Serranópolis do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Missal e de outras regiões do Paraná. Eles representam uma boa porcentagem, de um total de 800 empregados. Mesmo essas e outras empresas contratando pessoas de outros municípios para atender a demanda, ainda falta gente para trabalhar (JORNAL MENSAGEIRO, EDIÇÃO 1756 – 11/04/2013).

No que tange à questão da saúde, o número de estabelecimentos em Medianeira soma 31, divididos entre hospitais, clínicas particulares, postos de saúde, consultórios particulares, ambulatórios, consultórios odontológicos e consultórios em geral, havendo 161 leitos totais para internação. Contudo, ao se tratar de estabelecimentos públicos (SUS), dos 3 hospitais, apenas 2 têm atendimento pelo Sistema Único de Saúde, conforme o Quadro 11, na sequência.

<b>Estabelecimentos</b>	<b>Quantidade</b>
Estabelecimento de saúde com atendimento público e internação/SUS	2
Estabelecimento de saúde com apoio à diagnose e terapia privado/SUS	4
Estabelecimento de saúde com apoio à diagnose e terapia público	1
Estabelecimento de saúde com apoio à diagnose e terapia total	8
Estabelecimento de saúde com atendimento ambulatorial com atendimento médico em especialidades básicas	17
Estabelecimento de saúde com atendimento ambulatorial com atendimento odontológico com dentista	10
Estabelecimento de saúde com atendimento ambulatorial total	22
Estabelecimento de saúde com atendimento de emergência cirurgia	2
Estabelecimento de saúde com atendimento de emergência clínica	3
Estabelecimento de saúde com atendimento de emergência neurocirurgia	1
Estabelecimento de saúde com atendimento de emergência obstetrícia	2
Estabelecimento de saúde com atendimento de emergência Pediatria	2
Atendimento de saúde com atendimento de emergência total	3
Estabelecimento de saúde com atendimento de emergência traumoto-ortopedia	2
Estabelecimento de saúde com internação total	3
Estabelecimento de saúde público privado total	18
Estabelecimento de saúde público municipal	13
Estabelecimento de saúde total	31
Leitos para internação em estabelecimento de saúde total	161

Quadro 11: Principais estabelecimentos de saúde pública em Medianeira – PR 2010.

Fonte: IBGE– 2010.

Org: Jacinto, J. M.-2010.

De acordo com o trabalho empírico, constata-se que Medianeira, além de estar voltada ao setor industrial, serviços e educação, tem atenção para a área da saúde. Nos últimos anos, vem investindo na implantação de postos de saúde nos bairros. Além disso, a demanda da população, requisitando as mais diversas especialidades na área da saúde, leva os gestores, na área da saúde e na área empresarial de forma geral, a desenvolver este setor com equipamentos tecnológicos mais modernos e, conseqüentemente, atrair mais profissionais especializados, com o intuito de formar uma cidade polo nessa área e atraindo investimentos para o desenvolvimento da cidade.

Conforme o Quadro 12, na sequência, Medianeira expressa a insuficiência de equipamentos na área da saúde frente à demanda populacional. Porém, em decorrência da

falta de infraestrutura na área da saúde dos municípios vizinhos, e por apresentar um dinamismo maior nessa área, a procura por atendimento médico na cidade é uma realidade.

<b>Equipamentos para serviços de saúde em Medianeira – PR</b>	
<b>Equipamento</b>	<b>Quantidade</b>
Eletrocardiógrafo	7
Eletroencefalógrafo	0
Equipamento de hemodiálise	0
Mamógrafo com comando simples	1
Mamógrafo com estéreo-taxia	0
Raio X até 100mA	3
Raio X de 100 a 500mA	2
Raio X mais de 500mA	1
Raio X para densitometria óssea	0
Ressonância magnética	0
Tomógrafo	2
Ultrassom doppler colorido	1
<b>Total</b>	<b>17</b>

Quadro 12: Equipamentos na área da saúde em Medianeira – PR – 2010

Fonte: IBGE, 2010.

Org. Jacinto, J. M.-2010.

Os serviços de saúde são complementados pelo repasse dos municípios que têm participação financeira para a manutenção administrativa, consultas e exames de média complexidade. Os valores repassados são provenientes de recursos próprios da receita orçamentária do município destinados à saúde. Nos casos mais específicos de atendimento médico que requerem equipamentos e profissionais mais especializados, os pacientes são encaminhados para Foz do Iguaçu e Cascavel.

#### 4.5-O Papel do Poder Público na (re)produção do espaço urbano

O Estado tem grande atuação na organização espacial da cidade, e esta se faz visando a criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações. Tendo em vista esse propósito, o Estado cria mecanismos que levam à segregação residencial e à sua ratificação através da alocação espacialmente diferenciada dos equipamentos de consumo coletivo, produzindo, assim, espaços desiguais. Trata-se da alocação concentrada de recursos em infraestrutura e saneamento básico em detrimento dos interesses da população. Por isso, Corrêa (1989, p. 25-26) afirma que:

[...] esta complexa e variada gama de possibilidades de ação do Estado capitalista não se efetiva ao acaso. Nem se processa de modo neutro, como se o Estado fosse uma instituição que governasse de acordo com a racionalidade fundamentada nos princípios de equilíbrio social, econômico e espacial, pairando acima das classes sociais e de seus conflitos. Sua ação é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles. Tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos da classe dominante que, a cada momento, estão no poder.

Dessa maneira, corroboramos a afirmação de Ferreira (2007, p.3), de que “a apropriação da cidade pelo cidadão está ligada ao valor de uso e àquilo que Lefebvre (2000) denominou ‘ordem próxima’; a dominação encontra-se ligada ao valor de troca e, também, à ‘ordem distante’. É na ordem próxima – e através dela – que a ordem distante persuade e completa seu poder coator”.

Nesse sentido, da tensão entre a ordem próxima e a ordem distante é que modelos de desenvolvimentos desiguais se dão no espaço urbano. Dado o dinamismo a que o capitalismo está propenso, verificamos que os espaços urbanos estão sempre em transformação, e que o ideário de uma cidade renovada com novas formas e padrões ganham materialidade nas novas ações da governança urbana – sobre o slogan do empreendedorismo.

Desse modo, a urbanização está centrada numa estrutura concernente a um processo social espacialmente fundamentado, no qual um amplo leque de atores, com objetivos e interesses diversos, interage através de uma configuração particular de práticas espaciais entrelaçadas. Numa sociedade fragmentada por classes, como a sociedade capitalista, essas práticas espaciais adquirem um conteúdo de classe definido por meio de estratégias de alienação em associação com a reprodução das forças produtivas.

A produção do espaço por meio da acumulação desigual orquestrada pelas parcerias público-privada cria no imaginário popular, segundo Harvey (2005, p. 185), “os sentimentos de solidariedade social, orgulho cívico e lealdade ao lugar, como um leque de mecanismos de controle social”. Essas combinações, segundo Santos, (2004, p. 169), “condicionam um espaço abstrato hierarquizado, nesse sentido a modernização e a especialização dotam de possibilidade ou estabelecem novas relações de dominação por causa da raridade e da consequente seletividade espacial da acumulação desigual”.

Pensar na produção do espaço é dar enfoque à importância do espaço geográfico como mecanismo de manutenção do modelo de desenvolvimento capitalista, pois, além do processo de produção, temos a reprodução das relações sociais de produção, onde o espaço constitui o processo central e oculto – o da realização dos eventos.

Para Smith (1988, p. 139), de acordo com Lefebvre, “o espaço como um todo tornou-se o lugar em que a reprodução das relações de produção se localiza”. As relações espaciais são geradas “logicamente”, mas tornam-se “dialecizadas” através da atividade humana no espaço e sobre ele. É esse espaço “dialecizado” e de conflito que produz a reprodução, introduzindo nele suas contradições. Portanto, a ideia da problemática espacial tornar-se o meio pelo qual o capitalismo ocupa e produz o espaço.

O papel do Estado no processo da produção do espaço, principalmente no que tange à produção de moradias para atender as demandas habitacionais, tem sua real importância, sobretudo para o entendimento da produção do espaço urbano, nas pequenas cidades.

O poder público interfere na produção do espaço urbano em suas diferentes escalas de organização (federal, estadual, e municipal) e de diferentes formas: elabora a legislação e as normatizações vinculadas ao uso do solo, como, por exemplo, a lei de parcelamento, a lei do zoneamento, a lei do perímetro urbano, o código de obras, ou ainda o Estatuto da Cidade, a Lei Orgânica, o Plano Diretor, a Planta Genérica de Valores, entre tantos outros; realiza empreendimentos como os conjuntos habitacionais, ou ainda mecanismos de planificação; aplica a tributação; é o agente fiscalizador; além de oferecer financiamentos.

Como a exclusão urbana tem seu início no problema da habitação e na (re)produção da moradia, nas cidades pequenas, é muito significativa a participação do Estado na produção de moradias. Como o padrão de moradia reflete o complexo processo de segregação e discriminação na cidade, esta segregação se impõe no nível da constituição de territórios separados para cada grupo social, refletido na forma sobre a qual se (re)organiza o espaço urbano, em especial o da moradia.



A atuação dos atores produtores do espaço urbano na esfera política contribui para intensificar essa segregação urbana, pois é considerável a distância dos empreendimentos realizados pelo poder público – os conjuntos habitacionais – em relação à área central da cidade, onde está localizada toda a estrutura comercial e de serviços.

A produção do espaço urbano não só reflete as desigualdades e as contradições sociais, como também as reafirma e reproduz, indiferente ao porte da cidade, de sua localização geográfica ou do grau de complexidade funcional. Logo, cabe discutirmos, aqui, o modo como se deu e se dá a produção espacial de Medianeira.

Em Medianeira, a realização de empreendimentos por parte da ação pública, como os conjuntos habitacionais, se efetua em áreas distantes do centro da cidade, sendo que a dificuldade de transporte coletivo intraurbano (assistida por uma única empresa de transporte), tal qual a ausência de vias de acesso, dificultam a locomoção no espaço urbano.

Os empreendimentos habitacionais têm papel primordial na produção do espaço urbano, com relação às construções financiadas no Programa Minha Casa Minha Vida<sup>42</sup>. Segundo a Caixa Econômica Federal - agência de Medianeira, no ano de 2010, o número de contratos assinados para aquisição da casa própria pelo Programa Minha Casa Minha Vida somou o total de 253. Porém, o programa não contempla a população de baixa renda, ou até mesmo aquela desempregada e sem renda.

A habitação urbana vai além dos números e das unidades, pois, como aponta Maricato (1997), deve estar conectada às redes de infraestrutura (água, esgoto, energia elétrica, drenagem pluvial, pavimentação) e ter o apoio dos serviços urbanos (transporte coletivo, coleta de lixo, educação, saúde, abastecimento, etc).

Nessa direção, dois pontos merecem destaque. O primeiro é referente à acessibilidade, pois os conjuntos habitacionais localizam-se às margens da cidade, distantes do centro comercial e administrativo. A produção de moradia de interesse social em larga escala tem papel determinante na estruturação da cidade, expandindo-a e fragmentando-a.

Por conseguinte, Medianeira revela o papel que os empreendimentos habitacionais têm na (re)produção da moradia e da cidade, visto que, se considerarmos seu tamanho territorial, percebemos que os conjuntos habitacionais abrangem grande extensão do espaço urbano, e a

---

<sup>42</sup> O Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV – é um programa do Governo Federal, gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela Caixa. Consiste em aquisição de terreno e construção ou requalificação de imóveis contratados como empreendimentos habitacionais em regime de condomínio ou loteamento, constituídos de apartamentos ou casas que, depois de concluídos, são alienados às famílias que possuem renda familiar mensal de até R\$1.600,00. O PMCMV foi lançado em março de 2009, com a finalidade de criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de 1 milhão de novas unidades habitacionais. Atualmente, essa meta é de 2 milhões de novas moradias para as famílias com renda bruta mensal de até R\$ 5.000,00 (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – 2010).

contiguidade espacial na forma como são produzidos indica uma tendência à separação desses bairros do restante da cidade.

Se, por um lado, a carência habitacional revela o retrato da exclusão na produção do espaço e o papel do poder público no processo, a localização e a distribuição das moradias pela cidade devem ser entendidas no contexto do urbano como um todo, na articulação das práticas dos agentes de produção da cidade, cujas articulações se expressam na desigualdade e heterogeneidade da paisagem urbana.

Por outro lado, o papel do poder público na produção do espaço urbano também está relacionado ao descompasso existente entre as normatizações urbanísticas e como se concretiza de fato o espaço urbano.

Segundo Maricato (2000), o aumento da urbanização e o crescimento rápido das cidades ocorreram sem o acompanhamento de uma política de desenvolvimento urbano eficaz, pautada em instrumentos de planejamento e gestão enquanto processos inovadores de monitoramento, educação e conhecimento da produção do espaço urbano.

O planejamento e a gestão do espaço urbano, portanto, frequentemente ocorre em descomprometido com a realidade empírica e com as práticas urbanas concretas, sendo que boa parte do crescimento urbano ocorre fora de qualquer lei ou de qualquer plano. A produção de legislação é a principal forma de interferência da esfera pública na produção do espaço urbano.

No que tange às leis e instrumentos de planejamento municipal, deve-se ressaltar que esses instrumentos e outras políticas de uso do solo e da habitação são fatores essenciais na configuração das cidades. Entretanto, as leis são aplicadas de acordo com as circunstâncias, e pelas relações de favor e privilégios. Observa-se que, mesmo Medianeira possuindo um código de obras, é visível um grande número de moradias construídas sem considerar suas exigências, como é o caso da autoconstrução, por exemplo, que simboliza uma nova alternativa de moradia popular.

De modo geral, tem-se, tradicionalmente, um planejamento urbano fundamentado em um ambiente técnico-normativo, excludente e discursivo, no qual a falta de uma abordagem interdisciplinar, a ausência de uma continuidade nas gestões administrativas municipais, a não participação efetiva da população nas discussões e proposições de soluções para as dificuldades e problemas que se manifestam no espaço urbano, agravam os embates e desafios ao planejamento e gestão do espaço urbano.

Juntam-se a esses fatores a capacitação técnica deficiente, a ausência de bases cartográficas atualizadas, problemas de cadastros desorganizados e desatualizados, a

desorganização do corpo administrativo, a ausência de profissionais qualificados, entre tantas outras deficiências que podemos encontrar no corpo responsável pela gestão administrativa do município. O Plano Diretor de Medianeira especifica a reorganização da partição do solo urbano, porém, são constatadas muitas irregularidades no uso e ocupação do solo urbano.

O processo contemporâneo de urbanização vem sendo engendrado pelas novas formas de acumulação capitalista, marcada pela mercantilização do espaço de modo geral, e da cidade em particular, intensificando as desigualdades socioespaciais nos espaços urbanos, indiferente ao seu porte populacional ou territorial. Ao mesmo tempo, o processo de produção do espaço engendrado pelos interesses capitalistas desconsidera as necessidades das maiorias, segrega e diferencia moradores incluídos na urbanidade formal e moradores dela excluídos.

Segundo Castro (2000), os problemas habitacionais devem ser considerados como parte central das políticas fundiárias, urbanas e regionais, devido, sobretudo, ao fato de a habitação estar “amarrada” à terra.

Dáí a necessidade de se pensar em soluções de planejamento urbano e regional próprias para os casos das cidades pequenas nesse período de construção de novas interações socioespaciais em diversas escalas, que influenciam na produção desigual, excludente e segregadora do espaço.

As características do espaço produzido dentro da ordem capitalista refletem as desigualdades sociais e espaciais geradas por essa lógica, num processo que se baseia na maximização do lucro que o solo pode gerar e na exigência de uma renda mínima para se ter acesso a esse solo.

Desse modo, a população de maior renda tende a beneficiar-se com o processo de produção da cidade, e os mais pobres permanecem à margem, por não disporem de recursos financeiros que permitam sua inserção nesse processo.

Sob o aspecto da produção do espaço urbano e da reprodução da moradia, a moradia implementada através dos empreendimentos financiados com recursos públicos para as classes de baixa renda é uma das formas mais marcantes de produção da cidade. Esta se caracteriza pela incorporação de áreas geralmente extensas e pela transformação extremamente rápida da paisagem urbana, que, geralmente, contribui para a segregação, devido, sobretudo, à acessibilidade, como se verifica em diversos momentos do processo de produção do espaço urbano de Medianeira.

O projeto urbano constitui-se em um dos principais recursos políticos com os quais se mediam e se confrontaram grandes interesses pela ocupação de territórios urbanos em quaisquer cidades de qualquer dimensão físico-territorial ou demográfica.

De acordo com Francisco (2009), os empreendimentos, como os conjuntos habitacionais, não contemplam a elaboração de projetos de paisagem urbana integrados ao planejamento, como um meio de ordenar o crescimento das cidades, de modo a minimizar os problemas decorrentes da urbanização.

Desse modo, pode-se afirmar que a lógica de interesse na produção do espaço urbano é semelhante em todas as cidades, indiferente ao seu porte territorial ou populacional. Porém, os resultados apresentam determinadas particularidades, seja em termos de quantidade ou qualidade do fenômeno, das dinâmicas e dos processos, isto é, a diferença está na intensidade com que estes ocorrem e se materializam espacialmente.

#### **4.6-As condições de moradia como indicadores da estrutura urbana de Medianeira e as ocupações irregulares – favelas**

Na análise do espaço urbano, é perceptível a reprodução deste espaço com conflitos e contradições inerentes a uma sociedade de classe. É na vida cotidiana que essas contradições se manifestam intensamente; nos diferentes modos de morar, o tempo de locomoção, o acesso à infraestrutura, ao lazer, à quantidade de produtos consumidos etc.

A habitação como uma necessidade básica e fundamental do homem remete à reflexão sobre o modo de vida urbano associado ao local de moradia com o valor do uso da terra – valor este determinado pelo mercado e apoiado nos valores criados e veiculados pela sociedade num determinado momento histórico.

Nesse contexto, está o fio condutor que explica a distribuição espacial dos cidadãos, seja qual for a relação de classes expressa na contradição entre a produção e a apropriação da riqueza. Contudo, a cidade é a expressão da materialização espacial das desigualdades sociais emergentes na sociedade atual.

Com base nessa acepção, Medianeira expõe o outro lado que caracteriza a desigualdade, na medida em que a (re)produção do espaço se dá, aprofundando o contraste entre a área central e os bairros periféricos, loteamentos de classe operária em geral e as áreas de ocupação irregulares. Desde a década de 1970, Medianeira tornou-se mais dinâmica frente ao agronegócio, com tendência a se intensificar no ramo industrial, com projeções na área de bens e serviços.

Embora diante desse dinamismo, com a tecnicização do campo, o êxodo rural foi uma constante nas décadas posteriores, o que gerou o aceleração do processo de urbanização.

Conseqüentemente, a falta de políticas públicas voltadas para atender essa população proveniente do campo fez com que as ocupações irregulares nos vales de rios e lugares periféricos da cidade contribuíssem para o adensamento urbano. Segundo Kovarick (1993, p.33), “o crescimento econômico e a pauperização de vastas parcelas das classes trabalhadoras são dois processos frequentemente interligados”.

Conforme idealizado e planejado inicialmente, Medianeira já demonstrava forte tendência à segregação urbana a partir do traçado da área central como ponto mais valorizado, dotado de infraestrutura e de localização da elite local. Nesse aspecto, é mister observar que o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social não ocorreram simultaneamente.

Contudo, a espacialização das desigualdades socioeconômicas reproduzidas dá origem à forma como a cidade é. As populações mais carentes acabaram ocupando áreas que deveriam ser destinadas à preservação permanente, mesmo não sendo adequadas para edificações em virtude da topografia ou da ausência de equipamentos coletivos (transporte, escolas, pavimentação, etc).

O custo da terra urbana, nesse caso, atuou como agente segregador, induzindo a população a procurar outros meios para habitar. As determinações para a edificação residencial ou comercial na área central concluíam o sentido excludente, enquanto a falta de moradias para a população de baixa renda se ampliava frente à modernização do campo e às transformações econômicas que geravam poucos empregos diretos.

Devido à oferta de unidades produtivas insuficientes para o contingente de trabalhadores dispensados do campo, ocorreu uma crescente pauperização de grande parcela da população urbana. Segundo Marques (2000), frente a esse quadro, evidencia-se que a cidade pensada pela elite não contempla a presença do pobre urbano.

O “progresso” de Medianeira, conforme constata-se nos capítulos anteriores desta tese, na abordagem do seu desenvolvimento econômico, não teve o acompanhamento paralelo do desenvolvimento social, isso porque, como foi abordado anteriormente, a forma materializada da cidade retrata na paisagem urbana a segregação e a sua parcela de exclusão social.

Costata-se esta exclusão principalmente pela forma de habitar de uma parcela de seus habitantes nas áreas periféricas da área urbana, perfazendo o total de 6 favelas, totalizando 412 domicílios, conforme dados fornecidos pela COHAPAR/PEHIS/PR (2010).

Conforme assevera Carlos (2008, p.134), “o homem vive onde pode morar, e onde pode morar será determinado pela renda que recebe e pelos sacrifícios que ele pode fazer. Com ele pode morar e em que condições vive, isso depende da acessibilidade aos serviços coletivos produzidos”.

Contudo, algumas áreas do perímetro urbano de Medianeira são apropriadas irregularmente. São espaços não propícios ao assentamento urbano, como áreas de preservação próximas aos mananciais. Porém, por falta de políticas públicas voltadas para o atendimento de famílias carentes, mesmo assim, encontram-se ocupadas, conforme a Figura 20, na sequência.



Figura 20: Bairro Ipê - Favela próxima ao Rio Alegria-Medianeira.  
Fonte: Jacinto, J. M. – 2013

De acordo com a Lei Municipal nº 04192/93, art. 5º de Parcelamento do Solo, são definidas as áreas onde o parcelamento urbano é proibido:

- Não será permitido o parcelamento do solo:

I - em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as medidas saneadoras e assegurado o escoamento das águas;

II - em terrenos situados em fundos de vales essenciais para o escoamento natural das águas, faixas marginais a todos os cursos das águas na largura de 30 m (trinta metros) de cada lado;

III - nas faixas marginais às nascentes e olhos d'água na largura de 50,00m (cinquenta metros) de cada lado;

IV - em terrenos situados em áreas de solos litólicos pedregosos, com exceção das áreas de expansão II, conforme disposições da Lei de Zoneamento Uso e Ocupação do Solo Urbano;

V - em terrenos situados em área de solos saturados;

VI - nas partes do terreno com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento);

VII - em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública sem que tenham sido previamente saneados;

VIII - em faixas marginais às ferrovias, dutos e redes de alta tensão, na largura de 15,00m (quinze metros) de cada lado, medidos a partir de cada um dos limites das respectivas faixas de domínio, salvo se a largura maior for determinada em legislação federal ou estadual ou em instrução técnica específica indicada pelas autoridades responsáveis pela instalação dos referidos equipamentos;

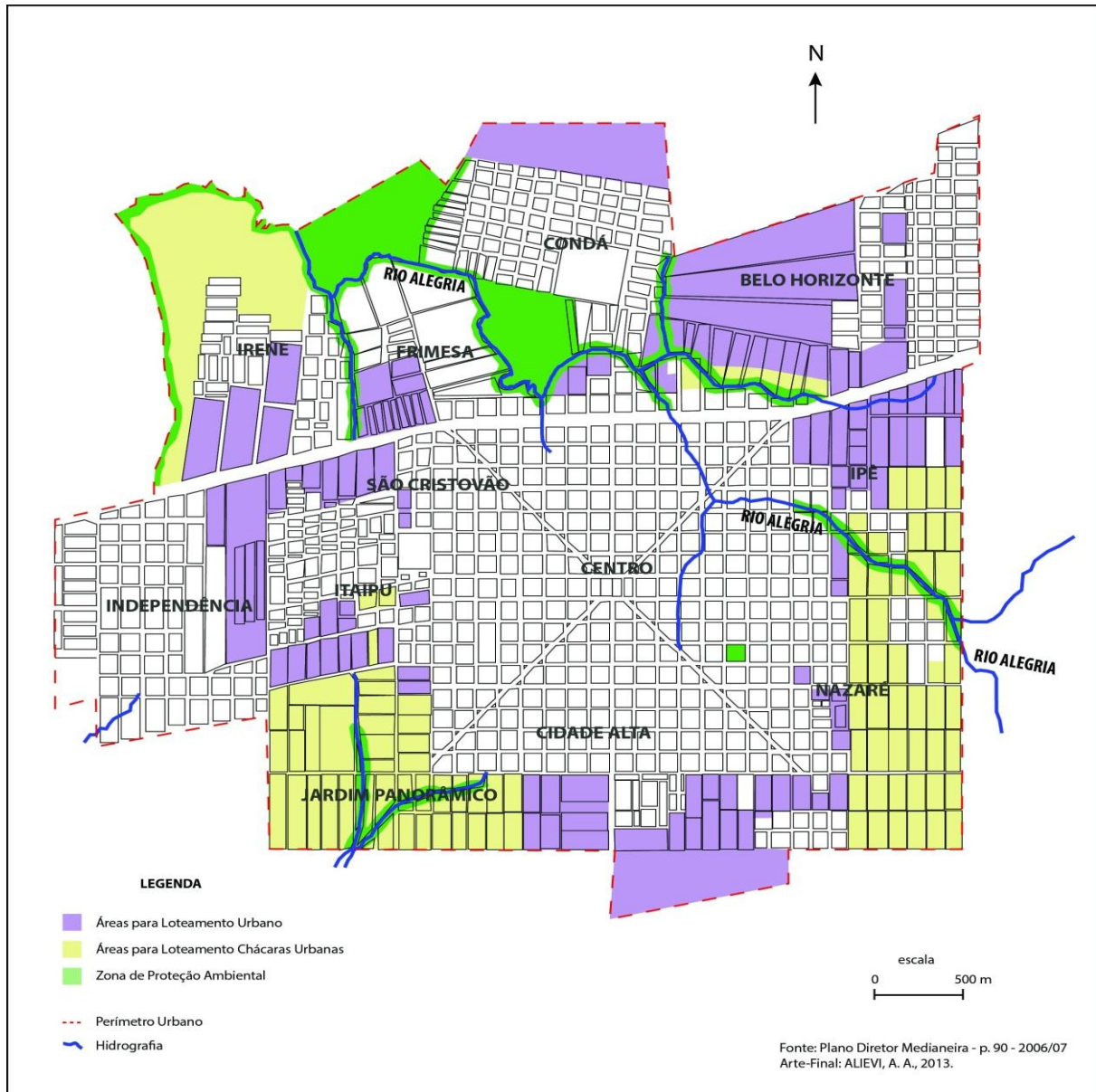
IX - em terrenos onde for necessária a sua preservação para o sistema de controle de erosão urbana;

X - em áreas cobertas por mata nativa, declarada para preservação permanente, principalmente as localizadas nos lotes rurais nº 75 e 87 do 1º polígono, do Bairro Condá e a área do Bosque Municipal Sepé Tiarajú, quadra nº 190;

XI - na área da bacia de captação do Rio Alegria, na forma de desmembramento e reparcelamento.

Na realidade, mesmo com a proibição da lei municipal, há áreas irregularmente ocupadas dentro do perímetro urbano, ocupações sobre áreas carroçáveis de vias ou faixas de previsão para alargamentos viários, e em áreas de proteção ambiental, como nascentes e fundos de vales.

Grande parte do perímetro urbano está localizado na Bacia do Rio Alegria, para onde convergem as águas pluviais, seja por escoamento superficial ou através de galerias existentes em todas as vias pavimentadas. A Bacia do Rio Alegria é dividida em três partes: nascente e captação no Alto Alegria. É chamada de Médio Alegria toda a área que compreende a zona urbana, e de Baixo Alegria a área rural, conforme apresenta o Mapa 15, na sequência.



Mapa 15: Área urbana de Medianeira – destaque da bacia do Rio Alegria.

Fonte: Prefeitura Municipal de Medianeira – Plano Diretor/2006-2007.

Organização: Alievi, A. A. – 2013.

O Rio Alegria nasce na área rural, e tem suas águas poluídas na zona do Médio Alegria. Ele é formado por quatro nascentes e chega praticamente limpo à área urbana, onde, por cerca de cinco quilômetros, recebe sedimentos das vias públicas, das galerias pluviais (maioria deságua antes da bacia de captação), do despejo de esgoto de indústrias e domésticos, de postos de combustível, de oficinas mecânicas, etc., agravado pela falta de preservação de suas margens. Por esses motivos, chega a ser cerca de 70% mais poluído na área urbana do que na área rural, segundo relatos da Secretaria do Meio Ambiente e EMATER (2010).



Outros córregos atravessam a área urbana de Medianeira, sofrendo os mesmo problemas citados a respeito do Rio Alegria. Existem também, na área urbana do município, diversas nascentes de rios, que ainda não foram precisamente espacializadas em mapas. Ocorre que esses fundos de vale, bem como as margens dos rios e córregos, apresentam carência de mata ciliar (a faixa de preservação de 30 metros dos rios/córregos ou de 50 metros nas nascentes não é respeitada). Em alguns pontos, além disso, possuem unidades habitacionais improvisadas e ocupações irregulares, o que acarreta risco aos seus moradores, bem como suscetibilidade à incidência de doenças causadas pelas águas dos rios, além dos problemas ambientais.

Praticamente todas as margeantes do Rio Alegria em área urbana são propícias a inundações. A área urbanizada no Jardim Ipê, com ocupações irregulares nas margens do Rio Alegria, é uma área de baixa altitude que sofre com inundações. Seguindo o percurso do rio, o outro lado da BR 277, em direção ao bairro Frimesa, caracteriza também uma área de fragilidade ambiental – zona baixa que sofre com problemas de alagamentos. Essas duas áreas compreendem zonas residenciais de baixa densidade, de urbanização restrita, ou zonas de proteção ambiental, de acordo com a Lei de Zoneamento, conforme representam as Figuras 21 e 22, na sequência.

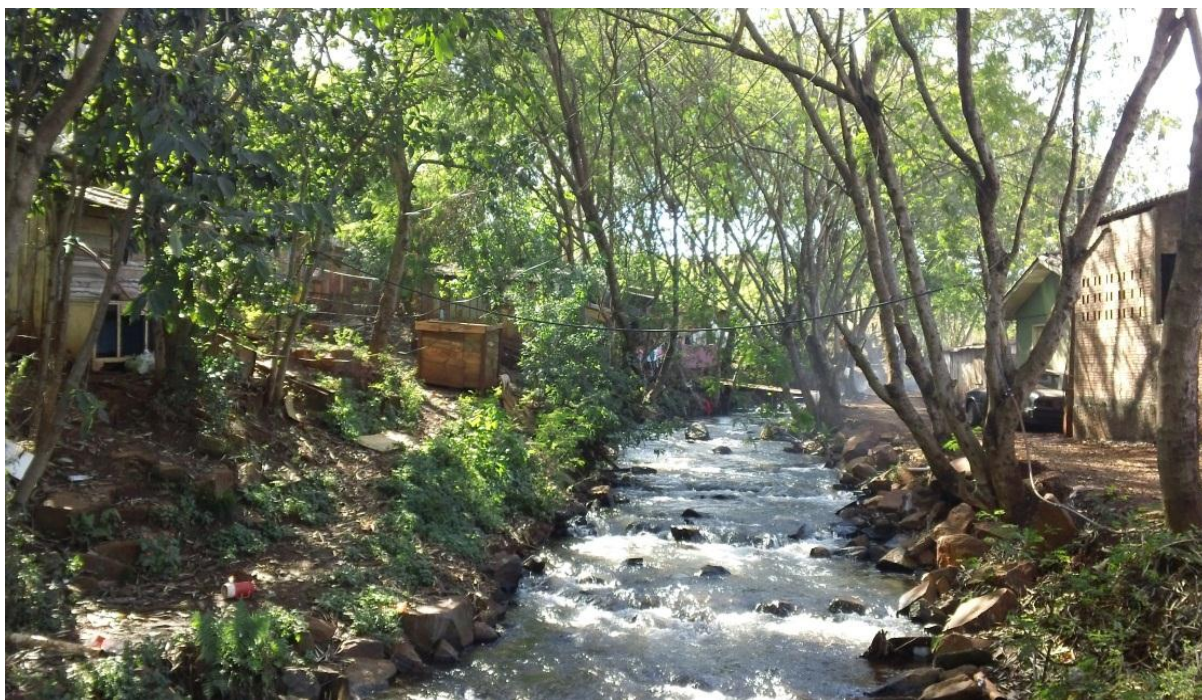


Figura 21: Favela Vila Alegria-Medianeira.

Fonte: Jacinto, J. M. – 2013.



Figura 22: Favela Vila Alegria-Medianeira.

Fonte: Jacinto, J. M.-2010

As áreas de ocupação irregulares em fundos de vale encontram-se na Vila Alegria, área que faz limite com o espaço territorializado da Cooperativa Frimesa. Outra área de ocupação irregular localiza-se no Bairro Ipê, nas proximidades da captação de água pela Sanepar. Outro bairro que apresenta área de ocupação é o Jardim Panorâmico, propriedade particular que está sub judice para reintegração de posse, conforme a Figura 23, na sequência.



Figura 23: Favela Jardim Panorâmico – Medianeira.

Fonte: Jacinto, J. M.-2013.

Em Medianeira, as áreas de ocupação irregulares foram formadas, em sua maioria, nas regiões periféricas da cidade, principalmente no vale do rio Alegria, que delimitam o espaço urbano. Porém, no trabalho empírico, constatou-se outra área de ocupação que não é fundo de vale, sendo terreno de posse da prefeitura municipal, próximo à margem esquerda da BR 277, sentido Medianeira a São Miguel do Iguacu, conforme representa a Figura 24, na sequência.



Figura 24: Favela na margem da BR 227 – Medianeira.  
Fonte: Jacinto, J. M. -2013.

Esta área de ocupação é formada por 64 famílias. Entre elas, a maior parte é proveniente do Paraguai: pessoas que perderam suas terras e empregos, e, não tendo condições de sobrevivência no país vizinho, voltaram para Medianeira, local em que viviam antes da emigração, conforme afirma o morador local:

[...] eu moro aqui há três anos. Aqui ao todo são 64 famílias cadastradas pela Sanepar para ter água encanada, mas tem mais moradores que chegaram depois que não estão cadastrados. Eu morava no Paraguai, tinha emprego lá, fazia as minhas lavouras e estava bem com minha família, mas com os problemas das invasões de terras lá e pelas ameaças o tempo todo dos paraguaios sem-terra, nós perdemos tudo e aí tivemos que voltar pra cá. O fato de voltar pra cá é porque já morei aqui antes de sair e tenho alguns parentes e conhecidos. Agora sou aposentado e planto aqui perto mesmo, perto da BR. O que planto aqui é pouco, é lavoura pequena, mas planto

alguma coisa para meu sustento e vendo alguma coisa que já me ajuda com mais a aposentadoria que recebo (AZEVEDO<sup>43</sup>).

O espaço urbano e sua ocupação desigual denotam o fracasso e desinteresse por parte do governo e de empresas privadas em atender a demanda por moradias de baixo custo, o que estimulou o crescimento das favelas, que acabaram por contribuir para o adensamento de ocupações irregulares nos fundos de vales.

De acordo com o PEHIS (2010), os domicílios em favelas de Medianeira totalizam 412 moradias. Porém, o número na lista de espera da casa própria totaliza 2.000 pessoas cadastradas.

Nesse sentido, observa-se que há um número significativo da população medianeirense vivendo em ocupações irregulares, insalubres, de improvisação habitacional, e outros em coabitação com familiares, e que o desenvolvimento econômico de Medianeira não acompanha o desenvolvimento social de seus habitantes.

É mister destacar que, enquanto procura-se a modernização do centro e de áreas circunvizinhas, crescem as diferenças socioespaciais com o aumento significativo de pessoas pobres e do déficit habitacional nas áreas periféricas da cidade. Quando questionado sobre as questões de habitação em áreas de ocupação irregulares e déficit habitacional, a justificativa do poder público é:

[...] não temos condições de atender toda esta demanda populacional com relação à questão de moradias. A grande dificuldade é que moramos em área de fronteira, com isto recebemos muita gente que vem do Paraguai (os brasiguaios) que perderam lá seus bens e retornam para o Brasil, vindo morar em Medianeira, cidade em que já residiam antes da saída ou por ter algum vínculo com a cidade, laço de parentesco e etc (SILVA<sup>44</sup>).

Enquanto a cidade, com seu dinamismo na área da indústria e comércio, bens e serviços, cresceu significativamente na rede urbana, a atenção do poder público esteve voltada por longo tempo para a valorização e criação de bem-estar em áreas destinadas à ocupação de grupos socioeconomicamente dominantes, enquanto os desfavorecidos economicamente, sem poder de articulação e organização, permaneceram com as promessas eleitoreiras.

Conforme a pesquisa empírica, constata-se que o espaço urbano é refém de grupos que detêm o poder e controlam a (re)produção do espaço urbano de Medianeira. A especulação

<sup>43</sup> Morador da área de ocupação – terreno da prefeitura – margem esquerda da BR 277, sentido Medianeira–São Miguel do Iguaçu.

<sup>44</sup> Representante do poder Legislativo /Medianeira- 2010.

imobiliária se faz presente, haja vista que apenas uma parcela da população é que consegue a aquisição da casa própria, enquanto outra parcela se encontra excluída, habitando áreas de fundo de vale e assentamentos irregulares:

Estou em Medianeira há pouco tempo, apenas três anos, mas diante de reuniões e discussões sobre a questão de moradia para a população de baixa renda, me refiro àquelas que ganham um salário ou menos que isto, não tem políticas públicas voltadas para elas. O poder público não tem interesse nenhum em resolver o problema das habitações irregulares e submoradias. Basta verificar qual é o histórico da cidade em construção de moradias a exemplos de mutirão e conjuntos populares, tem um e já faz muito tempo que foi construído. Quando o interesse é obter lucro através da venda do espaço urbano, em que apenas alguns grupos controlam, pode ter certeza que não haverá propostas, políticas voltadas para esta classe menos favorecida. O que se vê muito hoje em Medianeira são construções através do Programa Minha Casa Minha Vida, mas para isto tem que ter uma certa renda, os que ganham menos ou até não tem renda, não tem outra alternativa a não ser morar nos lugares onde moram. A preocupação com estes habitantes é somente em época de eleição, passou este momento, cai no esquecimento (PEREIRA<sup>45</sup>).

Com relação à questão habitacional de Medianeira, a pesquisa empírica constatou que as medidas no plano habitacional até 2010 não foram suficientes para atender a população cadastrada para aquisição da casa própria, e que a concentração da pobreza agrava-se na cidade, ampliando o número de domicílios nas favelas. A expansão dos bairros e conjuntos habitacionais, principalmente financiados pelo Projeto Minha Casa Minha Vida, não contempla os habitantes de baixa renda e desempregados, que não podem pagar o custo da prestação, mesmo sendo de baixo valor. Outra questão não menos importante é que, quando há política de projetos habitacionais, normalmente são planejados para edificações em lugares distantes do centro da cidade, dificultando o acesso, seja pela distância, pelo valor do transporte, ou pela própria falta de transporte urbano.

A procura por mão-de-obra, principalmente qualificada, cresce a cada dia, porém, a cidade não oferece condições suficientes de moradia, contribuindo ainda mais com o déficit habitacional. Uma grande parcela dos trabalhadores, principalmente das cooperativas Frimesa e Lar, fazem o processo do movimento pendular diariamente: deslocam-se de cidades vizinhas para trabalhar em Medianeira e retornam às suas casas no final de sua jornada de trabalho (cidades dormitórios). Isso ainda lhes proporciona uma condição favorável em redução de

---

<sup>45</sup> Respondente trabalho empírico- jun/2010.

gastos, comparando com a problemática do valor da locação de imóvel e distância para deslocamento ao trabalho, caso resolvesse morar em Medianeira.

A questão atual converge para a oferta de emprego pelas empresas, diariamente divulgadas em jornais locais e da região, solicitando mão-de-obra. Porém, em contrapartida, a cidade não oferece condições favoráveis de moradia para os trabalhadores que vêm de outras cidades, haja vista que o preço do aluguel dificulta estabelecer residência na cidade, diante da especulação imobiliária que é latente, e o poder local não tem prioridade de estabelecer políticas públicas para resolver essa problemática:

[...] Mais de 500 vagas de emprego não são preenchidas em Medianeira. A classe empresarial alerta o poder público. Seria mais prático que os trabalhadores morassem nessa cidade, e não viajar [sic] diariamente de seus municípios de origem para trabalhar. Para isso é necessário infraestrutura e moradia (JORNAL MENSAGEIRO, EDIÇÃO 1756 – 11/04/2013).

Essa problemática somente vem à tona em épocas de eleições, quando candidatos, em seus discursos, falam sobre as áreas da saúde, educação e habitação, usando jargões<sup>46</sup> políticos para persuadir e conquistar os eleitores.

#### **4.7- Medianeira como micropolo no eixo Cascavel – Foz do Iguaçu**

Conforme Milton Santos (2003), o espaço é uma produção social. Para ele, é possível explicar o desenvolvimento regional e urbano através de uma perspectiva histórica global, em que os meios de produção estão concentrados nas mãos de um segmento pequeno da população, e o trabalho é realizado por um conjunto de trabalhadores formalmente livres, que vendem sua força de trabalho no mercado.

O autor refere-se ao espaço como produto do homem, da sua intervenção na natureza e da intermediação da técnica, ou seja, a história do homem sobre a terra é a história de uma ruptura progressiva entre o homem e o entorno, com o intuito de acumular capital.

Por conseguinte, áreas de maior desenvolvimento ou de acumulação de capital diferenciam-se de áreas estagnadas, de menor acumulação de capital. Essa diferenciação marca o crescimento desigual dos centros urbanos. Esses centros podem apresentar-se como

---

<sup>46</sup> Cf. BURKE; PORTER, 1997, p.194), jargão político é mais do que a mera produção de terminologia realizada por e para grupos específicos. O jargão auxilia na definição de associação a um grupo, estabelecendo papéis e hierarquias e atuando como um poderoso recurso para a comunicação e persuasão de valores e políticas no interior da comunidade mais ampla.

atrativos aos excedentes engendrados no conjunto do território, sendo considerados como articuladores da estrutura urbana no espaço.

Desse modo, o capital é investido onde se encontram os mecanismos mais eficazes para a multiplicação do excedente, ou seja, o valor do capital está em função de sua localização e esse espaço recebe influências do capital, e o homem, assim como o espaço, tem acesso distinto ao capital.

Santos (2003) descreve as relações provocadas pela dominação do capital ao homem e ao espaço. Essas relações de dependência econômica e a diferenciação de espaços serão a base para a discussão do por que a cidade de Medianeira se sobressai como micropolo das demais pequenas cidades no eixo Cascavel-Foz do Iguaçu.

Utilizamos o termo “eixo”, aqui, para explicar a ligação de desenvolvimento entre os dois polos. Este não ocorre como uma unidade isolada, estando ligado à região onde se encontra através dos canais por onde se propagam, sobretudo, os fluxos e os preços.

Assim sendo, o desenvolvimento de um conjunto de territórios e de sua população só é obtido mediante a propagação consciente dos efeitos dos polos de desenvolvimento.

Essa propagação é feita, em geral, por um caminho que liga dois polos, dando, portanto, origem ao eixo de desenvolvimento. O eixo, todavia, não é apenas uma estrada. Ele pressupõe um conjunto de atividades complexas que indicam orientações determinadas e duráveis de desenvolvimento territorial, e que dependem principalmente da capacidade de investimento adicional: “Desta forma, os eixos implicam na presença de outros bens complementares como energia, crédito e competência técnica” (PONTES, 1974, p. 104).

Na mesma linha de raciocínio de Pontes; Nasser (2000, p. 150-151) caracteriza o eixo por:

[...] determinado corte espacial que focaliza sub-regiões dinâmicas onde a seleção das ações de desenvolvimento integrado permite maior propagação desse dinamismo para a região ou para o país. Mostra orientação para as potencialidades das sub-regiões, que podem ser agregadas para estabelecer capacidades de setores produtivos e vantagens na localização de atividades ainda não devidamente exploradas.

Como as políticas econômicas nas décadas de 1960 e 1970 foram planejadas basicamente nos polos de crescimento/desenvolvimento<sup>47</sup>, entende-se que a importância da

---

<sup>47</sup> Entende-se por polo de desenvolvimento a combinação de mudanças sociais e mentais de uma população que a tornam apta a fazer crescer, cumulativamente e de forma durável, seu produto real, global; e por polo de

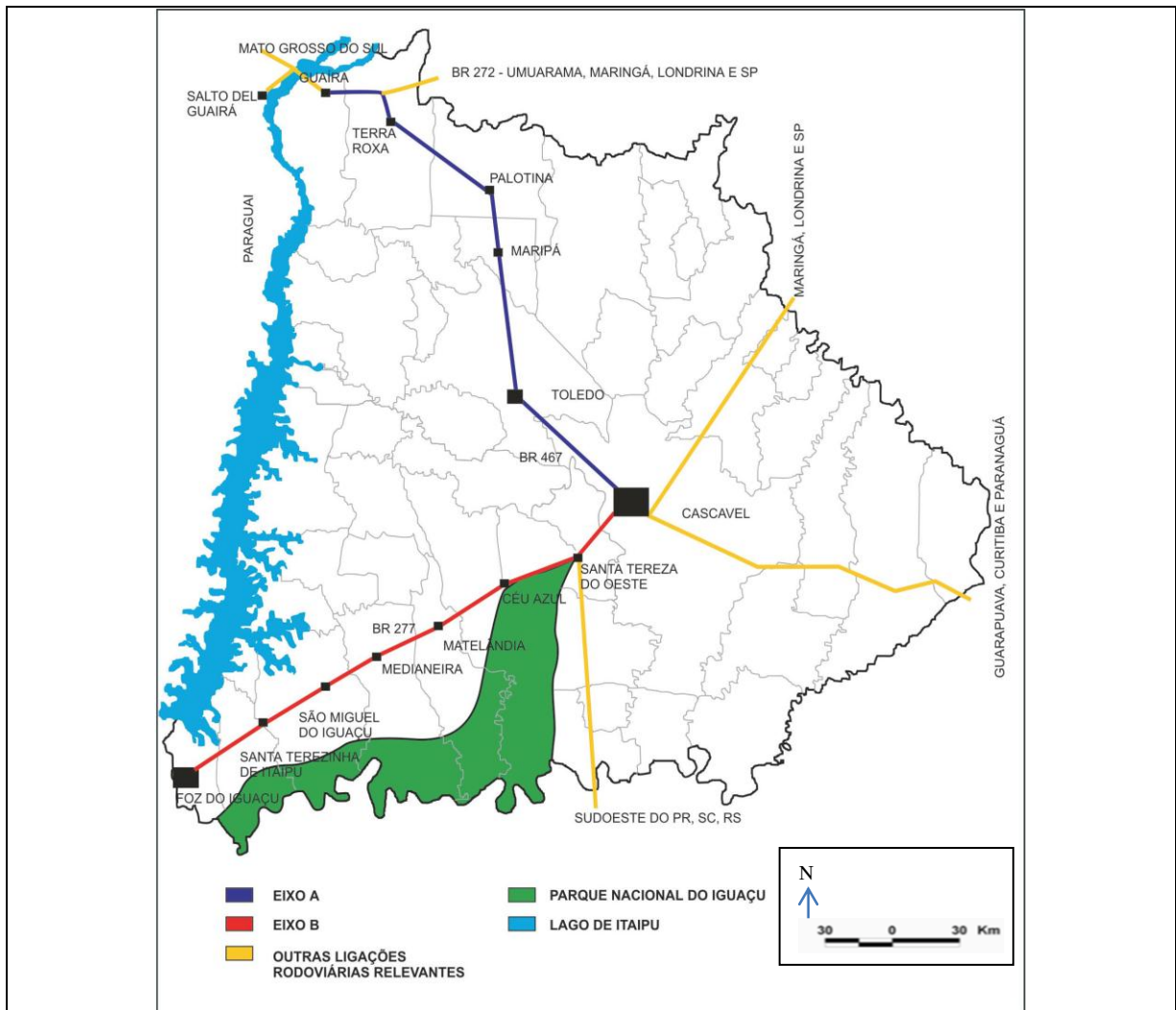
teoria na política econômica está associada ao crescimento, à inovação e aos efeitos de difusão, todos identificados no espaço.

Segundo Hernández (1998, p. 33), os eixos de desenvolvimento estão associados a uma “cadeia de núcleos urbanos, de diferentes tamanhos, situados ao longo de uma via de transporte de alta capacidade que estimula a localização da atividade industrial e facilita o estabelecimento de relações funcionais internas”.

No que tange às condições favoráveis para a dinâmica econômica dos centros urbanos situados nas proximidades dos eixos, a infraestrutura de transporte adequada e de qualidade propicia o seu desenvolvimento, principalmente no tocante à localização das mais diversas atividades industriais, com as empresas buscando reduções do tempo necessário aos deslocamentos de matérias-primas e mercadorias, bem como o aumento da competitividade produtiva.

Partindo do pressuposto de que Cascavel e Foz do Iguaçu formam dois polos em nível de desenvolvimento econômico, e que a BR 277 liga esses dois polos extremos (conforme apresenta o Mapa 16, na sequência), a análise, nesse contexto, visa a abordar a cidade de Medianeira como micropolo nesse eixo de desenvolvimento, sobressaindo-se na questão de crescimento, urbanização e centralidade, em relação às das demais cidades entre os dois polos.





Mapa 16: Região Oeste do Paraná - Eixos de Integração.

Fonte: IBGE 2000 – Adaptado por Peris e Lugnani 2003.

Org: Jacinto, J. M.-2010.

Com relação a uma cidade ser micropolo com especialização em vários tipos de serviços urbanos, diferenciada das demais pequenas cidades no eixo, recorreremos à teoria das localidades centrais, apresentada pelo geógrafo alemão Walter Christaller, que, na década de 1930, abordou o conteúdo econômico para retratar o crescimento urbano, conforme já referenciado anteriormente.

Conforme a teoria, o crescimento da cidade está relacionado à sua especialização em vários tipos de serviços urbanos, e o nível da demanda de serviços urbanos sobre a área atendida é que determina o ritmo de crescimento dos lugares centrais. É uma teoria geral, pois não somente explica o crescimento interno de uma cidade individualizada, mas também a distribuição espacial dos centros urbanos na economia regional e nacional.

A principal função da cidade é atuar como centro de serviços à região de proximidade ou região complementar, distribuindo inúmeros bens e serviços ao seu entorno. Christaller

trabalha dois conceitos-chave que determinam por que certos bens e serviços são oferecidos apenas pelo centro, e os fatores que afetam as dimensões do lugar central, que são o limite crítico de demanda e o alcance do bem ou serviço. O conceito de limite crítico expressa o nível mínimo de demanda que asseguraria a produção de um determinado bem ou serviço, e a partir do qual se passa a ter rendimentos crescentes.

Segundo Richardson (1975), o alcance de um bem ou serviço depende de vários fatores, mas a distância econômica é seu determinante principal, ou seja, é a maior distância que a população dispersa se dispõe a percorrer para adquirir um bem ou utilizar um serviço.

De acordo com Christaller (1966), é estabelecida a hierarquia dos lugares centrais (entre cidades) com base no tamanho e nas funções dos centros e nas distâncias interurbanas, pois, quanto maiores o limite crítico e o alcance de um bem ou serviço, menor será o número de cidades em condições de oferecê-lo. Portanto, seria difícil desenvolver uma teoria coerente do crescimento urbano sem levar em conta a função das cidades como fornecedoras de bens e serviços centrais.

De acordo com Milton Santos (2000), o espaço é constituído pelo capital e permanece sob sua influência em todos os setores. Assim, algumas cidades se especializam em determinados serviços, tornando-se polos de atração para outras cidades localizadas em seu entorno.

Pode-se observar que, quando uma cidade apresenta um grau de especialização em um determinado setor, esta pode se tornar um referencial às cidades que estão em seu entorno, independente do quão desenvolvida é nos outros setores.

Nesse contexto, a cidade de Cascavel, numa das extremidades do eixo, se especializou nos serviços da área de saúde, como fornecedora de insumos e equipamentos no ramo da agropecuária, e em prestação de serviços especializados, transformando-se em um centro de referência para toda a região. Da mesma forma, marca a ação do capital na construção da rede urbana e a influência da estrutura produtiva regional na localização dos núcleos urbanos.

Na outra extremidade do eixo, encontra-se Foz do Iguaçu, com sua dinâmica no setor turístico e comércio internacional transfronteiriço, com ênfase na produção de energia pela Usina da Itaipu Binacional, e apresentando-se também como polo regional na área da saúde e educação.

Entretanto, o processo de produção capitalista não foi positivo em todo o conjunto da região Oeste do Paraná, deixando alguns municípios na posição de periferia regional e intensificando outros na posição central e polarizante. Da mesma forma, o processo de reestruturação econômica regional reforçou a posição de destaque do município polo.

A nova divisão internacional do trabalho consolida os centros dominantes e uma periferia dominada exportadora de bens primários e agrícolas. Nas cidades de menor porte, os bens e serviços disponíveis são simples (tais como alimentação, vestuário, etc.) e servem uma população restrita.

Nas cidades maiores, ao contrário, os bens e serviços são mais sofisticados (ensino superior, serviços de saúde especializada, comércio de produtos específicos no setor da agropecuária, etc), com uma vasta área de influência. No processo de desenvolvimento da região Oeste do Paraná, a situação é semelhante: os municípios de Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo são os maiores da região e mais diversificados, disponibilizando bens e serviços em toda a região.

Deve-se salientar que a estrutura urbana e a rede de influência das cidades de Cascavel e Foz do Iguaçu marcam particularidades no espaço econômico da região Oeste do Paraná. O certo é que existem muitos tipos de região dentro do território Oeste do Paraná. Nesse caso, há o território dos municípios polos (Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Medianeira), dos municípios do turismo (municípios lindeiros/Lago de Itaipu), e dos municípios agrícolas (a periferia regional, que apenas fornece insumos para os municípios polos).

Portanto, dentre as alternativas para que o desenvolvimento urbano possa ser realizado, minimizando a periferização e dependência de alguns municípios, deve-se impulsionar o desenvolvimento com base nas aptidões locais, integrando e estimulando a ampliação do capital social no processo de urbanização. Além disso, maiores investimentos em infraestrutura nos municípios periféricos devem ser continuamente efetivados. Planejar o desenvolvimento urbano pautado nesse critério torna-se um desafio para o Plano de Desenvolvimento Regional discutido pela Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP).

Contudo, Medianeira destaca-se das demais pequenas cidades no eixo Cascavel-Foz do Iguaçu, com relativa concentração populacional urbana, superando todas as demais cidades na concentração de empresas por unidades, com o total de 12.204 empregados assalariados (IBGE -2010).

A cidade apresenta o salário médio mensal de dois salários mínimos, sendo superada apenas por Santa Tereza do Oeste, cidade dormitório de Cascavel, o que justifica a proximidade entre as duas – sendo Cascavel cidade média centralizadora e dinâmica na área agroindustrial, comércios, bens e serviços, absorvendo mão-de-obra significativa de suas cidades circunvizinhas.

Com relação ao salário supracitado, faz-se necessário especificar a relação da renda dos trabalhadores e o nível de escolaridade. Segundo Becker (1962) e Mincer (1958), a não homogeneidade do fator trabalho decorre de diversos determinantes importantes na formação da mão de obra, entre os quais a escolaridade. A partir de seus estudos, os autores buscam explicar como os investimentos em educação determinam as diferenças salariais.

Mincer (1958) examinou a questão do capital humano e a correlação entre o investimento na formação do trabalhador e a distribuição pessoal da renda. Ele conclui, que a produtividade e, conseqüentemente, as diferenças de rendimentos entre os indivíduos deveriam estar relacionadas positivamente ao volume do investimento em capital humano de cada um.

Ao optar por melhorar seu desempenho através do treinamento, a expectativa do indivíduo é auferir rendimentos que compensem os custos com o treinamento. Assim, a decisão de despendar tempo para melhorar o desempenho no trabalho também é resultante de uma escolha individual e racional. As diferenças entre as ocupações ocorrem em função de diferenças no treinamento, e surgem quando o conceito de investimento e capital humano é estendido para incluir a experiência no emprego. Segundo Mincer, a experiência no trabalho frequentemente constitui a parte mais relevante do processo de aprendizagem.

Conforme o Gráfico 09, na sequência, o nível de escolaridade e o salário em Medianeira retratam, na categoria sem salário, o baixo índice em porcentagem para os que apresentam formação de ensino médio completo e formação no ensino superior incompleto.

Na categoria de até 1 salário mínimo, 11,96% possui ensino médio completo. De acordo com trabalho empírico, constata-se que, na categoria de 1 a 2 salários mínimos, eleva-se o índice percentual de escolaridade, chegando a 16,27% com ensino superior incompleto ou em curso. A partir de 2 a 3 salários mínimos, reduz o número de pessoas com o ensino médio completo e o ensino superior incompleto, mas ocorre uma pequena elevação percentual no ensino superior completo.

Fica evidente que o maior número de empregos em Medianeira concentra-se nas cooperativas Lar e Frimesa. Conseqüentemente, o maior número de empregados recebe de 1 a 2 salários mínimos.

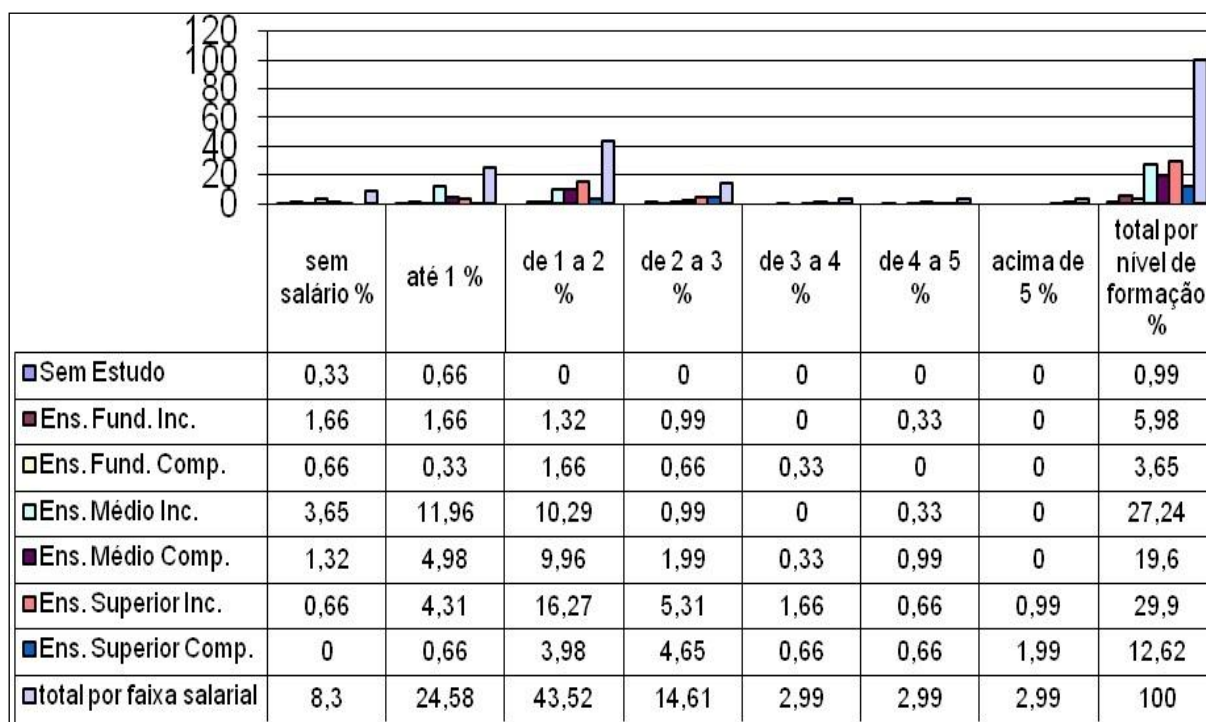


Gráfico 09: Nível de Escolaridade e Renda dos entrevistados em Medianeira.

Fonte: Trabalho empírico – 2010.

Org: Jacinto, J. M.-2010.

A teoria do capital humano pautada no nível de ensino é, portanto, a de que quanto mais alta for a escolaridade de um indivíduo, mais altos serão seus rendimentos. Dessa forma, a educação pode ser uma ferramenta para melhorar a distribuição de renda em uma sociedade, se forem distribuídas oportunidades de maneira mais equitativa entre os indivíduos.

Porém, é pouco provável que a utilização de uma mão-de-obra bem paga, qualificada e estável se espalhe pelo conjunto do sistema produtivo em Medianeira e região. Pelo contrário, boa parte da flexibilidade das empresas vem sendo conseguida através do uso de trabalhadores instáveis, mal pagos e não qualificados, os quais podem ser encontrados em praticamente todos os lugares, principalmente em cidades pequenas distantes de grandes centros.

Diante da dificuldade de acesso aos grandes centros e outras opções, o trabalhador se submete aos baixos salários e às precárias condições de trabalho, o que, na maioria das vezes, é benéfico ao empregador, que mantém o empregado refém diante do sistema capitalista dominante.

De acordo com os dados tabulados, Medianeira apresenta pequena elevação no índice percentual salarial se comparado às demais cidades no eixo Cascavel-Foz do Iguaçu. Porém, o que a diferencia das demais nessa questão é a maior concentração de empresas, o que, por sua

vez, demanda maior procura por mão-de-obra. Assim, faz-se necessário afirmar que o IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano/Município de Medianeira apresenta pequena diferença dos demais municípios do eixo.

A Tabela 05, na sequência, reforça a urbanização de Medianeira, como cidade de maior população urbana do eixo e, conseqüentemente, com o maior número do pessoal ocupado assalariado e de maior concentração por unidade empresarial.

**Tabela 05: Pequenas Cidades no Eixo Cascavel – Foz do Iguaçu – Dados Gerais - Ano 2010.**

<b>Cidades</b>	<b>Pop. Rural</b>	<b>Pop. Urbana</b>	<b>PIB Per Capita em reais</b>	<b>IDHM</b>	<b>Nº Empresas atuantes unidades</b>	<b>Pessoal ocupado assalariado</b>	<b>Salário médio mensal / salários mínimos</b>
<b>Santa Tereza do Oeste</b>	2.297	8.035	12.697,03	0,705	329	2.038	2,1
<b>Céu Azul</b>	2.645	8.387	24.622,85	0,732	484	2.547	1,7
<b>Matelândia</b>	4.465	11.613	16.655,34	0,725	505	5.068	1,1
<b>Medianeira</b>	4.427	37.390	17.485,16	0,763	1.963	12.204	2,0
<b>São Miguel do Iguaçu</b>	9.284	16.485	20.194,59	0,704	865	3.971	1,9
<b>Santa Terezinha do Itaipu</b>	2.004	18.837	9.492,69	0,738	633	2.612	1,9

Fonte: IBGE – 2010.

Org: Jacinto, J. M.- 2010.

No contexto da discussão de lugares centrais, entende-se que Medianeira centralizou sua economia no processo agroindustrial, desenvolvendo suas atividades terciárias, prestação de serviços diferenciada das demais cidades no eixo, e caracterizando-se como cidade micropolo, o que a tornou mais dinâmica nas suas funções urbanas, concentrando maior população. O fator principal consiste na agregação de indústrias propulsoras, geradoras de efeito de difusão, com influência direta no aumento do emprego.

O setor produtivo de Medianeira não se deu de forma homogênea. A cidade despontou para a predominância do setor secundário - frigoríficos de aves e suínos, empresas do setor metal-mecânico, indústrias alimentícias, indústrias moveleiras, e indústrias de armazenagem e beneficiamentos de grãos - e do setor terciário - ampliação da rede comercial diversificada e

de serviços, especialmente educacionais e de saúde -, ambos, no contexto em questão, ligados à organização econômica do setor primário.

Além das empresas maiores, como as cooperativas já mencionadas, as indústrias de médio e pequeno porte, juntamente com as empresas no ramo comercial e prestadoras de serviços, são significativas no conjunto do vínculo empregatício, colaborando para a dinâmica do crescimento do espaço urbano de Medianeira.

Conforme o trabalho empírico, do total de 78 indústrias e empresas comerciais e prestadoras de serviços de pequeno e médio porte que responderam os questionários, o setor que absorve a maior parte de mão-de-obra é o secundário, com 72,62%, enquanto o setor de comércio e prestação de serviços absorve 27,37%. Portanto, o maior número de pessoas empregadas concentra-se no setor secundário, conforme representa a Tabela 06, na sequência.

**Tabela 06: Indústrias e empresas de médio e pequeno porte de Medianeira- 2010.**

<b>Indústrias – Médio e Pequeno Porte - Funcionários</b>	<b>%</b>	<b>Empresas Comerciais Prestadoras de Serviços - Funcionários</b>	<b>%</b>	<b>Total Funcionários</b>	<b>Total %</b>
1.488	72,62	561	27,37	2.049	100

Fonte: Trabalho empírico – 2010.

Org: Jacinto, J. M.-2010.

A reestruturação produtiva regional se reflete significativamente na cidade, que passou a absorver os excedentes populacionais da área rural do seu município e dos municípios vizinhos, bem como o retorno dos brasileiros vindo do Paraguai – os brasiguaios –, conforme já mencionamos.

Evidencia-se que Medianeira, desde a sua fundação, teve relação direta com as atividades agrícolas, bem como relações entre os agentes e atores envolvidos com essas atividades.

Conforme Sobarzo (2010, p. 42), “a cidade sempre tem exercido um papel de nó articulador regional de apoio às atividades do campo”. O município de Medianeira, além das mudanças no espaço rural, teve uma forte adaptação da cidade a tal reestruturação, passando a constituir-se como centralizadora, pelo aparato industrial, comercial, de serviços e do ramo financeiro, polarizando a dinâmica urbana regional.

A cidade polo passa a estruturar-se, assim, em termos de elementos logísticos (redes viárias, de transporte, bancos) e em termos da disputa pelos melhores espaços. Esse fato potencializa a valorização do solo urbano e diferentes processos de (re)produção do espaço urbano sob intervenção ou ação de diferentes atores e agentes participantes desse processo,

fortalecidos pelo circuito de capitais, muitas vezes oriundo das transações do agronegócio regional ou de outros ramos da economia formal e não formal. Sendo assim, o contexto local de produção do espaço urbano é, também, fortemente influenciado pelas diferentes dinâmicas de desenvolvimento em múltiplas escalas.

Contudo, observa-se que o crescimento não se difunde de maneira uniforme entre os setores de uma economia, e tampouco em todos os lugares, mas que se concentra em certos setores – com efeito, em indústrias de crescimento particulares e em alguns lugares.

Com relação ao eixo Cascavel – Foz do Iguaçu, no que tange ao crescimento de Medianeira, além do nível de industrialização, o comércio apresenta-se mais dinâmico, com maior número de empregos e com aprimoramento na área da saúde. Outro setor de destaque é o educacional, em que Medianeira se destaca como polo centralizador, com a presença da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus de Medianeira, integrando os cursos técnicos e universitários juntamente com o processo de desenvolvimento no setor agroindustrial.

A contribuição da UTFPR, desde a sua implantação ainda como CEFET-PR em 1990, é visível e já traz reflexos positivos, tanto em âmbito educacional como geoeconômico, conforme afirma Baú<sup>48</sup>:

[...] O primeiro salto qualitativo foi sentido em 2005, quando a instituição se transformou em Universidade. Para Baú, a UTFPR é determinante para melhoria do nível sociocultural da nossa cidade e dos municípios do entorno. Além da produção de conhecimento e mão de obra qualificada, a Universidade, através do Plano de Expansão I, trouxe para o nosso município 72 novas famílias, entre professores e técnicos. Além dos alunos, que são 70% de fora da nossa região. “A cidade começa a ter uma juventude rodando, por conta das Universidades, tanto pública como particular, e transformando Medianeira que é uma cidade de 40 e poucos mil habitantes em uma cidade eminentemente universitária”. Afirma ainda que aposta muito no futuro, por conta dos investimentos que virão. Segundo ele, quando você tem a oferta de mão de obra qualificada, não apenas o profissional, mas uma universidade, que produz conhecimento, que tem pesquisa, que pode ser parceira das indústrias, isso atrai investimentos. Assim, me parece que Medianeira vai se tornando e se firmando cada vez mais como um polo regional, que é o que nós pretendíamos já há muitos anos. E a Universidade traz e agrega essa condição de nós, mais rapidamente que o normal, podermos participar como promotores, como agentes de desenvolvimento da nossa região.

---

<sup>48</sup> Antônio Luiz Baú – Diretor da UTFPR-Campus de Medianeira, entrevista concedida ao jornal Mensageiro – 2010.



Os aportes teóricos justificam o nível de desenvolvimento de uma região ou cidade como micropolo de crescimento econômico em vários setores. Medianeira passou por um crescimento significativo, diferenciado das demais pequenas cidades no eixo Cascavel – Foz do Iguaçu, com investimento no setor agroindustrial, comércio e serviços.

A partir do ano de 1990, com a implantação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR, Medianeira estabeleceu parcerias com esta instituição, integrada ao sistema de ensino técnico, direcionado às áreas de alimentos e engenharias, em consonância com o desenvolvimento local e regional.

Conforme o Gráfico 10, na sequência, segundo o trabalho empírico, 59,39% dos respondentes atribuíram ser a diferença da cidade de Medianeira com relação às demais pequenas cidades no eixo Cascavel-Foz do Iguaçu devida à territorialização das Cooperativas (Lar e Frimesa) e à instalação da UTFPR, que, em conjunto, contribuíram para maior oferta de empregos e maior concentração populacional.

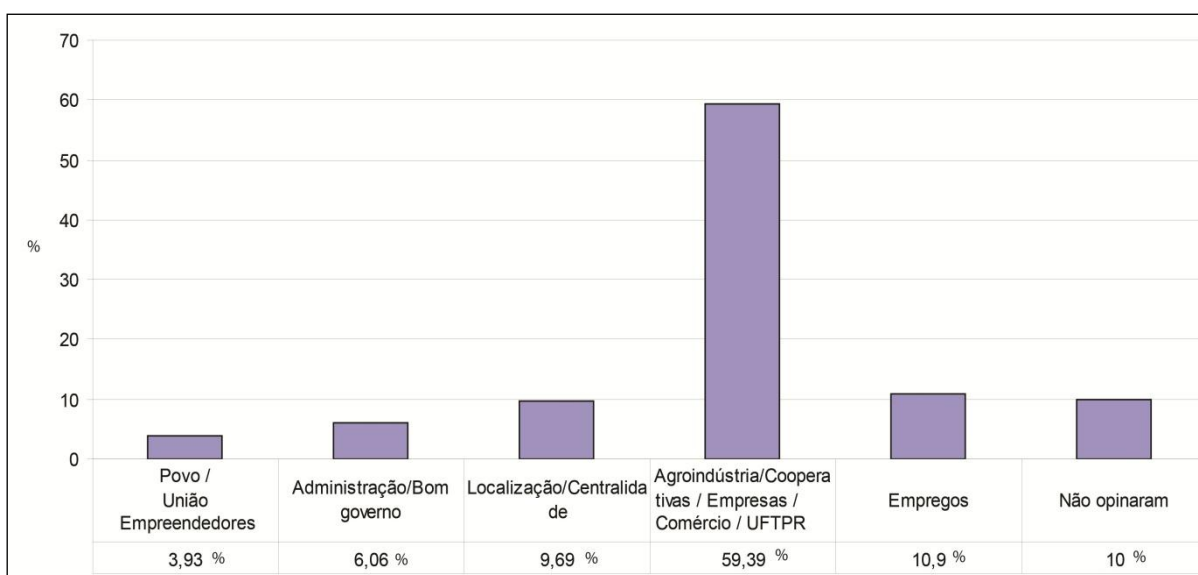


Gráfico 10: O que levou Medianeira se destacar das pequenas cidades no eixo Cascavel-Foz do Iguaçu?

Fonte: Trabalho empírico-2010.

Org: Jacinto, J. M.-2010.

De acordo com o trabalho empírico, foi o destaque das cooperativas, empresas menores, comércio, e da UTFPR, que levou Medianeira a tornar-se um micropolo centralizador no eixo Cascavel-Foz do Iguaçu.

É salutar considerar o consumo de energia do município para o entendimento da importância do setor secundário e comercial no crescimento da cidade. A Tabela 07, na

sequência, representa o consumo de energia elétrica por classe de consumidor dos municípios do eixo Cascavel – Foz do Iguaçu.

**Tabela 07: Consumo de energia elétrica por classe de consumidor nos municípios do eixo Cascavel-Foz do Iguaçu – 2010.**

Município	Residência Consumo (MWh)	Setor Secundário/Consumo (MWh)	Setor Comercial Consumo (MWh)	Setor Rural Consumo (MWh)	Outras Classes Consumo (MWh)	Total Consumo (MWh)
Santa Tereza do Oeste	4.252	6.663	2.579	2.452	1.977	17.923
Céu Azul	5.095	21.948	3.494	6.541	2.386	39.464
Matelândia	7.534	43.566	4.005	8.864	4.203	68.172
Medianeira	25.896	51.177	19.411	8.188	7.356	112.028
São Miguel do Iguaçu	13.922	13.134	10.224	13.504	5.156	55.940
Santa Terezinha de Itaipu	12.992	8.025	6.441	3.750	5.011	36.219

Fonte: Copel – 2010.

Org: Jacinto, J. M.-2010.

O consumo de energia tem sido considerado, em muitas análises sobre o desempenho industrial, como um fator representativo, além de justificar o maior desenvolvimento econômico e concentração de atividades comerciais, atividades rurais, bem como o consumo residencial.

Em Medianeira, o consumo de energia no ano de 2010, no setor secundário, supera todos os demais municípios no eixo, com o total de 51.177 MWh nesse setor. Enquanto isso, no setor comercial, atinge 19.411 MWh, o que justifica possuir o maior número de estabelecimentos comerciais, conforme já mencionado anteriormente.

No setor rural, observa-se que Medianeira não supera os demais municípios do eixo, com apenas 8.188 MWh de consumo, sendo superado por São Miguel do Iguaçu, com 13.504 MWh, e Matelândia, com 8.864 MWh. Diante dessa análise, é significativo o seguinte relato:

Medianeira não tem a quantidade de terras férteis como tem os outros municípios, como exemplo – São Miguel do Iguaçu. Nossas terras são muito irregulares. Medianeira perdeu grandes extensões de áreas agrícolas desde a emancipação de Santa Helena, Missal, e Serranópolis do Iguaçu. Nós temos um potencial muito forte a desenvolver ainda mais na indústria, comércio e prestação de serviços. Se comparar a produção agrícola de Medianeira com outros municípios, é uma realidade. Diante da escassez de terras, os empresários viram na indústria e no comércio a alternativa para investir. Não

estamos mais restritos à questão da produção agrícola. Talvez este seja o fator principal que fez muitas pessoas investirem no setor secundário e terciário (FERREIRA<sup>49</sup>).

A partir desse relato, a pesquisa seguiu a análise investigativa, procurando encontrar justificativas para respaldar a questão da escassez de terras férteis e conseqüentemente, os investimentos dos empresários na indústria e no comércio de Medianeira. Conforme os dados fornecidos pelo IBGE-2010, foram tabulados os dados apresentados no Quadro 13, na seqüência:

Município	Área territorial do Município Km <sup>2</sup>	Utilização das terras/lavouras permanentes/ área/ hectares	Nº de estabelecimentos/lavouras permanentes/ unidades	Utilização das terras/lavouras temporárias área/ hectares	Nº de estabelecimentos/lavouras temporárias unidades	Utilização das terras/pastagens plantadas em boas condições/ área dos estabelecimentos/ hectares
Santa Tereza do Oeste	326,190	1.794	377	20.256	1.740	21.085
Céu Azul	1.179,449	459	76	18.799	624	5.253
Matelândia	639,746	681	102	11.885	686	9.447
<b>Medianeira</b>	<b>328,732</b>	<b>280</b>	<b>201</b>	<b>13.958</b>	<b>957</b>	<b>7.575</b>
São Miguel do Iguaçu	851,301	2.790	165	42.983	1.642	4.750
SantaTereziha de Itaipu	259,393	83	22	15.050	352	2.365

Quadro 13: Utilização das terras nos municípios do eixo Cascavel-Foz do Iguaçu- 2010.

Fonte: IBGE – 2010.

Org. Jacinto, J. M. – 2010.

O Quadro 13 retrata a utilização das terras para plantações e pastagens nos municípios do eixo Cascavel – Foz do Iguaçu, com dados comparativos no que concerne às áreas ocupadas por lavouras permanentes e temporárias, além das áreas ocupadas por pastagens.

Fica evidente o fato de o maior fluxo de investimentos em Medianeira dar-se nos setores secundário e terciário, quando se apresenta a área territorial do município, de 328,732Km<sup>2</sup>, com 280 hectares de área ocupados por lavouras permanentes, 13.958 hectares de área ocupados por lavouras temporárias, e 7.575 hectares de área ocupados por pastagens.

<sup>49</sup> Respondente trabalho empírico- jun/2010.

Além de menor área territorial, o município não possui terras férteis em proporção com relação à maior parte dos municípios do eixo, com exceção do município de Matelândia, que apresenta baixa utilização de terras em razão da baixa fertilidade do solo, e por apresentar o relevo irregular, com alta declividade e acividade.

Diante do quadro comparativo da utilização das terras dos municípios do eixo Cascavel-Foz do Iguaçu, Medianeira não apresenta o setor agropecuário preponderante com relação aos demais municípios. Isso resultou em investimento e desenvolvimento voltado para os setores secundário e terciário. Conseqüentemente, a (re)produção do espaço urbano ganhou forma, expandindo a área urbana desmesuradamente, com suas centralidades, seus papéis e seus problemas inerentes a toda cidade em expansão.

A maior concentração da população urbana de Medianeira, sua expansão territorial intraurbana, o número significativo de empresas instaladas juntamente com o maior número de empregos, a evidenciam como centro de atração, apresentando-se não mais como uma pequena cidade local, atrelada às atividades agrárias. Porém, segundo o IBGE-2010, que classifica como pequenas cidades aquelas que possuem população inferior a 100.000 habitantes, Medianeira é ainda uma pequena cidade.

Segundo ainda um critério populacional definido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2000), que categoriza as pequenas cidades em grupos que variam segundo suas respectivas populações (o primeiro para cidades de até 10.000 habitantes; o segundo vai de 10.000 a 20.000 habitantes; e o terceiro, de 20.000 a 50.000 habitantes), Medianeira sublima no aspecto de categorização para pequena cidade por nós proposto, e se enquadra no terceiro segmento da classificação estabelecida pelo IPEA.

Segundo Moura (2010, p. 44), “no caso das aglomerações urbanas, estão condicionadas à distribuição e hierarquia de funções entre os municípios integrantes”. Contudo, Medianeira apresenta-se como cidade micropolo, com influência na rede urbana, com múltiplas funções, polarizando diretamente os municípios na sua adjacência e região, com destaque no eixo Cascavel-Foz do Iguaçu.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] a geografia tem suas raízes na busca e no entendimento da diferenciação de lugares, regiões, países e continentes, resultante das relações entre os homens e entre estes e a natureza. Não houvesse diferenciação de áreas, certamente a geografia não teria surgido.

Roberto Lobato Corrêa, 1987.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos no término da pesquisa, não significa que o assunto sobre as pequenas cidades, o processo de povoamento e urbanização, o estudo da rede urbana e a (re)produção do espaço urbano de Medianeira está esgotado. Isso porque as questões que lhe deram os fundamentos frequentemente se renovam e, em novas bases, a temática permanece em aberto. O mundo da geografia é dinâmico, tudo à nossa volta está em constante mudança.

Faz-se necessário ressaltar que algumas questões foram respondidas nesta investigação, outras necessitam ser retomadas, avaliadas por investigações futuras. A pesquisa em si apresenta os resultados no decorrer do texto, porém, no contexto, também aborda questões e outras temáticas que, por sua vez, podem dar continuidade e desdobramentos de outras pesquisas.

Diante do estudo das pequenas cidades, a pesquisa nos mostra que a simples categorização de um dado espacial não é suficiente para a sua total compreensão. A complexidade da pequena cidade vai além dos dados quantificados de sua população.

A associação das pequenas cidades, sobretudo a cidade de Medianeira, ao lugar de descanso, pacato e da produção econômica periférica, a cidade local sendo subserviente apenas à sua população, não é absorvida nesta tese como realidade. Isto se justifica pelas interações espaciais, por sua forma e função na rede urbana. Mesmo os centros pequenos, ao produzir sua trama de relações no universo da mundialização, dão novo contorno ao processo de compreensão da espacialidade econômica, sob a égide da Terceira Revolução Industrial e do papel das telecomunicações e das tecnologias da informação.

Conforme os dados elencados sobre pequenas cidades, Medianeira não apresenta o perfil de uma cidade local. Porém, também não tem o dinamismo de uma cidade média, e reafirmamos que sua forma, função e seus qualificativos são superiores às cidades locais, isso lhe dá a condição de centro de zona.

Portanto, generalizar todas as cidades com população inferior a 100.000 habitantes como cidades pequenas é de enorme equívoco. De acordo com a discussão ao longo da pesquisa, juntamente com os dados coletados empiricamente, Medianeira ultrapassa os requisitos que se consideram como patamares mínimos para a classificação de uma pequena cidade, mas também não se apresenta com o dinamismo de cidade média.

A presente pesquisa demonstra que Medianeira é uma pequena cidade, porém difere das cidades locais, pois sua influência na rede urbana transcende muito mais que os patamares

mínimos. Isso a faz se destacar no eixo Cascavel-Foz do Iguaçu das demais pequenas cidades, por sua área de abrangência e influência no que tange ao comércio, às atividades industriais, cooperativas, saúde, instituições de ensino e outros bens e serviços.

Sobre o povoamento e urbanização no oeste paranaense, com recorte espacial para Medianeira, considera-se que o povoamento do oeste foi uma extensão do povoamento do sudoeste do Paraná, com similitudes pautadas na pequena propriedade, extrativismo mateiro e madeireiro, e lavouras de subsistências dos pioneiros gaúchos e catarinenses.

Contudo, como o passar dos anos, essas similitudes não seguiram a mesma direção no que diz respeito ao processo de crescimento/desenvolvimento e urbanização das pequenas cidades do oeste paranaense. Constata-se que grande parte dessas pequenas cidades do oeste, e principalmente as do eixo Cascavel – Foz do Iguaçu, passou a ter crescimento lento no processo de (re)produção do espaço urbano, algumas com perdas de população, outras com maior investimento nas atividades agropecuárias.

Um dos fatores que alavancou o processo de crescimento/desenvolvimento e (re)produção do espaço urbano de Medianeira, diferenciado das demais cidades na sua adjacência, conforme constata-se no trabalho empírico, foi a territorialização das duas grandes cooperativas, Lar e Frimesa, que fizeram a diferença, gerando emprego, tributos e dinamismo nas relações geoeconômicas de Medianeira e região. Nesse contexto, justifica-se o fato de Medianeira, principalmente a partir dos anos de 1970 e posteriores, se diferenciar das demais cidades no eixo Cascavel-Foz do Iguaçu, principalmente das pequenas cidades de Matelândia e São Miguel do Iguaçu, uma vez que o seu processo de emancipação política ocorreu praticamente na mesma época, isto é, nos anos de 1960 e 1961.

A pesquisa também demonstrou que os municípios situados no eixo Cascavel-Foz do Iguaçu são preponderantes nas atividades agropecuárias e, na sua grande maioria, apresentam área territorial superior ao município de Medianeira. Com as perdas territoriais ocorridas pelo processo de emancipação dos seus distritos em municípios, o município de Medianeira, conseqüentemente, aderiu ao processo de incentivo à industrialização e às pequenas empresas, bem como ao incentivo na área de educação, sobretudo na expansão dos cursos técnicos de nível superior pela UTFPR, e investimentos na área da saúde, com várias especialidades médicas, consultórios e ambulatórios, bem como três hospitais que atendem pacientes de Medianeira, dos municípios vizinhos e da região.

Inserida na rede urbana oeste paranaense, Medianeira apresenta sua relevância de formação socioespacial, diante de suas especificidades na formação e desenvolvimento urbano, e de sua pluralidade de sujeitos e ações, que, em nível distinto, a torna diferente das

demais pequenas cidades no eixo Cascavel-Foz do Iguaçu. Inferem-se, aqui, as atividades relacionadas ao agronegócio, atividades agroindustriais e serviços, com a presença de um comércio dinâmico, além das atividades ligadas a saúde e ensino.

Sua forma, função e qualificativos diferenciados com relação às demais pequenas cidades no entorno e região, lhe conferem, conseqüentemente, o nível de centralidade médio, que, por sua vez, a qualifica como micropolo, pelo dinamismo que exerce no que concerne à Divisão Social do Trabalho.

Quanto à (re)produção do espaço urbano de Medianeira, conclui-se que sua urbanização foi impulsionada, sobretudo, pela reestruturação produtiva da agricultura modernizada e mecanizada a partir da década de 1970, o que levou a mudanças significativas na estrutura socioespacial intraurbana.

A análise conclusiva da (re)produção do espaço urbano de Medianeira é de um espaço fragmentado e, ao mesmo tempo, articulado, com pontos de atração, bem como pontos de exclusão. Conforme pudemos constatar no trabalho empírico, apesar dos pontos negativos, principalmente com relação à falta de lazer, há o fator da segurança, da tranquilidade, do emprego, e do bem viver, que superam os demais pontos negativos.

Porém, é perceptível em Medianeira, no que concerne à produção do espaço urbano, a especulação imobiliária, o jogo de interesses entre seus agentes, gerando uma crescente massa de excluídos sociais. Nesse ínterim, justifica-se a expansão de seu espaço urbano, com as edificações e o crescimento dos bairros, sobretudo com relação à construção de moradias pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

Não tem Programa de moradia condizente com a situação econômica do cidadão de baixa renda ou sem renda, que, por sua vez, não tem outra alternativa a não ser habitar terrenos próximos a fundos de vale, áreas de ocupação – propriedades particulares e terrenos de posse da prefeitura municipal.

O oposto também ocorre no que diz respeito às áreas segregadoras compostas por condomínios fechados, que marcam a hegemonia do capitalismo. Nesse contexto, uma das formas de apropriação e dominação do espaço urbano de Medianeira é a caracterização do solo como mercadoria, configurando espaços urbanos capitalistas.

Outro fator significativo na pesquisa que suscita atenção é a expansão dos bairros de Medianeira distanciados da área central e de locais de trabalhos dos cidadãos. A (re)produção do espaço urbano ocorre de forma horizontalizada, dificultando o acesso à área central da cidade. Conseqüentemente, implicará em ações do poder público de forma a gerir condições



de transportes, para atender a população de modo geral e, principalmente, a população dos bairros periféricos.

Conforme já mencionamos no decorrer da pesquisa, com a expansão da produção industrial, da demanda por trabalhadores, faz-se necessário repensar a questão da habitação para a população de Medianeira e dos trabalhadores que compõem o movimento pendular, diariamente, das cidades vizinhas e região. Registramos, aqui, um alerta para o poder público, gestores e planejadores do espaço urbano, para (re)pensar essa problemática, que vem crescendo a cada dia.

A presente pesquisa aqui se encerra não com a intenção de uma conclusão fechada, até porque a temática e a problemática trabalhada geraram outras indagações para futuras pesquisas. Mas a guisa da conclusão nos leva a refletir e retornar ao início desta caminhada, e perguntar: encontramos respostas para entender por que a pequena cidade de Medianeira se destaca das demais cidades do eixo Cascavel – Foz do Iguaçu e por que as demais cidades nas adjacências não evoluíram – e, em certos momentos, até mesmo retrocederam – com relação à perda de população e ao seu desenvolvimento geoeconômico? O processo industrial alavancou o desenvolvimento da cidade de Medianeira, tornando-a uma cidade em destaque se comparada com as demais cidades vizinhas?

Em suma, espera-se que esta tese tenha contemplado as respostas necessárias que dão suporte ao objetivo principal sobre o estudo da (re)produção do espaço urbano de Medianeira, tendo como foco o processo de urbanização, o desenvolvimento geoeconômico e a relevância de sua formação socioespacial frente à mesorregião oeste paranaense e à rede urbana.

## **REFERÊNCIAS**

Se eu vi mais longe, foi por estar de  
pé sobre os ombros de gigantes.  
Isaac Newton

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 3. ed, - São Paulo: Edusp, 2007.

ACIOLY Junior, Claudio; DAVIDSON, Forbes. *Densidade urbana e gestão urbana*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 1998.

ALEGRE, Marcos. *Aspectos do fato urbano no Brasil: análise quantitativa pelo método cartográfico*. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Unesp de Presidente Prudente, 1970.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. *Reforma Agrária e Pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais*. Dissertação (Mestrado). Curso de Pós-Graduação em desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. UFRJ, 1997.

ALEXANDER, John. W. *El concepto básico de las funciones económicas urbanas*. Texto Básico (Instituto Pan-Americano de Geografia e História). Rio de Janeiro, 2. p.1-22, 1969.

ALEXANDER, John W. et al. *Classificação Funcional das Cidades: Textos Básicos* ( Instituto Pan-Americano de Geografia e História) Rio de Janeiro, 1969.

ALMEIDA, Eliza. Refuncionalização da metrópole no período técnico-científico-informacional e os novos serviços. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ALVES, Lucir Reinaldo. *Polarização e especialização dos municípios da mesorregião Oeste do Paraná*. Toledo: UNIOESTE/ Campus de Toledo/ CCSA/ Curso de Ciências Econômicas, 2005.

ANDRADE, Manoel Correia. *De espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional*. São Paulo: Atlas, 1987

\_\_\_\_\_. *Geografia econômica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1981.

ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente. (Org.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001..

ARAÚJO, Ney.Bittencout; WEDEKIN, Ivan; PINAZZA, Luiz. *Complexo agroindustrial – o "Agribusiness Brasileiro"*, Agroceres, São Paulo, 1990.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

AZEVEDO, Aroldo. As Cidades. In.:AZEVEDO, Aroldo. (org.) *Brasil: a terra e o homem*. São Paulo: Cia. Editora Nacional/EDUSP, 1970.

\_\_\_\_\_. Aroldo. Vilas e cidades do Brasil colonial – ensaios de geografia urbana retrospectiva. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*. São Paulo, v. 11, tomo I, 1954-1955, p. 168-184, 1957.

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. A Pequena Cidade nas teias da aldeia global: relações e especialidades sociopolíticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara – Minas Gerais, 2008. 411f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia – Minas Gerais.

BALHANA, Altiva Pilatti et alli. *História do Paraná*. 2. ed. Curitiba: Gráfica Editora.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. *Geografia urbana*. Tradução de Raquel Soeiro de Brito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

BECKER, G. S. Investment in human capital: *a theoretical analysis*. *The Journal of Political Economy*, Chicago, USA: UCHICAGO, v.70, n.5, p.9-49, 1962.

BELL, David; JAYNE, Mark. (Eds.). *Small cities: urban experience beyond the metropolis*. 1. ed. New York: Routledge, 2006.

BENÉVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1983.

BENKO, George. *Economia, espaço e globalização*. Paz e Terra: São Paulo, 1999.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das “frentes pioneiras” no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, ano 15, n. 3, p. 335-377, jul./set. 1953.

BERRY, Brian Joe Lobley. *Geografy of Market Centers and Retail Distribution*. Englewood Cliffs, Prentice Hall Inc.1967.

BESSA, Kelly Cristine Fernandes de Oliveira; BORGES, Gerciane Vicene; SOARES, Beatriz Ribeiro B. Dinâmica sócio-econômica das “cidades locais” situadas em áreas do cerrado mineiro. *Caminhos de geografia*, Uberlândia, v. 3, n. 5, fev. 2002.

BIALOSKORKI, Sigismundo Neto. *Cooperativismo é economia social: fortalecendo a entidade cooperativista um ensaio para o caso brasileiro*. III Seminário de Tendências do Cooperativismo Contemporâneo, 2002.

\_\_\_\_\_. *Estratégias e cooperativas agropecuárias: Um ensaio analítico*. Seminário de Políticas Econômicas em Cooperativismo e Agronegócio da UFV. São Paulo: 2002.

BIAZZO, Pedro Paulo. Campo e Rural, Cidade e Urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. In: MARAFON, Gláucio José; PESSÔA, Vera Lucia Salazar (Org.). *Interações Geográficas: a conexão interinstitucional de grupos de pesquisa*. Uberlândia: Roma, 2007.

BIESDORF, Elza; ROHDE, Hilegarde Maria. *Resgate da Memória de Medianeira*. Curitiba: CEFET-PR, 1996.

BIRCH, Luiz Gilberto. *Agronegócio Cooperativo: A Inserção Econômica da Cooperativa Agroindustrial Lar*. Toledo, 2005, 108 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Unioeste, campus de Toledo.

BOESCHE Leonardo. *Fidelidade cooperativa: uma abordagem prática*. Curitiba: SESCOOP/PR, 2005.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial*. 2.ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982.

BRAMONT, Pedro. *Fuja das definições, prefira os conceitos*. Acesso em: 26 ago. 2010. Disponível em: <<http://webinsider.uol.com.br/2010/04/17/fuja-das-definicoes-prefira-os-conceitos/>>.

BURGOS, Rosalina. *Periferias urbanas da metrópole de São Paulo: territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico*. São Paulo, 2009. 357f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BURKE, P.; PORTER, R. (Org.). *Línguas e jargões: contribuições para uma história social da linguagem*. São Paulo, UNESP, 1997.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa.; CORRÊA, Walquíria Kruger. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. *Campo-território: revista de geografia agrária*, Uberlândia, v.3, n. 5, p. 214-242, fev., 2008

CAPEL, Horácio. Las pequeñas ciudades em la urbanización generalizada y ante la crisis global. *Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía, UNAM*, v. 70, p. 7-32, 2009.

CAPINERE Cristina. II caso de Porreta Terme (Bologna). *Rivista Geografica Italiana*, Itália, n. 2, p. 177-192, Giugno, 1988.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A condição Espacial*. São Paulo: Ed. Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. *A Produção do espaço urbano. Agentes e processos, escalas e desafios*. Ed. Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. *A (Re)Produção do espaço urbano*. Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. *A Cidade*. O homem e a cidade, a cidade e o cidadão, de quem é o solo urbano? São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007.

\_\_\_\_\_. *O Espaço Urbano: Novos escritos sobre a cidade*. São Paulo, Ed. Contexto, 2004.

\_\_\_\_\_. *Espaço-tempo na metrópole*. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. *O Espaço Urbano*. Série princípios. 3a edição – São Paulo: Ed. Ática, 1995.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Os caminhos da reflexão sobre as cidades e o urbano*. São Paulo: Ed. da USP, 1994.

\_\_\_\_\_. *Espaço e indústria*. 3 ed. São Paulo : Ed. Contexto, 1990.

\_\_\_\_\_. A questão da habitação na metrópole de São Paulo. *Scripta Nova: Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales Universidad de Barcelona*. vol. VII, n. 146, ago. 2003

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges de. *Dilemas urbanos novas abordagens sobre a cidade*. Ed. Contexto, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula?”. Resenha do livro de VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Editores Associados, 2002. *Revista GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 13, p. 179-187, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. “Novas” contradições do espaço. In DAMIANI, Amélia Luisa, CARLOS, Ana Fani Alessandri, SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999, p. 62-74.

CASTELLS, Manuel. *Sociedade em rede*. Trad. Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. *A Questão Urbana*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2009.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Estudos de comunidade: reflexividade e etnografia em Marvin Harris. *Rev. Univ. Rural, Sér. Ciê. Humanas*. Rio de Janeiro, v.23, n. 2, p 195 – 210, jul./dez. 2001.

CASTRO, Claudio de Moura. *Estatuto da Cidade: política urbana e cidadania*. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal – Deplan – UNESP – IGCE, 2000.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Uma geografia da cidade – elementos da produção do espaço urbano. In: CAVALCANTI, L. de S. (ORG.). *Geografia da Cidade: a produção do espaço urbano de Goiânia*. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

\_\_\_\_\_. A cidadania, o direito à cidade e a geografia escolar. Elementos de geografia para o estudo do espaço urbano. In: *GEOUSP, Espaço e Tempo*. Departamento de Geografia/FFLCH/USP: São Paulo, nº 5, jun./1999, p. 41-56. 15.

CHRISTALLER, Walter. *Central places in Southern Germany*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1996.

CIDADE, Lucia Cone Faria; MORAES, Luciana Batista de. Metropolização, Imagem Ambiental e identidade de cidade no Distrito Federal. *Geografia*, Rio Claro, v. 20, n. 1, p. 21-37, jan./abr. 2004.

CIGOLINI, Adilar Antonio. *A fragmentação do território em unidades político administrativas: análise da criação de municípios no Estado do Paraná*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, 1999. HUCITEC, 1981. Janeiro: Edições SSR, 1960.

CLARK, David. *Introdução à Geografia Urbana*. São Paulo: Difel, 1985.

COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná: <http://www.cohapar.pr.gov.br/> ano 2010.

COLODEL, José Augusto. Cinco séculos de história. In: SILVA, Gerson Henrique da; BUHÕES, Ronaldo; PERIS, Alfredo Fonca. *Mesorregião Oeste Paranaense: diagnóstico e perspectivas*. Cascavel, 2002. p. 1-47. Relatório Final de Pesquisa, resultado do Convênio n. 5577/98 entre a Itaipu Binacional e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Publicado em 2003 pela Edunioeste sob o título “Estratégias de desenvolvimento regional: região oeste do Paraná”.

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR - Relatório Anual – Medianeira – Paraná- 2010.

COOPERATIVA FRIMESA – Relatório Anual e demonstrativo contábil – Medianeira – Paraná - 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. Perspectivas da urbanização brasileira – uma visão geográfica para o futuro próximo. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana. X. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2007.

\_\_\_\_\_. *Estudos sobre a rede urbana*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006

\_\_\_\_\_. *Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado*. *Cidades*, Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil. IN: *Revista Território*, n. 8, jan-julho, 2000. p.121-129.

\_\_\_\_\_. Globalização e Reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. *Revista Território*, Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, v. 6, n. 6, jan. - jun., 1999.

\_\_\_\_\_. Interações espaciais. In: Castro, Iná Elias de. et al. (Orgs.). *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_. (Org.) *Geografia Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. *O Espaço Urbano*. São Paulo, Editora Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. *A Rede Urbana*. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. O Estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. IN: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro – ano 50, n.2, abr/jun, 1988. p. 107 – 124.

\_\_\_\_\_. A rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. *Revista brasileira de geografia*, [S.l.], n. 1, ano 50, jan./ mar., 1988.

\_\_\_\_\_. Repensando a teoria dos lugares centrais. In: SANTOS, M. *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982.

CURIEN, Nicolas. “*Dúne problématique générale des réseaux à l’analyse économique du transport des informations*”. In: DUPUY, Gabriel. *Réseaux territoriaux*. Caen, Paradigme, 1988.

CURTY, Marlene Gonçalves, CRUZ, Anamaria da Costa, MENDES, Maria Tereza Reis. *Apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses* (NBR14724/2005). Maringá: Dental Press Editora.

DAVIDOVICH, Fany; GEIGER, Pedro Pinchas. Aspectos do fato urbano no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 263-362, abr. - jun., 1961.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In CASTRO, Iná. E; GOMES Paulo. C. Costa. e CORREA, Roberto. L. (Org.) *Geografia Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995.

DOLFUS, Olivier. *O espaço geográfico*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1982.

DOWBOR, Ladislau. *Educação e desenvolvimento local*, 2006. Disponível em: <http://dowbor.or/06edulocal.doc>>. Acesso em: 08 fev. 2012.

EDUCAÇÃO como propulsora de desenvolvimento. *Jornal Mensageiro*. Medianeira, Paraná, Edição: 1703, março 2012. Disponível em <http://www.jornalmensageiro.com/materia.php?id=8436>. Acesso em 22/03/2012.

ENDLICH, Angela Maria. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no Noroeste do Paraná*. 2006. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologias. UNESP, Presidente Prudente.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* / Friedrich Engels; tradução B. A. Schumann; edição José Paulo Netto. - São Paulo: Boitempo, 2008.

FAISSOL, Speridião. As questões espaciais. In.: \_\_\_\_\_. *Espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

FAVARETO, Arilson. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – Do agrário ao territorial*. Tese de doutorado. Procam/ USP. São Paulo, 2006.

FIGUEIREDO, Vilma. Dominga. Monfardini. *Pequenos Municípios e Pequenas Cidades do Estado do Rio Grande do Sul: Contrastes, Perfil do Desenvolvimento e de Qualidade de Vida, 1980-2000*. 265f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007.



FERREIRA, Álvaro. A (re)produção do espaço urbano: confrontos e conflitos a partir da construção do espaço social na cidade do Rio de Janeiro. In RUA, João (Org.). *Paisagem, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da Geografia*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007.

FRANCISCO, José; MOREIRA Orlando Junior; DELCOL, Rafaela Fabiana Ribeiro. Projeto da Paisagem como Instrumento Integrador do Homem e da Natureza na Produção do Espaço Urbano. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR – PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO: ESCALAS, CONFLITOS E INCERTEZAS. FLORIANÓPOLIS, *Anais XIII ENAnpur*, 2009. CD Rom.

FRESCA, Tania. Maria. *A rede urbana do Norte do Paraná*. Londrina: Eduel, 2004.

FRESCA, Tania Maria.; SALVI Rosana Figueiredo.; ARCHELA, Rosely Sampaio. *Dimensões do espaço paranaense*. Londrina: Ed. UEL, 2002

FURTADO, André Tosi.; CARVALHO, Ruy de Quadros. Padrões de intensidade tecnológicas da indústria brasileira: um estudo comparativo com os países centrais. *Revista São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 1, p. 70-84, jan./mar. 2005.

GEIGER, Pedro. Regiões fronteira no Brasil. *Anuário do Instituto de Geociências*, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 17, p. 53- 64, 1994.

\_\_\_\_\_. *A evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: INEP/MEC, 1963. (Coleção O Brasil Urbano).

GEORGE, Pierre. *Geografia Urbana*. Tradução de Eni Tenório dos Santos et all. São Paulo: Difel, 1983.

GODOY, Amália Maria Goldberg. Modernização da agricultura paranaense: conseqüências ambientais e políticas governamentais. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AGROINDÚSTRIA, 2000, Lajeado. *Anais*. Lajeado: Centro Universitário UNIVATES, 2000. p. 1-22.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição et. al. Novas tecnologias na gestão pública das pequenas cidades do Rio Grande do Norte. *Revista eletrônica de geografia y ciências sociales*, Barcelona, v. VIII, n. 170 (28), ago. 2004. 13 p. Disponível em: <<http://www.ub/geocrit/sn/sn-170-28.htm>>. Acesso em: 03 março de 2012.

GONÇALVES, Francisco Ednardo. *Cidades Pequenas, Grandes Problemas: perfil urbano do Agreste Potiguar*. 2005. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio grande do Norte, Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia. Natal, 2005.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-70)*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

HARRIS, Chauncy Dennison; ULLMAN, Edward Louis. *A natureza das cidades. Cidades*. Presidente Prudente, v.2, nº3, p.145-163, jan-jun. 2005.

HARRIS, Marvin. *Town and country in Brazil: a socio-anthropological study of small brazilian town*. New York: Columbia University Press, 1956.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. Adail Ubirajara Sobral, 16ª edição. São Paulo: Loyola, 2007.

\_\_\_\_\_. *A produção do espaço capitalista*. São Paulo: Annablume, 2005

\_\_\_\_\_. *Justice, Nature & the Geography of difference*. Oxford: Blackwell, 1996.

\_\_\_\_\_. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

HERNÁNDEZ, J. *El eje Irún-Aveiro: Geografía de un eje de desarrollo*. Salamanca, 1998.

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1960.

IBGE. *Anuário Estatístico do Paraná*. Rio de Janeiro, 1970.

IBGE. *Anuário Estatístico do Paraná*. Rio de Janeiro, 1980.

IBGE. *Anuário Estatístico do Paraná*. Rio de Janeiro, 1990.

IBGE. *Anuário Estatístico do Paraná*. Rio de Janeiro, 2000.

IBGE. *Anuário Estatístico do Paraná*. Rio de Janeiro. 2005.

IBGE. *Anuário Estatístico do Paraná*. Rio de Janeiro. 2008.

IBGE. *Anuário Estatístico do Paraná*. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. *Censo Agropecuário - Paraná*. 2006.

IBGE. *Regiões de influência das cidades 1973*. Rio de Janeiro, 1987.

IBGE. *Região de influência das cidades 1993*. Rio de Janeiro, 2000.

IBGE. *Regiões de influência das cidades 2007*. Rio de Janeiro, 2007.

IPARDES. *Anuário estatístico do estado do Paraná – 2010*.

IPARDES. *Anuário estatístico do estado do Paraná – 2012*.

IPARDES. *Leituras Regionais: Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense*. Curitiba, 2003.

IPARDES. *Oeste paranaense: o 3º espaço relevante – especificidades e diversidades*. Curitiba, 2008. Estudo Os Vários Paranás.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*. Ipea/Unicamp. IE.Nesur/IBGE (Orgs.). – Campinas: Unicamp. IE, 2000. (Col. de Pes.)

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*. Ipea/Unicamp. IE.Nesur/IBGE (Orgs.). – Campinas: Unicamp. IE, 1999. (Col. de Pes.)

JACINTO, Janério Manoel. A rede urbana oeste paranaense e a inserção da pequena cidade de Medianeira. *Revista Geingá*. Maringá, v. 4, n.1, Ano 2012.

\_\_\_\_\_. O rural e o urbano: contribuições para a compreensão da relação do espaço rural e do espaço urbano. *Revista Percurso*. V. 4, n 2, Ano 2012.

\_\_\_\_\_. O Processo de urbanização e o desenvolvimento socioeconômico da pequena cidade de Medianeira – Pr. In: I SIMPÓSIO DE ESTUDOS URBANOS, Campo Mourão – *Anais...* 2011.

\_\_\_\_\_. MENDES, Cesar. Miranda; FRIGO, Mariléia, Jacinto. A Relação rural/urbano nas pequenas cidades, estudo de caso da pequena cidade de Medianeira – Paraná. In: XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA – Belo Horizonte - *Anais...* Minas Gerais, 2011.

JUANICO, Meliton B. O desenvolvimento de pequenas cidades no terceiro mundo. *Boletim geográfico*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 252, jan.-mar. 1977.

JURADO DA SILVA, Paulo. Fernando & SPOSITO, Eliseu. Discussão geográfica das pequenas cidades. *Geografia*. Associação de Geografia Teorética. V. 34, N. 2. Rio Claro, mai/ago, 2009.

\_\_\_\_\_. A indústria na região de Presidente Prudente, Brasil. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. 12. 2009, Montevidéo. *Anais...* Montevidéo, 2009a. p. 1-8.

KATZ, Ellis. *Governo local autônomo nos EUA*. Disponível em <<http://www.usinfo.state.gov/journals/itdhr/0449/ijdp/Katz.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

KLEINKE, Maria de Lourdes Urban; DESCHAMPS, Marley Vanice; MOURA, Rosa. Movimento migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96): origens distintas e destinos convergentes. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, n. 95, jan./abril. 1999, p. 27-50

KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

KUNHAVALIK, José Pedro. ROCHA NETO, Bento Munhoz. Trajetória política e gestão no governo do Paraná. In: OLIVEIRA, Ricardo da Costa de (Org.) *A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: Secretária Estadual de Ciências e Tecnologias do Paraná. 2004.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana* (1999). Tradução S.Martins. Belo Horizonte, Editora da UFMG. Tradução de Sergio Martins. *Belo Horizonte, Editora da UFMG*. 2008.

\_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Faria. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. *La Production de l'espace*. 4ª Ed. Paris: Anthopos, 2000.

\_\_\_\_\_. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 1999.

\_\_\_\_\_. *A vida cotidiana do mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. *O pensamento marxista e a cidade*. Lisboa: Ulisseia, 1972.

LIMA, Jandir Ferrera de; ALVES, Lucir Reinaldo (Coord.). *Análise do impacto do reservatório da hidrelétrica de Itaipu no crescimento econômico regional*. Toledo: UNIOESTE/Campus de Toledo/CCSA/Curso de Ciências Econômicas. Maio 2005 a dez. 2006. 135 p. (UNIOESTE/Campus de Toledo/Fundação Araucária – Projeto 3706).

LIMA, Marcos Augusto Teixeira de Freitas Carvalho. *O Cooperativismo Paranaense: Bases Históricas na sua Relação Teoria-Prática*, 1988. 74 p. Monografia (Curso de Especialização em Administração de Empresas) - Universidade Federal do Paraná

LOPES, Diva Maria Ferlin. *O conceito de urbano e as cidades de pequeno porte no semiárido baiano: Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto*. 2005. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

LOPES, Rodrigo. *A cidade intencional: o planejamento estratégico de cidades*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

Lösch, August. *Die Raumliche Ordnung der Wirtschaft*. Jena, 1940: Gustav Fischer. Tradução para inglês por Woglom, W. H., Stolper, W. F. (1954), *The Economics of Location*. New Haven: Yale University Press.

LUQUI, João Carlos. Gerente da Unidade de Industrialização de vegetais. Entrevista concedida ao pesquisador em setembro de 2006.

MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. , Ermínia. *Habitação e cidade*. São Paulo: Atual, 1997.

MARICATO, Ermínia. *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias*. In: ARANTES. Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARQUES DA COSTA, Eduarda. *Cidades médias. Contributos para a sua definição*. *Finisterra*, Lisboa, v. XXXVII, n. 74, 2002, p. 101-128, 2002.

MARQUES, Márcia Tembil. *De onça a rouxinol: A favela e a cidade (1950 – 1999)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista, Universidade Estadual do Centro Oeste – Paraná. Assis, Guarapuava, 2000.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. *O conceito de espaço rural em questão*. Terra Livre, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

MARTINS, José de Souza. Depoimento. *Espaço & Debates*, São Paulo, NERU, n.42, 2001.

MARTINS, Humberto Eduardo de Paula; JUNIOR, Luiz Bertolucci; OLIVEIRA, Polyana. Lara de. Urbanização, migração e emprego: uma análise de municípios no triângulo mineiro e no sul de Minas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS - ABEP, 15., 2006, Caxambu. Anais... Belo Horizonte: ABEP, 2006. 1 CD-ROM.

MARX, Karl. *O Capital. Crítica da economia política*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MEDEIROS, Maria Suelly da Silva. *A Produção do Espaço das Pequenas Cidades do Seridó Potiguar*. 2005. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio grande do Norte, 2005, Natal 2005.

MEDIANEIRA: Consolidando nossa região como um Pólo de Saúde. *Revista Guia Medianeira*. Medianeira, Paraná, maio 2010. Disponível em: <http://www.guamedianeira.com.br>. Acesso em 22/05/2010.

MEDIANEIRA e Matelândia centralizam empregos. *Jornal Mensageiro*. Medianeira, Paraná, Edição 1756, abril 2013. Disponível em: <http://www.jornalmensageiro.com/materia>. Acesso em 11/04/2013.

MELO, Nágela Aparecida. *Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas*. 2008. 437f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

MENDES, César Miranda. *O Edifício no Jardim: Um plano destruído. A verticalização de Maringá*. 1992. Tese de Doutorado. – FFLCH – Universidade de São Paulo.

MENEGATI, Regiane Aparecida. *papéis urbanos Os das pequenas cidades: um estudo sobre a cidade de Indiana/SP*. In: VII COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 2005, Santiago do Chile – Chile. Trabalhos apresentados... Santiago do Chile, mai. 2005. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/7-colmenegati.htm>>. Acesso em: 28 ago. 2011.

MEYER, Regina Maria Proserpi. *Segregação espacial – Brasília*. In: BLAY, Eva Alterman (org). *A luta pelo espaço: texto de sociologia urbana*. 2. ed. Petrópolis: vozes, 1979.

MINCER, Jacob. *Schooling, Experience, and Earnings*. New York: NBER Press, 1974.

\_\_\_\_\_. Investment in Human Capital and Personal Income Distribution. *The Journal of Political Economy*, Chicago, USA: UCHICAGO, v.66, n.4, p.281-302, 1958.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. Acesso 2010, <http://www3.mte.gov.br/rais/>.

MONTE-MÓR, Roberto Luis de Melo. *O que é o urbano no mundo contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, jan. 2006.

\_\_\_\_\_. *A Relação Urbano-Rural no Brasil Contemporâneo*. II SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, 2004.

\_\_\_\_\_. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton et al. (orgs.) *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

MORAIS, Antonio Carlos Roberto de.; COSTA Wandelely M. da. *Geografia crítica a valorização do espaço*. São Paulo:Hucitex, 1987.

MOURA, Rosa. Movimento pendular da população no Paraná: uma evidência da desconexão moradia/trabalho. *Caderno Metrópole*. São Paulo, v. 12, n. 23, p. 43-64, jan./jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Paraná: meio século de urbanização. *RA'E GA*, Curitiba, Ed. UFPR, n. 8, p. 33-44, 2004.

\_\_\_\_\_. *Arranjos Urbano-Regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba*. Tese (Doutorado em Geografia) apresentada a Universidade Federal do Paraná, 2009.

\_\_\_\_\_. Movimento migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96): origem distinta e destinos convergentes. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, Iparde, n. 95, p. 27-50, jan./abr. 1999.

MOURA, R.; MAGALHÃES, Marisa. Valle. Leitura do padrão de urbanização do Paraná nas duas últimas décadas. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, IPARDES, n.88, p.3-22, maio/ago., 1996.

MÜLLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: HUCITEC/PUC-SP, 1989.

NASSER, Bianca. Economia Regional, Desigualdade Regional no Brasil e o Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. *Revista BNDES*, Rio de Janeiro,7, n. 14, p. 145 – 178, dez 2000.

NIEDERAUER, Ondy Hélio. Toledo no Paraná: *a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso*. 2. ed. Toledo: Tolegraf, 2004.

NUNES, Brasilmar Ferreira (Coord.). *Nordeste: as pequenas cidades e o planejamento local*. Fortaleza: BNB, 1981.

OBERG, Kalervo; JABINE, Thomas. *Toledo: um município na fronteira oeste do Paraná*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1960.

OCEPAR, *Manual do Banco de Dados Cooperativo*. Curitiba. 2006.

OLIVEN, Ruben George. *A antropologia de grupos humanos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

OLIVEIRA, Dennison de. *Urbanização e industrialização no Paraná*. (Coleção História do Paraná; textos introdutórios). Curitiba: SEED, 2001.

PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secret. da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

PAROLIN, Sonia Regina Hierro. *Gestão estratégica de pessoas para a inovação: o caso da Frimesa Cooperativa Central*. *Rev. Adm. UFSM*, Santa Maria, v. 4, n.1, p. 105-124, jan./abr. 2011.

PARROCHIA, Daniel. *Philosophie des réseaux*. Paris, FR: Presses Universitaires de France, 1993.

PELINSKI, Augusta; LIMA, Jandir Ferrera; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo. *As atividades produtivas nas microrregiões paranaenses: especialização, reestruturação e perfil locacional*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 4., Foz do Iguaçu, 2006 *Anais...* Foz do Iguaçu: ABER, out. 2006.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente; KAHIL, Samira Peduti. *O território e as redes: considerações a partir das estratégias de grandes empresas*. In: GERARDI, Lucia Helena de Oliveira; CARVALHO, Pompeu Figueiredo de (orgs.). *Geografia: ações e reflexões*. Rio Claro – SP: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNESP; *Associação de Geografia Teórica – AGETEO*, 2006, p. 217-229.

PERIS, Alfredo. Fonseca. (Org.). *Estratégias de desenvolvimento regional região Oeste do Paraná*. Edunioeste, 2003.

\_\_\_\_\_. *Trilhas, rodovias e eixos: um estudo sobre desenvolvimento regional*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

PERIS, Alfredo Fonseca; LUGNANI, Antonio Carlos. *Um Estudo sobre o eixo Cascavel–Foz do Iguaçu, na região oeste do Paraná*. *Revista paranaense de desenvolvimento*, Curitiba, n. 104, p. 79- 102, jan./jun. 2003

PERROUX, François. *O conceito de pólo de crescimento*. In: SCHWARTZMAN, Jacques. *Economia regional*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. (Textos escolhidos).

PFLUCK, Lia Dorotéa. *Mapeamento geo-ambiental e planejamento urbano*. Marechal Cândido Rondon: Edunioeste, 2005.

PIAIA, Vander. *A Ocupação do Oeste Paranaense e a formação de Cascavel: as singularidades de uma cidade comum*. Niterói: UFF/Programa de Pós-Graduação em História - UNIOESTE, 2004. (Tese de Doutorado em História).

PIFFER, Moacir. Apontamentos sobre a base econômica da região Oeste do Paraná. In: CASSIMIRO FILHO, F. & SHIKIDA, Pery Francisco Assis. (Orgs.) *Agronegócio e desenvolvimento regional*. EDUNIOESTE: Cascavel, 1999.

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE MEDIANEIRA – Paraná, 2006-2007.

PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PEHIS – Paraná – 2010, <http://www.cohapar.pr.gov.br>.

PONTES, Beatriz Maria Soares. Os centros industriais do Estado de São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, nº 49, p. 65-142, 1974.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Tradição: Maira T. J. Ribeiro. 1997. [Mimeografado].

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAICHELIS, Raquel. Gestão pública e a questão social na grande cidade. *Lua Nova* nº. 69 São Paulo, 2006.

RECH, Daniel. *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959.

RICHARDSON, Henry. *Elementos de economia regional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

RIPPEL, Ricardo. *Migração e desenvolvimento no Oeste do Paraná: uma análise de 1950 a 2000*. 2005. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas – SP, novembro de 2005.

RIPPEL, Ricardo.; et al. Notas sobre a localização da população urbana e rural no Oeste paranaense. In.: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL: Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial, 43, 2005, Ribeirão Preto, *Anais...*Ribeirão Preto: SOBER, 2005b.

RIPPEL, Ricardo; Ferrera de LIMA, Jandir. A teoria dos pólos de crescimento de François Perroux. *Cadernos de Economia*. Chapecó, v. 4, n. 7, p. 75-95. jul./dez. 2000.

ROCHEFORT, Michael. Métodos de Estudo das Redes Urbanas. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v.19, n.160, p.3-18, jan-fev. 1961.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A cidade como direito. *Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias sociales*. Universidade de Barcelona. V. XI, n. 245 (33), 1 de agosto de 2007.

ROLNIK, Raquel. *Estatuto da Cidade*. Instrumento para as cidades que sonham crescer com justiça e beleza. <http://www.polis.org.br>, acessado em 13/02/2007.



RUCKERT, Aldomar Arnaldo. As pequenas cidades coloniais do norte do Rio Grande do Sul. *Boletim Gaúcho de Geografia*, AGB – Seção Porto Alegre, n. 9, p. 25-30, 1981.

SALANEK, Pedro Filho. Integração regional, desenvolvimento local e cooperativismo: *O melhoramento da renda do pequeno produtor associado na Cooperativa agroindustrial lar de medianeira/pr*. Fundação de Estudos Sociais do Paraná, 2006. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/download/ruralida.html>. Data de acesso: abril de 2012.

SANTOS, Elizete de Oliveira. Propriedade privada da terra e expansão urbana: o caso da concentração fundiária na implantação de loteamentos em Fortaleza (1930-2000). *Revista Ateliê Geográfico*. V. 06, n. 04, dez./2012, p. 61-87. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br>. Acesso em: set.2013.

SANTOS, José Vicente Tavares. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Luis Delfim; MARTINS, Isabel. *A qualidade de vida urbana: o caso da cidade de Porto* [Trabalhos em curso, maio 2002]. Faculdade de Economia. Universidade do Porto, Portugal, 2002.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: Da Crítica a Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo: EDUSP, 2004.

\_\_\_\_\_. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

\_\_\_\_\_. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª. Ed. 1ª. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 11ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

\_\_\_\_\_. *Economia espacial: críticas e alternativas*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

\_\_\_\_\_. *O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

\_\_\_\_\_. *O Espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 2000.

\_\_\_\_\_. *A urbanização brasileira*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. *Manual de Geografia Urbana*. Tradução de Antônia Dea Erdens e Maria Auxiliadora da Silva. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. Espaço e sociedade: *ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. *O espaço dividido*. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Maria Silvia Carreiro Jorge. *Contribuição ao estudo geográfico das cidades pequenas do Estado de São Paulo*. 1988. Dissertação (Mestrado em Geografia) – IGCE, UNESP, Rio Claro.

SANTOS, Regina Bega. *Migração no Brasil*. São Paulo: Editora Scipione, 1994.

SÃO MARTINHO, Claudio Martins. As cidades milionárias do Terceiro Mundo. A noção de macrocefalia. In: SANTOS et al. (Org.). *O novo mapa do mundo*. São Paulo: Hucitec-Ano: 1995.

SARACENO, Elena. O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala européia. *Seminário INEA sobre Desenvolvimento nas áreas rurais*. Roma, outubro de 1996.

SCARLATO, Francisco Capuano. População e urbanização brasileira. In: ROOS, J.L.S. (Org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 381-463. Anpur, p. 99-105, 1995

SCHNEIDER, Iara Elisa. Movimentos migratórios: a inserção sócio-econômica dos migrantes dentro das fronteiras agrícolas. In: *Anais do XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. AS DESIGUALDADES SÓCIO-DEMOGRÁFICAS E OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL CAXAMBU*, 2001. Disponível em: <http://www.abep.org.br/usuario>. Acesso em 03 de jun. De 2010.

SCHULTZ, Theodore William. Investment in human capital. *American Economic Review*, Nash-ville, Tenn., US: American Economic Association, v.51, n.1, p.1-17, 1961.

SERRA, Elpídio. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná. *Boletim de Geografia – UEM – Ano 10 – n 01*, 1992.

SILVA, Armando Corrêa da. *O espaço fora do lugar*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, Ari Rocha da. *O Trabalho e seus Significados: trabalhadores do fumo frente ao sistema integrado de produção agroindustrial*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

SILVA, Christian Luiz da; LOURENÇO, Marcus; SALANEK, Pedro Filho. *Capital Social e Cooperativismo no Processo de Desenvolvimento Sustentável Local: Teorias e Aplicações ao Caso da Cooperativa Bom Jesus - Lapa/PR*. Curitiba. Enanpad, 2006.

SILVA, Hilda da. Mudanças de população: um estudo de pequenas cidades nos estados do Maranhão, Pernambuco e São Paulo. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 250, 1976.

SILVA, José Graziano da. *O novo rural brasileiro*. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1999.

\_\_\_\_\_, *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. In: SHIKI, Shigeo.; SILVA, José Graziano da; ORTEGA, Antônio César (Org.). *Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro*. Uberlândia: EDUFU, 1997.

SILVA, Nadia Cristina; SOARES, Beatriz Ribeiro. *Crescimento populacional de pequenas cidades: o exemplo de Machado* – MG. Disponível em: <http://www.ufop.br/ichs/conifest/anais/>. Acesso em: fev. 2012.

SILVA, William. Ribeiro da. Novos centros, novas centralidades, novas diferenças. A fragmentação do espaço urbano de Londrina. *Geografia*, Rio Claro, v. 29, n. 1, p. 55-70, jan./abr. 2004.

SMITH, Carol. Causes and consequences of Central-Place Types in Western Guatemala. In: *Regional Analysis*, vol. 1, Economic Systems. New York: Academic Press. 1976.

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual: *Natureza, capital e a produção do espaço*. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Coordenação: Antonio Christofolletti. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S/A, 1988.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. IN: SINGER, P. I. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. O uso do solo urbano na economia capitalista. in *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB, no 57, dez.1980.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Planos diretores em municípios de pequeno porte: reflexões a partir de experiências multidisciplinares. *Formação*, Presidente Prudente, v. 2, n. 15, p. 13-24. 2008.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidade e metrópole: notas de um debate. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri Carlos; LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs.) *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003.

SOBARZO, O. Passo Fundo: cidade média com funções comerciais, de serviços e de apoio ao agronegócio. In: SPOSITO, M. E. B., ELIAS, D. e SOARES, B. R. *Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOJA, Edward. Geografias pós-modernas: *a reafirmação do espaço na teoria social*. Tradução: Vera Ribeiro. Revisão: Bertha Becker, Lia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Edson Belo Clemente de. *Estado: produção da região do Lago de Itaipu*. Tese Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2002.

SOUZA, Marcelo lopes de. *O Desafio Metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Ed. Bertrand, Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. ABC do Desenvolvimento Urbano. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Maria Adélia de. *Governo Urbano*. São Paulo: Nobel, 1988.

SPERANÇA, Alceu A. *Cascavel: a história*. Curitiba: Lagarto, 1992.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Para pensar as Pequenas e Médias Cidades Brasileiras*. FASE/ICSA/UFGA: Belém, 2009.

\_\_\_\_\_. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. *Investigaciones Geográficas*, México, UNAM, n.54, 2004

\_\_\_\_\_. *Capitalismo e Urbanização*. São Paulo: Contexto, 1989.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação B; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

STAMM, Cristiano. *A dinâmica de crescimento dos municípios do extremo Oeste paranaense em comparação a economia nacional*. (Relatório de Pesquisa – Pibic/Pic/Unioeste). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste/ Campus de Toledo, 2001.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. *História do Paraná: do século XVI à década de 1950*. Ed. UEL, 2002.

SWAIN, Tânia Navarro. Fronteiras do Paraná: *da colonização à migração*. In: AUBERTINI, Catherine (Org.). *Fronteiras*. Brasília: UnB; Paris: Orstom, 1988.

UNIVERSIDADE DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE). ITAIPU BINACIONAL. *Mesorregião Oeste do Paraná, diagnóstico e perspectivas*. Disponível em: [www.unioeste.br/projetos/oraculus/PMOP/](http://www.unioeste.br/projetos/oraculus/PMOP/). 2002.

VALLEGA, Adalberto. Geografia degli anni novanta. Milano: *le Monnier* – Telespazio, 1995.

VARELA Araya, CARMEN Maria Del. Comportamiento demográfico y funcional de ciudades pequeñas chilenas. Estudio de caso: la union, región de los Lagos, Chile. Publicação: *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 6, n. 1, p. 41-54 jan./ jun. 2000.

VILLAÇA, Flavio. *Espaço Intraurbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

VILLAÇA, Flavio; SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual, natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A. 1988.

VILLAÇA, Flavio, NASSER, B. Economia Regional, Desigualdade Regional no Brasil e o Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. *Revista BNDES*, Rio de Janeiro, 7, n. 14, p. 145 – 178, dez 2000.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Curitiba: Vicentina, 1988.

\_\_\_\_\_. Obrageiros, mensus e colonos: *História do Oeste Paranaense*. Curitiba: Vicentina, 1982.

WAIBEL, Léo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Supren/IBGE, 1979.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, mar.2000, (mimeografado).

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca CLACSO, *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 1973.

WESTPHALEN, Cecília; MACHADO, Brasil Pinheiro BALHANA, Altiva Pilatti. Ocupação do Paraná. Cadernos de migração, São Paulo, Centro de Estudos Migratórios, v. 3, p. 4-43, 1988.

WHITACHER, Arthur Magnon. Cidade imaginada. Cidade concebida. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão e WHITACKER, Arthur Magnon. *Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ZIPF, George. Kingsley. *Human behavior and the principle of least effort na introduction to human ecology*. Cambridge, Addison – Wesley Press Inc., 1949.

## APÊNDICE

O campo é onde a complexidade da realidade é revelada e conduzida à compreensão do geógrafo, munido de seus principais conceitos, como paisagem, espaço, região e lugar, por exemplo, os quais se materializam na realidade, dão sentido a ela e dela obtêm sentido. É onde as fronteiras acadêmicas das disciplinas deixam de fazer sentido e são substituídas por inúmeras conexões entre os fatos observados, num processo de reconstrução conceitual.

Luis Antonio Bittar Venturi



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ-UEM**

Programa de Pós-graduação - Mestrado e Doutorado em Geografia - Área de concentração:  
Análise Ambiental e Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais

Av. Colombo, 5790 - bloco h-12 sala 18 - e-mail: e-mail: sec-pge@uem.br- CEP: 87020-900 -  
Maringá-Pr - Tel.: 44-3011-4731.

Tese: O processo de urbanização e o desenvolvimento socioeconômico da pequena cidade de  
Medianeira/PR

Professor Orientador: Dr. Cesar Miranda Mendes

Doutorando: Janério Manoel Jacinto – Domicílio: São Miguel do Iguçu- Pr.

Objetivo da entrevista: Tem como objetivo buscar subsídios para a elaboração da tese de  
doutorado.

**QUESTIONÁRIO A – POPULAÇÃO DATA:.....**

1-Perfil do/a entrevistado/a<sup>50</sup>:

a) É residente em Medianeira? ( ) Sim ( ) Não.

Qual cidade?.....

b) Idade: ( ) 0 a 15anos ( ) 16 a 30 anos ( ) 31 a 45 anos ( ) 46 a 60anos ( ) mais de  
60 anos

c) Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

d)Local de Nascimento/Cidade:.....Estado:.....

e) Trabalha em alguma empresa: ( ) Sim/ Empresa que trabalha:.....

( ) Não ( ) Sem emprego

f) Renda mensal em salário mínimo: ( ) Sem salário ( ) Até 1 ( ) De 1 a 2 ( ) De 2 a 3  
( ) De 3 a 4 ( ) De 4 a 5 ( ) Mais de 5

g) Escolaridade: ( ) Sem estudo ( ) Ensino Fundamental incompleto ( ) Ensino  
Fundamental completo ( ) Ensino Médio incompleto ( ) Ensino Médio completo ( )  
Ensino Superior incompleto ( ) Ensino Superior completo

2- Relação com o município e a cidade: (as alternativas “a” e “b” são exclusivamente para os  
residentes de Medianeira).

a)Tempo de residência em Medianeira: ( ) Menos de 1 ano ( ) De 1 a 5anos ( ) De 5 a  
10 anos ( ) De 10 a 15anos ( ) De 15 a 20 ( ) Mais de 20 anos

<sup>50</sup> Optamos em não solicitar o nome do/a entrevistado/a para não expor e nem causar constrangimento.

- b) Último lugar em que morou antes de vir para Medianeira:.....
- c) O que você mais gosta na sua cidade:.....
- d) O que falta na sua cidade:.....
- e) Você tem intenção ou vontade de mudar para outra cidade? ( ) Sim. Para onde mudaria?.....Por que mudaria?..... ( ) Não sente necessidade de mudar.
- f) Conhece pessoas que vem a Medianeira das cidades vizinhas? ( ) Sim. Por que elas procuram vir para Medianeira?..... ( ) Não
- g) Sua cidade atende com as condições necessárias no setor de comércio, educação, saúde, transporte, habitação, emprego, lazer e prestação de serviços? ( ) Sim ( ) Não. Qual o setor que não é atendido e procura em outra cidade.....
- h) No eixo Cascavel – Foz do Iguaçu, Medianeira é uma cidade que se destaca das demais pequenas cidades. Em sua opinião, o que levou a cidade crescer e desenvolver de forma diferenciada de São Miguel do Iguaçu e Matelândia, sendo que os anos de emancipação destes municípios são respectivamente 1960 – 1961 e 1960?  
.....
- i) Espaço livre para complementar alguma resposta ou fazer comentários extras se achar necessário.





## UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ-UEM

Programa de Pós-graduação - Mestrado e Doutorado em Geografia - Área de concentração:  
Análise Ambiental e Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais

Av. Colombo, 5790 - bloco h-12 sala 18 - e-mail: e-mail: sec-pge@uem.br- CEP: 87020-900 -  
Maringá-Pr - Tel.: 44-3011-4731

Tese: O processo de urbanização e o desenvolvimento socioeconômico da pequena cidade de  
Medianeira/Pr

Professor Orientador: Dr. Cesar Miranda Mendes

Doutorando: Janério Manoel Jacinto – Domicílio: São Miguel do Iguaçu- Pr.

Objetivo da entrevista: Tem como objetivo buscar subsídios para a elaboração da tese de  
doutorado.

### QUESTIONÁRIO B – EMPRESA DATA:.....

Observação: Assinalar mais de uma alternativa caso seja necessário.

Nome da Empresa:.....

#### I Dados históricos e estruturais

1. Ramo: ( ) Produção ( ) Comércio ( ) Prestação de Serviços

2. Especialidade – Tipo de produto produzido, comercializado, ou serviços prestados a  
população:

.....

3. Caso a mercadoria ou matéria-prima seja produzida fora da cidade, de onde vem?

.....

4. Possui funcionários? ( ) Sim. Quanto?..... ( ) Não.

5. Meio de transporte utilizado para transportar as mercadorias até a empresa:

( ) Caminhões da distribuidora ( ) Transportadora ( ) Transporte Coletivo ( ) Meios  
próprios do(a) empresário(a) ( ) Outros. Quais?.....

6. Em se tratando de venda de mercadorias, qual o meio de transporte usado do  
estabelecimento comercial até o destino do consumidor:

( ) Transportadora ( ) Transporte coletivo ( ) Meios próprios do comerciante ( ) Meios  
próprios do cliente ( ) Outros.

7. Além de atender os clientes de Medianeira, atende clientes das cidades vizinhas?

( ) Sim. Quais cidades?..... ( ) Não.

8. Caso a questão anterior seja sim, em sua opinião qual o motivo que leva os clientes a virem  
para Medianeira:

( ) Diversidade de produtos ( ) Prestação de serviços especializados ( ) Melhor preço  
 ( ) Outros. Quais?.....

9. A empresa recebe algum incentivo (fiscal, infraestrutura, mão de obra etc) regional, municipal?

( ) Sim. Quais?.....( ) Não.

10. Por que a empresa escolheu a cidade de Medianeira para atuar neste ramo?

( ) Subsídios de ordem pública. Quais?.....

( ) Município de residência do (a) empresário (a)

( ) Mão-de-obra disponível

( ) Situação geográfica da cidade(rodovias, contexto econômico, etc.).

( ) Outros. Quais? .....

11. Existe algum obstáculo (dificuldade) da empresa se localizar nessa cidade?

( ) Sim. Quais?..... ( ) Não.

12. Espaço livre para complementar alguma resposta ou fazer comentários extras se achar necessário.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ-UEM**

Programa de Pós-graduação - Mestrado e Doutorado em Geografia - Área de concentração:  
Análise Ambiental e Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais

Av. Colombo, 5790 - bloco h-12 sala 18 - e-mail: e-mail: sec-pge@uem.br- CEP: 87020-900 -  
Maringá-Pr - Tel.: 44-3011-4731

Tese: O processo de urbanização e o desenvolvimento socioeconômico da pequena cidade de  
Medianeira/Pr

Professor Orientador: Dr. Cesar Miranda Mendes

Doutorando: Janério Manoel Jacinto – Domicílio: São Miguel do Iguaçu- Pr.

Objetivo da entrevista: Tem como objetivo buscar subsídios para a elaboração da tese de  
doutorado.

### **QUESTIONÁRIO C – PREFEITO OU REPRESENTANTE DO GOVERNO MUNICIPAL**

DATA:.....

#### I. Identificação do entrevistado

Nome:..... Idade:..... Natural de:.....

Residente em :..... Profissão:.....

Função que exerce no Governo Municipal:.....

Tempo de trabalho na prefeitura:..... Data da entrevista:.....

#### II. Informações:

1. Quais os mecanismos de planejamento urbano tem sido utilizados pelo governo municipal?
2. Como se dão às relações entre a população local e a administração pública municipal? As questões são tratadas por meio de representações ou os municípios buscam pessoalmente tratar de seus interesses?
- 3- Quais são as fontes de arrecadação financeira do município? Qual é a principal fonte?
4. Como têm sido investido no município e na cidade, os recursos financeiros arrecadados? Há alguma forma de participação da população no direcionamento e gestão dos recursos?
5. Quais são os principais problemas vivenciados na cidade e no município?
- 6-Como o governo municipal tenta resolver estes problemas? Quais as possíveis soluções?

7- No eixo Cascavel – Foz do Iguaçu, Medianeira é uma cidade que se destaca das demais pequenas cidades. Em sua opinião, o que levou a cidade crescer e desenvolver de forma diferenciada de São Miguel do Iguaçu e Matelândia, sendo que os anos de emancipação destes municípios são respectivamente 1960 – 1961 e 1960?

8-Toda empresa quer seja indústria, comércio ou prestadora de serviços possui o seu grau de importância. Como você descreve a importância da Cooperativa Lar, Frimesa, Ninfa, UTFPR e demais empresas para o desenvolvimento socioeconômico de Medianeira?

9- Espaço livre para complementar alguma resposta ou fazer comentários extras se achar necessário.